

ZIZ

Revista Discente de Ciência Política

Dossiê

Eleições municipais das ruas às redes:
partidos, comunicação e estratégias de campanha

Vol. 4 n. 2 (2025)

2025 - Revista ZIZ, v.4, n. 2 - Programa de Pós-graduação em Ciência Política,
Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF). Campus do Gragoatá, Rua
Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, 3º andar, São Domingos,
CEP: 24210-201 Niterói RJ, Brasil

Editores-Chefs

Ricardo do Nascimento
Yuri de Lima Ribeiro

Professora Responsável

Soraia Marcelino Vieira

Editores

Ádamo Boucas Escossia da Veiga
Alan Kardec Campos Pedroza
Bruna Bizzo Frotté
Marina Schmidt Teixeira
Matheus de Carvalho Matos Barroso
Pablo dos Santos Martins
Ricardo do Nascimento
Vinícius Ramos Lubanco Amantéa
Yuri de Lima Ribeiro

Revisores

Andreia da Silva Santos
Branca Albuquerque de Barros
Diego Plá da Luz
Elaine Moraes da Silva Lourenço
Gabriel Felipe da Silva
Maria Ariane Santos Amaro da Silva
Mariana Brasil Hass Gonçalves
Marlise Buchweitz
Rafael Ferreira de Aquino Passos
Sthefeson Rony Lima da Silva Júnior



2025 - Revista ZIZ, v.4, n. 2 - Programa de Pós-graduação em Ciência Política,
Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF). Campus do Gragoatá, Rua
Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, 3º andar, São Domingos,
CEP: 24210-201 Niterói RJ, Brasil

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Christy Ganzert Pato - Universidade Federal Fluminense
Claudio de Farias Augusto - Universidade Federal Fluminense
Edemilson Paraná - Universidade Federal do Ceará
Fabrício Pereira da Silva - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Guilherme Simões Reis - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Jean Gabriel Castro da Costa - Universidade Federal de Santa Catarina
João Roberto Lopes Pinto - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Jorge Gomes de Souza Chaloub - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luciana Fernandes Veiga - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Augusto Campos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Felipe Brandão Osório - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Marcial Alécio Garcia Suarez - Universidade Federal Fluminense
Roberta Rodrigues Marques da Silva - Universidade Federal Fluminense
Tiago Bahia Losso - Universidade Federal de Santa Catarina
Tiago Daher Padovezi Borges - Universidade Federal de Santa Catarina
Thais Florencio de Aguiar - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Thales Cavalcanti Castro - Universidade Católica de Pernambuco

EDITORIAL

Dossiê – Eleições municipais das ruas às redes: Partidos, comunicação e estratégias de campanha

Mateus da Cunha Santos¹

Mércia Kaline Freitas Alves²

Rafael Rocha Alves da Silva³

Prezadas leitoras e prezados leitores,

As eleições municipais ocupam um lugar singular na vida democrática. São o espaço onde o poder político se aproxima do cotidiano e onde as desigualdades sociais e territoriais se traduzem em escolhas concretas. Ao mesmo tempo em que expressam a pluralidade da sociedade brasileira, elas revelam as assimetrias de representação e os limites de inclusão que atravessam as instituições. É nesse nível da política que se observa, de forma mais nítida, a relação entre estrutura e agência: as regras que definem a competição eleitoral convivem com estratégias criativas de atores que buscam reconhecimento, visibilidade e legitimidade.

Nos últimos anos, a política local passou por transformações profundas. As novas tecnologias e as plataformas digitais reconfiguraram o modo de fazer campanha, alterando os fluxos de comunicação entre candidatos e eleitores. As fronteiras entre público e privado tornaram-se mais porosas, e as redes sociais converteram-se em arenas de disputa simbólica, emocional e informacional. A política passou a ser mediada por algoritmos, métricas e imagens, em um ambiente de vigilância e performatividade permanente. Esse processo, embora amplie as possibilidades de engajamento, também reforça desigualdades: os recursos econômicos, a infraestrutura digital e a capacidade

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestre e Graduado em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: mateuscunha@ufpr.br

² Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora do CEBRAP - Núcleo de Direito e Democracia e estudante de Ciência de Dados (UTFPR). E-mail: merciaallves@gmail.com

³ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduado em Jornalismo pelo Centro Universitário Estácio do Ceará. E-mail: rafaelrocha1@ufpr.br

de gestão de dados determinam quem pode participar com visibilidade e quem permanece invisível.

Paralelamente, as eleições municipais revelam a persistência de velhas estruturas. As candidaturas continuam concentradas entre homens brancos, e as barreiras à entrada de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTI+ ainda são visíveis. O sistema político brasileiro, mesmo após avanços institucionais, mantém dinâmicas seletivas que limitam a pluralidade e dificultam a renovação democrática. A distribuição desigual de recursos partidários e o peso das elites locais produzem um padrão recorrente de exclusão, que se manifesta tanto na composição das chapas quanto na estrutura das campanhas.

O dossiê **Eleições municipais das ruas às redes**: Partidos, comunicação e estratégias de campanha, nasce da necessidade de compreender como essas forças – antigas e novas – se articulam no cenário recente. As eleições de 2024 foram marcadas por um paradoxo: de um lado, a digitalização e a profissionalização das campanhas; de outro, a permanência das assimetrias históricas de poder e representação. A política se tornou mais visível, mas não necessariamente mais inclusiva. O avanço tecnológico conviveu com a reprodução da desigualdade. A promessa de modernização eleitoral revelou, mais uma vez, a fragilidade das estruturas democráticas locais. Assim, o conjunto de artigos reunidos neste número busca responder a essas tensões, examinando o papel das plataformas digitais, os padrões de engajamento eleitoral, a sub-representação de grupos sociais e as novas estratégias de comunicação política.

O artigo “**Algoritmos do Ódio: Radicalização Política, Afetos Digitais e a Nova Propaganda Eleitoral**”, de **Tiago Negrão Andrade e Maria Cristina Gobbi**, inaugura o dossiê ao propor uma leitura crítica sobre a transformação do espaço público mediado por tecnologias digitais. O texto examina como a comunicação política brasileira foi reconfigurada por dispositivos algorítmicos que privilegiam o engajamento emocional, a polarização moral e a lógica da desinformação. Em vez de compreender a propaganda eleitoral como instrumento de persuasão racional, o artigo revela a política como uma máquina de captura afetiva, sustentada pela performatividade e pela viralização. A análise evidencia que a radicalização não é efeito colateral das redes, mas resultado de uma racionalidade tecnopolítica que articula dados, emoções e identidades. Ao situar o Brasil como caso paradigmático da fusão entre populismo digital e desinformação

algorítmica, o estudo contribui para o debate sobre os limites da regulação estatal, a erosão das instituições deliberativas e a emergência de novas formas de soberania simbólica.

Na sequência, em “**Transformação Digital e Desigualdades Regionais: um estudo comparativo entre campanhas de pequenos municípios do Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil**”, **Mariana de Paula Queiroz, Mariana de Sousa Dantas, Lana Vitória Leles Figueiredo e Joscimar Souza Silva** examinam o impacto da digitalização nas campanhas de municípios de pequeno porte. A pesquisa, baseada em coleta semi-automatizada de dados do Instagram, demonstra que a presença digital está se tornando uma condição quase obrigatória da disputa eleitoral, mesmo em localidades com baixa infraestrutura tecnológica. Os autores observam, contudo, que o grau de profissionalização e o uso das ferramentas digitais variam fortemente entre as regiões, refletindo desigualdades históricas de desenvolvimento. O artigo propõe a noção de “transformação digital desigual”, destacando que o avanço tecnológico não elimina as assimetrias territoriais, mas as reconfigura. As redes sociais permitem visibilidade a novos atores, mas também concentram poder em quem domina as lógicas de impulsionamento e segmentação.

O terceiro artigo, intitulado “**Ideologia Não Mobiliza? Determinantes da Motivação para Votar nas Eleições Municipais de 2024**”, de **Murilo Calafati Pradella, Victor Alberto Bueno Coelho, Julia Carbono e Cristiane Ribeiro Pires**, aborda uma questão central à teoria do comportamento político: o que leva o cidadão brasileiro a participar de eleições locais em um contexto de descrença institucional? Com base em dados quantitativos do IPEC, o estudo analisa os determinantes da disposição autônoma para votar, construindo um indicador que combina vontade subjetiva e intenção de comparecimento caso o voto fosse facultativo. Os resultados revelam que apenas cerca de um terço do eleitorado demonstrou alta motivação, e que a principal variável explicativa foi a percepção da importância das eleições – e não a orientação ideológica. Essa constatação questiona o peso atribuído à polarização no debate público e aponta para uma crise de sentido da política municipal, onde o voto tende a ser determinado por vínculos instrumentais, desconfiança nas instituições e baixa identificação partidária. O artigo mostra que, mais do que apatia, há um desencaixe entre as motivações dos eleitores e as ofertas políticas disponíveis, sugerindo que a

revitalização da democracia local passa pela reconstrução do significado da representação.

A questão da representação é central em **“Comportamento Eleitoral e Sub-representação em Contexto Local: um estudo acerca das eleições municipais (2008 a 2020) em Uruçuca/Bahia”**, de **Emanuela Mendes Kruschewsky**, que examina o comportamento eleitoral em um município de pequeno porte, buscando compreender como as desigualdades estruturais se manifestam na esfera local. A partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral e de uma abordagem quantitativa, o estudo analisa as variáveis de gênero, raça e desempenho partidário nas eleições legislativas municipais. Os resultados revelam que, embora a presença feminina tenha aumentado discretamente ao longo do período, a sub-representação política de mulheres e pessoas negras persiste, sustentada por dinâmicas partidárias e culturais que privilegiam candidaturas masculinas. O trabalho contribui ao demonstrar que a reprodução das desigualdades no nível municipal não é mera consequência da ausência de candidatas, mas reflexo de estruturas institucionais e simbólicas que restringem a diversidade política.

O cenário eleitoral em pequenos municípios também é o foco em **“Eleições Municipais e a Baixa Representatividade Política: uma análise da disputa eleitoral de 2024 em Araucária”**. **Leonardo Macedo da Silva Marques** leva o leitor a um contexto micro, revelando como os padrões nacionais de exclusão se reproduzem na escala municipal. A análise combina dados do TSE, IBGE e TRE-PR para examinar o perfil das candidaturas e dos eleitos, destacando a ausência total de mulheres na Câmara Municipal e a predominância de homens brancos nas posições de poder. O estudo mostra que, mesmo em eleições competitivas, a diversidade formal das candidaturas não se converte em inclusão substantiva. A representatividade política, nesse contexto, é atravessada por barreiras estruturais de gênero, raça e classe, reforçadas por dinâmicas partidárias que concentram recursos em candidaturas tradicionais. O artigo propõe compreender o município como espelho das desigualdades nacionais, mas também como espaço estratégico para repensar os mecanismos institucionais de equidade política.

Já em **“Como Eleger Progressistas em Ambientes Conservadores? A comunicação como vetor de vitória nas eleições de 2024 no Paraná”**, **Afonso Ferreira**

Verner analisa campanhas vitoriosas de vereadores identificados com o campo progressista em contextos eleitorais marcados pelo conservadorismo. A partir de um estudo de caso descritivo, o artigo investiga as estratégias de comunicação digital utilizadas por quatro candidaturas bem-sucedidas em Curitiba e Ponta Grossa, destacando o papel das redes sociais e do marketing político na conquista do eleitorado. O argumento central sustenta que a vitória em ambientes hostis ideologicamente depende de uma comunicação assertiva, profissionalizada e voltada à construção de identificação simbólica com segmentos específicos do público. Ao articular teoria do marketing político e prática eleitoral, o estudo oferece contribuições relevantes para compreender como o campo progressista pode disputar sentidos e ampliar sua inserção no espaço digital.

Com um olhar voltado especificamente para a participação feminina nas eleições de 2024, o artigo **“Mulheres na Eleição Municipal de 2024: participação e perfil feminino nas prefeituras das capitais brasileiras”**, de **Giovanna dos Santos Chistoni Silva**, oferece uma leitura panorâmica da sub-representação feminina no executivo municipal. O estudo parte da constatação de que, embora as mulheres representem a maioria do eleitorado, continuam minoritárias entre as candidaturas às prefeituras — e ainda mais raras entre as eleitas. A pesquisa analisa as 191 candidaturas registradas nas capitais, das quais apenas 41 foram de mulheres, resultando em um quadro de continuidade da desigualdade política. As autoras discutem o impacto das cotas de gênero, a fragilidade dos mecanismos de financiamento e o peso das estruturas partidárias, que reproduzem práticas excludentes e dificultam o avanço das candidaturas femininas. O texto articula dimensões de gênero, raça e classe, mostrando que o espaço político continua reservado majoritariamente a mulheres brancas, cisgênero e de alta escolaridade. Ao mesmo tempo, o artigo ressalta a importância simbólica das candidaturas femininas nas capitais, pois, ainda que minoritárias, elas tensionam o monopólio masculino sobre o poder e desafiam as hierarquias institucionais que limitam o horizonte da paridade.

No oitavo artigo, **“A ‘profissional’ que propõe, mas não vence: uma análise da campanha eleitoral no HGPE de Adriana Accorsi (PT) à Prefeitura de Goiânia”**, **Josemari Poerschke Quevedo e Ellen Joay** examinam o caso da única mulher candidata à prefeitura de uma das capitais mais conservadoras do país. A partir da análise temática

do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o artigo investiga como Adriana Accorsi (PT) construiu sua imagem pública, priorizando uma postura propositiva e técnica, marcada pela racionalidade e pela contenção emocional. A tipologia da “profissional” é recuperada para demonstrar que, embora eficaz na apresentação de propostas, essa estratégia tende a esbarrar na estrutura simbólica de gênero que associa liderança política à virilidade. O texto mostra que, mesmo em um contexto de alto desempenho e boa avaliação popular, as candidaturas femininas ainda enfrentam barreiras discursivas que as obrigam a equilibrar credibilidade e empatia, competência e afeto, autoridade e simpatia. O caso de Goiânia ilustra como o avanço feminino na política municipal não depende apenas de condições eleitorais, mas de uma disputa cultural mais ampla sobre os significados de poder e representação.

Eleições em capitais também é destaque no artigo **“Das Inovações às Ocultações: identidade de gênero e orientação sexual nas eleições municipais de 2024 em Porto Alegre”**, de Danielly Jardim Milano, que analisa os dados inéditos divulgados pelo TSE sobre identidade de gênero e orientação sexual das candidaturas na capital do RS. Pela primeira vez, o Brasil coletou oficialmente essas informações, o que representa um avanço institucional importante. Contudo, o artigo mostra que essa inovação foi acompanhada de altos índices de omissão: muitos candidatos optaram por não informar ou não autorizar a divulgação de seus dados. O estudo argumenta que essa lacuna não é apenas estatística, mas política: a não declaração reflete a persistência do estigma e a força do conservadorismo partidário. Os resultados indicam que partidos de esquerda foram mais transparentes e inclusivos, enquanto os de direita concentraram as omissões, revelando um viés ideológico na produção da invisibilidade. O texto contribui para a reflexão sobre transparência, identidade e representação, evidenciando que a ampliação formal dos direitos nem sempre se traduz em reconhecimento público.

No décimo artigo, intitulado **“Negra Liberta da Senzala Ideológica’: raça, mídias sociais e política”**, Suzanne Mendonça propõe uma reflexão crítica sobre a interseção entre raça, gênero e comunicação política no contexto das eleições municipais de 2024. Por meio da Análise de Discurso, o artigo investiga as publicações no Instagram de Vanessa da Silva Oliveira (PL-RJ), conhecida como “Negona do Bolsonaro”, examinando as formações discursivas que sustentam sua performance pública. O estudo evidencia como a candidata mobiliza sua identidade racial e de gênero para legitimar um discurso

alinhado à extrema direita, ressignificando a pauta antirracista e contrapondo-se aos movimentos negros progressistas. O texto contribui para o debate sobre o populismo digital e o reposicionamento de sujeitos racializados na política contemporânea, mostrando como as redes sociais se tornaram arenas de disputa simbólica sobre o significado de ser mulher negra na esfera pública.

Na sequência, em **“Entre o Golpe e a Bala: violência contra as mulheres na política nos casos Dilma e Marielle e participação de mulheres nas eleições do Rio de Janeiro”**, Ariane Machado e Maria Eduarda Tencati da Costa discutem a violência política de gênero como obstáculo e, paradoxalmente, como gatilho de resistência. A partir dos casos emblemáticos de Dilma Rousseff e Marielle Franco, o artigo demonstra como a violência simbólica e física tem um efeito duplo: desestimula candidaturas femininas e, ao mesmo tempo, inspira novas trajetórias políticas de mulheres negras e periféricas. A análise dos dados eleitorais do Rio de Janeiro entre 2002 e 2024 mostra uma retração das candidaturas femininas após o impeachment de Dilma, seguida de crescimento expressivo em 2020, em especial entre mulheres negras identificadas com a trajetória de Marielle. O texto conclui que, mesmo diante de estruturas exclucentes, a presença dessas mulheres reconfigura os sentidos da democracia e afirma o poder político da memória e da resistência.

O dossiê é encerrado com **“A Judicialização das Eleições Municipais: a deliberação política na Justiça Eleitoral e os limites entre legalidade e política”**, de Vitor Luis Mattos Teodoro e Vitoria Dias Miguel Rocha Silva. O artigo discute a crescente interferência do Poder Judiciário nas disputas locais, analisando a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura nº 0600165-41.2024.6.26.0190. Com base na teoria da democracia deliberativa de Habermas, os autores argumentam que a judicialização, quando usada como estratégia de deslegitimação de adversários, compromete a soberania popular e fragiliza a confiança nas instituições. O texto propõe uma distinção entre o controle legítimo da legalidade e o uso instrumental do Judiciário para fins políticos, apontando a necessidade de preservar o espaço de deliberação pública e o princípio da igualdade entre os candidatos. A análise tensiona, ainda, o papel ambíguo da Justiça Eleitoral como guardião da democracia e, ao mesmo tempo, arena de disputas simbólicas e estratégicas.

Os trabalhos reunidos nesta edição reafirmam a importância das eleições municipais como laboratório da democracia brasileira. Nelas se condensam as contradições entre representação e desigualdade, inovação e exclusão, engajamento e apatia. Ao articular diferentes métodos e escalas de análise, os artigos aqui publicados contribuem para compreender o papel do local na política contemporânea e para repensar as fronteiras da representação democrática.

Agradecemos às autoras e aos autores pelas valiosas contribuições, às avaliadoras e avaliadores ad hoc pelo rigor e comprometimento intelectual, e à equipe editorial da *Revista Ziz* pelo trabalho coletivo que tornou possível esta edição.

Desejamos uma excelente leitura!

ALGORITMOS DO ÓDIO: RADICALIZAÇÃO POLÍTICA, AFETOS DIGITAIS E A NOVA PROPAGANDA ELEITORAL

Tiago Negrão Andrade¹

Maria Cristina Gobbi²

Resumo: Este artigo investiga como campanhas digitais extremistas no Brasil reconfiguram o espaço público e a linguagem política por meio de dispositivos algorítmicos, afetivos e simbólicos. Com abordagem qualitativa, teórica, documental e crítica, a pesquisa analisa fontes entre 2010 e 2025, articulando quatro eixos: guerra cultural, microsegmentação algorítmica, desinformação como infraestrutura e resistências comunicacionais. Os resultados mostram que essas campanhas transformam a política em um dispositivo de captura emocional, deslocando os fundamentos democráticos para regimes de verossimilhança performativa. O estudo conclui que o enfrentamento requer não apenas regulação jurídica, mas também resistências ontoepistêmicas, letramento digital crítico e novas formas institucionais de escuta, mediação e produção de verdade.

Palavras-chave: desinformação, campanhas digitais, democracia, algoritmos, guerra cultural.

ALGORITHMS OF HATE: POLITICAL RADICALIZATION, DIGITAL AFFECTS, AND THE NEW ELECTORAL PROPAGANDA

Abstract: This article investigates how extremist digital campaigns in Brazil reshape the public sphere and political language through algorithmic, affective, and symbolic devices. Based on a qualitative, theoretical, documentary, and critical approach, the study analyzes sources from 2010 to 2025, organized around four axes: cultural war, algorithmic microtargeting, disinformation as infrastructure, and communicational resistance. The results show that these campaigns turn politics into a device of emotional capture, shifting democratic foundations toward regimes of performative verisimilitude. The study concludes that effective responses require more than legal regulation: they demand ontoepistemic resistance, critical digital literacy, and new institutional forms of listening, mediation, and truth production.

Keywords: disinformation, digital campaigns, democracy, algorithms, culture war.

¹ Graduado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade de Sorocaba (UNISO). Possui MBA em Data Science e Analytics pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), Mestrado em Ciência e Tecnologia pelo ITAL-SP e atualmente é doutorando em Mídia e Tecnologia na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: tiagonandr@gmail.com

² Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2002). Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP, Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. E-mail: cristina.gobi@unesp.br

1 INTRODUÇÃO

A ascensão das campanhas digitais extremistas não representa um fenômeno isolado, mas um sinal de reconfiguração estrutural do espaço público sob a lógica tecnopolítica das plataformas digitais. Como observa Wodak (2015), a política populista se apoia cada vez mais em afetos e escândalos moralizantes, substituindo a disputa racional por performances emocionais. Em vez de se limitarem à disputa eleitoral clássica, essas campanhas transformam a política em uma guerra simbólica contínua, mobilizando afetos, dados e dispositivos algorítmicos em uma ofensiva coordenada contra os fundamentos sensíveis da democracia (Lovink, 2019). O tema se torna particularmente urgente diante da consolidação de ecossistemas informacionais alternativos que privilegiam polarização emocional, desinformação viral e estetização do antagonismo como formas dominantes de ação política. Tufekci (2017) adverte que a automação da propaganda amplia exponencialmente a capacidade de manipulação, enquanto Zuboff (2019) chama atenção para a emergência de uma governamentalidade digital que desafia os marcos da deliberação pública.

Historicamente, a comunicação política passou de uma lógica de mediação institucional – ancorada em partidos, imprensa e debate público – para uma lógica de intermediação algorítmica e performativa (Manin, 1997; Wodak, 2015). Essa mutação se acelera com a emergência de infraestruturas digitais que reconfiguram tanto os formatos de propaganda quanto os modos de recepção do discurso político (Srnicek, 2017; Lovink, 2019). O estado atual da pesquisa aponta para um deslocamento do foco analítico: da mentira como conteúdo para a desinformação como operação sociotécnica de subjetivação (Tufekci, 2017; Zuboff, 2019). O presente artigo insere-se nesse debate ao examinar como campanhas digitais extremistas no Brasil reconfiguram a ação política a partir de três vetores interdependentes: guerra cultural, *targeting* algorítmico e desinformação performativa.

O objeto de estudo é a atuação de campanhas de extrema-direita nas eleições brasileiras de 2022 e 2024, com foco em suas estratégias digitais, técnicas de microsegmentação e articulações simbólicas. São analisadas características como a personalização algorítmica, o uso de plataformas como WhatsApp, YouTube, Kwai e TikTok para mobilizações afetivas, e o emprego de dados pessoais como instrumento de

manipulação política. Tais elementos evidenciam uma mutação no próprio conceito de campanha: de ferramenta de persuasão racional para dispositivo de captura emocional. Diferenciam-se, nesse sentido, de formas tradicionais de comunicação eleitoral por operarem em tempo contínuo, por fora da institucionalidade e mediante técnicas de invisibilização da autoria, financiamento e responsabilidade jurídica (NetLab/UFRJ, 2022; Mozilla Foundation, 2021).

Esse modelo contrasta com alternativas anteriores em pelo menos três dimensões: (i) a substituição da retórica argumentativa por performances morais; (ii) a dissolução do espaço público comum em bolhas afetivas isoladas; e (iii) o uso estrutural de desinformação como técnica de mobilização (Wodak, 2015). Avanços técnicos na modelagem preditiva e na automação da propaganda permitem uma personalização radical do discurso, mas criam também novos desafios à regulação, à transparência e à equidade do processo democrático (Benjamin, 2019; Couldry; Mejias, 2021). Como sintetiza Zuboff (2019), a personalização algorítmica não é apenas uma técnica de marketing, mas um novo regime de poder informacional. As controvérsias emergem, sobretudo, da tensão entre liberdade de expressão e manipulação algorítmica, entre espontaneidade política e indução informacional, entre tecnopolítica e soberania.

Diante disso, o presente estudo propõe-se a compreender como as campanhas digitais extremistas reorganizam a política no Brasil em termos simbólicos, infraestruturais e afetivos (Srnicek, 2017; Couldry; Mejias, 2021). A principal questão de pesquisa que orienta esta análise é: de que modo as campanhas de extrema-direita, mediadas por plataformas digitais, configuram uma nova forma de soberania simbólica baseada na manipulação algorítmica, na fragmentação do espaço público e na estetização do antagonismo? Como destaca Lovink (2019), a hiperaceleração tóxica converte a política em espetáculo viral, corroendo vínculos sociais de deliberação. O artigo busca, assim, tensionar os limites da regulação estatal, interrogar os regimes de verdade produzidos por essas campanhas e contribuir para o debate sobre alternativas democráticas frente à desinformação sistemática e à colonização do discurso político por infraestruturas privatizadas de comunicação (Zuboff, 2019; Benjamin, 2019).

2 Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, teórica, documental e crítica, ancorada na sociologia política da comunicação, na crítica da racionalidade algorítmica e na epistemologia da desinformação. O procedimento metodológico segue a lógica das revisões críticas de literatura, tomando como referência protocolos de revisão sistemática como o PRISMA (Moher et al., 2009) – adaptados à natureza qualitativa da pesquisa –, de modo a assegurar transparência na seleção do corpus e distinção em relação a um ensaio teórico.

Foram examinadas fontes primárias e secundárias produzidas entre 2010 e 2025, incluindo:

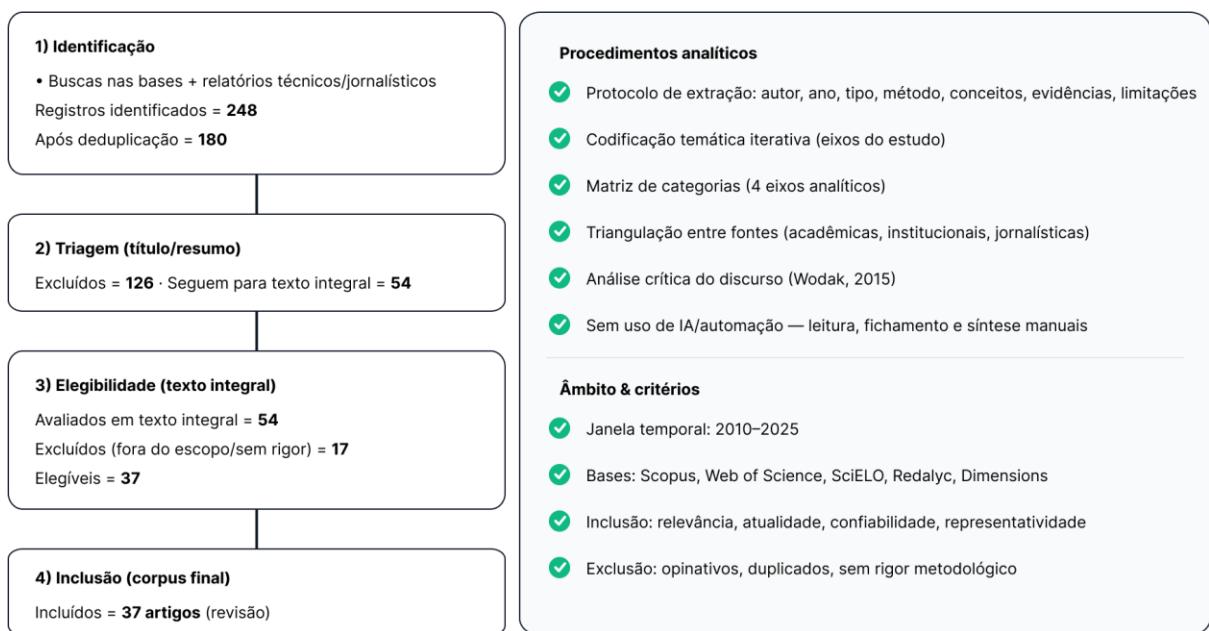
- artigos científicos indexados em bases como *Scopus*, *Web of Science*, *Redalyc*, *SciELO* e *Dimensions*;
- relatórios técnicos de institutos especializados (NetLab/UFRJ, *Mozilla Foundation*, *Global Witness*, TSE);
- documentos institucionais, peças jurídicas, legislações brasileiras (ex.: Lei Geral de Proteção de Dados e PL 2.630/2020);
- reportagens de veículos jornalísticos reconhecidos pela especialização na cobertura digital e política.

A seleção seguiu critérios de inclusão (relevância temática, atualidade, confiabilidade e representatividade) e critérios de exclusão (materiais opinativos, duplicados ou sem rigor metodológico). Os descritores utilizados nas buscas foram: “desinformação digital”, “campanhas eleitorais extremistas”, “governamentalidade algorítmica”, “fake news”, “segmentação política” e “infraestruturas digitais”, conforme demonstra a figura 1.

Figura 1 - Fluxograma Metodologia – PRISMA qualitativo e procedimentos analíticos

Metodologia — PRISMA qualitativo (adaptado) e procedimentos analíticos

Janela: 2010–2025 · Bases: Scopus, Web of Science, SciELO, Redalyc, Dimensions · Sem uso de IA/automação



Fonte: os autores, adaptado de Moher et al., 2009

A análise foi conduzida por codificação temática iterativa e análise crítica do discurso (Wodak, 2015). Para cada documento, aplicamos um protocolo de extração (autor, ano, tipo, escopo empírico, método, conceitos-chave, evidências, limitações), seguido de matriz de categorias (quatro eixos analíticos do estudo) e triangulação entre fontes acadêmicas, relatórios e documentos institucionais. No espírito do PRISMA adaptado ao qualitativo, documentamos as etapas de identificação (buscas nas bases), triagem (títulos/resumos), elegibilidade (texto integral com critérios) e inclusão (núcleo analítico). Não foram utilizadas ferramentas de IA ou softwares de automação; a sistematização foi manual (leitura analítica, fichamento e comparação crítica entre fontes).

Essa estratégia metodológica busca evidenciar os dispositivos de manipulação informacional como forma de poder simbólico e estrutural, interrogando como a

articulação entre dados, algoritmos e afetos redesenha as condições de possibilidade da democracia contemporânea.

3 Resultados e discussão

A análise evidencia que as campanhas digitais extremistas devem ser compreendidas como parte de um regime tecnopolítico que reorganiza a linguagem política, desestabiliza a mediação democrática e altera as condições de inteligibilidade do discurso público (Srnicek, 2017; Zuboff, 2019). Estruturadas em quatro eixos interdependentes, as práticas analisadas revelam o uso das plataformas não apenas como meios de difusão, mas como infraestruturas de subjetivação afetiva e manipulação simbólica. Como sintetiza Lovink (2019), o ambiente digital opera como máquina de intensificação tóxica da comunicação, tornando o engajamento uma métrica de poder político. O deslocamento para a guerra cultural, a personalização algorítmica, a monetização da desinformação e o surgimento de resistências comunicacionais insurgentes compõem um cenário de erosão dos vínculos democráticos (Wodak, 2015; Benjamin, 2019). A discussão articula esses elementos com os desafios da regulação, da justiça epistêmica e do letramento digital crítico³, mostrando que a resposta à radicalização comunicacional não pode se limitar ao campo jurídico, mas deve incorporar formas de resistência ontoepistêmica voltadas à reconstrução do espaço público como comum sensível e plural (Couldry; Mejias, 2021).

3.1 Da propaganda eleitoral à guerra cultural: o deslocamento das campanhas para ecossistemas informacionais alternativos

A substituição da lógica eleitoral por uma lógica bélica na comunicação política da extrema-direita não constitui um desvio marginal, mas uma reconfiguração estrutural do campo discursivo. Como destaca Wodak (2015), o populismo de direita desloca a gramática do dissenso para o campo da exclusão, mostrando que a propaganda abandona seu papel tradicional de mediação racional e assume a função de artefato simbólico em uma guerra de posições morais, travada nos circuitos afetivos da rede.

³ Processo educacional que visa desenvolver competências para compreender, analisar e resistir às estruturas algorítmicas de poder nas plataformas digitais (SILVA; SANTOS, 2023; NOBLE, 2018).

Nessa nova gramática, não se trata mais de disputar projetos societários ou visões de futuro, mas de promover antagonismos ontológicos que definem pertencimentos e expulsões. Lovink (2019) observa que as plataformas digitais, ao privilegiarem a viralidade, intensificam esse processo de antagonismo como espetáculo contínuo. A política, nesse contexto, é performada como dispositivo de exclusão e de reafirmação identitária violenta, reforçando o que Benjamin (2019) identifica como um regime tecnopolítico de reprodução de desigualdades sob a aparência de eficiência algorítmica.

Esse processo se intensifica com o declínio dos partidos como mediadores institucionais e a ascensão de agentes extrapartidários — influenciadores, pastores, páginas anônimas e empresários locais — que ocupam o vácuo discursivo com mensagens simplificadas e emocionalmente carregadas, adaptadas à lógica algorítmica (Manin, 1997; Srnicek, 2017). A personalização da política revela uma mutação simbólica em que candidaturas operam como marcas e a figura do político se dissolve no avatar do influenciador, deslocando o engajamento para métricas de viralização (Lovink, 2019). A desintermediação, celebrada por leituras tecnolibertárias, exibe sua face regressiva na supressão de filtros democráticos e no predomínio de estruturas informais de propaganda opacas à responsabilização (Couldry; Mejias, 2021).

O conceito de guerra cultural, herdado da tradição neoconservadora norte-americana e apropriado por estrategistas como Steve Bannon⁴, ganha especificidade no contexto latino-americano com a tropicalização do bolsonarismo. O conflito simbólico já não se dirige apenas ao “Estado” ou à “mídia”, mas ao cotidiano — ao professor que debate racismo, ao vereador que propõe políticas de gênero, à vizinha que compartilha pautas progressistas. Como aponta Wodak (2015), trata-se de uma política do escândalo permanente, sustentada pela fabricação midiática do pânico moral e pela conversão do ódio em performance legítima. A guerra discursiva é incessante, deslocando-se do calendário eleitoral para o tempo contínuo das redes, onde não há trégua, nem regras, nem distinção entre o público e o privado.

⁴ Steve Bannon (1953) é um estrategista político norte-americano, ex-executivo do portal de notícias Breitbart News e ex-assessor sênior do presidente Donald Trump. Em fevereiro de 2025, Bannon se declarou culpado de fraude no caso "We Build the Wall", um esquema de arrecadação de fundos que alegava financiar a construção de um muro na fronteira entre os EUA e o México. Como parte de um acordo judicial, ele evitou a prisão, recebendo uma sentença de três anos de liberdade condicional, sem a necessidade de pagar restituição, pois outros acusados já haviam devolvido milhões de dólares. Além disso, Bannon foi proibido de administrar organizações benéficas em Nova York durante três anos (El País, 2025)

A esse cenário se soma o papel ativo das plataformas, cujas arquiteturas técnicas estruturam não apenas a difusão, mas o próprio formato da mensagem e sua capacidade de afetar. A lógica do engajamento, orientada por algoritmos opacos, favorece conteúdos polarizadores e sensacionalistas, consolidando aquilo que Lovink (2019) caracteriza como hiperaceleração tóxica: um ambiente de retroalimentação afetiva, no qual a política se torna espetáculo viral. A campanha, então, não se encerra na urna — ela se desdobra como forma contínua de interpelar sujeitos a partir de identificações emocionais, convertendo o debate público em um fluxo incessante de performances indignadas, memes e escândalos moralizantes.

Nesse ecossistema, a estética comunicacional torna-se central. Casos como o de Nikolas Ferreira,⁵ que mobiliza narrativas ultraconservadoras com a linguagem visual de influenciadores juvenis, exemplificam como as campanhas se acoplam a repertórios culturais hegemônicos, naturalizando o discurso de ódio sob o verniz da autenticidade. Como lembra Benjamin (2019), a verossimilhança emocional substitui a prova racional como critério de verdade, de modo que a produção de adesão deixa de depender da força do argumento e passa a se fundar na experiência afetiva. A desinformação, nesse quadro, opera não apenas para enganar, mas para constituir laços emocionais, imunizar contra o dissenso e reproduzir uma visão de mundo.

Esse deslocamento aproxima a ‘guerra cultural’ das categorias gramscianas de hegemonia e guerra de posições, nas quais a disputa política se realiza pela produção de consenso e direção intelectual-moral nas malhas do cotidiano. No ambiente platformizado, a guerra de posições torna-se uma disputa contínua por visibilidade e legitimidade em circuitos algorítmicos, onde memes, enquadramentos morais e repertórios afetivos operam como ‘intelectuais orgânicos’ de um bloco histórico digital. Em termos gramscianos, o que está em jogo é a tradução de antagonismos difusos em senso comum ativo, convertido em práticas reiteradas de exclusão e pertencimento (Gramsci, 1971)

⁵ Nikolas Ferreira de Oliveira (1996) é um político brasileiro, atualmente deputado federal por Minas Gerais pelo Partido Liberal (PL). Formado em Direito pela PUC-Minas, ganhou notoriedade como influenciador digital antes de sua entrada na política. Ele se destaca por seu apoio aos valores tradicionais, à família e aos cristãos, além de ser um forte defensor do ex-presidente Jair Bolsonaro (POLITIZE!, 2025). Em maio de 2025, Nikolas Ferreira publicou um vídeo que viralizou nas redes sociais, alcançando mais de 230 milhões de visualizações. No vídeo, ele criticava propostas de fiscalização do sistema de pagamentos Pix, alegando que tais medidas poderiam prejudicar os usuários. A repercussão do conteúdo levou o governo federal a reconsiderar as mudanças propostas na regulamentação do Pix.

A regulação estatal, ainda baseada em paradigmas midiáticos da era do rádio e da televisão, mostra-se ineficaz diante dessa mutação. A Lei nº 9.504/1997, mesmo com modificações recentes, não alcança práticas como campanhas fantasma, disparos automatizados ou financiamento informal via redes de apoiadores (TSE, 2020). A categoria de militância espontânea, juridicamente ambígua, funciona como escudo para práticas orquestradas de manipulação, dificultando a responsabilização. O déficit normativo, porém, é apenas um dos sintomas: o núcleo da transformação reside na colonização da linguagem política por dispositivos afetivos que organizam a subjetividade em torno da ameaça e da nostalgia (Couldry; Mejias, 2021). Resistir a essa mutação não requer apenas retorno à institucionalidade, mas uma crítica situada dos modos pelos quais linguagem, afeto e tecnologia estão sendo rearticulados como instrumentos de captura política. Como sintetiza Wodak (2015), a eficácia simbólica do ódio não está na mentira em si, mas na sua performatividade afetiva. A política do ódio é também uma política do afeto – e, como tal, exige um enfrentamento ontoepistêmico, capaz de reconstituir os vínculos entre linguagem, escuta e sensibilidade democrática.

3.2 Inteligência algorítmica, microsegmentação e o uso político de dados nas campanhas digitais

A captura da política pela inteligência algorítmica não representa apenas uma transformação técnica, mas uma mutação na própria forma de governar as subjetividades (Zuboff, 2019). A propaganda eleitoral, antes estruturada em modelos de persuasão pública e argumentação coletiva, passa a operar sob a lógica da predição comportamental, na qual os sujeitos são rastreados, classificados e interpelados como perfis emocionais, e não como cidadãos deliberativos. Tufekci (2017) observa que o *microtargeting* converte a comunicação política em um regime dinâmico de modulação comportamental, antecipando preferências e dissolvendo a esfera pública. Nesse sentido, a microsegmentação, sustentada pela extração de dados pessoais e pela modelagem psicográfica, converte o processo eleitoral em um regime de governamentalidade preditiva – uma forma de poder que antecipa preferências, molda comportamentos e automatiza decisões políticas, fragmentando o comum em arquipélagos de afeto e crença (Benjamin, 2019).

Esse novo paradigma, que desloca o discurso do campo do convencimento para o da personalização adaptativa, foi amplamente aplicado nas eleições brasileiras de 2022 e 2024. Relatórios do NetLab/UFRJ⁶ identificam o uso sistemático de estratégias como disparos automatizados, perfis falsos e clusters afetivos baseados em gênero, religião e classe, articulados sobretudo em redes de baixa transparência como WhatsApp, Telegram e Kwai (NetLab/UFRJ, 2022). Por exemplo, o monitoramento “Viu Política” registrou picos coordenados de vídeos com deslegitimização das urnas em YouTube/TikTok às vésperas de debates televisivos, reaproveitados em grupos de WhatsApp e Telegram, indicando retroalimentação entre recomendação algorítmica e disparos fechados (NetLab/UFRJ, 2022; Mozilla Foundation, 2021).

Tufekci (2017) enfatiza que esses sistemas não apenas comunicam, mas modulam o comportamento político em tempo real. Lovink (2019) complementa que a retroalimentação algorítmica cria ambientes onde a campanha aprende, responde e ajusta sua retórica em função dos padrões de engajamento captados por dispositivos invisíveis ao eleitor comum.

A manipulação algorítmica da comunicação política se sustenta na assimetria epistêmica que caracteriza o uso de dados. O público não tem acesso às lógicas de classificação que o interpelam, nem às razões pelas quais certos conteúdos lhe são direcionados (Couldry; Mejias, 2021). O *targeting* político, ao operar com base em informações sensíveis e sem consentimento claro, instaura um regime de verdades privadas, inacessíveis ao contraditório e à deliberação pública. Como alerta Zuboff (2019), o poder preditivo se alimenta da opacidade, não da transparência. Ao invés de pluralizar vozes, a personalização algorítmica silencia dissensos e reforça bolhas identitárias. A promessa de autonomia informacional – defendida por discursos tecnolibertários – converte-se, paradoxalmente, em mecanismo de interdição simbólica (Lovink, 2019).

Essa arquitetura da invisibilidade é também atravessada por marcadores de exclusão histórica. Campanhas digitais têm utilizado sistemas de IA para propagar fake news orientadas por critérios discriminatórios, como discursos ultraconservadores

⁶ Laboratório vinculado à UFRJ que realiza pesquisas sobre desinformação, algoritmos e campanhas digitais no Brasil, com foco na análise empírica de plataformas e estratégias de manipulação política (NETLAB/UFRJ, 2022).

direcionados a públicos evangélicos ou desinformações sobre políticas educacionais voltadas a mães de baixa renda (NetLab, 2023). Benjamin (2019) afirma que o racismo algorítmico não apenas reflete preconceitos, mas os transforma em padrões operacionais de governo, o que ilumina como algoritmos convertem desigualdades sociais em mecanismos de manipulação comunicacional. Nesse contexto, a personalização deixa de ser mera técnica e torna-se um vetor de naturalização da exclusão, em nome da eficiência política (Wodak, 2015).

Do ponto de vista normativo, a fragilidade da regulação acentua os riscos, pois a governança informacional continua tensionada por assimetrias estruturais entre Estado e plataformas (Couldry; Mejias, 2021). Embora a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)⁷ estabeleça salvaguardas fundamentais — como o princípio da autodeterminação informacional e a proteção de dados sensíveis — sua aplicação no campo político-eleitoral é limitada e frequentemente ineficaz. Zuboff (2019) observa que sem transparência e limitação do uso secundário de dados, o poder computacional avança por zonas cinzentas, o que ajuda a entender por que a categoria de militância espontânea, instrumentalizada para driblar a fiscalização sobre campanhas paralelas, mantém áreas de opacidade jurídica e dificulta responsabilizações estruturais (Mozilla Foundation, 2021). Entre 2020 e 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consolidou medidas para combater a desinformação e proteger a integridade eleitoral — abertura de dados eleitorais (repositório de 2020), acordos com plataformas e memorandos operacionais. Em 2020, o TSE disponibilizou repositório com boletins de urna e perfis do eleitorado (TSE, 2020). Em 2022, firmou memorando com o WhatsApp para coibir conteúdos falsos, com stickers informativos e canais de denúncia (TSE, 2022a/2022b). Em 2024, ampliou a cooperação com YouTube/Google, TikTok, Meta e X para identificação e contenção de *fake news* durante o ciclo eleitoral (TSE, 2024). Esses avanços, embora relevantes, seguem limitados pela natureza voluntária das plataformas e pelo déficit sancionatório, o que preserva a economia política da desinformação (Wodak, 2015; Lovink, 2019).

A crítica a essa forma de governança algorítmica não pode se restringir à denúncia de abusos legais, devendo avançar para uma compreensão mais profunda da

⁷ Lei nº 13.709/2018, que regula o tratamento de dados pessoais no Brasil, incluindo o uso eleitoral e político de dados sensíveis, estabelecendo princípios de transparência e consentimento (BRASIL, 2018).

relação entre técnica, subjetividade e democracia (Couldry; Mejias, 2021). A inteligência artificial, ao reorganizar os modos de percepção e recepção das mensagens políticas, modifica também os parâmetros do espaço público. Zuboff (2019) alerta que a verdade cede lugar à verossimilhança emocional, e a política se converte em gestão algorítmica do afeto. O que está em jogo, portanto, não é apenas a integridade das eleições, mas as condições de possibilidade da ação coletiva sob regime informacional automatizado (Lovink, 2019).

Diante disso, torna-se necessário deslocar a crítica do plano moral da desinformação para o plano ontopolítico da constituição do sujeito. A microsegmentação não apenas identifica preferências; ela institui identidades, define relevâncias, hierarquiza interlocuções e organiza os termos do debate. Repensar a democracia em tempos de personalização algorítmica exige interrogar os regimes de visibilidade, as infraestruturas de escuta e os critérios de pertencimento que estruturam o espaço público digital. É nessa chave que se deve compreender a ameaça das campanhas digitais extremistas: não como episódios patológicos, mas como sintomas de uma mutação sistêmica na forma de governo das emoções e na produção da vontade política.

3.3 Plataformas digitais como infraestruturas da desinformação e da desintegração da esfera pública

A noção de ‘guerra irrestrita’ (QIAO e WANG, 1999) ilumina a expansão do conflito para além do campo militar, incorporando domínios financeiros, jurídicos e informacionais. Sob essa lente, campanhas digitais extremistas operam táticas de baixo custo e alto impacto—saturação de sentidos, *lawfare* comunicacional, operações de influência e desorganização epistêmica—que contornam fronteiras formais de guerra e exploram a assimetria regulatória entre Estados e plataformas.

A desinformação digital não deve ser compreendida como uma anomalia do ecossistema comunicacional contemporâneo, mas como efeito imanente das lógicas que organizam visibilidade, circulação e valor informativo nas plataformas digitais. Como observa Lovink (2019), a aceleração da informação não é ruído, mas funcionalidade do sistema, mostrando que não se trata de exceções, mas de efeitos estruturais. A Mozilla Foundation mostrou que, mesmo após ajustes anunciados, o

YouTube continuou a sugerir conteúdos conspiratórios e polarizadores com alta frequência, ampliando o alcance de ataques morais e teorias de fraude eleitoral (Mozilla Foundation, 2021). O que está em disputa não é apenas o conteúdo das mensagens, mas os regimes de verdade que as tornam eficazes (Wodak, 2015). A arquitetura algorítmica das redes sociais, sustentada na opacidade dos sistemas de recomendação, na retroalimentação comportamental e na maximização do tempo de permanência, converte o engajamento em métrica de validação. Nesse modelo, como enfatizam Couldry e Mejias (2021), a verdade adquire caráter performativo: é legítimo o que viraliza, é relevante o que gera cliques, independentemente de seu conteúdo factual.

Essa mutação epistêmica transforma as plataformas em ambientes orientados pela lógica da atenção como capital, em que a economia política da visibilidade converte afetos em mercadoria (Srnicek, 2017). Como observa Lovink (2019), a toxicidade não é ruído, mas desenho estrutural do sistema, evidenciando que a aceleração informacional e a viralização da mentira não constituem falhas, mas funções imanentes. O diagnóstico encontra respaldo em evidências empíricas: relatório da *Mozilla Foundation* (2021)⁸ confirma que o YouTube, mesmo após reformas anunciadas, continua a recomendar conteúdos conspiratórios e desinformativos com alta frequência. Na mesma direção, a pesquisa “Viu Política”⁹ do NetLab/UFRJ mostrou que, durante as eleições de 2022, os vídeos mais visualizados em plataformas como TikTok e YouTube foram dominados por ataques morais, teorias da conspiração e deslegitimação das urnas — conteúdos amplificados por mecanismos de monetização e impulsionamento (NetLab/UFRJ, 2022).

Essa convergência entre desinformação, modelo de negócios e dinâmica algorítmica estrutura o que Srnicek (2017) denomina de infraestrutura digital corporativa, um aparato orientado à extração de dados e ao controle de comportamento. Nessa lógica, o valor político da informação deixa de ser medido pela

⁸ Organização internacional sem fins lucrativos dedicada à promoção de uma internet aberta e segura. Produziu pesquisas revelando que o YouTube continua recomendando conteúdos desinformativos mesmo após reformas (MOZILLA FOUNDATION, 2021).

⁹ O Viu Política é um projeto do NetLab/UFRJ, em parceria com o Instituto Vero, a University of Exeter e a Mozilla Foundation, que analisou conteúdos políticos no YouTube durante as eleições brasileiras de 2022. Por meio de um plugin, voluntários sinalizaram vídeos políticos, permitindo identificar padrões de recomendação, polarização e conteúdos com viés ideológico, incluindo desinformação (NetLab/UFRJ, 2022).

sua contribuição ao debate público e passa a ser subordinado à sua capacidade de gerar receita. Como destaca Zuboff (2019), a linguagem se transforma em ativo financeiro e a atenção em commodity, o que explica por que o discurso se torna mercadoria e a esfera pública se converte em mercado de afetos, no qual a radicalização é premiada como ativo de engajamento. Nesse contexto, campanhas políticas extremistas operam com racionalidade empresarial, terceirizando a produção discursiva a influenciadores digitais e transformando a mentira em moeda simbólica (Lovink, 2019).

A monetização do dissenso e a privatização da linguagem produzem um tipo específico de erosão democrática: não se trata de censura direta, mas de uma saturação de sentidos, da proliferação de ruídos e da dissolução dos critérios partilhados de inteligibilidade. Nesse cenário, a verdade não é negada, mas dissolvida em excesso de versões (Wodak, 2015), neutralizada pela abundância de narrativas que competem por atenção. A crítica de Couldry e Mejias (2021) ao colonialismo de dados ilumina esse processo ao mostrar que as plataformas não atuam como mediadoras neutras, mas constituem formas de poder que reduzem sujeitos a perfis de consumo, tornando a comunicação política um exercício de mineração emocional. Como enfatiza Benjamin (2019), algoritmos não apenas organizam informação, mas também definem quem importa e quem pode ser silenciado. Ao invés de promover deliberação pública, essas infraestruturas instalam um regime de indução preditiva que captura afetos e restringe o espaço de escuta democrática.

A resposta institucional a esse cenário tem sido fragmentária e insuficiente. O Projeto de Lei 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News, segue sem aprovação integral, pressionado por lobbies transnacionais e disputas políticas internas. Iniciativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020; 2022; 2024), como acordos com empresas de tecnologia para conter a desinformação eleitoral em 2022, foram relevantes em ações pontuais, mas esbarraram na natureza voluntária das plataformas e na ausência de mecanismos sancionatórios eficazes. O episódio envolvendo a multa aplicada ao Telegram pelo Supremo Tribunal Federal ilustra os limites da soberania normativa nacional diante de corporações digitais que operam globalmente e com baixa accountability. Segundo o STF, a sanção decorreu do descumprimento de ordens judiciais sobre moderação e disponibilização de dados, expondo os limites práticos da

jurisdição nacional frente às plataformas transnacionais e à assimetria regulatória (STF, 2023).

Essas dinâmicas, embora generalizadas, possuem efeitos territorialmente desiguais. Em regiões periféricas e municípios com baixa densidade informacional, a desinformação digital assume a função de governo informal, moldando percepções políticas cotidianas (Atlas da Notícia, 2023)¹⁰. O levantamento mostra que cerca de 30 milhões de brasileiros vivem em desertos de notícia, nos quais redes como WhatsApp e YouTube não apenas complementam, mas substituem os meios jornalísticos tradicionais. Nesses contextos, a dependência informacional potencializa a captura por narrativas sensacionalistas e reduz o contraditório, aprofundando a vulnerabilidade comunicacional (Atlas da Notícia, 2023). Como observa Lovink (2019), a ausência de informação crítica é o terreno fértil para a proliferação de narrativas tóxicas. Nesses contextos, a comunicação política se apresenta como pastoral algorítmica, articulando mensagens segmentadas com marcadores sociais de vulnerabilidade, em que o controle da narrativa não se realiza pela coerção explícita, mas pela captura da linguagem disponível e pela imposição silenciosa de sentidos hegemônicos.

Frente a essa paisagem, torna-se evidente que a erosão da esfera pública não pode ser compreendida como um simples problema de verificação factual. O que está em disputa é a reorganização das condições infraestruturais que tornam possível a produção partilhada de sentido (Couldry; Mejias, 2021). A crítica, portanto, deve ultrapassar a desmontagem de conteúdos falsos e avançar para a análise dos dispositivos que definem o que pode circular, o que pode ser ouvido e o que pode ser acreditado. Como sintetiza Zuboff (2019), a crise da verdade é menos um erro moral do que uma funcionalidade do capitalismo de vigilância, que converte linguagem em ativo financeiro e subjetividade em alvo permanente de manipulação preditiva. A questão, portanto, não é apenas epistemológica, mas estrutural: a política informacional passa a operar como economia da crença, administrada por infraestruturas privadas de comunicação (Benjamin, 2019).

¹⁰ Projeto de mapeamento da presença de veículos jornalísticos no Brasil. Revela desertos de informação onde a desinformação digital substitui o jornalismo local (ATLAS DA NOTÍCIA, 2023).

3.4 Entre o rastreamento e a resistência: caminhos insurgentes para uma reconstrução do espaço público

A assimetria informacional que estrutura o ecossistema digital contemporâneo não se restringe à circulação de conteúdos, mas alcança a própria definição do que pode ser reconhecido como discurso legítimo. Ao privatizarem os circuitos da linguagem e ao imporem critérios algorítmicos de visibilidade, as plataformas concentram um poder que ultrapassa o domínio técnico e se inscreve como força ontopolítica (Couldry; Mejias, 2021). Como observa Wodak (2015), o poder discursivo não se limita a moldar sentidos, mas define quem pode falar e quem deve ser silenciado. Nesse cenário, a governança computacional reconfigura o que é audível e quais formas de vida são inteligíveis. Contra essa captura estrutural, emergem práticas de resistência que não se limitam à denúncia, mas operam como insurgências epistemológicas, propondo novos modos de escuta, de produção de verdade e de organização do comum (Santos, 2016).

Iniciativas como o Monitor do Debate Político (USP)¹¹, o NetLab (UFRJ) e o Desinformante (UFMG)¹² desempenham papel central nesse enfrentamento. Ao rastrear redes de desinformação e mapear a atuação de influenciadores e fluxos automatizados, esses observatórios desconstroem o mito da neutralidade algorítmica e revelam os circuitos técnicos e financeiros que sustentam a radicalização digital. Mais do que ações reativas, tais práticas constituem formas de contracartografia informacional — mapeamentos críticos que, ao tornarem visível o invisibilizado, deslocam o olhar da superfície dos conteúdos para as infraestruturas que os sustentam. Essa prática investigativa se alinha ao que Boaventura de Sousa Santos (2016) define como sociologia das ausências, ao romper com a epistemologia dominante e valorizar modos de saber e ver que foram sistematicamente excluídos.

No campo educativo, esse deslocamento crítico se manifesta em projetos de letramento digital emancipatório, que visam não apenas capacitar tecnicamente, mas descolonizar cognitivamente os sujeitos. A crítica de Safiya Noble (2018) à discriminação algorítmica explicita como os mecanismos de busca e ranqueamento

¹¹ Projeto de pesquisa da USP que monitora a circulação de desinformação e discursos de ódio nas redes, promovendo estudos empíricos sobre algoritmos e linguagem política (MONITOR DIGITAL, 2025).

¹² Ferramenta digital desenvolvida por pesquisadores da UFMG para auxiliar na verificação de notícias falsas disseminadas em redes sociais como WhatsApp (UFMG, 2025).

consolidam hierarquias epistêmicas, ocultando saberes minoritários sob a lógica da relevância comercial. Em resposta, iniciativas como o projeto Letramento Digital nas Escolas Públicas e experiências de educação intercultural – como as desenvolvidas no contexto do ensino indígena (Silva e Santos, 2023) – propõem formas de aprendizagem baseadas na pluralidade epistemológica e na valorização da escuta, da oralidade e da experiência como fundamentos de uma cidadania informacional crítica.

Essas experiências educativas articulam-se a novas formas de organização política que reconfiguram os próprios modos de fazer campanha e disputar o espaço público. Candidaturas coletivas,¹³ como as sistematizadas pelo INESC (2022) e pelo projeto Resocie (2023), não apenas rompem com o personalismo dominante nas plataformas, mas propõem uma estética da política ancorada na copresença, no vínculo e na partilha sensível. Ao invés da performance agressiva típica das extremas direitas digitais, essas mobilizações cultivam uma linguagem outra: política como escuta, como cuidado e como projeto coletivo. Trata-se de um retorno à política enquanto pedagogia – como defendeu Paulo Freire (1987) – em que a transformação social emerge da prática reflexiva dos sujeitos e da construção horizontal de sentidos.

A reconfiguração da resistência, no entanto, exige mais do que iniciativas isoladas: demanda a constituição de contra-infraestruturas que não apenas desafiem narrativas dominantes, mas questionem os próprios modos de existência mediados pela tecnologia. Como alerta Srnicek (2017), a luta política não está apenas nos conteúdos, mas nas arquiteturas que os tornam possíveis. Nessa chave, a disputa contemporânea não se limita ao que circula, mas se estende aos circuitos de produção, circulação e recepção. Contra o rastreamento como vigilância, emerge o rastreamento como escuta comprometida; contra a pedagogia da obediência algorítmica, uma pedagogia da reexistência comunicacional (Santos, 2016). A insurgência epistêmica, portanto, não busca apenas corrigir assimetrias, mas instaurar ontologias de verdade alternativas – modos de saber, sentir e comunicar que escapam à lógica da extração, da monetização e da captura (Noble, 2018).

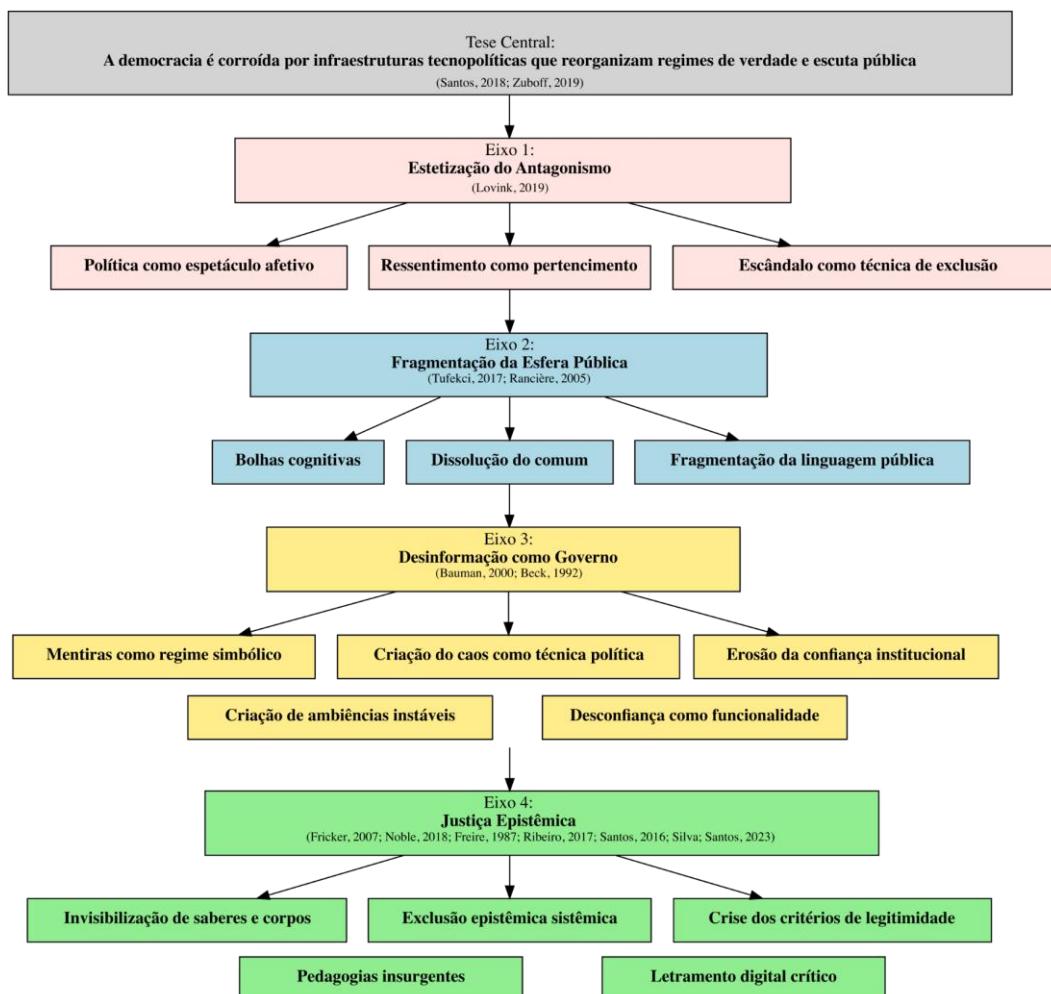
¹³ Modelos de representação política em que um mandato é compartilhado por mais de uma pessoa, com base em princípios de horizontalidade e copresença. Estudados por projetos como o INESC (2022) e o RESOCIE (2023).

Essas formas de resistência operam na contramão do determinismo tecnológico e recusam a ideia de que a radicalização informacional seja inevitável. Lovink (2019) lembra que o niilismo das plataformas não pode ser naturalizado como destino, mas combatido como forma de regressão política. Nesse horizonte, tais práticas reivindicam a possibilidade de reinvenção institucional, de imaginação política e de reconstrução coletiva do comum. Diante do avanço da governança algorítmica e da erosão da esfera pública, a democracia do século XXI dependerá, em grande medida, da capacidade de afirmar uma política do sensível: uma ecologia de saberes, afetos e infraestruturas que sustente a resistência à automatização da escuta e à mercantilização da verdade (Benjamin, 2019).

4 Arguição Analítica

A reorganização tecnopolítica do espaço público não deve ser entendida como um simples deslocamento das formas tradicionais de mediação política, mas como uma mutação ontoepistêmica profunda, na qual infraestruturas digitais e dispositivos algorítmicos operam não apenas sobre o conteúdo da linguagem pública, mas sobre suas próprias condições de possibilidade (Couldry; Mejias, 2021). Nesse sentido, a democracia contemporânea não é ameaçada por falhas contingentes de comunicação, mas corroída em sua base sensível por regimes de verdade que privilegiam a performatividade afetiva, a segmentação emocional e a manipulação simbólica como formas dominantes de modulação da subjetividade. Como destaca Wodak (2015), o discurso populista não convence pelo argumento, mas pela intensificação de afetos de medo e exclusão. Assim, a política deixa de se organizar em torno da deliberação racional e passa a ser definida pela sua capacidade de gerar identificação estética, afeto imediato e exclusão simbólica (Benjamin, 2019). Essa transformação é sintetizada no diagrama a seguir, que estrutura os quatro eixos analíticos articuladores da tese central deste estudo (Figura 2).

Figura 2 - Esquema da corrosão sensível da democracia por infraestruturas digitais



Fonte: os autores, baseado em Santos (2016; 2018; 2021; 2024), Mbembe (2018), Laclau (2005), Figueiredo & Santos (2020), Arendt (2016), Fischer (2007; 2021) e Butler (2019).

Legenda: Eixos analíticos: (1) Estetização do antagonismo; (2) Fragmentação da esfera pública; (3) Desinformação como forma de governo; (4) Justiça epistêmica (*inclui práticas como pedagogias insurgentes, letramento digital crítico e observatórios independentes; evitar “Pedagogias insurgentes” como quadro duplicado*).

O primeiro eixo corresponde à estetização do antagonismo. O conflito político deixa de ser confronto de razões e se converte em espetáculo de ressentimentos mobilizados estrategicamente. O populismo se funda na fabricação de inimigos, enquanto Lovink (2019) identifica a viralização da indignação como técnica deliberada de visibilidade política. Esse processo revela que exclusão e ódio operam como dispositivos de pertencimento, reforçando a política como espetáculo afetivo (Debord, 1997).

O segundo eixo trata da fragmentação da esfera pública, marcada pela dissolução do comum compartilhado. Tufekci (2017) evidencia que a microsegmentação digital transforma cidadãos em perfis isolados, e Rancière (2005) observa que essa lógica corrói a partilha do sensível que sustenta a comunidade política. A fragmentação, assim, não apenas multiplica bolhas cognitivas (Sunstein, 2009), mas instala regimes autossuficientes de verdade, dificultando o dissenso e o diálogo democrático.

O terceiro eixo aborda a desinformação como forma de governo. Zuboff (2019) demonstra que a mentira deixa de ser exceção e se torna regime estrutural do capitalismo de vigilância. Bauman (2000) interpreta o uso do caos e da instabilidade como estratégia política, e Beck (1992) associa a erosão da confiança institucional à funcionalidade sistêmica da incerteza. A desinformação, nesse sentido, não é mero desvio, mas instrumento constitutivo de governança algorítmica.

Por fim, o quarto eixo remete à justiça epistêmica como horizonte de recomposição democrática. Fricker (2007) define-a como combate às exclusões que desqualificam determinados sujeitos como portadores de conhecimento. Noble (2018) denuncia como algoritmos reproduzem desigualdades raciais e de gênero, Ribeiro (2017) explicita o apagamento estrutural de vozes periféricas, e Santos (2016; 2018) situa a diversidade epistêmica no centro da democracia. Experiências pedagógicas insurgentes, como as descritas por Silva e Santos (2023), demonstram que práticas

educativas críticas podem instaurar novas formas de escuta e partilha, criando condições para reinventar a democracia em bases plurais e inclusivas.

Diante desse cenário, a resistência comunicacional não pode se limitar à denúncia ou à checagem factual. O problema não é a mentira em si, mas as condições de sua eficácia afetiva e estrutural. Iniciativas como observatórios de redes, campanhas educativas e candidaturas coletivas tensionam esse modelo ao deslocar o foco da superfície dos conteúdos para a crítica das infraestruturas de visibilidade (NetLab/UFRJ, 2022; INESC, 2022). Essas práticas não visam apenas correções técnicas, mas descontinuidades ontoepistêmicas: modos alternativos de saber, sentir e organizar o comum. A insurgência, aqui, não é mero gesto opositor, mas processo de desautomatização da sensibilidade – um esforço por reinstaurar o espaço público como lugar de encontro entre diferenças, e não de sua antecipação algorítmica (Santos, 2016).

Essa reconfiguração, entretanto, envolve paradoxos. Ao mesmo tempo em que estratégias de contra-informação buscam disputar o território simbólico das redes, muitas vezes acabam reproduzindo os mesmos códigos de virabilidade e autenticidade que sustentam a lógica da plataformaização. Como alerta Lovink (2019), até a crítica corre o risco de ser absorvida pela estética do engajamento. A contra-hegemonia comunicacional, portanto, deve evitar ser capturada pelo regime que busca contestar. A pedagogia da escuta, inspirada em Freire (1987), aponta um caminho ao propor um modelo de comunicação baseado não na resposta instantânea, mas na construção compartilhada de sentido. Escutar, nesse horizonte, significa suspender a captura, acolher a opacidade do outro e criar zonas de indeterminação em que o dissenso possa se expressar sem ser imediatamente convertido em ruído (Noble, 2018).

A reconstrução do espaço público exige, assim, mais do que regulação jurídica ou alfabetização midiática: requer crítica radical aos modos como regimes algorítmicos reconfiguram o campo do sensível, deslocando a política da palavra pública para a predição e a monetização do afeto. Como argumenta Benjamin (2019), resistir é afirmar modos de vida que escapem à captura algorítmica. Resistir, aqui, é propor outra política do sensível: uma ecologia da comunicação fundada na pluralidade de saberes, na hospitalidade epistêmica e na recusa da transparência como imposição totalitária (Santos, 2016). A democracia, se quiser subsistir na era da inteligência artificial, precisará reinventar-se como gesto de escuta e coabitAÇÃO do indizível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que campanhas digitais extremistas, no Brasil, operam como regime tecnopolítico que reordena linguagem, afeto e visibilidade, em consonância com os quatro eixos da Figura 2: (i) estetização do antagonismo (Wodak, 2015; Lovink, 2019), (ii) fragmentação da esfera pública por *targeting/microtargeting* e bolhas informacionais (Tufekci, 2017; Sunstein, 2009), (iii) desinformação como forma de governo articulada ao capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) e (iv) justiça epistêmica como horizonte de recomposição democrática (Fricker, 2007; Noble, 2018; Santos, 2016).

A ausência de mensuração em larga escala de metadados e redes é a principal limitação, dado o caráter dinâmico dos ambientes digitais. Pesquisas futuras podem combinar métodos computacionais (rastreamento de fluxos, auditorias algorítmicas) e etnografia digital, além de comparações transnacionais para contrastar regularidades e especificidades do extremismo digital.

Em termos de política pública, recomenda-se: (a) transparência algorítmica e limites ao *targeting* político por dados sensíveis; (b) responsabilização por desinformação sistemática; (c) programas de letramento digital crítico; (d) fortalecimento de observatórios independentes; e (e) investimento em contra-infraestruturas de produção de sentido e arranjos institucionais de escuta. Em síntese, enfrentar a radicalização comunicacional requer mais do que regulação: exige reconstituir o comum sensível, reposicionando a democracia como prática de escuta plural, cuidado e verdade pública (Couldry; Mejias, 2021; Zuboff, 2019).

Agradecimentos: Ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/ UNESP e ao professor Dr. José Osvando Morais (*in memoriam*). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Proc. 2022/08397-6) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 305265/2023-7).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BECK, Ulrich. **Risk Society**: Towards a New Modernity. London: Sage, 1992.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Cambridge: Polity Press, 2019. Disponível em: <https://www.ruhabenjamin.com/race-after-technology>. Acesso em: 1 set. 2025.

COULDREY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection**: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2021. Disponível em: <https://www.sup.org/books/title/?id=31415>. Acesso em: 1 set. 2025.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

EL PAÍS. **Steve Bannon se declara culpable de un delito grave de estafa para evitar ir a la cárcel**. 11 fev. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2025-02-11/steve-bannon-se-declara-culpable-de-un-delito-grave-de-estafa-para-evitar-ir-a-la-carcel.html>. Acesso em: 1 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice**: Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

GLOBAL WITNESS. Facebook aprovou anúncios com desinformação eleitoral no Brasil. **IG Tecnologia**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://tecnologia.ig.com.br/2022-08-16/brasil-facebook-aprovou-anuncios-desinformacao-eleitoral.html>. Acesso em: 1 set. 2025.

INESC. **Candidaturas coletivas no Brasil**: um estudo sobre a eleição de 2022. Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Eleicoes-2022-Candidaturas-Coletivas.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.

LOVINK, Geert. **Sad by Design**: On Platform Nihilism. London: Pluto Press, 2019. Disponível em: <https://research.hva.nl/en/publications/sad-by-design-on-platform-nihilism>. Acesso em: 1 set. 2025.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

META. Meta's Adversarial Threat Report: First Quarter 2023. **Meta**, 3 maio 2023. Disponível em: <https://about.fb.com/news/2023/05/metas-adversarial-threat-report-first-quarter-2023>. Acesso em: 1 set. 2025.

MOHER, D. et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, e1000097, 2009.

MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **Projeto de pesquisa da USP sobre desinformação**. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/>. Acesso em: 1 set. 2025.

MOZILLA FOUNDATION. YouTube Regrets – Our research shows that YouTube still recommends harmful content. **Mozilla Foundation**, 2021. Disponível em: <https://www.mozilla.org/pt-BR/youtube/findings/>. Acesso em: 1 set. 2025.

NETLAB/UFRJ. NetLab une esforços com o Tribunal Superior Eleitoral no combate à desinformação nas eleições 2022. **NetLab/UFRJ**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/netlab-une-esfor%C3%A7os-com-o-tribunal-superior-eleitoral-no-combate-%C3%A0-desinforma%C3%A7%C3%A3o-nas-elei%C3%A7%C3%B3es-2022>. Acesso em: 1 set. 2025.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: New York University Press, 2018.

POLITIZE! **Quem é Nikolas Ferreira?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/nikolas-ferreira/>. Acesso em: 1 set. 2025.

QIAO, Liang; WANG, Xiangsui. **Unrestricted Warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RESOCIE. Mapa das candidaturas coletivas e compartilhadas. **Rede de Pesquisa em Sociologia Política das Emoções e dos Conflitos**, 2023. Disponível em: <https://resocie.org/candidaturas-coletivas-e-compartilhadas/>. Acesso em: 1 set. 2025.

RESSA, Maria. **How to Stand Up to a Dictator**. New York: HarperCollins, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento/Justificando, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South**. Durham: Duke University Press, 2018.

SILVA, Lidiane A. R.; SANTOS, Jucilene F. Letramento digital crítico e justiça epistêmica na escola indígena. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e90592, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/90592>. Acesso em: 1 set. 2025.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017. Disponível em: <https://www.politybooks.com/bookdetail/?isbn=9781509504862>. Acesso em: 1 set. 2025.

SUNSTEIN, Cass R. **Going to Extremes: How Like Minds Unite and Divide**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SUNSTEIN, Cass R. **#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). STF aplica multa ao Telegram por descumprimento de ordens judiciais. **STF Internacional**, 2023. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/internacional/content.asp?id=502136&idioma=en_us&ori=1. Acesso em: 1 set. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Resultados das Eleições Municipais de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1>. Acesso em: 1 set. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral**. 2022a. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/arquivos/programa-permanente-de-enfrentamento-a-desinformacao-novo.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **TSE e WhatsApp celebram acordo para combate à desinformação nas eleições 2022**. 2022b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-e-whatsapp-celebram-acordo-para-combate-a-desinformacao-nas-eleicoes-2022>. Acesso em: 1 set. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Confira a íntegra dos acordos com plataformas digitais para combater mentiras nas eleições 2024**. ago. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/confira-a-integra-dos-acordos-com-plataformas-digitais-para-combater-mentiras-nas-eleicoes-2024-1>. Acesso em: 1 set. 2025.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest**. New Haven: Yale University Press, 2017.

UFMG. **Ferramenta para web e WhatsApp ajuda a identificar as 'fake news'**. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ferramenta-para-web-e-whatsapp-ajuda-a-identificar-as-fake-news>. Acesso em: 1 set. 2025.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**: What Right-Wing Populist Discourses Mean. London: SAGE Publications, 2015.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs, 2019. Disponível em: <https://www.publicaffairsbooks.com/titles/shoshana-zuboff/the-age-of-surveillance-capitalism/9781610395694>. Acesso em: 1 set. 2025.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E DESIGUALDADES REGIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE CAMPANHAS DE PEQUENOS MUNICÍPIOS DO NORTE, CENTRO-OESTE E SUL DO BRASIL¹

Mariana de Paula Queiroz²

Mariana de Sousa Dantas³

Lana Vitória Leles Figueiredo⁴

Joscimar Souza Silva⁵

Resumo: Como a transformação digital se expressou nas diferentes municipalidades do Brasil durante as eleições de 2024? Este trabalho se fundamenta no pressuposto teórico de que as mídias sociais digitais, ao estabelecer novas bases para a representação política, transformaram o modus operandi das campanhas eleitorais. Sendo assim, usamos da transformação digital, aqui colocada a partir de dois eixos principais: 1. a capacidade de impulsionamento da intermediação digital nas campanhas eleitorais (Coleman, 2005); e 2. as ferramentas digitais utilizadas (Gomes et al., 2009), para analisar um foco substancial e ainda pouco investigado: os pequenos municípios. A partir da revisão literária, o trabalho se aprofunda em uma análise comparativa entre as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste e os seus respectivos níveis de transformação digital, aferidos durante as campanhas eleitorais de 2024, em municípios com menos de 50 mil habitantes. A coleta de dados foi realizada de maneira semi-automatizada em perfis do Instagram dos candidatos a prefeito e vice-prefeito em três municípios de cada região citada. A análise de conteúdo permitiu que os dados fossem organizados, categorizados e quantificados com enfoque nas disparidades regionais de transformação digital nos municípios analisados. Nossa hipótese é que as diferenças regionais afetam a forma como a tecnologia pode modular a representação política, mas que a transformação digital já se faz presente em todas as macrorregiões, variando apenas em grau. Os resultados apontam para a continuação de uma desigualdade regional histórica entre o Norte, Sul e Centro-Oeste. Entretanto, a disparidade é

¹ A pesquisa que gerou este artigo contou com apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (PROIC-UnB), edital PIBIC 2024/2025 (CNPq/FAP-DF/UnB).

² Graduanda em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Pesquisadora voluntária no Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (PROIC-UnB) edital PIBIC 2024/2025. Membro do grupo de pesquisa Informação Pública e Eleições, na UnB. E-mail: marianadpaulaqueiroz@gmail.com

³ Graduanda em Direito pela Universidade de Brasília. Bolsista do CNPq no Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (PROIC-UnB) edital PIBIC 2024/2025. Membro do grupo de pesquisa Informação Pública e Eleições, na UnB. E-mail: marianadantas05@gmail.com

⁴ Graduanda em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Pesquisadora voluntária no Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (PROIC-UnB) edital PIBIC 2024/2025. Membro do grupo de pesquisa Informação Pública e Eleições, na UnB. E-mail: lanaviih004@gmail.com

⁵ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador no artigo. Professor no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e membro da Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais. Coordena o grupo de pesquisa Informação Pública e Eleições, na UnB. E-mail: joscimar.silva@unb.br

relativamente menor do que a esperada, revelando uma transformação digital presente nas regiões e um modelo crescente de se fazer campanha: o digitalizado.

Palavras-chave: Comunicação política; Mídias digitais; Regiões Brasileiras; Desigualdades Regionais; Transformação Digital.

DIGITAL TRANSFORMATION AND REGIONAL INEQUALITIES: A COMPARATIVE STUDY OF CAMPAIGNS IN SMALL MUNICIPALITIES IN THE NORTH, CENTRAL-WEST, AND SOUTH OF BRAZIL

Abstract: How did digital transformation manifest itself in different municipalities across Brazil during the 2024 elections? This work is based on the theoretical assumption that digital social media, by establishing new foundations for political representation, has transformed the modus operandi of electoral campaigns. Thus, we approach digital transformation here through two main axes: (1) the boosting capacity of digital intermediation in electoral campaigns (Coleman, 2005), and (2) the digital tools employed (Gomes et al., 2009), in order to analyze a substantial and still underexplored focus: small municipalities. Drawing from the literature review, the study deepens into a comparative analysis of the North, South, and Center-West regions and their respective levels of digital transformation, as observed during the 2024 electoral campaigns in municipalities with fewer than 50,000 inhabitants. Data collection was carried out in a semi-automated manner through Instagram profiles of mayoral and vice-mayoral candidates in three municipalities from each of the mentioned regions. Content analysis allowed the data to be organized, categorized, and quantified, with a focus on regional disparities in digital transformation across the municipalities studied. Our hypothesis is that regional differences affect the way technology can shape political representation, but that digital transformation is already present in all macro-regions, varying only in degree. The results point to the continuation of a historical regional inequality between the North, South, and Center-West. However, the disparity is relatively smaller than expected, indicating the presence of digital transformation in all regions and the emergence of a growing campaign model: the digitalized one.

Key Words: Political Communication; Digital Media; Brazilian Regions; Regional Inequalities.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui um cenário histórico de disparidades regionais que, mesmo com a ascensão das tecnologias e plataformas de mídias sociais como ferramentas essenciais de comunicação, seguem sendo reproduzidas nesse novo ambiente. Estudos do IBGE de 2023 apontam para um cenário no qual a região Norte conta com 38,7% da população em situação de pobreza, enquanto Centro-Oeste e Sul possuem 19,2% e 14,7%, respectivamente. Essas disparidades refletem trajetórias históricas distintas de ocupação e desenvolvimento, diferenças na estrutura econômica e industrial, além de desafios na implementação de políticas públicas. Contudo, dados recentes sobre acesso a tecnologias (TIC Domicílios, 2024) revelam nuances importantes: o uso de telefones celulares nos últimos três meses anteriores à pesquisa atingiu 90% no Norte, 92% no Centro-Oeste e 94% no Sul, indicando que a infraestrutura móvel pode atuar como vetor de democratização digital, mesmo em contextos socioeconômicos adversos.

Quando essa dualidade – pobreza estrutural versus penetração tecnológica – é analisada no espaço municipal, que sofre com a falta de estrutura (CNM, 2022), o cenário ganha maior complexidade, posicionando esta pesquisa em um eixo essencial para compreender como as desigualdades históricas se articulam com a transformação digital. Estes aspectos serão explorados neste trabalho, a fim de compreender como os dois fatores se relacionam e interferem no índice de transformação digital em cada região.

Assim, a pergunta colocada neste artigo é: como a transformação digital se expressou nas diferentes municipalidades do Brasil durante as eleições de 2024? Para responder a esse questionamento, compreendemos a transformação digital, primeiramente, como a capacidade de impulsionamento da intermediação digital nas campanhas eleitorais (Coleman, 2005) e, posteriormente, a partir das ferramentas digitais utilizadas (Gomes *et al.*, 2009). Portanto, as análises propostas neste artigo baseiam-se nos entendimentos teóricos capazes de responder a essa pergunta, estruturando-se a partir das duas abordagens mencionadas. Nossa hipótese é que as diferenças regionais afetam a forma como a tecnologia pode modular a representação política.

Dessa forma, ao aplicar a teoria ao contexto empírico, observamos como a ascensão dos meios digitais como principal meio de comunicação política (Silva, 2021) se viu refletida nas eleições brasileiras de 2024, com campanhas investindo intensivamente em recursos digitais e plataformas midiáticas, especialmente nas de vídeos curtos.

O processo de ascensão das redes sociais como plataforma política foi colocado por Thomas Meyer (2008) nos termos de “colonização da política pela mídia”, refletindo uma ascensão de estratégias midiáticas em detrimento de estratégias políticas. Entretanto, o foco do estudo da Ciência Política e Comunicação Política, quando se trata desse fenômeno, sempre recai nas campanhas eleitorais de esfera federal e estadual (Chicarino; Segurado, 2019; Braga; Carlomagno, 2018; Santana; Penteado, 2023; Panke; Alves, 2023; Silva, 2021; Viscarra *et al.*, 2024), causando uma lacuna no entendimento das campanhas eleitorais e estratégias de comunicação política em municípios (Azevedo; Silva; Alves, 2020).

Municípios são cenários particulares na disputa política, reconhecidos pela campanha corpo-a-corpo, e o contato pessoal com o eleitor sempre foi o destaque em suas disputas eleitorais, devido à ausência de produtoras de TV locais (Azevedo; Silva; Alves, 2020). Cabe investigar, portanto, se os municípios que popularmente ainda focam na relação horizontalizada e interpessoal entre eleitor e candidato foram afetados pela ascensão das redes digitais como plataformas de campanha.

A partir do exposto, essa pesquisa tem como objetivo geral comparar o índice de transformação digital entre os municípios das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul e entender se os padrões históricos de disparidade entre essas regiões se replicam nesse cenário específico. Para a consecução deste objetivo geral, três etapas foram necessárias: 1) coleta de dados diários dos perfis no Instagram dos candidatos a prefeito e vice-prefeito de nove pequenos municípios brasileiros, sendo três de cada região analisada; 2) investigação desses dados com base na análise de conteúdo categorial; e 3) criação de um índice de transformação digital comparando as campanhas eleitorais nesses municípios.

Entendemos que explorar as possíveis influências das redes digitais nas campanhas eleitorais de pequenos municípios, permite compreender não só se a colonização midiática (Meyer, 2008) atingiu essas localidades, mas, ao trazer o enfoque

regional comparativo, compreender se as desigualdades regionais do Brasil também se expressam nesse *locus* particular de análise.

A Tabela 1 contém os dados demográficos e eleitorais das cidades acompanhadas. Observa-se que todos os municípios se enquadram na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para Municípios de Pequeno Porte II, com populações entre 25 mil e 50 mil habitantes. O número de eleitores aptos a votar acompanha essa proporção, variando de aproximadamente 18 mil a quase 38 mil. No que diz respeito às candidaturas para os cargos de prefeito(a) e vice-prefeito(a), a maioria das cidades apresenta entre duas e cinco chapas concorrentes. Esses dados reforçam a escolha metodológica por municípios de menor porte, permitindo observar como a presença digital dos atores políticos se manifesta em contextos menos urbanizados, mas ainda assim politicamente ativos.

Tabela 1 - Municípios selecionados por região, com dados do estado, população e número de candidaturas a prefeito/a e vice-prefeito/a

Região	Município – UF	Habitantes	Eleitorado apto a votar	Número de candidaturas
Centro – Oeste	Campo Verde – MT	44.585	33.233	2
	Cocalzinho de Goiás - GO	25.016	18.073	2
	Sidrolândia – MS	47.118	35.051	3
Norte	Ouro Preto do Oeste - RO	35.044	28.501	3
	Presidente Figueiredo - AM	30.668	28.760	3
	Salinópolis – PA	44.772	37.903	3
Sul	Braço do Norte - SC	33.773	25.390	4
	Estância Velha	47.924	37.563	5

- RS

Rio Branco do Sul - PR	37.558	27.476	5
------------------------	--------	--------	---

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE, 2024 e IBGE, 2022.

Além desta seção introdutória, o artigo reserva a seção 2 para realizar uma revisão literária acerca dos efeitos da transformação digital na representação política; a seção 3 para discutir se as desigualdades socioeconômicas nas regiões afetam a ascensão tecnológica nos pequenos municípios; a seção 4 para apresentar a metodologia de análise empregada; a seção 5 para averiguar se as disparidades de tal transformação nas diferentes regiões replicam as desigualdades históricas a partir da discussão dos dados; e, por fim, as considerações finais.

2 Efeitos da transformação digital na representação política

A produção literária acerca de eleições ainda se concentra na esfera federal, com poucas pesquisas sobre os níveis estadual e municipal (Telles; Lavareda, 2020; Azevedo; Silva; Alves, 2020). Nos últimos anos as campanhas eleitorais foram transformadas pela onda de produção de conteúdo digital como ferramenta essencial para a comunicação eleitoral, alterando as regras do jogo político comunicacional de maneira permanente (Aggio; Massuchin, 2023; Almeida, 2017; Chicarino; Segurado, 2019; Braga; Carlomagno, 2018; Santana; Penteado, 2023; Panke; Alves, 2023).

Em consequência desse fenômeno emergente no cenário eleitoral brasileiro, foi aprovada a Resolução do TSE nº 23.732, de 27 de fevereiro de 2024, que altera a Resolução do TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, a fim de adaptar as normas eleitorais às novas realidades tecnológicas e comunicacionais, reforçando a integridade do processo eleitoral. Esta ação revela como a transformação digital das campanhas brasileiras é uma tendência em ascensão.

A partir disso, é preciso entender os impactos da transformação digital nas campanhas eleitorais municipais, que seguem um padrão de contato corpo-a-corpo devido à falta de campanhas televisadas (Azevedo; Silva; Alves, 2020). A chegada de material de campanha pelas plataformas digitais pode de fato transformar campanhas

em municípios de menos de 50 mil habitantes, promovendo a mesma sensação de proximidade que as ações de casa-em-casa já fornecem?

Para averiguar essas mudanças no cenário político e eleitoral das municipalidades, a metodologia deste estudo categoriza a transformação digital em três níveis. Em seu primeiro nível, as campanhas eleitorais seguem a lógica tradicionalmente associada às campanhas municipais, ou seja, as disputas seguem nas ruas e o candidato foca nas ações presenciais e utiliza as redes como vitrines para as ações offline (Azevedo; Silva; Alves, 2020). A segunda fase já amplia as funções das mídias sociais: além de plataformas de republicação, elas começam a receber conteúdos próprios, produzidos com a lógica da internet em mente e promovendo uma mobilização online que gera interações inovadoras e verticalizadas. Historicamente, esta segunda etapa foi marcada pela campanha presidencial de Barack Obama em 2008, que revolucionou o meio de campanha eleitoral com suas ações focadas no meio digital e na interação online com o eleitor (Iasulaitis, 2012). Em sua última etapa, a transformação digital atinge seu ápice e passa a substituir as ações presenciais. O candidato cada vez mais prioriza as redes sociais e produz conteúdos específicos para ela, trocando os debates e comícios por *lives* e *podcasts*, por exemplo (Meyer, 2008; Kamradt, 2019). Esta fase é congruente com a tese de Thomas Meyer (2008, p. 92) da colonização da política pela mídia, com políticos optando por conteúdos e pautas adaptadas ao meio digital, de rápido impacto e entendimento:

Ao colonizar a política, a lógica do sistema da mídia não reestrutura apenas o modo como a política é retratada ou sua relação com os outros sistemas, ela também afeta o sistema político no nível da “produção”, ou seja, onde a esfera política surge como a única forma de vida. As regras adotadas pela lógica da mídia atribuem outros papéis aos fatores constitutivos da lógica da política e, em boa parte dos casos, isso ocorre quando a primeira atribui novos significados a estes últimos, e quando acrescenta a eles novos elementos derivados do próprio conjunto de regras que governa a mídia.

Com base no pressuposto teórico exposto, colocamos a evolução da transformação digital a partir de dois eixos temáticos: a representação política (Coleman, 2005); e as ferramentas digitais utilizadas (Gomes *et al.*, 2009). A análise da transformação da representação política em âmbito municipal, com base no acompanhamento das campanhas de 2024, permitiu investigar em que medida as lideranças locais – comumente vinculadas a fortes redes de intermediação e conexões com cargos públicos (Azevedo; Silva; Alves, 2020) – mantêm sua relevância em um

contexto de crescente digitalização, que favorece a percepção de comunicação direta entre candidatos e eleitores.

Além disso, compreender as ferramentas digitais usadas com o recorte macrorregional em mente possibilita comparações inter-regionais e averiguações em relação a se as tendências históricas de disparidades se mantêm dentro do contexto da transformação digital. Portanto, o índice de transformação digital utilizado se torna essencial para compreender como o uso das ferramentas digitais e o engajamento das redes sociais transformam a realidade dos pequenos municípios das regiões do Brasil. A relevância desse recorte estrutural será mais desenvolvida na próxima seção de discussão.

3 Pobreza estrutural versus penetração tecnológica: análise histórica e contextualizada das regiões brasileiras e municipalidades

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil foi historicamente pautado em regiões desarticuladas, cada uma com um ciclo específico, como a borracha na região Norte e o agropecuarismo no Sul e Centro-Oeste (IPEA, 2018). O cenário nacional se agravou com a chegada da industrialização, no século XX, que promoveu a criação de um polo urbano e industrial no Sudeste e Sul, enquanto as demais regiões continuavam nos modelos primários de produção econômica. Essa configuração se manteve até a desconcentração industrial pós 1990, que, apesar de ter diminuído o monopólio industrial Sul-Sudeste, não foi capaz de superar a desigualdade regional histórica (IPEA, 2021).

A região Norte teve seu progresso econômico marcado por ciclos econômicos extrativistas, como o do pau-brasil e da borracha, que promoveram a exploração intensiva dos recursos naturais sem criar uma base sólida para diversificação produtiva ou desenvolvimento tecnológico (Nunes; Barroso, 2023). Somando a isso as políticas de ocupação tardias, geradas pela construção da rodovia Transamazônica e pela criação da Zona Franca de Manaus, o resultado é um diagnóstico regional crítico: “Atualmente, a economia regional é baseada na extração vegetal e mineral, na agricultura e pecuária e serviços públicos. O único estado que tem como fonte econômica a indústria é o Amazonas, devido às instalações da Zona Franca de Manaus” (Nunes; Barroso, 2023, p. 14-15).

Os municípios nortistas escolhidos para este trabalho exemplificam esse diagnóstico. Segundo dados da Caravela Dados e Estatísticas, de 2 de maio de 2025, Ouro Preto do Oeste (RO) tem 39,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB) no setor de serviços e 24,3% na agropecuária, enquanto Salinópolis (PA) segue a mesma lógica, com 53,1% em serviços e 32,8% em administração pública, sendo o turismo seu principal motor econômico. Já Presidente Figueiredo (AM), município que se encontra perto de Manaus e se beneficia de sua Zona Franca, é o único entre os três que se beneficia da industrialização como base econômica, com 43,9% de seu PIB advindo da indústria. Isso revela como o cenário majoritário da região Norte também se reflete em suas municipalidades, ressaltando a importância de seu estudo para compreender as dinâmicas econômicas e, como exposto neste trabalho, eleitorais e digitais.

Enquanto a região Norte ainda sofre com a falta de expansão industrial e renovação econômica, no Centro-Oeste a expansão agrícola e industrial contribuiu para o crescimento econômico regional. No entanto, esse progresso não garantiu distribuição equitativa de renda e acesso a serviços essenciais, o que evidencia a permanência da pobreza estrutural em diversas municipalidades.

A cidade de Sidrolândia (MS) ilustra de forma emblemática como a concentração fundiária histórica decorrente da apropriação de terras indígenas por elites oligárquicas perpetua desigualdades socioeconômicas profundas. Apesar de sua proximidade com Campo Grande e da implementação de projetos de modernização, como a Infovia Digital, parte significativa da população rural ainda enfrenta carências em saneamento básico, mobilidade urbana e acesso a serviços essenciais (SEMADESC-MS, 2025). Esse cenário demonstra que, sem uma redistribuição equitativa de terras e renda, a infraestrutura tecnológica por si só não é capaz de superar a pobreza estrutural. A concentração fundiária mantém um padrão histórico de exclusão na cidade, com grupos de pequenos agricultores e comunidades tradicionais ocupando áreas com infraestruturas precárias (IBGE Censo Agropecuário, 2017).

Já Campo Verde (MT), um dos maiores pólos agroindustriais do país, reflete outro aspecto dessa contradição. O município é altamente tecnificado, com forte produção de soja, milho e algodão, mas os benefícios desse desenvolvimento se concentram nos grandes produtores. De acordo com IBGE (2017), as populações vulneráveis, como pequenos agricultores e moradores urbanos pobres, enfrentam exclusão digital e social,

com baixa capacitação tecnológica e poucas oportunidades de inserção. Em uma economia cada vez mais automatizada, o avanço tecnológico, sem políticas de inclusão, pode acentuar desigualdades históricas.

O município de Cocalzinho de Goiás apresenta uma economia baseada predominantemente na agropecuária, nos serviços vinculados à administração pública e em atividades industriais, destacando-se ainda pelo potencial turístico local. Apesar dessa diversidade econômica, a região evidencia traços característicos de pobreza estrutural, refletidos em indicadores socioeconômicos inferiores à média estadual, especialmente nos eixos de economia, educação e infraestrutura (IBGE, 2022).

É visível que, nas municipalidades do Centro-Oeste analisadas, as populações residentes em áreas rurais e assentamentos enfrentam significativas dificuldades para o desenvolvimento socioeconômico, notadamente em razão do acesso limitado a serviços públicos essenciais e da escassez de oportunidades formais de trabalho. Nesse contexto, embora iniciativas do Governo de Goiás (2023), como o programa “e-Goiás” e o “Conectar Goiás”, visem à ampliação da conectividade e à inclusão digital, os obstáculos à efetividade de penetração tecnológica permanecem, sobretudo nos territórios periféricos e menos favorecidos.

A análise dos três municípios revela que a penetração tecnológica no Centro-Oeste tem servido majoritariamente para impulsionar o capital já concentrado, sem efetivamente promover a inclusão social. A pobreza estrutural, enraizada em dinâmicas históricas e desigualdade fundiária, continua a excluir amplos segmentos da população do acesso aos benefícios do progresso tecnológico.

A Região Sul do Brasil apresenta um desenvolvimento histórico distinto das demais regiões, marcado por processos de colonização europeia, presença de pequenas propriedades agrícolas e uma industrialização precoce, especialmente no eixo norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e parte do Paraná. Ainda no século XIX, iniciativas de imigração europeia incentivaram o surgimento de núcleos urbanos e industriais organizados em torno de cooperativas, pequenas fábricas e agricultura familiar, consolidando um perfil socioeconômico considerado mais homogêneo em comparação com outras regiões (IPEA, 2021).

No entanto, essa imagem de equilíbrio regional oculta importantes assimetrias. Embora o Sul tenha sido beneficiado pela proximidade com o Sudeste industrializado e

por políticas de incentivo à industrialização, as disparidades entre municípios persistem, especialmente entre áreas urbanas desenvolvidas e localidades dependentes de setores tradicionais, como a agropecuária ou a indústria de base familiar. Além disso, a penetração tecnológica é desigual: municípios com vocação industrial ou agroexportadora tendem a ter maior conectividade e uso estratégico das tecnologias digitais, enquanto outras localidades, especialmente periféricas ou de menor porte, enfrentam exclusão digital.

Os municípios sulistas analisados neste estudo evidenciam as contradições internas da região. Embora o Sul apresente, em média, indicadores de desenvolvimento superiores aos do restante do país, persistem desigualdades significativas entre os municípios. Segundo dados do IBGE (2024), Estância Velha (RS) se destaca pelo forte dinamismo industrial: 46,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) provêm da indústria, especialmente do setor coureiro-calçadista, consolidando o município como parte importante do tradicional polo do Vale dos Sinos.

Em Braço do Norte (SC), observa-se uma economia mais diversificada. O município combina a força da agropecuária, responsável por 35,4% do PIB, com o setor de serviços, que representa 42,2%. A base produtiva local se apoia em pequenas propriedades rurais, agroindústrias e na produção de suínos, mantendo traços marcantes da colonização alemã e da agricultura familiar.

Já Rio Branco do Sul (PR), localizado na região metropolitana de Curitiba, apresenta um perfil diferente. Apesar de sua histórica relação com a mineração, o município hoje tem 39,2% do PIB concentrado no setor de serviços e apenas 19,1% na indústria. Enfrenta dificuldades estruturais e possui indicadores socioeconômicos abaixo da média estadual.

Esses dados demonstram que, mesmo em uma região considerada desenvolvida, o acesso à infraestrutura tecnológica e às oportunidades econômicas ainda é desigual, principalmente considerando as cidades interioranas que foram acompanhadas na pesquisa, exigindo atenção às especificidades locais no debate sobre o Índice de Transformação Digital e como as campanhas eleitorais digitalizadas penetram essas municipalidades.

A partir desta progressão geográfica e histórica, já é possível perceber que as disparidades entre as macrorregiões brasileiras ainda permeiam suas realidades

socioeconômicas. O Índice de Progresso Social do Brasil em 2024, que afere a realidade socioambiental de todos os 5.570 municípios do país, contribui com dados para esse cenário. O índice é composto por uma nota de 0 a 100, formada a partir de índices para três dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades) e 12 componentes (Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia, Segurança Pessoal, Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-estar, Qualidade do Meio Ambiente, Direitos Individuais, Liberdades Individuais e de Escolha, Inclusão Social e Acesso à Educação Superior).

Ao se averiguar o IPS de cada município deste artigo, Campo Verde (MT), Cocalzinho de Goiás (GO), Sidrolândia (MS), Ouro Preto do Oeste (RO), Presidente Figueiredo (AM), Salinópolis (PA), Braço do Norte (SC), Estância Velha (RS) e Rio Branco do Sul (PR), é possível somar os municípios de mesma região e comprar suas médias. Os resultados comprovam que as disparidades históricas, apesar de atenuadas, continuam, com a nota média dos municípios nortistas sendo 56,4 em comparação com os 58,3 dos municípios centro-oestinos e 58,7 dos sulistas.

Quando se trata de diferenças no acesso à tecnologia, em específico o uso de celular, dados da TIC Domicílios (Tabela 2) indicam que, embora essas diferenças regionais tenham sido atenuadas, elas ainda refletem e perpetuam desigualdades históricas nesse aspecto específico. A pesquisa, realizada em âmbito nacional entre março e agosto de 2024, entrevistou 21.170 indivíduos. Os resultados mostram que, no Sul, 94% da população utilizou celular nos últimos três meses, e entre esses, 93% acessaram a internet pelo aparelho. No Centro-Oeste, 92% declararam uso de celular, mas apenas 86% o utilizaram para acessar a internet. Já no Norte, 90% afirmaram ter usado celular, sendo 87% usuários de internet móvel.

Tabela 2 - Indivíduos que usaram telefone celular nos últimos três meses e indivíduos que usaram a internet no telefone celular nos últimos três meses

Região	Indivíduos que usaram telefone celular nos últimos três meses	Indivíduos que usaram a internet no telefone celular nos últimos três meses
Sul	94	93

Norte	90	87
Centro-Oeste	92	86

Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2024). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024 [Tabelas].

A partir disso, compreender a transformação digital nos pequenos municípios, permitirá entender os desdobramentos que as desigualdades macrorregionais apresentam no contexto digital, aspecto que será fundamentado metodologicamente na seção seguinte.

4 Metodologia de coleta e análise

Com o objetivo de responder à pergunta central deste artigo “Como a transformação digital se expressou nas diferentes municipalidades do Brasil durante as eleições de 2024?”, e com base no referencial teórico apresentado, a coleta de dados foi conduzida de forma semi-automatizada, respeitando as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD). O estudo concentrou-se em municípios com menos de 50 mil habitantes, selecionando três cidades de cada uma das regiões brasileiras (Norte, Sul e Centro-Oeste), a fim de assegurar representatividade geográfica.

Tendo sido selecionados os municípios de Campo Verde (MT), Cocalzinho de Goiás (GO), Sidrolândia (MS), Ouro Preto do Oeste (RO), Presidente Figueiredo (AM), Salinópolis (PA), Braço do Norte (SC), Estância Velha (RS) e Rio Branco do Sul (PR), destaca-se que a escolha dessas localidades considerou dois critérios principais: (1) o porte populacional, com foco em cidades classificadas como de Pequeno Porte II (entre 20.001 e 50.000 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE); e (2) a acessibilidade dos dados, priorizando as cidades nas quais ao menos um candidato apresentasse presença ativa nas mídias sociais digitais, restringindo-se a perfis públicos e regularmente atualizados no Instagram.

Para aplicação empírica do índice de transformação digital, definiu-se, a partir da literatura especializada, estágios para a transformação digital, que estão destacados pelo Quadro 1.

Quadro 1- Estágios da Transformação Digital – Índice de Transformação Digital

Estágio	Descrição	Características Principais	Referência
1. Presença Digital Inicial	As redes sociais funcionam como vitrines da campanha offline. A comunicação permanece centrada nas ações presenciais.	- Postagens com registros de eventos físicos - Ausência de conteúdo exclusivo para internet - Uso pouco estratégico das redes	Gomes <i>et al.</i> (2009)
2. Produção Digital Integrada	As plataformas digitais passam a ser espaços de criação de conteúdo próprio, com atenção às dinâmicas da internet.	- Conteúdo planejado para redes sociais - Linguagem adaptada ao meio digital - Início da interação com eleitores online	Gomes <i>et al.</i> (2009) lasulaitis (2012)
3. Centralidade da Comunicação Digital	As redes se tornam o principal canal da campanha, substituindo práticas tradicionais. A lógica midiática domina a estratégia eleitoral.	- Substituição parcial ou total de ações presenciais - Protagonismo de lives, podcasts, vídeos - Estratégia focada em alcance, engajamento e visibilidade online	Gomes <i>et al.</i> (2009) Meyer (2008)

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

Dessa forma, o índice de transformação digital (Tabela 3) foi calculado com base na frequência de publicações, no engajamento, no uso de recursos digitais, na interação com eleitores e na personalização da mensagem. De acordo com esses fatores, somados com o embasamento teórico dos estágios da transformação digital, cada legenda recebeu um índice de Transformação Digital que variava de 1-3. Posteriormente, esses índices foram somados e divididos entre o número de candidatos de cada cidade, obtendo-se o índice de Transformação Digital de cada município observado. E para o índice regional, somou-se os índices de cada cidade da região e dividiu-se o valor por 3.

Apoiado nessa fundamentação teórico-metodológica, o projeto foi executado em fases integradas, combinando técnicas computacionais, qualitativas e quantitativas para analisar o índice de transformação nas eleições de 2024, respeitando as diretrizes da LGPD (Lei nº 13.709/2018). O presente estudo adotou uma abordagem metodológica estruturada em fases sequenciais e complementares para investigar as estratégias de comunicação digital empregadas por candidatos às eleições municipais. A primeira etapa consistiu na coleta sistemática de dados provenientes dos perfis oficiais dos candidatos no Instagram, abrangendo o período estabelecido pelo Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) para campanha eleitoral (16 de agosto a 5 de outubro de 2024). Para tanto, foram utilizadas técnicas de raspagem automatizada por meio da linguagem *Python* e da biblioteca *Instaloader*, combinadas com levantamento manual de conteúdos não acessíveis via API oficial da plataforma, como stories e comentários. Essa dupla estratégia – automatizada e observacional – garantiu a abrangência dos dados, incluindo textos de publicações, legendas, interações e materiais multimídia.

Na segunda etapa, os conteúdos coletados foram categorizados com base em um livro de códigos próprios como expresso no Quadro 2 (Sampaio; Lycarião, 2021). As categorias adotadas dialogam com aquelas desenvolvidas por Silva (2020), Azevedo, Silva e Alves (2020), Azevedo Jr., Gandim e Panke (2021), Figueiredo *et al.* (1998), Borba e Vasconcelos (2022), Azevedo Jr. e Panke (2022), e Santana e Penteado (2023). O objetivo foi verificar se os padrões identificados em outros níveis eleitorais também se manifestam nas eleições municipais, permitindo uma análise comparativa e contextualizada.

Quadro 2 - Categorias de Análise

Categoria	Descrição e Referência
Personalismo	Enfatiza atributos individuais do candidato, como sua biografia, aparência, valores morais ou qualidades pessoais. (Silva, 2020)
Vinculação a grupos políticos tradicionais	Evidencia vínculos com partidos históricos, estruturas oligárquicas locais ou lideranças regionais consolidadas. (Azevedo; Silva; Alves, 2020)
Propostas de Governo	Mapeamento de políticas públicas mencionadas de forma concreta. A análise é quantitativa, somando o número de propostas apresentadas. (Azevedo Jr.; Gandim; Panke, 2021)
Ações de Governo	Referências a realizações passadas, próprias ou de aliados, com intenção de demonstrar experiência ou eficiência administrativa. (Azevedo Jr.; Gandim; Panke, 2021)
Mundo Atual e Mundo Futuro	Discurso que descreve a realidade atual do município e projeta transformações sob uma eventual gestão do candidato. (Figueiredo <i>et al.</i> , 1998)
Intermediadores Fortes	Presença de figuras públicas de maior expressão política – como prefeitos, ex-prefeitos, vereadores ou deputados – manifestando apoio explícito. (Azevedo; Silva; Alves, 2020)
Intermediadores Fracos	Participação de indivíduos com menor projeção pública, como eleitores comuns, apoiadores comunitários ou cabos eleitorais. (Azevedo; Silva; Alves, 2020)

Campanha Negativa	Publicações com críticas diretas a adversários, contendo elementos como data, alvo do ataque e contexto temático. (Borba; Vasconcelos, 2022)
Desinformativa	Detecção de informações falsas, manipuladas ou sem respaldo, incluindo fake news e distorções sobre temas como orçamento público.(Azevedo Jr.; Panke, 2022; Santana; Penteado, 2023)
Agenda de Campanha (Campanha)	Postagens que narram as atividades cotidianas do período eleitoral, registrando eventos e movimentações no território. (Figueiredo <i>et al.</i> , 1998)

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

Essa abordagem metodológica e as codificações de categoria foram desenvolvidas por cinco membros da equipe de pesquisadores do Grupo Informação Pública e Eleições (IpÊ/UnB), em que a análise posterior foi baseada em anotações qualitativas. Os membros que codificaram os dados buscaram uma compatibilidade nas amostragens iniciais objetivando consistência nos registros, o que permitiu uma análise comparativa robusta, possibilitando resultados do índice de transformação digital proposto na seguinte seção.

A comparação regional baseou-se nas médias do Índice de Transformação Digital, submetidas a uma análise de variância para verificar a significância estatística das diferenças observadas. Adicionalmente, realizou-se correlação entre os resultados com indicadores socioeconômicos, como acesso à internet e o Índice de Progresso Social do Brasil (IPS), a fim de contextualizar possíveis disparidades.

Para a etapa final, ou seja, a análise quantitativa e qualitativa dos dados categorizados, empregaram-se ferramentas como Google Sheets e Google Colab, além de recursos de inteligência artificial generativa (GPT-4-turbo e Claude 3.7 Sonnet) para auxiliar na filtragem, padronização e visualização gráfica dos resultados. As operações estatísticas e a construção de gráficos foram realizadas com o apoio das bibliotecas Python pandas, matplotlib e seaborn, assegurando robustez metodológica. Cabe destacar que o uso de IA seguiu rigorosamente os princípios éticos estabelecidos por Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024) para pesquisas acadêmicas, garantindo a confiabilidade dos processos automatizados.

Os resultados foram coletados e analisados manualmente pelos pesquisadores do grupo Ipê/UnB. A planilha consolidada resultante reúne os índices atribuídos a cada município e candidato, baseados na avaliação qualitativa das postagens no Instagram

durante o período oficial da campanha eleitoral. Essa etapa final teve como objetivo identificar padrões e dinâmicas nas campanhas, aplicando o índice de transformação digital proposto a partir de dados observacionais.

Com discricionariedade, reconhece-se a limitação do estudo em função do número reduzido de amostras (nove municípios), o que inviabiliza generalizações para todas as regiões analisadas. Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos estritamente no contexto dos casos examinados. Ainda assim, destaca-se a relevância da metodologia adotada, especialmente quanto ao seu potencial de replicação em investigações futuras.

Nesse sentido, defende-se a pertinência da análise estatística que possibilita a aplicação de testes de forma intuitiva e com interface gráfica. Para verificar a relação entre as categorias de análise das publicações das regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, levando-se em conta o grau de sofisticação de cada uma, utilizou-se a Análise de Variância (ANOVA), efetuada no software *jamovi*, que possibilita a aplicação de testes de forma intuitiva e com interface gráfica, com definição da variável dependente (desempenho observado) e do fator (condições experimentais). Para tanto, os pesos atribuídos às categorias foram distribuídos conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Pesos atribuído às categorias

Peso atribuído às categorias	Grau de sofisticação
Peso 1 → Vinculação a grupos políticos tradicionais, Ações de Governo, Agenda de Campanha (Campanha), Propostas de Governo.	Simples
Peso 2 → Intermediadores Fortes, Intermediadores Fracos, Campanha Negativa, Personalismo	Intermediário
Peso 3 → Mundo Atual e Mundo Futuro, Desinformativa.	Sofisticado

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

A partir desta base, definiu-se a categoria como fator independente, o peso atribuído como a variável contínua (covariável) e a pontuação ponderada (Pontuação bruta, sendo ela o número de publicações de cada categoria × Peso) como variável dependente, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Definições do teste ANOVA

Variável dependente:	Pontuação ponderada (comparada também com Pontuação bruta).
Fatores fixos:	Categoria (10 níveis: Personalismo, Vinculação a grupos políticos tradicionais, Propostas de Governo, Ações de Governo, Mundo Atual e Mundo Futuro, Intermediadores Fortes, Intermediadores Fracos, Campanha Negativa, Desinformativa, Agenda de Campanha). Região (Sul, Norte, Centro-Oeste).
Covariável:	Peso.

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

A partir desses entendimentos, os dados foram limpos e tratados, sendo feita posteriormente a ANOVA. A etapa subsequente envolveu a aplicação da Análise de Covariância Fatorial (ANCOVA), justificada pela inclusão do Peso como uma covariável contínua em nosso modelo.

A variável dependente principal analisada foi a Pontuação Ponderada (obtida pelo produto da pontuação bruta pelo peso atribuído à categoria), que reflete a importância relativa de cada categoria de análise política. Para fins de validação e comparação, a Pontuação Bruta também foi preparada, permitindo análises “puras” sem o efeito da ponderação.

O modelo de ANCOVA Fatorial incluiu Categoria (com 10 níveis) e Região (Sul, Norte e Centro-Oeste) como fatores fixos, permitindo avaliar seus efeitos principais e interativos sobre a Pontuação Ponderada, após o ajuste pelo efeito da covariável Peso.

Para identificar quais níveis específicos de Categoria e Região apresentaram diferenças estatisticamente significativas, foram feitos Testes Post-hoc de Comparações Múltiplas. A escolha recaiu sobre o teste de Tukey para situações de homogeneidade de variâncias (homocedasticidade) e o teste de Games-Howell em caso de violação dessa premissa (heterocedasticidade). Ademais, serão reportados os intervalos de confiança e as medidas de tamanho dos efeitos. Os resultados detalhados desta análise serão apresentados e discutidos na seção subsequente.

5 A transformação digital atingiu as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste?

Seguindo a metodologia apresentada para o Índice de Transformação Digital proposto, as regiões apresentam uma variação entre 1-2 de Transformação Digital. A Tabela 3 delimita como, a partir do índice de cada campanha, foi aferida a média regional. Os resultados revelam que a região Sul obteve o maior índice (1,7), seguida da região Centro-Oeste (1,66) e, por fim, a Norte (1,22).

Tabela 3 - Índice de Transformação Digital

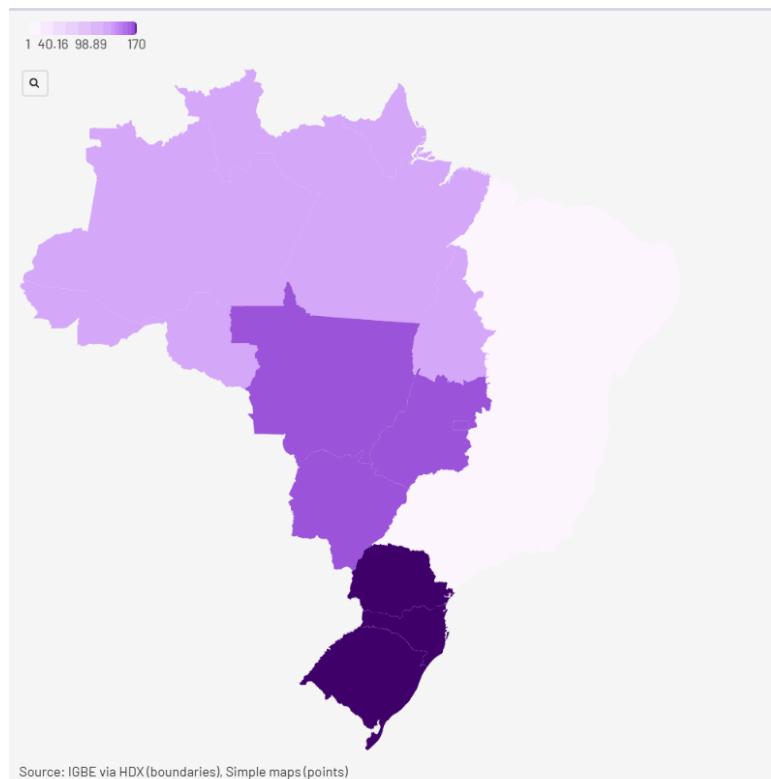
Região	Município	Candidato	Índice de transformação digital	Média por Cidade	Média por Região	
Sul	Estância Velha (RS)	Diego Francisco e Airton Haag	2	1,5	1,7	
		Dra. Maria Regina e Sérgio Werle	2,5			
		Rosane e Marcia Hamison	1			
		Alessandro Gil e Luiz de Oliveira	1			
		Marcos Tunnerman e Profa. Sônia Cardoso	1			
	Braço do Norte (SC)	Allan e Fillipi Muy	2,5	2		
		Dr. Cleber Silva e Valberto	1			
		Laurinho Boeing e Duda Schueroff	2			
		Robinho da Farmácia e Soraya Michels	2,5			
	Rio Branco do Sul (PR)	Gibran e Amauri Johnsson	2,7	1,62		
		Karime Fayad e Airton Nodari	2,6			
		Manoel e Ico Geffer	0			
		Nenéu Artigas e Marquinho Santana	2,5			
		Paulo Kegles e Chica	0			
Norte	Presidente Figueiredo (AM)	Patrícia Lopes e Ricelli Pontes	2,5	1,83	1,22	

Centro-Oeste	Salinópolis (PA)	Fernando Vieira e Marcelo Palhano	2	1	1,66	
		Odimar Cipriano e Joana Sousa	1			
		Kaká Sena e Fernanda Lemos	1,5			
		Zé Carlos e Zé Renato	0			
	Ouro Preto do Oeste (RO)	PH Gomes e Marcelo Maia	1,5			
		Delegado Júlio César e Márcio Ovani	1,5			
		Soeli Mageski e Geraldão da 166	0			
	Campo Verde (MT)	Alex Testoni e Dr. Job	1			
		Alexandre Lopes e Edna da Farmácia	1,5	1,25		
		Michel Miranda e Fernando Robson de Campos	1			
	Sidrolândia (MS)	Vanda Camilo e Nelinho Paim	2	2		
		Rodrigo Bassos e Criz Fiuza	2			
		Luiz Lemes e Sophia Santana	0			
	Cocalzinho (GO)	Alessandro Otone e Gilmar Meneses	2	1,75		
		Wilmar Noel e Ferreto	1,5			

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”.

O Gráfico 1 demonstra uma visualização de como esses índices se alteraram de acordo com a região. A visualização, desenvolvida na plataforma Flourish, utiliza uma escala de cores em tons arroxeados – do mais claro, indicando menor índice, ao mais escuro, sinalizando maior índice – para representar essas variações regionais. O gráfico revela uma correlação consistente entre o Índice de Transformação Digital, o Índice de Progresso Social (IPS) do Brasil em 2024 e a média de uso de celulares conforme dados da pesquisa TIC. Essa sobreposição pode sugerir em pesquisas futuras que contextos socioeconômicos mais desenvolvidos tendem a promover maior apropriação das ferramentas digitais nas estratégias eleitorais.

Gráfico 1 - Mapa do índice de Transformação Digital entre as regiões brasileiras

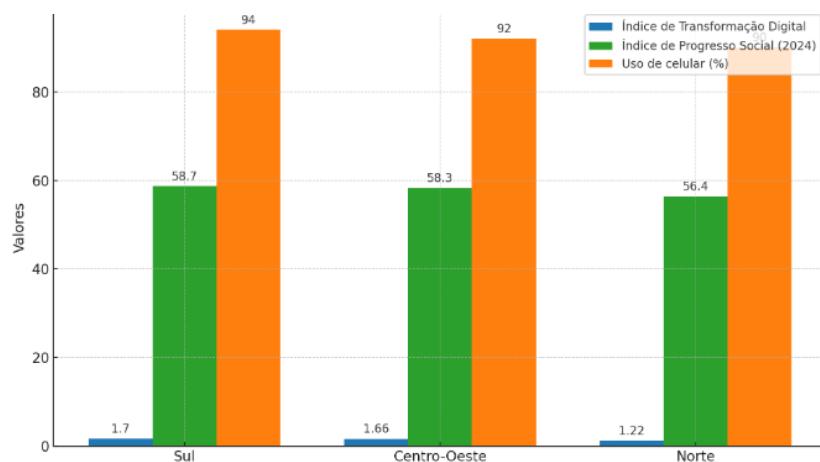


Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

O Gráfico 2 tem como objetivo fazer uma comparação direta entre os índices de Transformação Digital, de Progresso Social e a porcentagem de uso de celular por macrorregião. Sua principal contribuição analítica reside em apresentar, de forma integrada, as disparidades territoriais, permitindo identificar como essas três dimensões se manifestam conjuntamente no contexto regional. Nota-se que o Sul apresenta o maior índice de transformação digital (1,7), o mais alto Índice de Progresso Social (58,7) e a maior proporção de usuários de celular (94%); o Centro-Oeste, respectivamente, com (1,66), (58,3) e (92%); já o Norte, com o menor Índice de Transformação Digital (1,22), também possui os piores indicadores sociais (IPS de 56,4) e menor uso de celular (90%). Esses dados evidenciam uma correlação positiva entre condições

socioeconômicas, acesso à tecnologia e adoção de estratégias digitais em campanhas eleitorais locais.

Gráfico 2 - Índice de Transformação Digital X Média regional de Índice de Progresso Social X Uso de celular (%)



Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”.

Ao evidenciar, por exemplo, a concentração dos melhores resultados no Sul e os menores indicadores no Norte, o gráfico destaca a relação entre condições socioeconômicas, acesso à tecnologia e apropriação digital. Dessa forma, o Gráfico 2 funciona como uma ferramenta exploratória que explicita as desigualdades regionais.

Feita a correlação de Pearson entre três pares de variáveis: transformação digital das macrorregiões e Índice de Progresso Social (0,996), transformação digital e uso de celular (0,901), e Índice de Progresso Social e uso de celular (0,936). A opção pelo coeficiente de Pearson se justifica pela busca de uma medida de associação linear entre variáveis contínuas. Outros métodos estatísticos, como regressão, seriam inadequados diante do número reduzido de casos disponíveis (King, Keohane e Verba, 1994). Para correlações bivariadas, não há um limite mínimo absoluto de observações; ainda assim,

é fundamental destacar que, neste caso, os resultados possuem caráter apenas ilustrativo e não devem ser generalizados.

A análise dos indicadores evidencia uma correlação positiva forte de Pearson entre todas as variáveis, que também seguem o padrão Norte – Centro-Oeste – Sul. Esse resultado reforça, como já demonstrado nas análises anteriores deste artigo, a persistência das desigualdades regionais no ambiente digital (Norris, 2000) como uma expressão contemporânea de um processo histórico característico da formação social brasileira, mesmo em meio à ascensão das plataformas digitais como meio essencial de comunicação eleitoral (Silva, 2021).

Por fim, para resultados mais contextualizados acerca do impacto de diferentes estratégias sofisticadas nas campanhas das diferentes regiões, o teste de ANOVA foi aplicado de forma a aferir o alcance de ferramentas sofisticadas nas campanhas analisadas, conforme detalhado na Tabela 4.

Tabela 4 - Padrões de distribuição das campanhas por faixa de gastos

Nível de Sofisticação	Peso atribuído	Quantidade de publicações (entre todas as categorias)	Pontuação ponderada	Região
Simples	Peso 1	1082	1082	Norte
Simples	Peso 1	398	398	Sul
Simples	Peso 1	399	399	Centro-Oeste
Intermediário	Peso 2	741	1482	Norte
Intermediário	Peso 2	695	1390	Sul
Intermediário	Peso 2	125	250	Centro-Oeste
Sofisticado	Peso 3	19	57	Norte
Sofisticado	Peso 3	21	63	Sul
Sofisticado	Peso 3	5	15	Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

A partir da limpeza dos dados de acordo com a Tabela 4, a Tabela 5 segue representando os resultados da ANOVA realizada.

Tabela 5 - Resultados da ANOVA

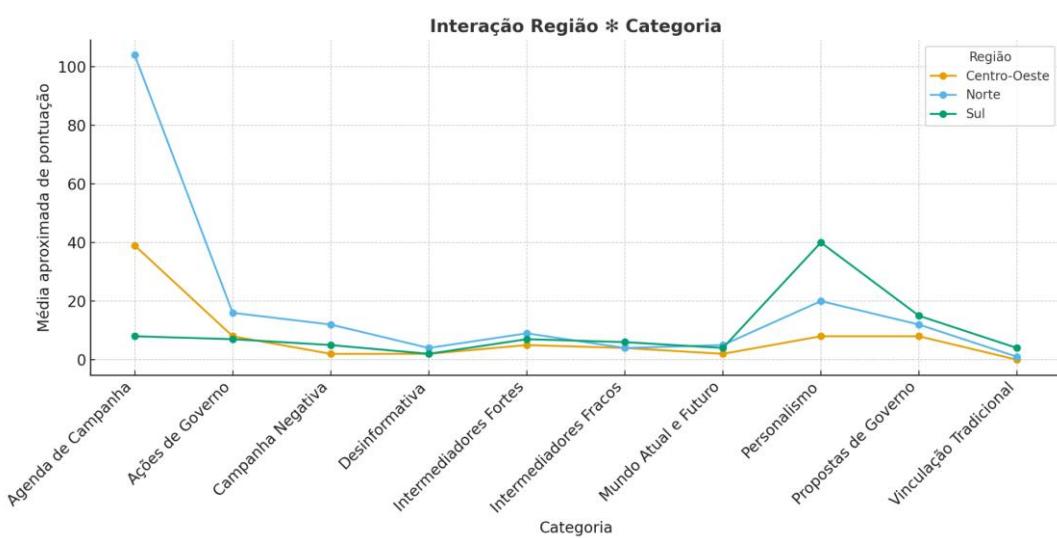
	Soma de Quadrados	gl	Quadrado médio	F	p
Região	6992	2	3496	6.11	0.003
Categoria	56886	9	6321	11.04	<.001
Categoria Região*	54789	18	3044	5.32	<.001
Resíduos	140255	245	572		

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

A partir desses resultados, é possível aferir, mesmo diante de uma amostra pequena, aspectos importantes da investigação aqui proposta. Primeiramente, é visível que houve diferença significativa entre as médias das regiões analisadas ($p = 0.003$). Este resultado confirma a importância de análises contextualizadas para a compreensão das realidades de cada localidade analisada, a fim de produzir diagnósticos contundentes, afinal, assim como postulado por Norris (2000), as desigualdades se replicam nos ambientes digitais e este achado reforça esta conclusão.

Já na análise categorial, o resultado ($p < .001$) demonstra um efeito forte e significativo da categoria como ponto de análise, com as médias variando expressivamente. Este dado reforça a tese aqui proposta de analisar a transformação digital não só pelas ferramentas digitais (Gomes *et al.*, 2009), mas também por sua capacidade de impulsionamento da intermediação digital nas campanhas eleitorais (Coleman, 2005).

Por fim, na análise da interação entre Região e Categoria, novamente o resultado ($p < .001$) demonstra uma interação significativa, que indica que os efeitos das categorias não são iguais em todas as regiões. Para aprofundar este entendimento foi feito um teste post-hoc que testou como as categorias se expressam em cada região, que será ilustrado pelo Gráfico 3.

Gráfico 3 - Interação Região x Categoria a partir do teste ANOVA

Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa “Transformação Digital e Mudanças na Representação Política”

A partir da análise de variância feita foi compreendido que cada categoria terá um efeito diferente em cada Região. Assim, análises acerca da Transformação Digital devem focar em como as diferentes categorias se comportam dentro das regiões. No caso deste artigo, houve padrões regionais distintos para os tipos de categoria, com as diferenças significativas entre as regiões ($p < 0.05$). Categorias com pouca sofisticação, como agenda de campanha, personalismo e propostas de governo mostraram contrastes mais fortes em relação às demais ($p = 0.01$). A partir da ilustração do Gráfico 3, observamos que a região Norte se destacou na categoria agenda de campanha, enquanto a região Sul apresentou valores altos para personalismo, já o Centro-Oeste situou-se em níveis mais baixos na maioria das categorias, com um resultado mais equilibrado entre as variâncias.

Isto significa que o índice aqui proposto se encontra na interação entre categoria e região, assim como proposto por Souza, Queiroz e Dantas (2025), em seu estudo sobre o Índice de Transformação Digital em campanhas das cinco regiões do país. Isso indica que a Transformação Digital já está presente nas localidades observadas, mesmo que de forma incipiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou usar o Índice de Transformação Digital de diferentes municípios estudados em três regiões do Brasil (Norte, Sul e Centro-Oeste) a fim de entender como a transformação digital se expressou nas diferentes municipalidades do Brasil durante as eleições de 2024 e se a chegada de material de campanha pelas plataformas digitais pode de fato transformar campanhas em municípios de menos de 50 mil habitantes, modulando a representação política típica dessas localidades.

A reflexão exposta no presente artigo demonstra como a Transformação Digital já chegou nos pequenos municípios brasileiros, influenciando na maneira como as campanhas eleitorais são feitas e como se dá a relação dos candidatos com os eleitores. Essa transformação na prática política ocorre, nos municípios analisados, de maneira ainda incipiente e desigual, especialmente quando comparada às grandes campanhas em nível nacional. Sumariamente, ela exerce uma relação *top-down* entre os agentes políticos e o eleitorado.

Portanto, os indicadores analisados demonstram que a transformação digital já se faz presente nos municípios do interior do Brasil, inclusive em localidades com menos de 50 mil habitantes. No entanto, sua disseminação ocorre de forma desigual, refletindo as históricas disparidades regionais e socioeconômicas do país. Enquanto regiões como o Sul e o Centro-Oeste apresentam condições mais favoráveis para a adoção de estratégias digitais (como maior acesso à internet, maior proporção de usuários de smartphones e melhores indicadores de desenvolvimento social), a região Norte ainda enfrenta desafios estruturais que limitam o pleno aproveitamento das tecnologias digitais nas campanhas políticas.

Essa desigualdade indica que a transformação digital não é um processo homogêneo ou linear, mas sim condicionado por fatores locais, como infraestrutura tecnológica, capital humano, níveis de escolaridade e presença de políticas públicas de

inclusão digital. Assim, mesmo com a crescente penetração das mídias sociais e plataformas digitais no cenário eleitoral, observa-se que a apropriação dessas ferramentas ocorre de forma seletiva, refletindo o grau de desenvolvimento e conectividade das regiões, que espelha as assimetrias do território nacional. Esse processo revela que a inovação política mediada pelas mídias sociais digitais não elimina desigualdades, podendo até mesmo reproduzi-las.

Nesse sentido, os achados do artigo dialogam com o cenário brasileiro de desigualdades regionais evidenciado também pelos dados recentes do IBGE e da ANATEL expostos, que mostram discrepâncias no acesso à internet e na inclusão digital. O índice de transformação digital, mesmo em caráter exploratório, confirma que a apropriação das mídias digitais não é homogênea ou linear, mas condicionada por fatores locais, como infraestrutura tecnológica, capital humano e políticas públicas de inclusão. Isso reforça a ideia de que as mídias sociais digitais podem não apenas inovar, mas também reproduzir desigualdades históricas (Norris, 2000).

Contudo, conforme argumentam Azevedo, Silva e Alves (2020), a crescente digitalização das campanhas ainda apresenta lacunas significativas no entendimento sobre as estratégias políticas adotadas em municípios, especialmente os de menor porte, onde os recursos disponíveis e a infraestrutura tecnológica são mais limitados. Essa constatação revela que a transformação digital, embora relevante e inescapável, não ocorre de maneira uniforme no território brasileiro, sendo profundamente condicionada por desigualdades regionais e estruturais.

Nesse sentido, esta pesquisa avança ao evidenciar que a apropriação das ferramentas digitais se dá de forma seletiva e desigual. Tal achado levanta novas questões de investigação em que os resultados aqui apresentados não apenas dialogam com o referencial teórico da Comunicação Política, mas também o expandem, ao reforçar como as desigualdades históricas do país se reproduzem no campo digital. A contribuição central do artigo reside, portanto, em conectar empiricamente o debate sobre transformação digital às especificidades locais, reforçando que a inovação mediada pelas mídias sociais não elimina assimetrias, mas pode, em muitos casos, perpetuá-las ou até ampliá-las.

Com isso, pretende-se sanar importantes lacunas nos estudos da Ciência Política, que ainda não estuda as dinâmicas eleitorais dos pequenos municípios e falha em

realizar análises interdisciplinares entre história, geografia e política, que podem trazer importantes resultados. Assim, o esforço aqui lançado visa suprir um pouco esse vazio e iniciar debates sobre essas importantes temáticas. Futuros trabalhos também poderão analisar as regiões sozinhas para entender suas especificidades e acompanhar a interação dos eleitores com as publicações de seus candidatos para aprofundar-se nas novas formas de interações na era digital.

Por fim, destaca-se que a análise aqui apresentada se limita ao contexto específico dos municípios estudados, visto que, devido ao formato da seleção de casos, os resultados deste estudo não podem ser generalizados para todas as regiões observadas, aplicando-se especificamente aos municípios e às campanhas analisadas. Ainda assim, os resultados obtidos representam um ponto de partida para investigações futuras e perpetuam uma continuação do esforço de Souza, Queiroz e Dantas (2025) para compreender a transformação digital nos pequenos municípios.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camilo; CAVASSANA, Fernanda; MASSUCHIN, Michelle G. (Orgs.). **Eleições municipais em rede**: o contexto digital em 2020. Curitiba: Carvalho Comunicação; INCT.DD; CPOP, 2023.

ALMEIDA, Helga N. **Representantes, representados e mídias sociais**: mapeando mecanismos de agendamento informacional. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. 396 p.

AZEVEDO, Fernando A.; SILVA, Joscimar Souza; ALVES, Mércia K. Pequenos municípios como dimensão do comportamento político: lideranças e opinião pública. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (Orgs.). **Eleições municipais**: novas ondas na política. Rio de Janeiro: FGV, 2020. v. 1, p. 79-102.

AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo; GANDIN, Lucas; PANKE, Luciana (Orgs.). **Eleições 2020**: análise da propaganda eleitoral nas capitais brasileiras. 1. ed. Campina Grande, 2021. v. 1.

AZEVEDO JÚNIOR, Aryovaldo; PANKE, Luciana (Orgs.). **Eleições, propaganda e desinformação**. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2022. v. 1.

BORBA, Felipe; VASCONCELLOS, Fábio. A campanha negativa como estratégia eleitoral na perspectiva dos consultores políticos: quem atacar, quando atacar e como atacar. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 45, p. e2022107, 2022. DOI: 10.1590/1809-58442022107pt. Disponível em:

<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3820>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. I.], n. 26, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcn/article/view/18900>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html> Acesso em: 28 abr. 2025.

CARAVELA DADOS E ESTATÍSTICAS. **Economia de Ouro Preto do Oeste - RO**. Caravela.info, 2 maio 2025. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/ouro-preto-do-oeste---ro>. Acesso em: 3 maio 2025.

CARAVELA DADOS E ESTATÍSTICAS. **Economia de Presidente Figueiredo - AM**. Caravela.info, 2 maio 2025. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/presidente-figueiredo---am>. Acesso em: 3 maio 2025.

CARAVELA DADOS E ESTATÍSTICAS. **Economia de Salinópolis - PA**. Caravela.info, 2 maio 2025. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/salinopolis---pa>. Acesso em: 3 maio 2025.

CENTRO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). **TIC Domicílios 2024 - J1 - indivíduos que usaram telefone celular nos últimos três meses**. CETIC.BR, 2025. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2024/individuos/J1/>. Acesso em: 8 maio 2025.

CHICARINO, Thatiana; SEGURADO, Rosemary. Um candidato customizado: as eleições presidenciais de 2018 e o papel das redes tecnosociais. *Cadernos Adenauer*, v. 1, n. 1, 2019.

COLEMAN, Stephen. New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age. *New Media & Society*, v. 7, n. 2, p. 177-198, 2005. Disponível em: <https://www.dhi.ac.uk/san/waysofbeing/data/citizenship-robson-coleman-2005b.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025

E-GOIÁS - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS MUNICÍPIOS. SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Disponível em: <https://goias.gov.br/inovacao/e-goiasmunicipios/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloísa; JORGE, Vladimyr. **Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da**

propaganda eleitoral. Série Estudos Iuperj, Rio de Janeiro, n. 100, 1998. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IEnHMDM_MDA_e418a_/v4n3a02.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025

GOIÁS. Conectar Goiás: programa estadual de inclusão digital. Goiânia: Governo de Goiás, 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/conectar-goias/> . Acesso em: 23 abr. 2025.

GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. Politics 2.0: a campanha online de Barack Obama em 2008. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-45, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gFnR7qWvytkqpKF9ctQyj3w/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 8 maio 2025.

IASULAITIS, Sylvia. **Internet e campanhas eleitorais:** experiências interativas nas cibercampanhas presidenciais do Cone Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 24 abr. 2025.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144> . Acesso em: 24 abr. 2025.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12096/1/Desenvolvimento_regional_Brasil_v3.pdf . Acesso em: 24 abr. 2025.

IPEA. Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI. Organização: Aristides Monteiro Neto. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/bffbf3bf-c177-44e7-bbe1-0c109e8adb84> . Acesso em: 24 abr. 2025.

KAMRADT, João. Celebidades políticas e políticos celebidades: uma análise teórica do fenômeno. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v, 88, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/471>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry:** scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMADESC). **Perfil Estatístico de Mato**

Grosso do Sul 2025. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Perfil-Estatistico-de-Mato-Grosso-do-Sul-2025.pdf>. Acesso em: 13 de Junho. 2025.

MEYER, Thomas. **Democracia midiática:** como a mídia coloniza a política. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

NORRIS, Pippa. **Digital divide:** civic engagement, information poverty, and the internet worldwide. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2001.

NUNES, Mariza Ramalho; BARROSO, Ana Cláudia. Processo de desenvolvimento da região Norte, evolução e especialização setorial do emprego regional. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 22, p. 324-338, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8529>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PANKE, Luciana; ALVES, Mércia. Perspectivas de gênero nas eleições. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp.1, p. e023005, 2023. DOI: 10.31068/tp.v32iesp.1.1054. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/1054>. Acesso em: 9 abr. 2025.

PESQUISA SOBRE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS MUNICÍPIOS. **Confederação Nacional dos Municípios**, 2022. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2022/Estudos_tecnicos/202205_ET_GMUN_Pesquisa_sobre_principais_dificuldades_encontradas_municipios.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicación. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

SANTANA, Julia M.; PENTEADO, Cláudio. Desórdenes informativos y polarización afectiva: análisis de las emociones en Twitter. **Miguel Hernández Communication Journal**, v. 14, p. 67-88, 2023. Disponível em: <https://revistas.innovacionumh.es/index.php/mhcj/article/view/1811>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, Joscimar Souza. Partidarismos y personalismo como indicadores para comprender la crisis de representación en nuevas democracias: un aporte al caso de elecciones mexicanas 2018. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 202-221, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2020.1.7. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/314>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SILVA, Joscimar Souza. **Surfando na crise de representação e nos valores: lideranças políticas emergentes e mídias sociais digitais na América Latina.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOUZA SILVA, Joscimar; DE PAULA QUEIROZ, Mariana; DANTAS, Mariana. Transformação digital e eleições em pequenos municípios: da campanha corpo-à-corpo ao Instagram. *Revista Espaço e Geografia*, [S. I.], v. 28, p. 62-98, 2025. DOI: 10.26512/2236-56562025e57971. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/57971>. Acesso em: 22 set. 2025.

TELLES, Helcimara; LAVAREDA, Antônio (org.). **Eleições municipais: novas ondas na política.** Rio de Janeiro: FGV, 2020. v. 1, p. 103-142.

VISCARRA, Simone; ALMEIDA, Helga; SILAME, Thiago; SILVA, Joscimar. O Arrefecimento da Polarização Afetiva: análise dos discursos dos governadores no Twitter na campanha eleitoral de 2022. *Caderno CRH*, [S. I.], v. 37, p. e024004, 2024. DOI: 10.9771/ccrh.v37i0.55327. Disponível em: <http://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/55327>. Acesso em: 9 abr. 2025.

WILM, M. et al. **Índice de Progresso Social Brasil 2024: Qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil.** Belém: Imazon, 2024. Disponível em: https://www.cnp.org.br/midias/IPS_Brasil_relatorio_completo_0.pdf. Acesso em: 9 abr. 2025.

IDEOLOGIA NÃO MOBILIZA? DETERMINANTES DA MOTIVAÇÃO PARA VOTAR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Murilo Calafati Pradella¹

Victor Alberto Bueno Coelho²

Julia do Carmo Carbono³

Cristiane Ribeiro Pires⁴

Resumo: Historicamente, as eleições municipais brasileiras registram elevados níveis de abstenção, com destaque para as últimas eleições municipais, em 2024, o que sugere uma possível crise de representatividade em âmbito local. Este artigo investiga os fatores que explicam a disposição autônoma do eleitor para votar – isto é, sua motivação para participar das eleições independentemente da obrigatoriedade legal. A hipótese central é que, embora a ideologia seja relevante em disputas nacionais, ela possui capacidade limitada de mobilização nas eleições municipais. Com base em dados do IPEC (2024), foi construída uma variável dependente que combina duas perguntas: a vontade subjetiva de votar e a intenção declarada de comparecer às urnas caso o voto não fosse obrigatório. Utilizou-se um modelo de regressão logística com variáveis independentes que incluem orientação ideológica, percepção da importância das eleições locais, escolaridade, renda, idade, sexo, religião e condição municipal (capital/interior). Os resultados mostram que apenas 30,9% dos entrevistados possuem alta disposição autônoma para votar, e que a percepção de importância das eleições é o principal fator associado à mobilização voluntária. A orientação ideológica, por sua vez, apresentou efeitos limitados e estatisticamente frágeis, com destaque negativo para aqueles que não sabem ou recusam se posicionar. O estudo conclui que a participação eleitoral voluntária está mais relacionada ao sentido político atribuído ao pleito do que a fatores estruturais ou identitários. A competitividade eleitoral emerge, assim, como uma variável crítica para compreender o engajamento cidadão nas urnas.

Palavras-chave: Abstenção Eleitoral; Ideologia; Eleições Municipais; Participação Política.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: murilopradella@estudante.ufscar.br

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: victor.coelho@estudante.ufscar.br

³ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: julia.carbono@gmail.com

⁴ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: cristianerp@estudante.ufscar.br

IDEOLOGIA NÃO MOBILIZA? DETERMINANTES DA MOTIVAÇÃO PARA VOTAR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Abstract: The 2024 Brazilian municipal elections recorded historically high abstention rates, suggesting a potential crisis of political representation at the local level. This article investigates the factors that explain voters' autonomous willingness to vote — that is, their motivation to participate in elections regardless of the legal obligation. The central hypothesis is that, while ideology plays a relevant role in national elections, it has limited mobilizing power in local contexts. Based on survey data collected by IPEC (2024), we constructed a dependent variable combining two items: respondents' subjective willingness to vote and their stated intention to do so if voting were not mandatory. A logistic regression model was estimated with independent variables including ideological self-placement, perceived importance of local elections, education, income, age, gender, religion, and municipal context (capital vs. interior). The results show that only 30.9% of respondents display a high autonomous willingness to vote, and that the perceived importance of local elections is the strongest predictor of voluntary participation. Ideological orientation, in contrast, shows limited and statistically weak effects, with lower engagement among those who cannot or do not wish to state a position. The study concludes that voluntary electoral participation is more closely associated with the political meaning attributed to the election than with structural or identity-based factors. Electoral competitiveness thus emerges as a key variable for understanding citizen engagement in local voting.

Keywords: Electoral Abstention; Ideology; Local Elections; Political Participation.

1 INTRODUÇÃO

As eleições municipais de 2024 no Brasil registraram índices inéditos de abstenção – 21,68% no primeiro turno e 29,26% no segundo – , o que sugere uma possível crise de representatividade. Em um cenário de volatilidade política, cabe investigar até que ponto a orientação ideológica dos eleitores afeta seu comparecimento às urnas. A hipótese central deste estudo é que embora exista algum alinhamento ideológico no país, na política local a ideologia não atua claramente como fator mobilizador. Em vez disso, outras variáveis, como desconfiança nas instituições, baixo nível de informação, importância da eleição ou fatores socioeconômicos, podem explicar melhor a alta abstenção municipal (Speck e Peixoto, 2022). Este artigo propõe uma abordagem quantitativa, usando modelos de regressão e valores preditos, para avaliar os efeitos relativos da ideologia e de diversos fatores sociais e políticos no comparecimento eleitoral.

Segundo dados oficiais do TSE, praticamente um em cada cinco eleitores faltou às urnas no primeiro turno (21,68%) e quase um em cada três no segundo turno (29,26%). Esses percentuais constituem a segunda maior abstenção da história recente (perdendo apenas para o excepcional pleito de 2020, em plena pandemia). Esses números ressaltam a relevância de se compreender quais os determinantes da não participação. Em especial, cabe investigar por que – mesmo em municípios onde candidatos de diferentes posições no espectro ideológico concorrem – muitos eleitores escolhem não votar, desafiando a ideia de que a polarização ideológica captaria o eleitorado. A hipótese central é que, diferentemente do que ocorre em pleitos nacionais, a ideologia partidária não constitui fator mobilizador suficiente no plano local. Outros elementos, como a desconfiança institucional, o baixo interesse pela política, fatores socioeconômicos e, principalmente, a competitividade eleitoral, podem desempenhar papéis mais relevantes na decisão de participação eleitoral.

Nesse sentido, para testar empiricamente essa hipótese, foi construída uma variável dependente – “disposição autônoma para votar” – combinando duas questões do questionário: (i) a vontade declarada de votar nas eleições municipais de 2024 e (ii) a intenção de votar caso o voto fosse facultativo. O objetivo é captar o núcleo

motivacional descolado da coerção institucional, simulando um comportamento político mais espontâneo. A análise empírica se baseia em dados do IPEC, com amostra de aproximadamente 2.000 respondentes.

Os resultados indicam que a orientação ideológica tem efeito estatisticamente limitado sobre a disposição para votar nas eleições municipais. Em contrapartida, considerar a eleição municipal importante apresentou maior poder explicativo. Assim, este estudo contribui para o debate sobre o comportamento eleitoral no Brasil, ao mostrar que, no contexto municipal, a participação está menos associada a alinhamentos programáticos ideológicos e mais a motivações contextuais e sociopolíticas.

2 Voto municipal no Brasil: estrutura frágil, motivação volátil

Estudos sobre participação eleitoral no Brasil sugerem que fatores atitudinais e socioeconômicos têm papel crucial na mobilização eleitoral (Aguiar; Casalecchi, 2021). Baquero e Prá (2007) e Borba (2008) argumentaram que a apatia decorre da desconfiança nas instituições políticas, gerando uma cultura política personalista e anômica. Em outras palavras, eleitores desiludidos com partidos e governos tendem a se afastar do processo eleitoral. De forma consistente, Riella *et al.* (2021) mostraram que, em eleições brasileiras, o interesse pela política e o apoio à democracia são variáveis atitudinais fortemente relacionadas à propensão de votar (Nicolau, 2022).

Além disso, condições socioeconômicas e características territoriais explicam parcela importante da abstenção. Costa (2007) encontrou que menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e educação (IES) estão associados a maiores taxas de votos brancos e nulos, enquanto a abstenção tende a crescer em municípios de grande extensão territorial e baixa densidade eleitoral. Outros estudos destacam que homens, eleitores de menor escolaridade e mais velhos costumam votar menos que mulheres, escolarizados e jovens (Nicolau, 2022; Cervi e Borba 2022). Além disso, analisando as eleições de 2020, verificou-se que os municípios com uma maior competição eleitoral apresentaram menores índices de abstenção.

A literatura, desse modo, sugere vários fatores determinantes da não participação: desconfiança institucional, alienação política, baixa identificação partidária, baixo nível informacional, características socioeconômicas, extensão

territorial e competição eleitoral (número de candidatos), entre outros. (Borba, 2008; Borba, Ribeiro e Gimenes, 2015; Nicolau, 2022; Aguiar e Casalecchi, 2021; Urizzi Cervi e Borba, 2022).

Em contraste, o papel direto da ideologia partidária na mobilização eleitoral local é menos claro. Pesquisas recentes indicam que, nos municípios brasileiros, o eleitorado tende a se posicionar de maneira conservadora, mas sem rupturas ideológicas significativas (Power e Rodrigues-Silvera, 2019).

A literatura do comportamento eleitoral distingue entre fatores motivacionais estruturantes e fatores contextuais ou situacionais que influenciam a decisão de votar (Campbell *et al.*, 1960; Verba *et al.*, 1995; Dalton, 2002). Em sistemas onde o voto é facultativo, a ideologia e o partidarismo costumam ser determinantes relevantes da participação, eleitores com forte identidade partidária ou convicções ideológicas são mais propensos a votar (Rosenstone e Hansen, 1993). No entanto, essa lógica parece não se aplicar plenamente ao caso brasileiro em geral, e especialmente em eleições locais.

Mesmo com um sistema de voto obrigatório, a abstenção no Brasil é relevante e cresceu nas últimas décadas, principalmente em eleições municipais. A literatura aponta que, no nível local, a decisão de comparecer não é guiada prioritariamente por afinidades ideológicas, mas por outros fatores, como o senso de dever cívico (ligado à obrigatoriedade do voto), redes de sociabilidade, clientelismo e visibilidade do candidato na comunidade (Almeida, 2010; Nicolau, 2012; Rennó e Cabello, 2010). Nessa lógica, o partidarismo, entendido como lealdade ou identidade com um partido político, tende a ser fraco e instável, especialmente fora do contexto das eleições presidenciais (Carreirão, 2006).

A identificação ideológica no Brasil apresenta especificidades que a distinguem de outros contextos e revela fragilidades amplamente discutidas na literatura (Batista, 2020; Russo, 2023; Pimentel Junior e Avelino, 2023; Fuks e Marques, 2023). Desde 2010, observa-se um aumento no número de eleitores que se posicionam na escala ideológica esquerda-direita, acompanhado pela redução das taxas de não resposta ou de desconhecimento quanto à própria localização ideológica (Fuks, Marques, 2023). Tal tendência indica que o eleitor brasileiro tem se identificado mais com posicionamentos ideológicos ao longo do tempo (Fuks e Marques, 2023).

Os dados relativos, por exemplo, às eleições de 2018 evidenciam uma mudança significativa: a proporção de eleitores que se autodeclararam de direita saltou de um patamar histórico de aproximadamente 25% a 28% para 43% do eleitorado (Fuks e Marques, 2023). Apesar desse avanço, parte expressiva dos brasileiros ainda apresenta dificuldades cognitivas e conceituais para compreender e empregar adequadamente os termos “esquerda” e “direita” (Batista, 2020; Russo, 2023; Pimentel Junior e Avelino, 2023). Ainda que o número de não respondentes tenha diminuído, a habilidade de se posicionar coerentemente e de ordenar corretamente atores e propostas políticas ao longo dessa dimensão permanece limitada para grande parte do eleitorado (Batista, 2020; Bello, 2023).

Além disso, no nível local, a identificação partidária é frequentemente diluída pela personalização da política. Muitos candidatos ao executivo municipal e à vereança usam partidos apenas como “siglas de aluguel”, sem compromissos programáticos claros. Como argumentam Borges (2011) e Samuels (2006), o sistema partidário brasileiro apresenta baixa institucionalização no plano municipal: partidos não estruturam de modo sólido o comportamento do eleitor e os eleitores tampouco se veem representados ideologicamente nas disputas locais.

Essa realidade produz um eleitorado que, mesmo possuindo crenças ideológicas gerais, não as ativa no momento da escolha eleitoral municipal. A decisão de comparecer às urnas – e em quem votar – ancola-se menos na ideologia e mais em fatores como reputação pessoal do candidato, capacidade de entregar benefícios locais, ou até mesmo pressões de redes clientelistas (Zucco, 2008; Ames, 2001).

A hipótese que emerge desse cenário é a de que a ideologia e o partidarismo não são suficientes para mobilizar o eleitor nas eleições locais. A ida às urnas se dá, muitas vezes, por inércia normativa – a força da obrigatoriedade – ou por motivações que escapam à lógica programática, como fatores socioeconômicos, vínculos comunitários ou importância das eleições. O eleitor médio municipal vota porque “tem que votar”, ou por vínculo pessoal com o candidato, e não porque se identifica com seu partido ou suas ideias, ou porque julga que participar das eleições seja importante. Isso ajuda a explicar porque a polarização ideológica não reproduz automaticamente, no plano local, os índices de engajamento eleitoral (Singer, 2016).

3 Ideologia como motor desligado: determinantes da disposição para votar nas eleições municipais de 2024

Portanto, nosso objetivo é testar empiricamente a hipótese de que a ideologia partidária não atua como fator suficiente de mobilização eleitoral no nível local. Para isso, buscamos construir uma medida que reflita a disposição autônoma em participar das eleições municipais, ou seja, uma *proxy* de comportamento político descolada da coerção institucional representada pelo voto obrigatório.

O banco de dados utilizado neste estudo é oriundo de uma pesquisa de opinião pública conduzida pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), com abrangência nacional e foco específico nas eleições municipais brasileiras. A coleta foi realizada por meio de entrevistas presenciais entre os dias 1º e 5 de março de 2024, com uma amostra probabilística composta por 2.000 respondentes, estratificada por cotas de sexo, idade, escolaridade, renda e região geográfica. O questionário incluiu variáveis sociodemográficas e indicadores de comportamento político, como interesse por política local, percepção sobre a importância das eleições municipais, intenção de comparecimento às urnas, autodeclaração ideológica e avaliação da gestão do prefeito. Trata-se de um *survey* transversal, que permite a análise estatística de padrões de opinião e comportamento em um ano eleitoral.

A variável dependente deste estudo, denominada “disposição autônoma para votar”, foi construída a partir da combinação de duas questões do questionário: (i) a autorrelatada vontade de votar nas eleições municipais de 2024 (P1) e (ii) a intenção de votar caso o voto não fosse obrigatório (P2). A primeira variável mede a motivação subjetiva, enquanto a segunda introduz um cenário contrafactual, mais próximo de situações de voto facultativo. A partir da combinação dessas informações, criamos uma variável dicotômica em que o valor 1 corresponde aos respondentes que declararam ter vontade de votar e que votariam mesmo sem a obrigatoriedade legal; e o valor 0 agrupa aqueles que expressaram pouca ou nenhuma vontade, ou que indicaram que não compareceriam às urnas se o voto fosse facultativo.

Essa operacionalização permite capturar com maior precisão o núcleo da nossa preocupação analítica: a disposição genuína de participação nas eleições municipais, descontando os efeitos mecânicos da obrigatoriedade. Com isso, buscou-se avaliar se

fatores como ideologia, partidarismo ou identificação político-partidária possuem, de fato, poder explicativo sobre esse tipo de comportamento ou se outras variáveis – como a avaliação da importância das eleições locais, fatores sociodemográficos e o contexto territorial – desempenham papel mais relevante na decisão de comparecer ou não às urnas.

A partir da construção da variável dependente, os dados da Tabela 1 revelam um cenário claro: apenas 30,9% dos entrevistados demonstraram disposição autônoma para votar nas eleições municipais, enquanto quase 70% apresentaram baixa disposição, ou seja, indicaram que não compareceriam às urnas se o voto não fosse obrigatório ou relataram pouca ou nenhuma vontade de votar. Essa distribuição já sugere uma distância significativa entre o comportamento eleitoral sob coerção institucional e a motivação genuína para participar do processo político local.

Tabela 1 - Disposição de participação nas eleições locais de 2024

Disposição	Frequência	Percentual (%)	Percentual Acumulado (%)
Baixa disposição	1.345	69,08%	69,08%
Alta disposição	602	30,92%	100,00%
Total	1.947	100,00%	

Fonte: Autoria própria com base nos dados do IPEC.

Isoladamente, os dados das perguntas originais reforçam esse diagnóstico. A Tabela 2 demonstra que cerca de 51% dos respondentes afirmaram que não votariam caso o voto fosse facultativo e 63% declararam ter pouca ou nenhuma vontade de participar das eleições municipais. Esses números indicam um padrão consistente de desmobilização eleitoral em nível local, mesmo antes de qualquer modelagem multivariada – o que justifica o foco deste artigo em investigar quais fatores explicam (ou não) essa disposição.

Tabela 2 - Desmobilização Eleitoral: Voto Facultativo e Vontade de Votar nas Eleições Municipais

Variável	Resposta	Frequênci a	Percentua l (%)
(P.02) Caso o voto não fosse obrigatório, o(a) sr(a) iria ou não iria votar na eleição	Não iria votar	1.002	51,19%
(P.01) Neste ano, teremos eleições municipais e gostaria de saber se o(a) sr(a) tem vontade de votar nas eleições municipais	Pouca ou nenhuma vontade de votar	1.241	63,00%

Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

A variável ideologia é a principal variável independente deste estudo, por se tratar do foco da hipótese testada: a possível incapacidade da orientação ideológica de mobilizar o eleitorado nas eleições municipais. A literatura especializada aponta que, em disputas de caráter nacional, o alinhamento ideológico tende a estruturar preferências e comportamento político de forma significativa (Dalton, 2008; Carreirão, 2006; Singer, 2016). No entanto, em eleições locais, onde o grau de identificação partidária e o conteúdo programático das candidaturas costumam ser menos nítidos, a ideologia pode ter um papel limitado como fator mobilizador.

Para operacionalizar essa variável, utilizou-se a pergunta de autoposicionamento ideológico em uma escala de 0 a 10. A variável foi recodificada em quatro categorias: Esquerda (valores de 0 a 3), Centro (valores de 4 a 6), Direita (valores de 7 a 10) e Não sabe/não respondeu. Essa recodificação permitiu distinguir os principais blocos ideológicos percebidos pelo eleitor, além de isolar o grupo que se declara alheio ou incapaz de se posicionar — o que também pode indicar despolitização, baixo interesse político ou alienação, fatores estes potencialmente associados à abstêncão.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos casos mostrando que 40,9% dos entrevistados se colocam à direita, 28,1% no centro, 18,1% à esquerda, e 12,9% afirmam não saber ou se recusam a responder. Essa composição empírica revela uma predominância de autoposição à direita, mas também a presença significativa de eleitores que não se identificam com os polos ideológicos tradicionais, reforçando o

argumento de que o partidarismo e a ideologia podem ter um impacto limitado como catalisadores de participação no nível municipal.

Tabela 3 - Distribuição ideológica do eleitorado

Ideologia	Frequência	Percentual (%)
Esquerda	363	18,15%
Direita	818	40,90%
Centro	562	28,10%
Não sabe/ Não resp.	257	12,85%
Total	2.000	100,00%

Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

Outra variável independente incorporada ao modelo é a percepção sobre a importância das eleições municipais, construída a partir da pergunta que avaliava o grau de importância atribuído pelo entrevistado a esse tipo de disputa. A justificativa teórica para sua inclusão está ancorada na literatura que destaca a centralidade da percepção de relevância do processo eleitoral como fator motivador da participação (Booth e Seligson, 2009). Quando o eleitor considera que a eleição em questão tem pouco impacto ou importância prática em sua vida cotidiana, tende a demonstrar menor disposição para comparecer às urnas. A variável foi recodificada em dois grupos: eleitores que atribuem “muita importância” às eleições locais foram classificados como “importa”, enquanto aqueles que declararam que essas eleições “importam pouco ou nada” foram reunidos na categoria “não importa/importa pouco”. Esse reagrupamento permite observar de maneira mais clara se a valorização da esfera municipal se associa a uma disposição mais autônoma para o voto, conforme sugerem abordagens que vinculam motivação cívica à participação.

A variável religião também foi incluída no modelo com base em estudos que apontam a crescente relevância da identidade religiosa como fator estruturante de comportamento político no Brasil (Pierucci e Prandi, 2000; Bohn, 2004; Machado e Birman, 2015; Silva, 2019; Ferreira e Fuks, 2021; Ferreira, 2022; Rennó, 2022; Casalecchi e Coelho, 2024). A literatura recente indica que, mais do que simples identificação religiosa, o pertencimento religioso pode expressar redes de sociabilidade,

repertórios normativos e até canais de mobilização política. A variável foi recodificada em três categorias: “católicos”, “evangélicos” e “outras religiões⁵”. Essa operacionalização permite testar se determinados grupos religiosos — especialmente os evangélicos, cuja organização comunitária e engajamento político têm crescido — apresentam maior ou menor disposição autônoma para o voto.

A variável renda foi incluída como controle socioeconômico relevante, considerando que diferentes níveis de inserção econômica influenciam a percepção de custo e benefício do voto (Verba, Nie e Kim, 1978). A recodificação organizou os respondentes em cinco categorias, indo de “até um salário mínimo” até “mais de 10 salários mínimos”, além de uma categoria residual para aqueles que declararam não ter renda. Esse detalhamento permite observar se existe relação entre condições econômicas mais precárias e menor disposição para o voto, especialmente quando este não é compulsório.

Já a variável idade busca avaliar os efeitos da idade sobre a disposição de comparecer às urnas. Dividiu-se a amostra em três faixas etárias: jovens (16 a 25 anos), adultos (26 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais). Adotar o intervalo de 16 a 25 anos dialoga com referenciais legais e estatísticos, além de incorporar um marco político relevante: a possibilidade de voto facultativo a partir dos 16 anos no Brasil. Do ponto de vista sociológico e político, essa faixa captura um período de transição crucial da adolescência para a vida adulta, marcado pela formação educacional, entrada no mercado de trabalho e crescente engajamento cívico, momentos em que se consolidam identidades políticas e padrões de participação social. A literatura também mostra que, no Brasil, os jovens tendem a apresentar níveis mais baixos de engajamento político institucionalizado, inclusive em contextos de voto obrigatório (Almeida, 2021). Ao mesmo tempo, os idosos podem ter maior disposição cívica ou, alternativamente, maiores restrições práticas ao exercício do voto.

A escolaridade foi operacionalizada em dois grupos: “com ensino superior” e “sem ensino superior”. A variável serve como indicador da sofisticação política do eleitor, conforme já consolidado na literatura (Dalton, 2008; Nie, Verba e Petrocik, 1976). A expectativa é de que indivíduos com maior escolaridade apresentem maior

⁵ Os respondentes que afirmaram não ter nenhuma religião foram agrupados na categoria “Outras Religiões”.

disposição autônoma para participar das eleições, mesmo na ausência da obrigatoriedade legal, por apresentarem maior compreensão sobre o papel da política local e seus efeitos.

A variável sexo foi incluída com o objetivo de observar possíveis diferenças na disposição para o voto. Recodificada como binária (homens e mulheres), sua inclusão considera estudos que apontam que, embora as taxas de participação entre homens e mulheres sejam semelhantes no Brasil — dada a obrigatoriedade do voto —, as motivações, interesses e percepções de eficácia política podem variar significativamente.

Por fim, incluiu-se a variável condição do município, distinguindo se o entrevistado reside ou não em uma capital estadual. A justificativa para essa variável repousa sobre a hipótese de que capitais concentram mais recursos, mídia, competição política e densidade institucional, o que pode impactar tanto o interesse quanto a disposição para o voto. Assim, a comparação entre moradores de capitais e de outros municípios permite avaliar se o contexto urbano mais politicamente saturado se associa a uma maior mobilização eleitoral autônoma.

O próximo passo da análise consistiu na estimação de um modelo de regressão logística binária, no qual a variável dependente Y representa a disposição autônoma para votar nas eleições municipais, assumindo valor **1** para os casos de alta disposição e **0** para os de baixa disposição. O modelo tem por objetivo estimar a probabilidade condicional $P(Y=1)$, dado um vetor de variáveis independentes X , segundo a seguinte especificação funcional⁶:

$$\text{logit}(P(Y = 1)) = \ln \ln \left(\frac{P(Y=1)}{1-P(Y=1)} \right) = \beta_0 + \beta_1 \text{ideo} + \beta_2 \text{importancia} + \beta_3 \text{religiao} + \beta_4 \text{renda} + \beta_5 \text{idade} + \beta_6 \text{escol} + \beta_7 \text{sexo} + \beta_8 \text{cond}$$

Nesse modelo, o principal coeficiente de interesse é $\beta 1$, associado à variável de ideologia (ideo), que captura a orientação ideológica autorreferida do eleitor, categorizada em esquerda, centro, direita e não sabe/não respondeu. Essa variável

⁶ β_0 : Intercepto, β_1 a β_8 : Coeficientes das variáveis independentes

atua como *proxy* para o alinhamento ideológico e permite testar a hipótese de que, em nível local, a ideologia não exerce papel mobilizador significativo sobre a decisão de participar das eleições, sobretudo quando o voto não é compulsório. As demais variáveis compõem um conjunto de controles sociodemográficos que visam isolar os efeitos contextuais e individuais sobre a propensão ao voto.

O pressuposto teórico por trás da modelagem é que, diferentemente das eleições nacionais, o partidarismo e a ideologia não funcionam como fatores mobilizadores do comparecimento eleitoral nas eleições locais. Se a hipótese for corroborada, espera-se que a variável ideologia não apresente associação estatisticamente significativa com a disposição autônoma para votar – reforçando a ideia de que outros fatores, como a percepção de relevância da eleição ou características contextuais e sociodemográficas, são mais determinantes nesse nível de disputa.

Para avaliar os determinantes da disposição autônoma para votar nas eleições municipais, foi estimado um modelo de regressão logística binária. A Tabela 4 apresenta os coeficientes estimados, seus erros-padrão robustos e os níveis de significância. A variável dependente assume valor 1 para eleitores com alta disposição autônoma de votar e 0 para aqueles com baixa disposição. O modelo inclui a orientação ideológica como principal variável de interesse e controles sociodemográficos.

Tabela 4- Determinantes da participação eleitoral local

Variável (Referência)	Coef. (β)	Erro Padrão	OR	IC 95% (OR)	*p*
Ideologia (Esquerda)					
Direita	0.21	0.14	1.24	[0.94, 1.64]	0.135
Centro	-0.27	0.16	0.76	[0.56, 1.04]	0.082
Não sabe/Não respondeu	-0.42	0.21	0.66	[0.44, 0.99]	0.046
Importância do Voto					
(Não importa)					

Importa	0.50	0.11	1.65	[1.33, 2.03]	<0.001
Religião (Católicos)					
Evangélicos	-0.14	0.12	0.87	[0.68, 1.10]	0.240
Outras Religiões	-0.31	0.15	0.73	[0.55, 0.98]	0.033
Renda (Até 1 SM)					
1-2 Salários Mínimos	-0.18	0.13	0.83	[0.64, 1.07]	0.158
2-5 Salários Mínimos	-0.12	0.16	0.89	[0.65, 1.20]	0.434
5-10 Salários Mínimos	-0.44	0.33	0.65	[0.34, 1.23]	0.181
>10 Salários Mínimos	-0.76	0.51	0.47	[0.17, 1.26]	0.133
Sem Renda	-0.09	0.19	0.91	[0.63, 1.33]	0.635
Idade (Jovem)					
Adulto	0.14	0.14	1.15	[0.87, 1.51]	0.321
Idoso	-0.05	0.19	0.95	[0.66, 1.37]	0.788
Escolaridade (Sem Superior)					
Com Ensino Superior	0.40	0.16	1.49	[1.10, 2.03]	0.011
Sexo (Mulher)					
Homem	0.30	0.11	1.35	[1.09, 1.67]	0.006
Condisional (Interior)					

Capital	-0.23	0.13	0.79	[0.61, 1.03]	0.077
Constante	-1.02	0.20	-	-	<0.001

Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

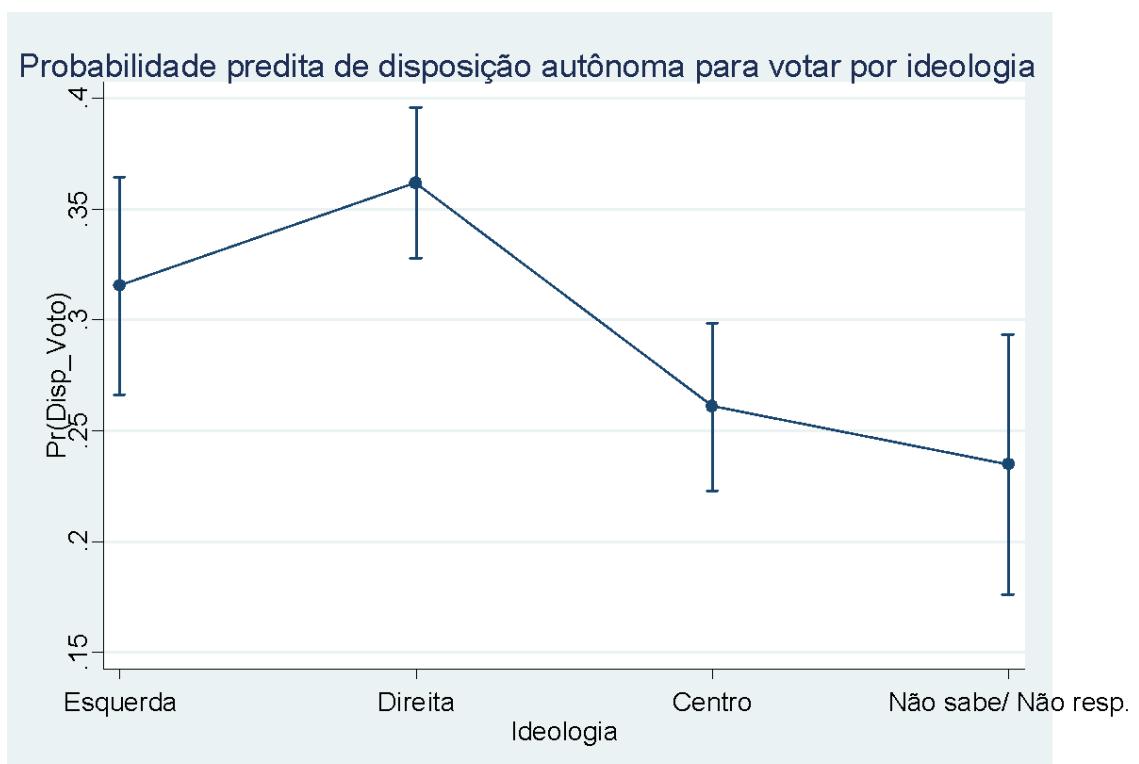
A principal variável de interesse é a orientação ideológica. Eleitores que se posicionam como de direita apresentaram uma probabilidade maior de declarar alta disposição autônoma para votar, embora o coeficiente estimado não tenha alcançado significância estatística convencional ($\beta = 0.21$; $p = 0.135$). Já os eleitores de centro mostraram uma tendência inversa, com menor disposição em relação à categoria de referência (esquerda), com um coeficiente marginalmente significativo ($\beta = -0.27$; $p = 0.082$). Mais expressiva foi a redução entre os que não sabem ou se recusaram a responder sobre sua posição ideológica, com efeito negativo estatisticamente significativo ($\beta = -0.42$; $p = 0.046$), sugerindo que a ausência de posicionamento ideológico tende a estar associada a menor engajamento eleitoral espontâneo.

Os resultados dos valores preditos no Gráfico 1 fornecem uma estimativa clara da probabilidade ajustada de um eleitor demonstrar alta disposição autônoma para votar em eleições municipais, de acordo com sua autoidentificação ideológica, controlando estatisticamente todas as demais variáveis do modelo. Os eleitores que se identificam com a direita apresentam a maior probabilidade ajustada de demonstrar disposição autônoma para votar, com uma chance estimada de 36,2% ($margin = 0.3618$; IC 95%: 0.3276 – 0.3959). Em seguida, vêm os eleitores de esquerda, com uma probabilidade estimada de 31,5% ($margin = 0.3153$; IC 95%: 0.2663 – 0.3644). Os eleitores de centro apresentam uma disposição significativamente menor, com uma probabilidade de apenas 26,1% ($margin = 0.2608$; IC 95%: 0.2230 – 0.2987). Por fim, os entrevistados que não sabem ou não responderam sua ideologia são os que menos demonstram disposição autônoma para votar, com 23,5% de chance ($margin = 0.2348$; IC 95%: 0.1760 – 0.2936).

Esses resultados indicam que a identificação ideológica, sobretudo nos polos mais definidos (direita e esquerda), está associada a uma maior propensão à participação eleitoral voluntária, mesmo nos cenários locais, ainda que o efeito não seja amplamente robusto no modelo completo. Notadamente, indivíduos sem posição ideológica clara exibem menor disposição autônoma, reforçando a hipótese de que o alinhamento

ideológico, embora não seja o único fator, ainda exerce influência no engajamento eleitoral mesmo em contextos locais, contrariando parcialmente a ideia de sua irrelevância total nesse tipo de pleito.

Gráfico 01 – Probabilidade predita de disposição autônoma para votar por ideologia



Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

A variável que mensura a importância atribuída às eleições locais foi, como esperado, fortemente associada à disposição autônoma para votar. Indivíduos que consideram essas eleições importantes apresentaram probabilidade significativamente maior de manifestar disposição para o voto ($\beta = 0.50$; $p < 0.001$), sendo esse o efeito mais robusto do modelo, o que confirma a centralidade da percepção de relevância política como motor da participação voluntária.

Entre os controles sociodemográficos, algumas variáveis também apresentaram efeitos relevantes. Escolaridade superior associou-se positivamente à disposição autônoma ($\beta = 0.40$; $p = 0.011$), indicando que indivíduos com ensino superior são mais propensos a votar mesmo na ausência de obrigatoriedade. Homens também

apresentaram maior propensão à disposição autônoma ($\beta = 0.30$; $p = 0.006$), sugerindo uma diferença de gênero nesse tipo de engajamento.

Já a religião revelou um efeito negativo para o grupo de outras religiões (diferentes de católicos e evangélicos), com coeficiente estatisticamente significativo ($\beta = -0.31$; $p = 0.033$), ainda que os evangélicos, por sua vez, não tenham se diferenciado significativamente dos católicos. Outras variáveis, como renda, idade e residir em capital ou não, não apresentaram associações estatisticamente significativas no modelo, embora a variável “capital” tenha se aproximado do limiar de significância ($p = 0.077$), com efeito negativo.

Em conjunto, os resultados apontam para uma direção em que a disposição autônoma para votar está menos associada à condição socioeconômica e mais ligada à atribuição de sentido político ao voto. A percepção da importância da eleição aparece como a variável mais decisiva e a ausência de posicionamento ideológico consistente desponta como fator limitador da disposição voluntária para participar do processo eleitoral. A questão que se coloca é: o que determina se uma eleição é ou não importante?

Desse modo, a percepção de que uma eleição é importante está diretamente conectada ao sentimento de que o resultado está em disputa. Quando o eleitor acredita que seu voto pode ser decisivo, ou seja, que existe uma chance real de alterar o desfecho, sua motivação para participar cresce. Isso se alinha com a noção de eficácia política individual (*individual political efficacy*), bastante explorada pela psicologia política e pelas teorias da escolha racional (Figueiredo, 1991).

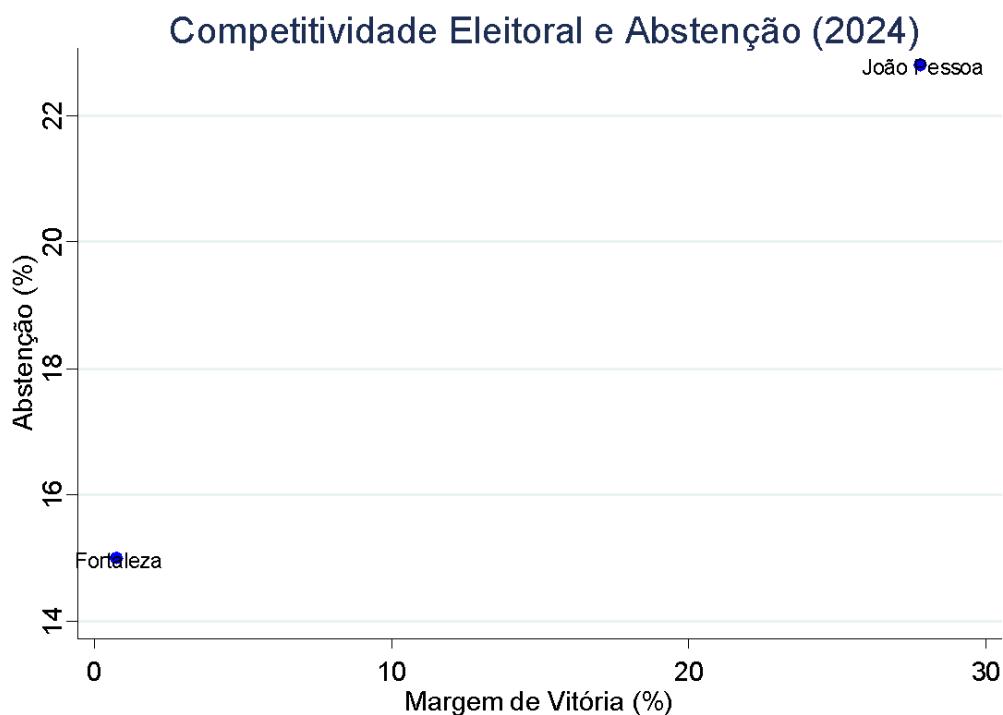
A competitividade eleitoral, nesse sentido, atua como uma espécie de “gatilho de engajamento”, especialmente entre eleitores de baixa propensão participativa. Já em contextos onde a vitória de determinado grupo é dada como certa – seja por domínio local histórico, desequilíbrio de recursos ou falta de alternativas viáveis –, o engajamento autônomo tende a ser menor, pois o pleito é percebido como um ritual formal sem consequências práticas.

Sendo assim, a partir de dados do TSE referentes às eleições municipais de 2024, foi possível identificar um padrão ilustrativo que reforça a hipótese discutida neste trabalho: a percepção da importância de uma eleição está relacionada à sua competitividade. Em outras palavras, quanto mais incerta é a definição do vencedor,

isto é, quanto menor a margem de vitória, maior tende a ser o engajamento eleitoral dos cidadãos, expresso por menores taxas de abstenção.

Para sustentar esse argumento, tomamos como exemplo os casos de Fortaleza e João Pessoa, duas capitais brasileiras com dinâmicas eleitorais bastante distintas. Em Fortaleza, a disputa pela prefeitura foi a mais acirrada do país, com uma diferença de apenas 0.76 pontos percentuais entre os dois primeiros colocados. Coincidemente ou não, foi também a capital com a menor taxa de abstenção: apenas 15% dos eleitores deixaram de comparecer às urnas. No extremo oposto, João Pessoa apresentou a eleição menos competitiva entre as capitais, com um candidato vencendo por ampla margem de 27.8 pontos percentuais – e também liderou o ranking de abstenções, com 22.8% de ausência. Esses dados sugerem uma correlação inversa entre a competitividade eleitoral e a abstenção. Quanto mais competitivo o pleito, menor a abstenção, possivelmente porque o eleitor sente que seu voto pode efetivamente fazer diferença no resultado. Em contextos de vitória praticamente assegurada, o custo simbólico da abstenção se reduz e, portanto, a mobilização voluntária tende a ser menor.

Gráfico 2 – Competitividade eleitoral e abstenção 2024



Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

Ainda que o exemplo seja limitado a apenas dois casos, ele oferece evidência empírica inicial de que o grau de disputa eleitoral pode ser um determinante relevante na percepção subjetiva da importância de uma eleição. Assim, contribuindo para reforçar a premissa central deste trabalho: de que a disposição para o voto, sobretudo em eleições locais, está ancorada no sentido político atribuído ao ato de votar, e este sentido possivelmente está relacionado a contextos de maior incerteza eleitoral, nos quais a disputa se mostra mais acirrada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa fornecem importantes contribuições ao debate sobre os determinantes da participação eleitoral, especialmente em cenários de eleições municipais. A partir da análise dos dados representativos e da estimação de modelos de regressão logística e de valores preditos, foi possível identificar padrões robustos que apontam para um deslocamento dos fatores tradicionais de explicação da participação – como variáveis socioeconômicas – em direção a elementos de natureza mais subjetiva, simbólica e política.

Em primeiro lugar, observou-se que a variável mais fortemente associada à disposição para votar não foi a ideologia, a renda, a escolaridade ou a idade, mas sim a percepção de importância da eleição municipal. Eleitores que consideram essas eleições como relevantes apresentaram, em média, uma probabilidade significativamente maior de declararem que compareceriam às urnas. Essa constatação corrobora a hipótese de que a decisão de participar de um pleito municipal está menos ancorada em características estruturais e ideológicas e mais relacionada ao sentido político atribuído ao ato de votar.

Em segundo lugar, o modelo revelou que a ausência de um posicionamento ideológico definido também aparece como fator de retração da disposição para o voto. Indivíduos que não souberam ou não quiseram se posicionar ideologicamente apresentaram uma chance significativamente menor de se declararem dispostos a votar. Por outro lado, aqueles identificados com a direita apresentaram uma propensão um pouco maior à participação do que os de centro e de esquerda, sugerindo que o alinhamento ideológico com a direita fornece ao eleitor uma ancoragem normativa e

cognitiva que favorece sua mobilização, ainda que de maneira elementar e pouco significativa.

No entanto, foi na última etapa da análise que emergiu um elemento decisivo para reforçar a linha interpretativa construída ao longo do artigo: a competitividade eleitoral como um fator indutor da percepção de importância do voto. Por meio de dados empíricos do TSE sobre as eleições municipais de 2020, foi possível observar uma correlação expressiva entre a margem de vitória e a taxa de abstenção nas capitais brasileiras. Fortaleza, por exemplo, registrou a eleição mais acirrada do país – com uma diferença de apenas 0.76 pontos percentuais entre os dois candidatos mais votados – e, simultaneamente, apresentou a menor taxa de abstenção entre as capitais (15%). Por outro lado, João Pessoa, onde o vencedor obteve uma vantagem de 27.8 pontos percentuais, registrou a maior abstenção do país, com 22.8%.

Embora este recorte seja limitado a dois casos extremos, ele ilustra de forma contundente a tese central deste trabalho: a percepção da importância do voto parece estar diretamente vinculada à incerteza quanto ao resultado da eleição. Em contextos de alta competitividade, os eleitores tendem a perceber que seu voto pode “fazer a diferença”, o que confere ao ato de votar um valor instrumental mais tangível e um sentido político mais forte. Em contrapartida, quando a vitória de um candidato é tida como certa, o custo simbólico da abstenção se reduz e a participação tende a decair.

Assim, este trabalho propõe um deslocamento do olhar analítico sobre a participação eleitoral: mais do que um comportamento derivado de fatores individuais ou recursos socioeconômicos, o voto voluntário parece ser uma prática sensível ao contexto político no qual os eleitores estão inseridos. A importância percebida da eleição – e, por conseguinte, a disposição para nela participar – depende da forma como o processo eleitoral é enquadrado pelos cidadãos: se como um rito formal e pouco disputado ou como uma arena de decisão relevante, em que cada voto pode alterar o desfecho final.

Os achados aqui apresentados não apenas esclarecem parte dos mecanismos que operam na motivação para o voto, como também fornecem “pistas” para o desenho de estratégias de mobilização democrática. Se o engajamento eleitoral está ligado à percepção de competitividade e relevância política, cabe às instituições e aos atores políticos comunicarem de maneira mais efetiva o valor e as consequências de cada

pleito, sobretudo em esferas como a municipal, muitas vezes vistas como periféricas pela população. A disposição para votar não é um atributo apenas individual, mas uma construção que se dá na interação entre o eleitor e o contexto eleitoral. A importância de uma eleição, portanto, não é intrínseca, mas atribuída: ela depende da intensidade do jogo político, da clareza das alternativas em disputa e da capacidade de mobilização simbólica em torno do voto.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. V.; CASALECCHI, G. A. Participação eleitoral no Brasil: determinantes atitudinais e socioeconômicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 34, p. 1-35, 2021.
- ALMEIDA, J. A. **Cultura política e participação eleitoral no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- ALMEIDA, R. **Jovens e engajamento político no Brasil: abstencionismo e desilusão**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 180-203, 2021.
- AMES, B. **The deadlock of democracy in Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- BAQUERO, M.; PRÁ, J. Desconfiança política na América Latina: uma análise comparativa. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 94-125, 2007.
- BOHN, S. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, no 2, Outubro, 2004, p. 288-338. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22020.pdf>>.
- BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. **The legitimacy puzzle in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BORGES, A. O partidarismo no nível local: fragilidades e adaptações. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 377-410, 2011.
- BORBA, J. Participação eleitoral no Brasil: determinantes individuais e contextuais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 89-129, 2008.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, E. R. Voto branco e nulo no Brasil: uma análise longitudinal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 45-62, 2015.

CAMPBELL, A. et al. **The American voter**. New York: Wiley, 1960.

CARREIRÃO, Y. Identificação partidária e comportamento eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 275-298, 2006.

CASALECCHI, G.; COELHO, V. A. Os eleitores evangélicos são mais conservadores e autoritários?. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 73-91, 2024. DOI: 10.46551/issn.2527-2551v21n2p.73-91. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/7642>.

COSTA, L. D. **Abstenção e voto branco/nulo no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2007.

DALTON, R. J. **Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. 4. ed. Washington: CQ Press, 2008.

FERREIRA, M. **Voto dos evangélicos em Bolsonaro em 2018: identidade, valores e lideranças religiosas**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. <http://hdl.handle.net/1843/49217>.

FIGUEIREDO, M. F. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: Sumaré, 1991.

FERREIRA, M. G. M.; FUKS, M.. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018 . **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. e238866, 2021.

MACHADO, M.; BIRMAN, P. Religião e política no Brasil contemporâneo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 102, p. 13-31, 2015.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

NIE, N. H.; VERBA, S.; PETROCIK, J. R. **The changing American voter**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religião e voto na eleição presidencial de 1998. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 70-86, 2000.

POWER, T.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. **O espectro ideológico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases municipais da política nacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 31-45, 2010.

RENNÓ, L.. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147-163, set. 2022.

RIELLA, A. et al. Interesse político e participação eleitoral no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 437-461, 2021.

ROSENSTONE, S. J.; HANSEN, J. M. **Mobilization, participation, and democracy in America**. New York: Macmillan, 1993.

SAMUELS, D. Partidos políticos no Brasil: baixa institucionalização e personalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 17-32, 2006.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CERVÍ, F.; BORBA, J. Gênero e participação eleitoral no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-15, 2022.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. **Participation and political equality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, S. et al. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

ZUCCO, C. Clientelismo e voto no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 865-894, 2008.

COMPORTAMENTO ELEITORAL E SUB-REPRESENTAÇÃO EM CONTEXTO LOCAL: UM ESTUDO ACERCA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2008 A 2020) EM URUÇUCA/BAHIA

Emanuela Mendes Kruschewsky Góes¹

Resumo: A cada eleição, os eleitores são convocados a exercer seu direito de voto, tendo o papel de escolher o governante que melhor representa seus interesses. O objetivo deste trabalho é analisar a decisão de voto nas eleições municipais de Uruçuca entre 2008 a 2020. Assim, utilizou-se o banco de dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral sobre o perfil dos candidatos a vereadores e as variáveis gênero e raça desses candidatos, buscando identificar padrões e mudanças no comportamento eleitoral nas eleições municipais. Apesar da baixa representação feminina, com apenas 11 mulheres eleitas no período analisado, os dados sugerem que essa diferença não está diretamente relacionada ao gênero como fator determinante na escolha do voto, mas a outros fatores, como a estrutura partidária ou o número reduzido de candidaturas femininas, refletindo a predominância de candidatos do gênero masculino entre os eleitos.

Palavras-chave: Decisão de Voto; Política Local; Sub-representação; Uruçuca.

ELECTORAL BEHAVIOR AND UNDER-REPRESENTATION IN A LOCAL CONTEXT: A STUDY ON MUNICIPAL ELECTIONS (2008 TO 2020) IN URUÇUCA/BAHIA

Abstract: In each election, voters are called to exercise their right to vote, having the role of choosing the ruler who best represents their interests. The objective of this work is to analyze the voting decision in the municipal elections of Uruçuca from 2008 to 2020. Thus, the secondary database from the Superior Electoral Court on the profile of candidates for city councilors and the variables of gender and race of these candidates was used, aiming to identify patterns and changes in electoral behavior in municipal elections. Despite the low female representation, with only 11 women elected during the analyzed period, the data suggest that this difference is not directly related to gender as a determining factor in the choice of vote, but to other factors, such as the party structure or the reduced number of female candidacies, reflecting the predominance of male candidates among the elected.

Keywords: Voting Decision; Local Politics; Underrepresentation; Uruçuca.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: emanuelamkgoes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo eleitoral constitui um dos aspectos da democracia representativa, sendo o eleitor o principal responsável pela definição dos representantes políticos. No Brasil, as eleições ocorrem a cada dois anos entre pleitos federais, estaduais e municipais. Com base nessa dinâmica, a Ciência Política busca compreender como se dá a tomada de decisão dos eleitores, desenvolvendo modelos e teorias que explicam suas escolhas no momento do voto. Esse comportamento dos eleitores, enquanto campo de estudo, analisa as motivações e padrões que orientam os cidadãos durante esses processos. Autores como Figueiredo (1991), Castro (1992) e Borba (2005) identificam três principais correntes teóricas: a sociológica, que considera o contexto social e político do eleitor; a psicológica, que enfatiza vínculos partidários e identidades políticas; e a teoria da escolha racional, centrada em avaliações utilitaristas. Além disso, estudos mais recentes incorporam a noção da volatilidade nas eleições (Arquer, 2018), abordando a fluidez das preferências políticas e a alternância entre partidos e candidatos ao longo do tempo.

Este artigo tem por objetivo analisar o comportamento eleitoral e a dinâmica política no município de Uruçuca, no estado da Bahia, entre os anos de 2008 e 2020. A análise foca nos processos eleitorais para o Legislativo municipal, considerando as variáveis gênero, raça/cor e desempenho partidário, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O estudo investiga como as desigualdades estruturais se manifestam no nível local, partindo da hipótese de que, em municípios pequenos como Uruçuca, fatores como relações interpessoais e vínculos exercem maior influência na composição das candidaturas e dos padrões de escolha do eleitorado do que características como gênero e raça/cor. A escolha pelo município de Uruçuca justifica-se pela lacuna de estudos sobre o comportamento eleitoral em cidades de pequeno porte. Nessas localidades, as eleições costumam ser definidas em turno único, o que confere características específicas às disputas políticas, estratégias de campanha e proximidade entre candidatos e eleitores, elementos que podem influenciar significativamente o processo de decisão de voto. A literatura recente (Kerbauy, 2009; Rocha e Kerbauy, 2014; Silva, 2008) reforça a importância de ampliar investigações para compreender essas realidades. Ao analisar o caso de Uruçuca, busca-se compreender de que forma

fatores socioeconômicos, históricos e culturais influenciam na manutenção ou superação da sub-representação de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres e pessoas negras, na esfera legislativa municipal.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o uso de análise empírica e metodologia quantitativa, a abordagem foi descritiva e de caráter exploratório. Os dados do TSE foram sistematizados em gráficos e tabelas, permitindo a observação da composição das candidaturas, a distribuição partidária e os perfis dos eleitos. A pesquisa levou em conta mudanças institucionais e legislativas, como a introdução das cotas de gênero, a universalização do voto eletrônico, a possibilidade de reeleição e alterações no cálculo do quociente eleitoral, elementos que moldaram a atual conjuntura do sistema político brasileiro.

A coleta de dados baseou-se nas variáveis relacionadas ao número de candidatos a vereador, distribuição por partido e características dos candidatos, como gênero e cor/raça. O levantamento incluiu também o desempenho eleitoral das legendas e o perfil dos candidatos nas eleições de 2008, 2012, 2016 e 2020. Vale ressaltar que o trabalho não incorporou dados sobre composição partidária da Assembleia Legislativa da Bahia, nem análise da influência das coligações majoritárias em âmbito estadual, nem se há influência nos resultados das eleições proporcionais para o executivo municipal. Optou-se por uma abordagem restrita às eleições municipais de Uruçuca, considerando a proposta central, que é compreender a dinâmica eleitoral local.

A organização dos dados foi realizada em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel, ferramenta utilizada para o cálculo de percentuais, distribuição proporcional e visualização gráfica das informações. A análise teve como objetivo identificar padrões na participação dos partidos ao longo das quatro eleições, observando oscilações no número de candidaturas, variações no apoio do eleitorado e alterações na distribuição de cadeiras no legislativo municipal. Foi feita também uma análise comparativa dos perfis dos candidatos eleitos, buscando verificar se houve avanço na representatividade em termos de gênero e cor/raça.

A variação observada nas preferências eleitorais entre as eleições foi identificada por meio da alternância de votos entre partidos, permitindo compreender

a dinâmica da competição eleitoral local. Segundo Arquer (2018), essas mudanças na distribuição dos votos e nas escolhas partidárias, ao longo do tempo, são indicadores importantes para avaliar o grau de estabilidade ou volatilidade do sistema partidário municipal. A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa pretende contribuir para o entendimento das particularidades do processo eleitoral em municípios de pequeno porte, como Uruçuca, revelando as nuances da adesão partidária e da organização política local.

3 COMPORTAMENTO ELEITORAL E DECISÃO DE VOTO

Segundo Adam Przeworski (2024), ser democrático depende dos valores atribuídos à democracia enquanto sistema no qual os cidadãos decidem coletivamente quem os governará. Esse conceito baseia-se na liberdade de escolha dos eleitores e na possibilidade de instituírem seus representantes por meio de mecanismos institucionais. Para o autor, a essência da democracia reside na capacidade dos indivíduos de votar e revogar suas decisões de maneira livre e conforme os procedimentos estabelecidos.

A eleição, conforme define Figueiredo (1991), é uma instituição social, ou seja, um rito repetido que culmina na apuração dos votos, a qual representa o fim de um processo social. Nesse contexto, o voto é condicionado por uma avaliação do eleitor acerca dos benefícios potenciais de sua escolha. De acordo com o autor, os eleitores são sujeitos sociais: trabalhadores, consumidores, contribuintes, proprietários, pessoas com distintas orientações religiosas, étnicas e ideológicas. A decisão de voto está atrelada a essa bagagem social e à história individual de cada cidadão.

Kerbauy e Dias (2017, p. 62) reforçam essa visão e destacam que os atributos sociais podem influenciar diretamente as oportunidades e escolhas políticas dos indivíduos. As teorias do comportamento eleitoral buscam compreender as motivações por trás dessas escolhas. De acordo com Figueiredo (1991, p. 15), o voto revela preferências políticas, que podem estar ligadas a partidos, candidatos ou ideologias. Essas preferências são moldadas por diversos fatores e manifestam-se nas atitudes e crenças políticas dos eleitores. Para Cavalcante (2015, p. 89), o voto também expressa avaliação de desempenho governamental, funcionando como mecanismo de punição ou recompensa.

Três abordagens principais orientam o estudo do comportamento eleitoral: a teoria sociológica, a psicológica e a da escolha racional. A teoria sociológica, conforme Figueiredo (1991) e Borba (2005), considera que o comportamento político é influenciado pelo contexto social, institucional e ideológico dos eleitores. Grupos com condições econômicas, demográficas e ocupacionais semelhantes tendem a apresentar padrões de voto semelhantes. A participação política, nesse caso, é uma extensão da socialização, isto é, como esse indivíduo age em suas redes sociais, que moldam suas atitudes e opiniões.

A teoria psicológica, por sua vez, tem origem nos estudos da Universidade de Michigan e ganhou força com o uso de surveys nas Ciências Sociais. Essa abordagem busca compreender o comportamento político a partir de percepções, motivações e atitudes dos indivíduos em relação ao sistema político (Borba, 2005, p. 156). Elementos como identificação partidária e localização ideológica são centrais nesse modelo, e a socialização política é fundamental para a formação de opiniões e atitudes políticas (Kerbauy; Dias, 2017; Figueiredo, 1991).

Já a teoria da escolha racional, desenvolvida por Anthony Downs (1999), argumenta que o eleitor atua de forma instrumental, buscando seus interesses e diminuindo os custos da decisão. A ideologia funciona como atalho, ajudando o eleitor a selecionar candidatos e partidos que se aproximam de suas convicções (Castro, 1992). Entretanto, o cidadão possui alternativas, que são condicionadas pelo contexto que o cerca (Cavalcante, 2015). O modelo racional inclui dois mecanismos principais de accountability (Fearon, 1999 *apud* Cavalcante, 2015): punição e seleção. O eleitor pode penalizar um político por um mau desempenho ou premiá-lo, caso atenda suas expectativas. A lógica do voto também pode ser influenciada por experiências anteriores, acesso às informações e identificação com os candidatos. Assim, o comportamento eleitoral é um campo variado no qual se articulam aspectos sociais, psicológicos e racionais do eleitorado. Cada teoria oferece visões distintas, mas complementares, para que se compreenda como os eleitores decidem quem os representará, considerando tanto o contexto individual quanto o coletivo.

4 POLÍTICA LOCAL

A autonomia política dos municípios brasileiros foi significativamente reforçada pela Constituição Federal de 1988, que consolidou a capacidade de autogoverno dos entes municipais (Carneiro e Almeida, 2008, p. 407). Essa autonomia se expressa na possibilidade de os cidadãos elegerem diretamente seus prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, garantindo a constituição de sistemas políticos locais, com relativa independência em relação aos demais entes da federação. Tais mudanças marcaram a consolidação do federalismo brasileiro em três esferas de governo: federal, estadual e municipal, sendo esta última composta de competências legislativas e administrativas próprias, regulamentadas por suas leis orgânicas (Rocha, 2021). O processo de redemocratização e a Constituição de 1988 introduziram importantes transformações no sistema eleitoral, incluindo novas regras que impactam diretamente o funcionamento da política local.

No Brasil, o termo "política local" refere-se às práticas e relações de poder estabelecidas no âmbito municipal, abrangendo a prefeitura, a câmara de vereadores e as instituições sociais vinculadas à esfera local (Daniel, 1988 *apud* Silva, 2008, p. 70). No entanto, como observam Rocha e Kerbauy (2014), o uso do termo "município" no contexto brasileiro é vago e abstrato, dada a diversidade de realidades encontradas entre municípios, que variam amplamente em população, extensão territorial e estrutura política. Assim, os municípios não se limitam a uma categoria geográfica, mas atuam como unidades políticas fundamentais na experiência cidadã e no exercício do poder.

A descentralização institucional também deu lugar a um sistema de competição política no nível municipal, regido por regras semelhantes às das demais esferas, mas com dinâmicas e particularidades locais (Carneiro e Almeida, 2008). A política local, nesse contexto, envolve uma série de interações entre eleitores, representantes e partidos, incluindo disputas pelo controle do Executivo e sobre a atuação do Legislativo, além das relações mantidas com grupos sociais e econômicos da comunidade (Rocha; Kerbauy, 2014, p. 189).

Kerbauy (2016) destaca que o poder local se transformou desde o período do regime militar. O poder político, enquanto prática institucionalizada, manifesta-se no

plano local, com interdependência específica entre governantes e governados. Compreender essa dinâmica é essencial para a análise das estruturas políticas e das formas de dominação que se estabelecem em municípios (Fisher, 1992 *apud* Silva, 2008, p. 70). No passado, a política local foi marcada por práticas clientelistas lideradas por figuras conhecidas como coronéis. Esses líderes exerciam controle sobre os eleitores por meio do voto de cabresto e pela troca de favores (Leal, 1975, p. 23), transformando suas bases eleitorais em feudos políticos. Embora esse modelo tenha perdido força com o avanço da democratização e o acesso à informação, seus traços permanecem presentes em dinâmicas locais até os dias atuais.

Com a urbanização, o aumento da escolarização e o acesso aos meios de comunicação, a dinâmica de escolha de voto e participação eleitoral também se modificou (Rocha; Kerbawy, 2014). Atualmente, o prefeito é o ator político que detém o protagonismo no município, além de prerrogativas decisórias e controle de recursos (Rocha, 2021, p. 192). No entanto, sua capacidade de governar depende do apoio da câmara de vereadores e, quando não há maioria aliada, o prefeito precisa negociar esse apoio, o que pode comprometer sua agenda (Vasquez *et al.*, 2021, p. 8).

Há contextos em que não ocorre o chamado efeito *coattail*, isto é, quando a popularidade do Executivo não se transfere aos candidatos legislativos aliados, podendo comprometer a governabilidade, tornando-a incerta. Nesse cenário, a composição de coligações e acordos pré-eleitorais assume um papel estratégico para os partidos, que buscam ampliar sua presença no Legislativo e garantir base de apoio ao Executivo (Golder, 2005 *apud* Vasquez *et al.*, 2021; Carneiro e Almeida, 2008). Os partidos políticos, por sua vez, devem articular-se em torno das clivagens sociais existentes, representando diversos segmentos da sociedade e adaptando as suas estratégias às especificidades da política local (Arquer, 2018, p. 672).

A formação de bancadas expressivas e a manutenção do controle do Executivo tornam-se objetivos centrais das lideranças partidárias locais. Assim, ao escolher seus representantes, o eleitor combina preferências individuais com o contexto social e político em que está inserido. De acordo com Arquer (2018), essa combinação é mediada por instituições, práticas cotidianas e ideologias que moldam o comportamento eleitoral e influenciam as decisões de voto. Nesse cenário, destaca-se a fragilidade institucional das câmaras municipais, que são frequentemente descritas

como espaços de atuação assistencialista e de baixo protagonismo político (Rocha, 2021, p. 192). A dependência do Legislativo em relação ao Executivo gera uma tendência ao governismo, a aprovação automática das propostas do prefeito, o que pode enfraquecer o papel de fiscalizar e deliberar dos vereadores.

A dinâmica política local também é sensível ao perfil populacional e ao tamanho dos municípios. Em localidades menores, a interação entre representantes e representados é mais intensa, e a atuação política tende a se organizar em torno de alianças informais e laços pessoais, muitas vezes à margem da lógica estritamente partidária (Rocha; Kerbauy, 2014, p. 23). Já nos municípios maiores, a atuação partidária estruturada contribui para reduzir problemas de ação coletiva no Legislativo, conferindo maior estabilidade aos acordos políticos. A política local brasileira passou por um processo de reconfiguração institucional e simbólica do coronelismo à organização democrática, baseada em leis orgânicas, eleição direta e novas formas de articulação política. Mesmo com esses avanços, as dinâmicas de poder nos municípios ainda reproduzem desigualdades históricas e práticas políticas, que exigem análise aprofundada e constante vigilância democrática. Essas desigualdades seguem limitando o acesso e a permanência de mulheres e pessoas negras nos espaços de representação. Mesmo após a implementação de cotas de gênero e da autodeclaração racial nas candidaturas, a presença desses grupos permanece aquém de sua proporção no eleitorado, refletindo tanto barreiras estruturais dentro dos partidos quanto padrões culturais que privilegiam homens brancos nas disputas eleitorais municipais.

5 ANÁLISE SOBRE A VEREANÇA NO MUNICÍPIO DE URUÇUCA/BAHIA

O município de Uruçuca localiza-se no Território de Identidade Litoral Sul do estado da Bahia. Segundo consta na página da Câmara Municipal (2024), a cidade era um distrito criado com a denominação de Água Preta, pelo Decreto Estadual n.º 8.678, de 13 de outubro 1933, subordinado ao município de Ilhéus e elevado à categoria de município com a denominação de Uruçuca, pela Lei Estadual n.º 516, de 12/12/1952, consequentemente, desmembrado de Ilhéus. Segundo dados de 2022 do TSE, com uma população de 21.420 habitantes (IBGE, s/d), sendo 68,8% autodeclarados pretos/pardos no censo de 2022 e 18.752 eleitores registrados (TSE, 2024), Uruçuca atualmente dispõe de 11 cadeiras no Legislativo municipal.

A Constituição de 1988 garantiu aos municípios brasileiros autonomia para eleger seus próprios representantes nos poderes Executivo e Legislativo, além de possibilitar a criação de leis orgânicas e atribuir aos municípios a responsabilidade pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas à população local. As eleições municipais ocorrem a cada quatro anos e, a partir do pleito de 1996, quatro mudanças passaram a marcar o processo eleitoral, conforme apontado por Fleischer (2002, p. 81). A primeira foi a possibilidade de reeleição imediata dos prefeitos eleitos naquele ano, aprovada por meio de emenda constitucional em 1997. A segunda foi a universalização do uso das urnas eletrônicas, inicialmente testadas em 50 grandes cidades brasileiras. A terceira mudança foi o aumento da cota mínima de candidaturas femininas para as câmaras municipais, passando de 20% para 30%. Por fim, a quarta modificação refere-se ao cálculo do quociente eleitoral para as eleições proporcionais, passando a considerar apenas os votos válidos, excluindo votos brancos e nulos.

No que se refere ao sistema proporcional, o quociente eleitoral é calculado com base na divisão do total de votos válidos pelo número de cadeiras disponíveis no Legislativo municipal. Os votos excedentes obtidos pelos candidatos que superam esse quociente são transferidos ao partido ou coligação, se existir. Da mesma forma, votos atribuídos ao partido (votos de legenda) e votos dados a candidatos que não atingem o quociente também são incorporados ao total da legenda, configurando um sistema de *pooling* de votos, no qual o eleitor vota em um candidato individual, mas esse voto pode contribuir para a composição partidária na totalidade (Mattos; Garcez, 2017, p. 834). De acordo com Braga e Amaral (2013, p. 33), os partidos selecionam candidatos com base em critérios estratégicos, visando compor uma lista viável eleitoralmente. Diante do alto quociente exigido para a eleição, grande parte dos candidatos ao Legislativo depende da votação obtida por outros integrantes da lista partidária para garantir sua eleição.

Os partidos, que participaram das eleições municipais de Uruçuca entre os anos de 2008 e 2020, variaram de acordo com os anos, considerando que as regras eleitorais podem sofrer alterações ao longo do tempo, sendo comum que partidos presentes em um ciclo eleitoral estejam ausentes em outro, por não lançarem candidaturas ou por fusão com outras legendas. Exemplos recentes incluem a incorporação do Partido Social Cristão (PSC) ao Podemos (PODE) em 2022 e a fusão entre o partido Democratas

e o Partido Social Liberal (PSL), que originou o União Brasil em 2021. Além disso, é importante observar que, até as eleições de 2016, vigoravam as coligações proporcionais, o que impactou diretamente na composição das chapas. A Tabela 1 apresenta os partidos que participaram das eleições municipais em Uruçuca/Ba nos pleitos de 2008 a 2020.

Tabela 1 - Número de candidatos por partido

PARTIDOS	NÚMERO DE CANDIDATOS / ELEIÇÕES				
	2008	2012	2016	2020	TOTAL
PRB	4(5,48%)	-	1(0,95%)	-	5
PP	8(10,96%)	11(11,22%)	3(2,86%)	10(9,26%)	32
PDT	-	7(7,14%)	4(3,80%)	17(15,74%)	28
PT	4(5,48%)	9(9,18%)	7(6,67%)	15(13,89%)	35
PTB	1(1,37%)	3(3,06%)	4(3,81%)	6(5,56%)	14
PMDB	7(9,59%)	3(3,06%)	5(4,76%)	-	15
PSL	4(5,48%)	9(9,18%)	8(7,62%)	-	21
PTN	4(5,48%)	4(4,08%)	2(1,90%)	-	10
PSC	6(8,22%)	-	4(3,81%)	-	10
PR	3(4,11%)	1(1,02%)	-	-	4
PPS	1(1,37%)	-	4(3,81%)	-	5
DEM	8(10,96%)	5(5,10%)	11(10,47%)	17(15,74%)	41
PSDC	1(1,37%)	1(1,02%)	2(1,90%)	-	4
PRTB	-	2(2,04%)	1(0,95%)	-	3
PHS	-	3(3,06%)	1(0,95%)	-	4
PMN	-	2(2,04%)	9(8,57%)	-	11
PSB	-	2(2,04%)	7(6,67%)	9(8,33%)	18
PTC	5(6,85%)	7(7,14%)	-	-	12
PRP	2(2,73%)	-	1(0,95%)	-	3
PSDB	9(12,33%)	2(2,04%)	3(2,86%)	17(15,74%)	31
PATRIOTA	-	-	4(3,81%)	-	4
PSD	-	3(3,06%)	2(1,90%)	17(15,74%)	22
PT do B	6(8,22%)	2(2,04%)	4(3,81%)	-	12
SD	-	-	2(1,90%)	-	2

PV	-	14(14,29%)	8(7,62%)	-	22
PMB	-	-	5(4,76%)	-	5
PPL	-	3(3,06%)	-	-	3
PROS	-	-	3(2,86%)	-	3
PC do B	-	5(5,10%)	-	-	5

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024).

O aumento no número de vagas nas eleições municipais ocorreu em 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 58, que permitiu a ampliação das cadeiras legislativas conforme o crescimento populacional, seguindo os dados do IBGE (Câmara Municipal de Uruçuca, 2024). Segundo Kerbauy (2009), os critérios para definição do número de vereadores seguiam as determinações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, em 2004, adotou o princípio da proporcionalidade, estabelecendo a relação de um vereador para cada grupo de 47.619 habitantes. Essa alteração resultou na extinção de 8.528 vagas nas eleições daquele ano. Posteriormente, a PEC n.º 333/2004, aprovada em 2008, fixou entre 9 e 55 cadeiras para os legislativos municipais, a depender da população do município. A medida resultou na criação de até 9.000 novas vagas no país, elevando o total de cadeiras para 59.611, um acréscimo de 7.616 vagas em relação a 2008 (Kerbauy, 2009). O sistema eleitoral proporcional em vigor no Brasil baseia-se no cálculo do quociente eleitoral, obtido pela divisão dos votos válidos pelo número de cadeiras disponíveis. Os votos excedentes de candidatos bem votados, assim como os votos de legenda e os votos dados a candidatos que não atingem o quociente, são redistribuídos ao partido. Nesse contexto, a viabilidade eleitoral da lista partidária depende da estratégia adotada pelos partidos ao selecionar seus candidatos (Braga; Amaral, 2013), sendo comum que os candidatos ao Legislativo dependam dos votos recebidos por outros integrantes da legenda para alcançar a eleição.

Em 2008, participaram das eleições municipais de Uruçuca 16 partidos, com um total de 73 candidatos. O Partido Progressista (PP) e o DEM lançaram 8 candidatos, e o partido que mais lançou candidaturas durante este pleito foi o PSDB com 9 candidatos. Em 2012, o número de candidatos aumentou para 98 candidaturas e 21 partidos pleitearam vagas. O Partido Verde (PV) liderou com 14 candidatos, seguido pelo PP com 11 candidatos, e o PT e PSL com 9 candidaturas, respectivamente. Os partidos com menor número de candidatos nesta eleição foram o PR e o PSDC (hoje Democracia Cristã – DC), com apenas um representante cada.

Nas eleições de 2016, observou-se uma redução no número de candidatos em alguns partidos, mas um aumento total nas candidaturas, que subiram para 105 candidatos. O partido que reduziu o número de candidatos foi o PP, que em 2012 havia apresentado 11 candidatos, mas registrou apenas três em 2016. O partido DEM foi o que apresentou o maior número de candidatos naquele ano, com 11 nomes, seguido do PMN (Partido da Mobilização Nacional), atual MOBILIZA, com nove candidatos. Já o PV, que havia apresentado 14 candidatos quatro anos antes, reduziu para oito.

O pleito de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia de Covid-19, que exigiu adaptações institucionais. O calendário eleitoral foi alterado e a votação, tradicionalmente realizada em outubro, foi adiada para 15 de novembro. Além da pandemia, mudanças importantes, como a proibição das coligações proporcionais e a redução do tempo de campanha eleitoral, influenciaram o processo eleitoral (Peixoto *et al.*, 2024).

O contexto político também foi impactado por transformações estruturais, como o declínio da tradicional polarização PT-PSDB e o aumento da desconfiança popular em relação às instituições democráticas, incluindo os partidos políticos (Vasquez *et al.*, 2021). Em 2020, participaram da disputa oito partidos, totalizando 108 candidatos ao Legislativo municipal. O Democratas (DEM) lançou 17 candidatos, assim como os partidos PDT, PSDB e PSD, também apresentaram o mesmo número. Observa-se que dois desses partidos com maior número de candidaturas, o DEM e o PSDB, mantiveram presença contínua nas eleições, com destaque para o desempenho do DEM, que foi favorecido pela adesão do eleitorado em duas eleições consecutivas. Esse cenário revela que a quantidade de cadeiras em disputa afeta diretamente a estratégia dos partidos e as decisões dos eleitores, influenciando a competição eleitoral. Em 2020, a variação no número de candidatos por legenda demonstrou o protagonismo de partidos como DEM e PSDB, ao passo que legendas menores apresentaram desempenho limitado.

A Tabela 2 apresenta a quantidade de candidatos eleitos por partido no município de Uruçuca ao longo das quatro eleições analisadas. Em 2008, entre os 16 partidos participantes, o DEM e o PRB não conseguiram eleger nenhum representante, mesmo tendo lançado oito e quatro candidatos, respectivamente. O DEM não obteve êxito nas eleições de 2008 e 2012, mas conquistou um total de dez cadeiras, considerando as duas eleições seguintes. O Partido dos Trabalhadores (PT) destacou-

se por ser o único com representação nas quatro eleições analisadas. Já o PSC (Partido Social Cristão), que elegeu dois candidatos em 2008, lançou quatro candidatos nas eleições de 2016 e nenhum em 2020. Após as eleições, no ano de 2022, o partido foi incorporado ao Podemos (PODE).

Tabela 2 - Quantitativo de eleitos por partido

PARTIDOS	NÚMERO DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO				TOTAL
	2008	2012	2016	2020	
DEM	-	-	4 (36,3%)	6 (54,5%)	10
PP	1 (11,1%)	3 (27,3%)	-	1 (9,1%)	5
PDT	-	1 (9,1%)	3(27, 3%)	1 (9,1%)	5
PT	1 (11,1%)	1 (9,1%)	1 (9,1%)	1 (9,1%)	4
PSDB	1 (9,1%)	-	-	2 (18,2%)	3
PTB	1 (11,1%)	1 (9,1%)	-	-	2
PSD	-	1 (9,1%)	1 (9,1%)	-	2
PMDB	1 (11,1%)	1 (9,1%)	-	-	2
PT do B	1 (11,1%)	1 (9,1%)	-	-	2
PSC	2 (22,2%)	-	-	-	2
PSB	-	1 (9,1%)	-	-	1
PMN	-	-	1 (9,1%)	-	1
PV	-	1 (9,1%)	-	-	1
PR	1 (11,1 %)	-	-	-	1
PROS	-	-	1 (9,1%)	-	1

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024).

Nas eleições de 2008, o PP elegeu um vereador, repetindo esse desempenho apenas em 2020, pois, em 2012 elegeu três representantes e, em 2016, o partido não obteve êxito nas urnas. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) não teve representantes eleitos em 2008, conquistou uma cadeira em 2012 e três em 2016 e, em 2020 voltou a eleger um vereador. O Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu um candidato em cada uma das quatro eleições analisadas.

Segundo Araújo (2005), há um perfil ideológico dos eleitores, assim, ele sugere que parte desse segmento tende a apoiar ou se identificar com candidatos deste partido ou com aqueles candidatos vinculados à esquerda. O PTB elegeu um vereador em 2008 e outro em 2012, mas não conseguiu eleger nenhum nas duas eleições seguintes. O Democratas (DEM), por sua vez, não obteve representação em 2008 nem nas eleições seguintes de 2012; no pleito de 2016 obteve quatro cadeiras, e em 2020 ampliou esse número para seis, totalizando mais da metade das vagas disponíveis. Em relação aos partidos PSB, PRB, PMN, PV, PR e PROS, cada um elegeu um vereador em uma das eleições analisadas. A partir de 2012, com a ampliação das vagas na Câmara de Vereadores de Uruçuca, que passou de nove para 11 cadeiras após as mudanças ocorridas em 2009, ampliando as possibilidades de representação política e entrada de novos atores políticos no legislativo local.

A análise dos dados da Tabela 2 aponta que o eleitorado de Uruçuca possui uma preferência variável entre as eleições. O destaque se dá a partidos que apresentam uma presença forte e contínua nas eleições locais, como é o caso do DEM, que elegeu 13 vereadores ao longo das eleições examinadas, indica que esse partido conseguiu alinhar suas propostas e candidatos com as expectativas do eleitorado, consolidando-se nas eleições de 2016 e 2020. Além disso, o fato de o DEM ser o partido que mais inscreveu candidatos (ver Tabela 1), reflete uma alta visibilidade no município, demonstrando forte empenho nas disputas, o que impacta diretamente na decisão dos eleitores.

Os partidos PP e PDT elegeram cinco vereadores. O PT manteve representantes eleitos nas quatro eleições analisadas, contou com 35 candidatos entre 2008 e 2020, conseguindo eleger um representante em cada ano eleitoral, embora não tenham atingido a mesma força dominante do DEM. O PP apresentou um total de 32 candidatos ao longo do período, enquanto o PDT teve 28 concorrentes, menos que os 41 do DEM. A atuação desses partidos pode ter sido percebida pelo eleitorado, mas de forma menos expressiva. O PSDB conquistou três cadeiras, sendo uma em 2008 e duas em 2020, o que indica um interesse moderado por parte dos eleitores, mas ainda assim menos significativo no município. Em contrapartida, partidos com desempenho eleitoral mais modesto, como PTB, PSD, PMDB, PT do B e PSC, elegeram dois vereadores cada

ao longo do período analisado, evidenciando um apoio restrito a determinados grupos do eleitorado.

Já partidos como PSB, PMN, PV, PR e PROS conseguiram eleger apenas um representante, o que sugere que os eleitores escolhem seus candidatos considerando tanto a identificação com o partido e suas propostas, quanto às características e o perfil dos candidatos. Esses resultados reforçam a tendência de concentração do voto em partidos que apresentam maior continuidade nas disputas, como o DEM, que consolidou sua posição dominante nas eleições de 2016 e 2020.

6 PERFIL DOS CANDIDATOS E ELEITOS EM URUÇUCA/BA (2008- 2020)

A decisão do eleitor, quando racional, é influenciada pelo contexto em que vive e pelas alternativas disponíveis, especialmente entre os mais escolarizados (Cavalcante, 2015). Compreender o comportamento eleitoral exige analisar tanto a racionalidade das escolhas quanto o contexto social do eleitor. A decisão pelo voto envolve uma avaliação de custo-benefício, buscando vantagens políticas, econômicas e sociais com a vitória do candidato de sua preferência.

O município de Uruçuca, com população estimada em 20.413 habitantes, segundo dados de 2019 (IBGE, s/d), tinha 18.433 eleitores em 2020, responsáveis por eleger 11 vereadores. Dados do TSE (2008-2020) foram analisados com foco em gênero e cor/raça, evidenciando questões de representatividade. Desde 1998, a cota de gênero exige, ao menos, 30% de candidaturas de cada sexo (Nicolau, 2006).

Conforme Kerbauy (2005), as Câmaras Municipais brasileiras são majoritariamente compostas por homens, apesar de o eleitorado ser majoritariamente feminino, não sendo apenas visto nas Câmaras Municipais, mas também na Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas. Em 2008, das 73 candidaturas apenas 11 foram de mulheres, sendo eleita apenas uma, o que corresponde a 11% das nove vagas disponíveis. Em 2012, com a ampliação para 11 cadeiras, houve um crescimento nas candidaturas femininas, de 12 para 31. Nesse ano, a identificação considerou também o nome das candidatas, além da variável “gênero”, totalizando 32 candidatas. Ainda assim, a presença feminina eleita continuou baixa.

Em 2016 e 2020, as mulheres representaram cerca de 31% das candidaturas, com uma ligeira variação no número absoluto (33 e 35 candidatas, respectivamente), enquanto o número de candidatos homens manteve-se estável. Nota-se que os

eleitores optaram por escolher candidatos homens na urna. Mesmo com o aumento das candidaturas femininas, não houve aumento na escolha dos eleitores por candidatas.

No total da variável gênero, entre 2008 e 2020, mulheres conquistaram menos cadeiras em comparação aos homens. A despeito da política de cotas, a presença feminina permanece limitada, evidenciando que apenas a exigência legal não foi suficiente para reverter o quadro de sub-representação no município. Chaves e Mancuso (2020) apontam como o financiamento eleitoral e como o papel dos partidos políticos são determinantes no estímulo ou na restrição da participação feminina. Para Araújo (2005), o sistema de lista aberta e a individualização da competição possibilitam que essa tendência inercial opere de modo desfavorável às mulheres, principalmente, no momento da distribuição de apoio e/ou investimentos partidários.

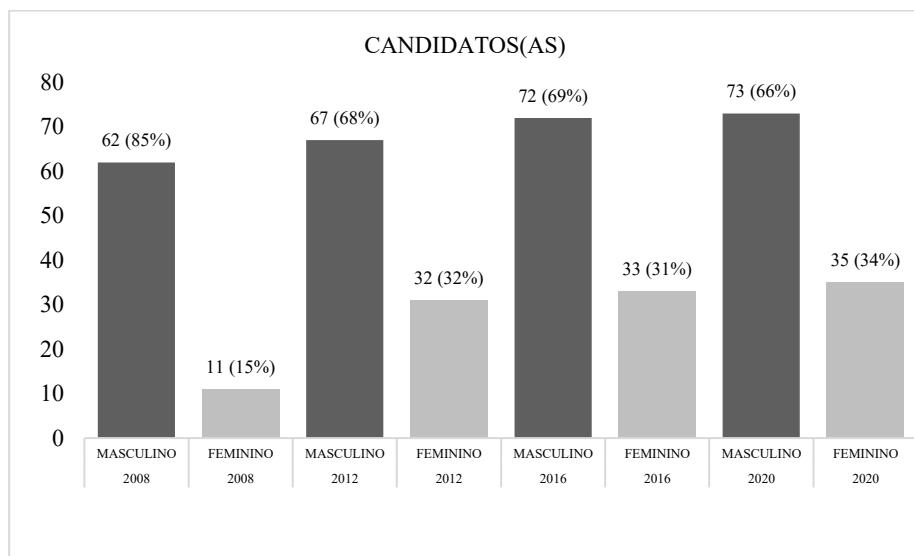
O gráfico 1 mostra o aumento das candidaturas ao cargo de vereador em Uruçuca entre 2008 e 2012, passando de 73 para 98 concorrentes para 11 vagas. Esse crescimento acompanha os efeitos da PEC n.º 333/2004, que redefiniu o número de cadeiras legislativas com base no tamanho populacional dos municípios (Kerbauy, 2009). A ampliação das candidaturas femininas pode influenciar na decisão do eleitor de diversas maneiras, conforme seu nível de racionalidade e percepção sobre o papel das mulheres na política.

Observa-se que, em 2008, apenas 11 mulheres concorreram ao pleito, na eleição seguinte, aumentou para 32 candidaturas femininas, mostrando, assim, os primeiros impactos das cotas de gênero. Os eleitores, cientes dessas pautas, podem valorizar candidaturas femininas como meio de ampliar a representatividade política. Já eleitores mais conservadores podem ver a candidatura feminina apenas como cumprimento de cotas, principalmente quando há baixa visibilidade e apoio partidário. Uma estrutura de campanha e o protagonismo dessas candidatas podem ser decisivos e influenciar na escolha do eleitor.

A decisão do STF, em 2018, que vinculou os recursos do Fundo Eleitoral à proporção de candidatas, representou um avanço, mas sua eficácia ainda depende do comprometimento partidário em promover condições equitativas para mulheres e grupos de sub-representações. O caso de Uruçuca mostra que, embora haja um aumento progressivo de candidaturas femininas, este não tem se refletido em maior representatividade, exigindo estratégias mais efetivas de inclusão política para que mulheres sejam opções de escolha para os eleitores e, consequentemente, sejam

eleitas. Conforme demonstrado nos dados das eleições municipais de Uruçuca entre 2008 e 2020, observa-se uma sub-representação persistente das mulheres no Legislativo local, apesar de avanços institucionais como a Lei n.º 12.034/2009, que instituiu a reserva mínima de candidaturas por gênero (Chaves e Mancuso, 2020).

Gráfico 1 - Candidatos/as à Vereança

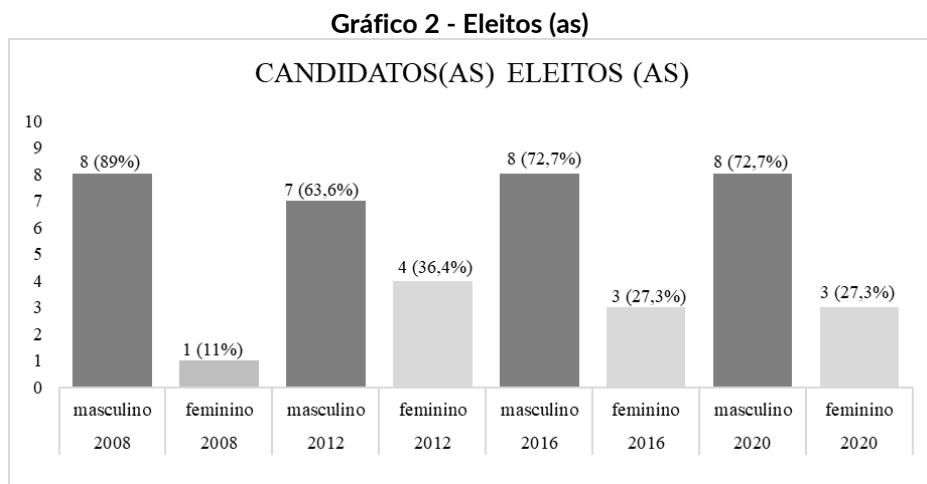


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024).

Segundo Araújo (2005), os sistemas proporcionais seriam vantajosos para as mulheres, pois, nesse modelo, cada partido apresenta uma lista coletiva de candidatos para cada distrito. Essas listas incluem vários nomes, e os partidos têm o incentivo de maximizar o apelo coletivo, incluindo candidatos que representem diversas configurações sociais. Isso torna mais viável a adoção de estratégias de ação afirmativa, como cotas, já que há uma pluralidade mínima de candidatos concorrendo (Araújo, 2005, p. 195-196).

O gráfico 2 revela que, embora tenha havido um crescimento no número de mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Uruçuca entre 2008 e 2020, a representatividade feminina segue inferior à masculina. Apesar do aumento nas candidaturas femininas (Gráfico 1), a sub-representação persiste e reflete um cenário de competição desigual, no qual a menor quantidade de candidatas contribui para o baixo desempenho eleitoral das mulheres. O eleitor começou a votar em mulheres e, mesmo assim, a presença feminina ainda é limitada no legislativo local.

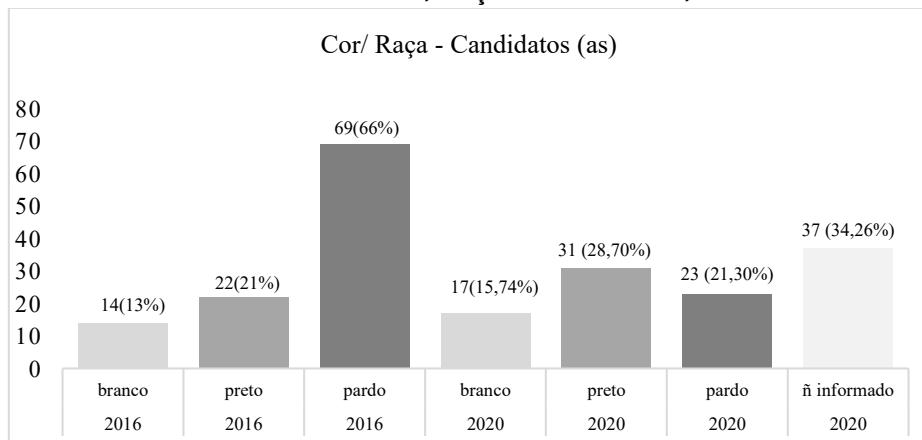
A sub-representação política no Brasil não se limita às mulheres, atinge também a outros grupos sociais, como a população negra. Embora a adoção de cotas eleitorais tenha buscado ampliar a presença feminina nas listas partidárias, há obstáculos à efetiva representatividade feminina na política, sobretudo nas estruturas partidárias (Chaves; Mancuso, 2020; Sacchet; Rezende, 2021). De forma semelhante, a sub-representação da população negra passou a integrar o debate público com maior força durante a gestão da presidente Dilma Rousseff, no contexto das discussões sobre a reforma política (Falcão, 2013; Braga, 2013; Cardoso, 2013 *apud* Campos e Machado, 2015, p. 122).



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024)

O gráfico 3 apresenta dados sobre a cor/raça dos candidatos ao Legislativo de Uruçuca. É importante destacar que as eleições de 2008 e 2012 não incluíam essa informação no processo de registro, uma vez que apenas com a Resolução n.º 23.405/2014 passou a ser obrigatória a autodeclaração de cor ou raça no Requerimento de Registro de Candidatura (RRC). No cenário nacional, Chaves e Mancuso (2020) apontam que, embora pretos e pardos representassem 53,6% da população brasileira em 2014, apenas 20% dos parlamentares eleitos no Congresso Nacional se autodeclararam como negros, evidenciando a sub-representação racial no sistema político.

Gráfico 3 - Cor/ Raça dos candidatos/as



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024)

Nas eleições municipais de 2016, 66% dos candidatos se autodeclararam “pardos”, mais da metade dos concorrentes às 11 vagas do Legislativo uruçuquense, 21% se inscreveram como pretos e 13% se declararam brancos. Quatro anos depois, as eleições de 2020 tiveram o maior percentual de candidatos que não informaram sua cor ou raça. Cabe destacar que conforme as variáveis informadas no banco de dados do TSE (branca, preta, parda, amarela e indígena), não foram registrados, em nenhuma das eleições analisadas, candidatos autodeclarados amarelos ou indígenas no município de Uruçuca. A ausência desses grupos demonstra uma lacuna importante na diversidade racial das candidaturas e reflete não apenas sobre quem concorre aos pleitos, mas acerca da invisibilidade nos processos de disputa política em nível local.

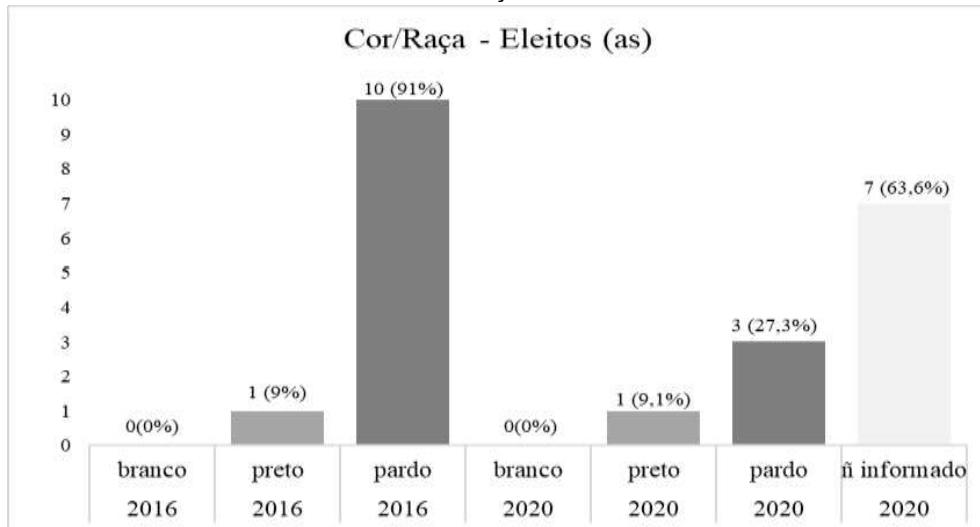
A inclusão da variável raça/cor nos registros de candidatura do TSE tem importância para as futuras análises acerca da sub-representação política dos negros, segundo Rodrigues (2021). Nas eleições municipais de 2020, os índices de autodeclaração de candidatos pretos e pardos indicam progressos relevantes nesse campo. Em Uruçuca, em particular, a maioria dos candidatos se autodeclarou preta ou parda, evidenciando um cenário local que merece atenção no contexto dessas transformações.

Nas eleições analisadas, os candidatos autodeclarados pardos apresentaram o maior índice de candidaturas, ultrapassando os candidatos brancos e pretos, desde

2014, ano em que TSE passou a incluir essa variável cor/raça no registro dos candidatos. Mesmo com a inclusão da variável de cor e raça já vigente no ano de 2020, nota-se que a maioria dos que pleiteou a um cargo na Câmara Municipal de Uruçuca não informou a cor/raça, assim a análise torna-se inconclusiva. Essa falta de informação compromete a clareza dos dados e dificulta uma análise mais precisa acerca da composição racial presentes nas candidaturas do município.

O Gráfico 4 demonstra que nas eleições de 2016, nenhum candidato que se autodeclarou branco foi eleito; apenas um candidato, que se autodeclarou negro, conseguiu uma das cadeiras; e as demais foram ocupadas por candidatos que se autodeclararam pardos. Em 2020, como visto no Gráfico 3, dos 31 candidatos concorrentes, sete deles, que conseguiram vencer o pleito, não declararam a cor/raça, totalizando 63,6%. Assim como o gráfico anterior aponta, a análise de 2020 acerca da variável cor/raça torna-se inconclusiva. Em comparação à eleição anterior, na qual dez candidatos se elegeram, neste pleito, três candidatos autodeclarados pardos venceram as eleições. Novamente, nenhum autodeclarado branco venceu em 2020, assim como em 2016.

Os resultados das eleições de 2020 para a Câmara Municipal de Uruçuca evidenciam variações na representatividade racial e de gênero, embora a análise tenha sido prejudicada pela ausência de autodeclaração de cor/raça por parte de alguns candidatos. Mesmo após seis anos da obrigatoriedade desse registro, a incompletude dos dados ainda limita a compreensão plena da dinâmica racial nas candidaturas. Observou-se maior sucesso eleitoral entre candidatos autodeclarados pardos, que obtiveram êxito nos pleitos de 2016 e 2020. No recorte de gênero, apesar do aumento no número de candidaturas femininas em 2020, as mulheres continuaram apresentando menor taxa de sucesso eleitoral em comparação aos homens.

Gráfico 4 - Cor/ Raça dos eleitos/as²

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2024)

Diversos fatores influenciam as chances de sucesso nas eleições municipais, incluindo gênero, raça e identificação dos eleitores com os candidatos. Segundo Campos e Machado (2015), a sub-representação de pretos e pardos pode estar relacionada a barreiras institucionais e partidárias para candidaturas desses grupos, especialmente no Legislativo federal, enquanto a sub-representação feminina (Araújo, 2005 *apud* Campos; Machado, 2015, p. 122) reflete a limitada presença nas listas partidárias. Em Uruçuca, os candidatos autodeclarados pardos apresentaram maior representatividade nas eleições analisadas, ao passo que candidatos brancos não conquistaram cadeiras nas disputas observadas. Esses dados sugerem que o sentimento de pertencimento entre eleitores e candidatos pode influenciar significativamente os resultados eleitorais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender como as desigualdades estruturais, particularmente de gênero e raça, influenciam a dinâmica eleitoral em contextos municipais. A partir da análise das eleições de 2008 a 2020 no município de Uruçuca, Bahia, observou-se que a representatividade política segue marcada por assimetrias

² Nas eleições de 2008 e 2012 não incluíam essa informação cor e raça no processo de registro, passando a ser obrigatória a autodeclaração de cor ou raça no Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) a partir da Resolução n.º 23.405/2014.

profundas. Apesar dos avanços normativos, como a implementação da Lei n.º 12.034/2009, que promove a participação de mulheres na política, a presença feminina nos cargos eletivos permanece reduzida. A produção da legislação das políticas públicas ocorre, historicamente, em um contexto marcado pela predominância de homens brancos nos espaços de decisão, o que limita a incorporação de gênero e raça nos processos políticos (Biroli, 2018, p. 209).

Os dados revelam a prevalência de candidaturas masculinas e pardas nas eleições municipais de Uruçuca, destacando o desempenho do partido Democratas (DEM). Ainda que pessoas pardas constituam parcela expressiva da população brasileira, conforme o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, e se façam presentes em número relevante entre os candidatos, sua participação entre os eleitos não é proporcional a essa representatividade populacional nacional. Esse quadro indica que, apesar do quantitativo das candidaturas, persiste a sub-representação nos cargos legislativos. Nesse sentido, se faz importante problematizar tanto as condições de acesso às candidaturas de grupos historicamente excluídos quanto às barreiras que dificultam sua efetiva eleição.

Ao abordar um município de pequeno porte, este estudo contribui para o alargamento do escopo da literatura sobre política local e comportamento eleitoral no Brasil, destacando a importância de se considerar contextos periféricos na análise do sistema representativo. As conclusões aqui apresentadas reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso de grupos historicamente excluídos de espaços de poder, bem como de mecanismos partidários que assegurem competitividade e equidade nas disputas eleitorais.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre as interseções, à nível municipal, entre desigualdade, cultura política e organização partidária, com especial atenção aos fatores que condicionam a viabilidade eleitoral de candidaturas pertencentes a grupos sub-representados. Tal realidade acontece em espaço público e nas instituições modernas, revelando um padrão de exclusão e de marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados (Araújo, 2005), que perpassam as diferentes esferas eleitorais brasileiras. Assim, se faz necessário um investimento em políticas públicas mais eficazes e que o sistema partidário seja comprometido com a ampliação do acesso e da competitividade eleitoral para mulheres, pessoas negras e demais grupos marginalizados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193–215, jun. 2005.
- ARQUER, Monize. Voto, partidos e contexto: uma análise da volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros entre 2000 e 2012. **Revista OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 24, n.º 3, set.-dez., p. 670-698, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 33–43, jun. 2013.
- CÂMARA MUNICIPAL DE URUÇUCA. **Dados municipais**, 2024. Disponível em: <https://www.camaraurucuca.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos Augusto. A Cor dos Eleitos: Determinantes da Sub-representação Política dos Não-Brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, pp. 121-151, 2015.
- CARNEIRO, Leandro Piquet; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 403–432, 2008.
- CASTRO, Mônica Mata Machado. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 7–19, 1992.
- CAVALCANTE, Pedro. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 87-104, abr. 2015.
- CHAVES, Beatriz Mendes; MANCUSO, Wagner Pralon. Raça e gênero nas eleições brasileiras: uma análise sobre a influência de marcadores sociais na disputa à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas em 2018. In: **Anais do 1º Seminário Discente de Ciência Política da UFPR**, Curitiba-PR, Brasil, 2020.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. **Decisão do voto: democracia e racionalidade.** 1^a ed. Belo Horizonte: Editora Sumaré: ANPOCS, 1991

FLEISCHER, David. As eleições legislativas no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **OPINIÃO PÚBLICA**, VIII, n. 1, pág. 80-105, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência de Notícias IBGE**, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uruçuca (BA). **Cidades e Estados**. Brasília: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/uruçuca.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uruçuca (BA). In: **Cidades IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uruçuca/pesquisa/10105/291903>. Acesso em: 10 set. 2025.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, out. 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: Federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 15-33, jan./jun. 2009.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Araraquara: Laboratório Editorial FCLAR/Unesp, 2016.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DIAS, André Luiz Vieira. O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 60- 95, jan.-abr. 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MATTOS, Enlinson; GARCEZ, Lucas. Desmembramento de municípios: impactos sobre as eleições legislativas municipais. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 4, p. 832-849, out. 2017.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; LEAL, João Gabriel Ribeiro Pessanha; MARQUES, Larissa Martins; SOUZA, Renato Barreto. **Reeleição de Prefeitos e o Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 em 2020. Dados**, v. 67, n. 4, p. e20220110, 2024.

PRZEWORSKI, Adam. **Defending Democracy** (January 21, 2024). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4701964>. Acesso em: 26 mai. 2024.

ROCHA, Marta Mendes. **Governismo local: relação Executivo-Legislativo em municípios do estado de Minas Gerais. Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 189–229, jan. 2021.

ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas.** In: KERBAUY, M. T. M.; ROCHA, M. M. da (Org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 17- 34, 2014.

RODRIGUES, Carla. **Análise da ADPF n.º 738: avanço histórico para a participação de negros e pardos na política brasileira. Revista Brasileira de Direito Eleitoral - RBDE**, Belo Horizonte, ano 13, n. 24, p. 43-57, jan./jun. 2021. p. 52.

SACCHET, Teresa; REZENDE, Daniela. **Apresentação do dossier: partidos políticos, gênero e raça: estudos e debates sobre estruturas internas, eleições e representação política. Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, p. 156-161, maio/ago. 2021.

SILVA, Márcia. **Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. Sociedade & Natureza [online]**. 2008, v. 20, n. 2 [Acessado 20 de Julho de 2024], pp. 69-78..

TSE- Tribunal Superior Eleitoral (2024). **Conjunto de Dados. Candidatos:** dados abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?groups=candidatos>. Acesso em: 18 ago. 2024.

VASQUEZ, Vitor; CURI, Henrique; SILVA, Bruno Souza da. **Prefeitos e a Construção do Apoio Legislativo nos Municípios. Dados**, v. 64, n. 2, p. e20190217, 2021.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A BAIXA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA DISPUTA ELEITORAL DE 2024 EM ARAUCÁRIA-PR

Leonardo Macedo da Silva Marques¹

Resumo: O presente artigo analisa as eleições municipais de 2024 em Araucária-PR, com foco na disputa pelo Executivo e na composição da nova legislatura da Câmara Municipal. A partir de dados oficiais do IBGE, TRE-PR e TSE, além de referenciais teóricos, examina-se a história da cidade, o perfil do eleitorado, o perfil das candidaturas e como o sistema político-eleitoral reproduz desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. Embora o pleito tenha sido marcado por uma pluralidade formal de candidaturas, observa-se a permanência de padrões tradicionais de poder, com predominância de homens brancos e ausência de mulheres eleitas. Ao refletir sobre os limites da representatividade e os mecanismos de exclusão institucionalizados, o artigo aponta para a urgência de repensar práticas políticas, institucionais e culturais que sustentam a desigualdade democrática no nível local.

Palavras-chave: Eleições Municipais; Araucária-PR; Eleitorado; Representatividade Política.

MUNICIPAL ELECTIONS AND LOW POLITICAL REPRESENTATION: AN ANALYSIS OF THE 2024 ELECTORAL DISPUTE IN ARAUCÁRIA-PR

Abstract: This article analyzes the 2024 municipal elections in Araucária (PR), focusing on the race for the Executive branch and the composition of the new City Council legislature. Drawing on official data from IBGE, TRE-PR, and TSE, as well as theoretical frameworks, the study examines the city's history, the profile of the electorate and the candidates, and how the political-electoral system reproduces structural inequalities related to gender, race, and class. Although the election featured a formal plurality of candidacies, traditional power structures persisted, marked by the predominance of white men and the absence of elected women. By reflecting on the limits of political representation and the institutional mechanisms of exclusion, the article highlights the urgent need to rethink political, institutional, and cultural practices that sustain democratic inequality at the local level.

Key-words: Municipal Elections; Araucária-PR; Electorate; Political Representation.

¹ Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: leomsmarques21@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A eleição municipal de Araucária-PR em 2024 entrou para a história como uma das mais disputadas já registradas no município. Em uma acirrada disputa eleitoral, a diferença entre os dois primeiros colocados foi de apenas 1.713 votos, o equivalente a 2,20% dos votos válidos. O escolhido para ocupar o cargo de prefeito foi o Dr. Gustavo Botogoski (PL), que recebeu 35,74% dos votos, superando por pequena margem o segundo colocado, Dr. Cláudio (União Brasil), que obteve 33,54%.

O pleito também marcou uma significativa alteração no comando do Poder Executivo municipal. Dr. Gustavo foi eleito para suceder Hissam Hussein Dehaini, que estava à frente da administração pública desde 2017, vindo de dois mandatos consecutivos. Hissam iniciou sua filiação política no partido Cidadania em 2009, permanecendo na legenda até 2023, quando deixou a sigla após mais de uma década de filiação. Ao longo de sua trajetória como chefe do Poder Executivo municipal, Hissam manteve altos índices de aprovação popular, sendo o prefeito mais bem votado da história local. Apesar da aprovação registrada, seu apoio político não foi suficiente para garantir a continuidade da situação no Executivo, sobretudo diante dos desgastes acumulados durante o segundo mandato, com destaque para as controvérsias envolvendo projetos de reforma administrativa no funcionalismo público e as polêmicas envolvendo a escolha dos possíveis nomes para suceder a sua gestão.

Ainda que não seja possível afirmar, de forma objetiva, que esses fatores foram determinantes para o resultado das urnas, observa-se que o eleitorado araucariense manifestou um desejo de ruptura com a gestão anterior. No entanto, essa mudança ficou restrita ao Executivo. No Poder Legislativo, o cenário foi de continuidade, sendo que a maior parte dos vereadores foi reeleita, preservando a composição predominante da legislatura anterior.

Nesse sentido, mais uma vez, nenhuma mulher foi eleita para a Câmara Municipal de Araucária-PR. Assim, o processo eleitoral de 2024 também evidenciou a fragilidade das candidaturas femininas e de pessoas negras, tanto em termos de visibilidade quanto de viabilidade política, o que evidencia a urgência de debates sobre inclusão, diversidade e representatividade nas estruturas partidárias locais.

Com base na análise de dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aliada à pesquisa bibliográfica fundamentada especialmente em Meneguello *et al* (2012), Biroli (2015; 2018) e Ramos *et al* (2020), bem como na legislação municipal, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre as particularidades do município de Araucária e o cenário das eleições municipais do ano de 2024. A discussão será guiada pelos conceitos de representatividade política e interseccionalidade, buscando compreender como gênero, raça e classe atravessam a dinâmica eleitoral local. Metodologicamente, a pesquisa se baseia no cruzamento de dados secundários e na análise de documentos oficiais e literatura especializada, reconhecendo os limites e potencialidades dessa abordagem para revelar padrões de exclusão política no nível municipal. A análise dialoga com pesquisas que problematizam as desigualdades de gênero e raça na política brasileira, incorporando perspectivas interseccionais e críticas à lógica de representação.

Inicialmente, o artigo apresenta o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre representatividade política e interseccionalidade, além de descrever os procedimentos metodológicos adotados para a análise das eleições de Araucária em 2024. Em seguida, será traçado um breve panorama histórico, político e socioeconômico do município de Araucária, com base em dados oficiais e documentos institucionais, não com o intuito de esgotar a história local, mas de situar o leitor no contexto político-eleitoral que servirá de base para a análise das eleições de 2024. Posteriormente, a análise se voltará ao perfil dos candidatos que disputaram o cargo de prefeito, observando as estruturas de campanha, alianças partidárias e ideologia, com ênfase na concentração de recursos dos candidatos. Por fim, o estudo se dedicará à composição da nova Câmara Municipal, abordando os critérios de eleição e o perfil dos vereadores eleitos, com destaque para a ausência de mulheres e a baixa representatividade racial, questionando quem consegue ocupar os espaços institucionais de poder e o que ainda precisa ser transformado para que a democracia local seja, de fato, mais inclusiva.

2 Referencial Teórico e Metodologia

A compreensão das eleições municipais de Araucária em 2024 exige uma análise que vá além da simples descrição dos resultados eleitorais. É necessário refletir e compreender quem tem condições de disputar e ocupar os espaços institucionais de poder e quais barreiras estruturais limitam a diversidade entre os eleitos, sob uma abordagem interseccional. O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), oferece uma lente crítica para compreender como diferentes sistemas de opressão de gênero, raça e classe se cruzam e reproduzem desvantagens específicas para determinados grupos sociais. Akotirene (2022) reforça esse entendimento ao situar a interseccionalidade como ferramenta teórico-política, permitindo enxergar a colisão das estruturas e a interação simultânea das avenidas identitárias.

Autoras como Flávia Biroli (2018) complementam essa leitura ao mostrar que a sub-representação de mulheres, pessoas negras e populações periféricas não decorre apenas de escolhas individuais, mas de um conjunto de fatores estruturais que se manifestam tanto na distribuição desigual de recursos partidários quanto na cultura política que naturaliza a exclusão de determinados grupos. Ao analisar Araucária, torna-se essencial observar como essas dinâmicas nacionais se reproduzem no nível local.

A leitura proposta por Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2015) demonstra que gênero, raça e classe não podem ser pensados de forma isolada, pois as desigualdades contemporâneas se organizam justamente na interdependência desses eixos. Para os autores, não se trata apenas de sobreposição de opressões, mas de um entrelaçamento estrutural que conforma hierarquias sociais. Ignorar esse cruzamento produz análises parciais e limita projetos de transformação social.

A literatura também evidencia como o sistema partidário e a distribuição de recursos acentuam essas desigualdades. Meneguello et al. (2012) apontam que as mulheres negras enfrentam uma dupla desvantagem no campo eleitoral, pois lidam ao mesmo tempo com a barreira de gênero e com a barreira racial. A pesquisa realizada pelos autores, que combinou análise de dados do IBGE, TSE e entrevistas qualitativas com candidatas e parlamentares, revela que as mulheres negras recebem menos financiamento de campanha, menor apoio partidário e lidam com estruturas culturais que tornam suas candidaturas menos viáveis, mesmo diante de políticas de cotas de gênero. Aliás, Ramos et al. (2020), ressaltam que, embora o dinheiro não seja garantia

de vitória, toda campanha política depende de recursos para estruturar comitês, comunicar propostas e alcançar o eleitorado.

Tabares, Conceição e Marques (2021) apresentam que essa exclusão não é casual, mas resultado de um legado colonial e da manutenção de privilégios amparados pelo mito da democracia racial. Para os autores, a falta de políticas efetivas de inclusão e a desigualdade na distribuição de recursos mantêm mulheres e a população negra à margem da política brasileira. Nas campanhas, candidaturas negras frequentemente optam por desracializar o discurso para evitar estigmas, mas a cor do candidato ou candidata continua a ser visível, apontam a necessidade de representação descriptiva como resposta ao racismo.

Para articular esses referenciais teóricos à realidade, este artigo adota uma abordagem descriptiva e analítica baseada em dados secundários. As informações eleitorais foram obtidas junto ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, enquanto os dados demográficos e socioeconômicos de Araucária foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A análise consistiu no cruzamento entre o perfil populacional do município e os resultados das eleições de 2024, observando variáveis como gênero, raça, alianças partidárias e recursos financeiros de campanha, interpretados à luz de estudos sobre representatividade política e interseccionalidade. O uso da perspectiva interseccional como lente crítica permitiu articular as dimensões de gênero, raça e classe na leitura da dinâmica eleitoral local.

Por tratar-se de um estudo baseado em dados secundários, reconhece-se como limitação a ausência de elementos qualitativos, como entrevistas com candidatos ou análise discursiva das campanhas. Ainda assim, a metodologia adotada oferece condições para revelar dinâmicas estruturais e fornecer subsídios para pesquisas futuras que aprofundem a compreensão da representatividade política no nível municipal.

3 Conhecendo as características do município de Araucária

Localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o município de Araucária possui uma posição de destaque no cenário político e econômico no Estado do Paraná. A grande transformação econômica e urbana do município ocorreu na virada da década

de 1970. Em 1972, Araucária foi escolhida para sediar a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), um grande complexo de refino de petróleo da Petrobras, inaugurado naquele ano. Logo em seguida, em 1973, o governo estadual e municipal implantaram o Centro Industrial de Araucária (CIAR), uma ampla zona industrial planejada para abrigar empreendimentos diversos, inclusive dando suporte às operações da refinaria. Esses dois fatos marcaram um divisor de águas no desenvolvimento local. (Araucária, 2010).

Araucária experimentou crescimento econômico acelerado e profundas mudanças socioeconômicas a partir de então. A cidade, que até então tinha a maior parte da economia baseada no setor primário, passou por uma rápida industrialização. Indústrias petroquímicas, metalúrgicas, madeireiras, indústrias de fertilizantes e outras se estabeleceram na região, aproveitando os incentivos e a localização estratégica próxima a Curitiba e às rodovias. Essa rápida industrialização refletiu-se imediatamente no crescimento populacional e urbano.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma população de 151.666 habitantes, sendo composta por 94.668 pessoas brancas (62,4%), 48.728 pardas (32,1%), 7.698 pretas (5,1%), 439 amarelas (0,3%) e 124 indígenas (0,08%) (IBGE, 2022). Com relação a distribuição da população residente por sexo, tem-se um equilíbrio, sendo 77.452 mulheres (51,1%) e 74.214 de homens (48,1%) (IBGE, 2022). Esses números ajudam a traçar um panorama básico da composição social do município, que serve como ponto de partida para uma posterior análise dos padrões de representatividade observados nas eleições de 2024.

Esse perfil demográfico acompanha a expansão da infraestrutura econômica da cidade. Hoje, o município registra, segundo o IBGE, o maior PIB per capita do estado do Paraná, sendo de R\$170.125,52, o que tem atraído investimentos e ampliando seu papel estratégico no cenário estadual. Este indicador reflete a alta concentração de atividades de alto valor agregado na cidade, especialmente no ramo petroquímico e de refino, fazendo com que a riqueza produzida por habitante seja excepcionalmente elevada. Portanto, Araucária consolidou-se como um dos principais polos econômicos do Paraná, exercendo papel estratégico na economia da Grande Curitiba e do estado como um todo.

Já no campo eleitoral, segundo dados do TRE-PR, cerca de 110 mil eleitores estavam aptos a votar em 2024, número que insere Araucária entre os dez maiores colégios eleitorais do estado do Paraná (TRE-PR, 2024). Contudo, essa quantidade de eleitores não é suficiente para viabilizar um segundo turno nas eleições municipais, nos termos do art. 29, inciso II, da Constituição Federal. Desse modo, considerando que somente municípios com mais de 200 mil eleitores realizam segundo turno quando nenhum candidato atinge a maioria absoluta dos votos válidos, torna a campanha eleitoral em Araucária ainda mais estratégica, já que o processo decisório ocorre de forma definitiva em um único turno.

Ainda, verifica-se que o crescimento populacional registrado no último censo também motivou mudanças institucionais no âmbito do Legislativo. Por meio da Emenda à Lei Orgânica nº 23 de 20 de dezembro de 2022, a Câmara Municipal passou a contar com 13 vereadores, em substituição às 11 cadeiras anteriormente existentes. A modificação teve como base o art. 29, inciso IV, alínea 'c' da Constituição Federal, que define o número de parlamentares conforme o tamanho da população:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

(...)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; (Constituição Federal, 1988).

Da análise do texto normativo, verifica-se que o município de Araucária poderia ter uma composição de 19 vereadores, em observância ao art. 29, inciso IV, alínea 'f', já que se enquadra no requisito de ter população entre 120 mil e 160 mil habitantes. Diante do crescimento populacional contínuo registrado nos últimos censos e da complexidade crescente das demandas sociais e urbanas, acredita-se que, nos próximos anos, seja necessário ampliar o número de vereadores novamente, exigindo nova Emenda à Lei Orgânica do Município de Araucária, nos termos regimentais, para contribuição ampla da população através de seus representantes eleitos.

Contudo, como será exposto ao longo deste artigo, a ampliação do número de cadeiras não garante, por si só, uma maior representatividade política ou diversidade

nos campos de gênero, raça ou ideologia. Em muitos casos, o aumento na composição do legislativo municipal apenas reproduz o mesmo padrão dominante, mantendo perfis semelhantes aos já consolidados e reforçando estruturas tradicionais de poder.

Um último detalhe importante, é que a proporção entre homens e mulheres no eleitorado do município apresentou uma leve inversão em relação à população geral. A partir da análise dos dados eleitorais, constata-se que os homens representam a maioria do eleitorado, com 56.790 eleitores (52%), enquanto as mulheres somam aproximadamente 53.442 eleitoras (48%) (TRE-PR, 2024). Diante desse panorama, a próxima seção analisará as candidaturas à prefeitura de Araucária nas eleições de 2024, considerando de que forma o legado político e as características estruturais do município influenciaram o cenário da disputa e as propostas apresentadas pelos candidatos.

4 A disputa pela chefia do poder executivo municipal em 2024

Nas eleições municipais de 2024 em Araucária, dez candidaturas foram registradas para o cargo de prefeito. Dentre os dez candidatos, nove são homens e apenas uma mulher concorreu ao cargo majoritário, o que já revela, de início, o forte desequilíbrio de gênero presente na disputa. Ainda, apenas um dos candidatos se autodeclarou como pardo. Sendo assim, a disputa apresentou um perfil social majoritariamente masculino e branco.

A eleição foi marcada por uma multiplicidade de partidos e propostas, mas a atenção central concentrou-se na disputa entre Dr. Gustavo (PL) e Dr. Cláudio (União Brasil), que se destacaram não apenas pela disputa acirrada, mas também pelo volume expressivo de recursos financeiros utilizados em campanha.

O candidato eleito, Dr. Luiz Gustavo Botogoski (22), do partido PL, representou a principal oposição ao grupo político da situação, tendo como proposta eficiência e transparência na gestão pública. A coligação composta por PL, Solidariedade e Avante forneceu-lhe uma base sólida, e o financiamento de campanha permitiu-lhe alcançar um eleitorado expressivo, tornando a disputa acirrada. Da análise de sua candidatura e das contas eleitorais, verifica-se que o candidato recebeu R\$736.844,80 de recursos de campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Destaca-se que na eleição anterior (2020), Dr. Gustavo já havia se candidatado ao cargo de prefeito pelo PSL. Diferente da última vez, o Dr.

Gustavo conseguiu se eleger para exercer a função de Chefe do Executivo Municipal, com 27.892 (35,74%) (TSE; TRE-PR, 2024).

O candidato do partido União Brasil, Dr. Cláudio Bednarczuk (44), foi apoiado pelo então prefeito Hissam Hussein Dehaini, apresentando-se como o candidato da continuidade. Com uma coligação robusta formada por União Brasil, PSD e Republicanos, Dr. Cláudio contou com significativo apoio político e financeiro, o que lhe proporcionou ampla visibilidade durante a campanha. Conforme dados fornecidos de divulgação de contas e contas eleitorais, o candidato recebeu R\$848.324,32 de recursos de campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar da volumosa quantia, o Dr. Cláudio não conseguiu se eleger e manter a situação à frente da gerência municipal, ficando com 26.179 votos (33,54%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Pelo partido do PODEMOS, Albanor José Ferreira Gomes, conhecido como Zezé (20), teve sua candidatura indeferida pela Justiça Eleitoral em 2024. Figura tradicional na política local, Zezé já ocupou o cargo de prefeito por três mandatos e, por muito tempo, foi considerado um dos nomes mais influentes do cenário político araucariense. No entanto, nas últimas eleições, sua força eleitoral demonstrou sinais de desgaste, não conseguindo emplacar sua candidatura, tendo inclusive, uma derrota significativa em uma disputa contra Hissam nos anos anteriores. Com relação aos recursos, consta que o candidato recebeu R\$248.607,00 para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de sua candidatura estar *sub judice*, Zezé recebeu 7.355 dos votos (9,42%) (TSE; TRE-PR, 2024).

A candidata do MDB, Dra. Marjorie Ferreira (15), se apresentou como uma renovação da política local, sendo a candidata mais nova e a única mulher a disputar o cargo de prefeitura nas eleições de 2024. Em um cenário amplamente masculino, sua presença conferiu um elemento de contraste relevante, ainda que isolado, frente à recorrente sub-representação feminina na política local. Da consulta das contas eleitorais, verifica-se que teve uma receita de R\$253.700,00 para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de já possuir um legado familiar na política, sendo filha do ex-prefeito Olizandro Ferreira, a Dra. Marjorie construiu sua candidatura com base em sua própria trajetória, ganhando grande destaque na corrida eleitoral, com 4.866 votos (6,24%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Representando o PSB, Fábio Alceu (40), apresentou e disponibilizou uma proposta de governo robusta em comparação com os outros candidatos. Fábio Alceu, figura já também conhecida no município, foi eleito Vereador em 2016 e sendo suplente em 2020. Contando com a coligação PDT/PSB, Fábio Alceu teve disponível o valor de R\$227.836,00 de recursos de campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de ter sido vereador em gestões anteriores e de possuir experiência na administração pública, sua candidatura teve pouca projeção em 2024, ficando com 4.779 votos (6,12%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Rafael Dantas (25), candidato pelo Partido Renovação Democrática (PRD), apresentou-se com um discurso fortemente alinhado a pautas conservadoras e religiosas. Sua candidatura, embora sem estrutura robusta de campanha ou coligações partidárias, apostou na mobilização simbólica de viés ligado com a direita cristã. De coligação PRD/AGIR, o candidato teve R\$21.164,50 disponíveis de recurso para sua campanha. Considerando os fatores partidário e econômico, Rafael Dantas obteve um desempenho expressivo, ficando à frente de candidatos mais conhecidos no cenário local e que dispunham de estruturas partidárias e financeiras consideravelmente maiores, ficando assim com 2.488 dos votos válidos (3,19%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Samuel Almeida da Silva, mais conhecido como Samuca (13), representou o Partido dos Trabalhadores no município de Araucária. A sua coligação, era composta pelo PT, PV e PCdoB, marcando o viés de esquerda na disputa eleitoral. Samuca, havia sido Secretário de Planejamento durante a gestão Hissam, no entanto, foi exonerado pelo prefeito, havendo um debate quanto a sua saída na época, já que, muitas das propostas desenvolvidas no município passaram pela pasta do Planejamento (SMPL). Em sua candidatura, Samuca recebeu R\$164.414,29 de recursos (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de representar o viés de esquerda, o nome de Samuca não agradou o seu próprio eleitorado, sendo que a rejeição histórica ao PT no município também não contribuiu para o desenvolvimento de sua campanha, recebendo 2.137 dos votos válidos (2,74%) (TSE; TRE-PR, 2024).

O candidato da Democracia Cristã (DC), Irineu Cantador (27), teve como marca os princípios em prol da família e do cidadão. Tendo como coligação DC e PMB, o candidato teve disponível o valor de R\$20.060,00 de recursos para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Sendo outra figura conhecida no município, já ocupou o cargo de

vereador em duas oportunidades, concorrendo ainda como Deputado Estadual e Deputado Federal em anos anteriores. Apesar de uma longa carreira política e experiência, Irineu não conseguiu se destacar na corrida eleitoral, recebendo 1.444 votos (1,85%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Genildo (23), candidato pelo Cidadania, é mais uma figura conhecida no município. Genildo, por muito tempo foi o braço direito da gestão do Hissam, exercendo por muitos anos o cargo de Secretário de Governo. Aliás, o nome de Genildo foi cogitado para ser o representante sucessor do governo Hissam. No entanto, isso não aconteceu, de modo que Genildo foi exonerado já no último ano da gestão. Da consulta das contas eleitorais, verifica-se que Genildo teve disponível o valor de R\$324.500,00 de recursos recebidos (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar da grande quantia de recursos, sendo o quarto candidato que mais recebeu verba para campanha, Genildo recebeu apenas 595 votos (0.76%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Por fim, o último candidato, Juliano Borghetti (11), representando o partido Progressistas (PP), foi o candidato menos votado no município. Apesar de ser um candidato conhecido, sua ligação política sempre esteve voltada à cidade de Curitiba. Da análise de sua campanha, verifica-se que recebeu R\$370.500,00 de recursos para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Assim como o candidato Genildo, apesar da grande quantia recebida, Juliano Borghetti não emplacou sua campanha no município, recebendo apenas 307 votos (0.39%).

Para melhor visualização da disputa eleitoral e da distribuição de recursos de campanha, apresenta-se a seguir uma tabela que sintetiza as informações essenciais sobre os candidatos ao cargo de prefeito de Araucária nas eleições de 2024. Na tabela estão presentes os candidatos ao cargo de prefeito de Araucária nas eleições de 2024, incluindo partido, coligação, número de votos, percentual de votos válidos, recursos de campanha, gênero e raça/cor.

Tabela 1 - Resultados das candidaturas ao Executivo Municipal de Araucária em 2024

Resultados das candidaturas ao Executivo Municipal de Araucária em 2024					
Partido	Coligação	Candidato	Votos	% Votos	Recursos de Campanha (R\$)

Ordem	Candidato	Partido	Coligação	Votos	% Votos Válidos	Recursos de Campanha (R\$)	Gênero	Raça/Cor
1º	Dr. Luiz Gustavo Botogoski	PL	PL / Solidariedade / Avante	27.892	35,74%	R\$ 736.844,80	Masculino	Branco
2º	Dr. Cláudio Bednarczuk	UNIÃO BRASIL	União Brasil / PSD / Republicanos	26.179	33,54%	R\$ 848.324,32	Masculino	Branco
3º	Albanor José Ferreira Gomes (Zezé)*	PODEM OS	PODE / PSOL / REDE	7.355	9,42%	R\$ 248.607,00	Masculino	Branco
4º	Dra. Marjorie Ferreira	MDB	MDB	4.866	6,24%	R\$ 253.700,00	Feminino	Branca
5º	Fábio Alceu	PSB	PDT / PSB	4.779	6,12%	R\$ 227.836,00	Masculino	Branco
6º	Rafael Dantas	PRD	PRD / AGIR	2.488	3,19%	R\$ 21.164,50	Masculino	Branco
7º	Samuel Almeida da Silva (Samuca)	PT	PT / PV / PCdoB	2.137	2,74%	R\$ 164.414,29	Masculino	Branco
8º	Irineu Cantador	DC	DC / PMB	1.444	1,85%	R\$ 20.060,00	Masculino	Branco
9º	Genildo	CIDADANIA	CIDADANIA / PSDB	595	0,76%	R\$ 324.500,00	Masculino	Pardo
10º	Juliano Borghetti	PP	PP	307	0,39%	R\$ 370.500,00	Masculino	Branco

* Inapto – Sub Judice

Fonte: elaborado pelo autor com dados do TSE e TRE-PR.

A sistematização dos dados na tabela evidencia de forma direta a forte concentração de recursos em poucas candidaturas, bem como a baixa diversidade no perfil dos concorrentes ao Executivo municipal. A composição social homogênea, marcada pela predominância masculina e branca, revela os padrões de exclusão.

Essa configuração ecoa o questionamento levantado por Campos e Machado sobre a legitimidade da democracia representativa quando marcada por uma composição social tão restrita. Para os autores, ainda que baseada no voto universal, a

hegemonia de homens brancos nos espaços de poder recoloca no centro do debate a pergunta sobre quem pode falar em nome de quem e se uma representação homogênea pode de fato expressar a diversidade de uma sociedade (Campos; Machado, 2020).

Com relação aos recursos financeiros, Ramos et al. destacam que são um dos principais elementos para determinar o sucesso de uma candidatura. Ainda que o dinheiro não garanta por si só a vitória, toda campanha política depende dele para estruturar comitês, manter comunicação com o eleitorado, difundir propostas e participar de eventos. No contexto brasileiro, compreender como o financiamento é distribuído entre os candidatos é fundamental para entender o resultado das urnas (Ramos et al., 2020).

Essa dinâmica demonstra a constatação de Meneguello et al. de que a estrutura partidária brasileira opera de forma a reproduzir barreiras institucionais que tornam menos viáveis candidaturas de mulheres e minorias raciais (Meneguello et al., 2012). A dinâmica interna dos partidos é uma das principais fontes dessa exclusão, já que as legendas tendem a priorizar candidaturas que percebem como mais competitivas, reforçando perfis masculinos e brancos em detrimento de candidaturas femininas e racializadas (Ramos et al., 2020).

A análise das candidaturas à prefeitura de Araucária nas eleições de 2024 revela um cenário de pluralidade formal, mas de concentração real de forças. Ainda que dez nomes tenham se lançado à disputa, a corrida eleitoral foi claramente marcada por um duelo entre dois grandes blocos políticos, representados por Dr. Gustavo e Dr. Cláudio, cuja visibilidade foi impulsionada pelo acesso a maiores recursos financeiros, coligações partidárias estratégicas e apelo ideológico alinhado ao perfil tradicional do eleitorado araucariense.

As demais candidaturas, embora importantes para o debate democrático, acabaram ficando em segundo plano. Com relação a algumas tentativas de renovação ou ruptura, o que prevaleceu foi a lógica da continuidade e da polarização entre grupos já consolidados. Essa realidade se repetiu também no pleito legislativo, que será abordado na próxima seção.

5 O perfil dos vereadores e a sub-representação das mulheres e da população negra na política

Diferentemente da seção anterior, que se concentrou na análise individualizada das candidaturas à prefeitura, esta seção propõe um olhar inicial mais abrangente sobre o perfil dos candidatos ao Legislativo, com destaque para aspectos como gênero, idade e raça/cor, antes de adentrar na análise dos eleitos e do funcionamento do sistema proporcional.

Nas eleições de 2024, cerca de 230 candidaturas foram registradas para a disputa pelas 13 cadeiras da Câmara Municipal de Araucária. O número expressivo de postulantes evidencia, de um lado, o interesse da população em participar do processo político. De outro, escancara as desigualdades na efetiva competitividade eleitoral.

Dentre os 13 nomes eleitos, observam-se marcas evidentes de continuidade e baixa diversidade. A maioria dos eleitos já possui trajetória política consolidada, sendo que 7 conseguiram a reeleição, sendo eles Vagner Chefer (PSD); Pedrinho da Gazeta (PSD); Professor Valter (Solidariedade); Grilo Vilson Cordeiro (União Brasil); Celso Nicácio (PSD); Investigador Fábio Pavoni (PV); Pastor Castilhos (PL), que mantiveram sua base eleitoral e capital político. Um destaque especial para Vagner Chefer que, com 3.511, foi o vereador mais bem votado da história do município.

Entre os “novos” nomes, Olizandro Junior (MDB), Paulinho Cabelereiro (União Brasil), Leandro da Academia (Solidariedade), Fábio Pedroso (PL), Gilmar do Sindimont (PT) e Nilso Vaz Torres (PL); alguns também não representam uma real renovação, pois já são figuras conhecidas do cenário político local, tendo atuado anteriormente como vereadores, suplentes, assessores parlamentares, lideranças partidárias ou em cargos comissionados na administração pública. A entrada desses nomes mantém a lógica de reprodução interna do poder, muitas vezes amparada por relações políticas anteriores, e não necessariamente por um clamor popular por mudança ou pela ascensão de novos perfis sociais.

Do ponto de vista da representatividade racial e de gênero, o resultado das urnas demonstra a lógica de exclusão. Segundo dados do TSE e do TRE-PR, dos 230 nomes, 62% eram de candidaturas masculinas (142) e 38% de candidaturas femininas (88), revelando que a maioria das candidaturas ainda é preponderantemente masculina. Outrossim, é importante lembrar que conforme exposto anteriormente, Araucária tem uma população de 51,1% composta por mulheres e, no âmbito eleitoral, as mulheres representam 48% do eleitorado araucariense.

Apesar disso, nenhuma mulher foi eleita para a câmara de vereadores, escancarando os obstáculos estruturais enfrentados pelas candidaturas femininas. A ausência de mulheres na nova legislatura evidencia o que Biroli expõe ao falar que no Brasil, a divisão sexual do trabalho e a sub-representação feminina nos espaços de decisão mantêm as mulheres em posições assimétricas e acentuam sua exclusão institucional (Biroli, 2018)

Outro dado importante para trazer ao debate é com relação à cor/raça dos candidatos a vereadores. Segundo o TSE e TRE-PR, 149 candidatos se declararam como brancos (64,78%), 56 candidatos se declararam como pardos (24,35%), 24 se declararam como pretos (10,43%) e, apenas 1 candidato não informou sua condição racial (0,43%). De mesmo modo, o povo negro no município, (somatória de pretos e pardos), representa 37,2% da população araucariense, no entanto, conseguiram apenas duas das treze cadeiras na Câmara. Inclusive, não há informações se esses candidatos declarados como negros (pretos e pardos) realmente participam das lutas da população negra de maneira efetiva.

Ainda há pouco conhecimento sobre os mecanismos políticos e sociais que explicam a sub-representação de pessoas não brancas na política brasileira. É certo que a exclusão das esferas de poder não atinge apenas a população negra, já que as mulheres também enfrentam barreiras significativas para alcançar posições de destaque. No entanto, enquanto a sub-representação feminina tem sido amplamente estudada, a questão da população negra na política recebeu atenção muito menor no campo acadêmico. A falta de compreensão das causas desse fenômeno não apenas dificulta a inclusão do tema na agenda política e de pesquisa, como também limita a criação de estratégias eficazes para promover maior inclusão. Sem entender as origens do problema, torna-se mais difícil propor medidas capazes de mitigar a exclusão política de pessoas negras (Campos; Machado, 2015)

Tabares, Conceição e Marques apresentam que esse padrão é expressão de um legado histórico que combina hierarquias raciais com práticas partidárias excludentes. Para eles, a desigualdade racial no Legislativo brasileiro não é apenas reflexo do eleitorado, mas consequência de um sistema que distribui recursos e oportunidades de forma desigual, privilegiando candidaturas brancas e marginalizando candidatos negros, mesmo quando representam parcela significativa da população (Tabares; Conceição;

Marques, 2021). Desse modo, o fortalecimento da luta contra o racismo e a criação de mecanismos que ampliem o acesso dos negros à política estão intimamente ligados à existência de conexões entre partidos e movimentos sociais. Essas articulações são vistas como fundamentais para romper barreiras (Meneguello et al., 2012).

Portanto, mesmo representando uma boa parte da população, as mulheres e a população negra, não conseguiram ser representados de maneira proporcional na câmara de vereadores. Diante dos resultados, impõe-se uma pergunta inevitável: onde estão as mulheres na política local? Em um município com mais de 50 mil eleitoras e diversas candidaturas femininas registradas, a ausência total de mulheres na composição da nova legislatura chama a atenção e revela a persistência de barreiras históricas.

Meneguello et al. identificam como a combinação de fatores institucionais e culturais que moldam a participação política feminina no Brasil. Para as autoras, as dinâmicas partidárias, predominantemente masculinas, e as relações culturais que vinculam as mulheres à esfera privada criam obstáculos para sua inserção no espaço público e para o fortalecimento de suas candidaturas (Meneguello et al., 2012). Quando se trata de mulheres negras, essas barreiras se tornam ainda mais evidentes, pois somam-se a questão racial e a falta de redes partidárias efetivamente comprometidas com a diversidade. O estudo aponta que a sub-representação das mulheres negras no processo eleitoral resulta de uma dupla barreira, onde gênero e raça se combinam e limitam suas chances de acesso às instâncias de poder. Ainda assim, estudos ressaltam que a exclusão das mulheres negras está ligada a um déficit mais amplo de representação feminina, que afeta tanto negras quanto não-negras dentro das casas legislativas (Meneguello et al., 2012).

Nesse sentido, é importante mencionar um caso em específico. A mulher mais votada nas eleições municipais para o cargo de vereadora foi Jeane Islena Vasilewski (PDT) que, apesar de ter obtido 1.346 votos, não conquistou sequer a suplência, sendo superada por candidatos com desempenho significativamente inferior. Ainda assim, a votação do seu partido não foi suficiente para alcançar o quociente partidário ou garantir vaga nas cadeiras restantes, o que inviabilizou sua eleição mesmo diante do forte apoio popular. A segunda mulher mais votada nas eleições, também não conquistou sequer a suplência, sendo ela uma mulher negra, a candidata Meg do

Gusmão (Republicanos), com 801 votos. Das representantes femininas que conseguiram ficar na suplência, destaca-se as mais votadas, sendo a candidata Protetora Adri, uma mulher branca, do partido União Brasil, com 783 votos e, a candidata Tia Celina, mulher negra, do PT, com 553 votos.

É nesse contexto que se faz necessária uma análise baseada no conceito de interseccionalidade, desenvolvido inicialmente por estudiosas como Kimberlé Crenshaw, e amplamente adotado por pesquisadoras e movimentos sociais para explicar como diferentes marcadores sociais, gênero, raça, classe, orientação sexual, deficiência, entre outros, se sobrepõem, criando camadas de vulnerabilidade e exclusão contra as mulheres (Crenshaw, 1989). No Brasil, Carla Akotirene expõe que a interseccionalidade deve ser compreendida não apenas como um método analítico, mas como uma ferramenta política capaz de revelar as múltiplas opressões às mulheres negras no acesso às estruturas de poder. O pensamento interseccional, permite enxergar que nem toda mulher é branca, nem todo homem é negro, nem toda mulher negra é pobre, nem todas as mulheres são heterossexuais. Nesse sentido, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (Akotirene, 2022).

O gênero não pode ser entendido de forma isolada da raça e da classe social, nem tratado como elemento secundário frente a esses marcadores. No cruzamento atual entre capitalismo e patriarcado, as mulheres são constituídas como um grupo que assume trabalho cotidiano não remunerado, é direcionado a ocupações específicas, recebe salários inferiores aos dos homens nas mesmas funções e continua sub-representado na política (Biroli, 2018). A divisão sexual do trabalho se sustenta na naturalização de hierarquias de autoridade e subordinação, apresentadas como derivadas de fatores biológicos ou justificadas com base em argumentos raciais. A articulação entre gênero, raça e classe impõe restrições que moldam escolhas, distribuem de forma desigual responsabilidades e orientam para certas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (Biroli, 2018). A interação entre gênero, raça e classe cria uma hierarquia social em formato de pirâmide, sendo que na base estão as mulheres negras, seguidas por homens negros, depois mulheres brancas e, no topo, homens brancos. As posições superiores reúnem não apenas maiores

rendimentos, mas também acesso a ocupações valorizadas e a capitais simbólicos como respeito e influência social (Biroli; Miguel, 2015).

No campo político, essas sobreposições se traduzem em barreiras múltiplas enfrentadas por determinados grupos sociais. Se os obstáculos enfrentados pelas mulheres na política brasileira já são significativos, para candidatos e candidatas negras a dificuldade é ainda maior. Além das limitações financeiras que comprometem a viabilidade de uma campanha, esses políticos enfrentam o desafio de sensibilizar o eleitorado para propostas que enfrentam o racismo estrutural (Tabares; Conceição; Marques, 2021). Nesse sentido, ser mulher já representa um desafio relevante no ingresso à política institucional. Agora, ser mulher, negra, pobre, ou fora das estruturas partidárias tradicionais significa enfrentar um campo ainda mais hostil, estruturado para manter o poder em mãos historicamente hegemônicas.

Na eleição para o Legislativo municipal, o critério de eleição não se dá apenas pela ordem de votação nominal, mas sim a partir do quociente partidário, que considera o total de votos válidos atribuídos a cada partido, somando os votos dados diretamente à legenda e aos seus candidatos. Com base nesse total, define-se o número de cadeiras que o partido terá direito. Essa dinâmica expõe um dos grandes desafios do sistema proporcional, que, embora proporcione pluralidade partidária, ele nem sempre assegura uma representação proporcional dos segmentos sociais que compõem o corpo eleitoral. Na prática, o que se observa é a reprodução de um perfil predominante de homens, brancos, de faixa etária entre 35 e 55 anos, com forte inserção prévia em partidos tradicionais ou cargos políticos (TSE; TRE-PR, 2024).

Os resultados das eleições municipais de 2024 em Araucária demonstram que a sub-representação de mulheres e da população negra não é apenas reflexo das urnas, mas de um sistema que, desde a formação das candidaturas, reproduz exclusões. Conforme exposto por Meneguello *et al.*, parte desses obstáculos está enraizada no próprio modo de funcionamento dos partidos. Embora todos os analisados possuam órgãos internos destinados a incentivar a participação feminina, relatos apontam que essas estruturas muitas vezes operam como mecanismos meramente formais, com pouca efetividade para alterar a lógica vigente (Meneguello *et al.*, 2012).

Além das barreiras institucionais, existem entraves subjetivos ancorados no racismo e no conservadorismo. Para as mulheres negras, um dos desafios mais

recorrentes é a dificuldade de captar recursos, especialmente junto ao setor empresarial. As entrevistas realizadas por Meneguello *et al.* mostram que a forma como as legendas definem candidaturas e conduzem as campanhas reforça o desequilíbrio estrutural, reproduzindo uma dinâmica que marginaliza essas candidaturas desde o início do processo eleitoral (Meneguello *et al.*, 2012).

Diante desse quadro, impõe-se uma reflexão crítica, já que a ampliação do número de cadeiras na Câmara Municipal, embora fundamentada no crescimento populacional, não resultou em maior diversidade política, étnica ou de gênero. A estrutura institucional se adaptou em termos quantitativos, mas não houve uma mudança qualitativa na forma de ocupação do poder legislativo local. A manutenção dos mesmos padrões de representação, eleição após eleição, demonstra que o problema da sub-representação vai além do voto, está enraizado na lógica de funcionamento de estruturas de poder na sociedade. Assim, o resultado das eleições para o Legislativo municipal de 2024 evidencia a necessidade urgente de repensar as práticas eleitorais, os incentivos partidários e os mecanismos de apoio a candidaturas diversas, sob pena de se perpetuar uma estrutura política que representa apenas parte da população.

Um caminho possível para enfrentar essas desigualdades é adotar a interseccionalidade como lente de análise e ação política. Ao reconhecer que gênero, raça e classe se combinam na produção das exclusões, essa perspectiva permite compreender de forma mais ampla as barreiras que afetam candidaturas diversas. Incorporar essa abordagem no desenho de políticas partidárias e institucionais pode ser uma alternativa para construir mecanismos de inclusão mais eficazes e promover uma representatividade que reflita, de fato, a pluralidade social do município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição municipal de Araucária em 2024, apesar de ter se consolidado como uma das mais disputadas da história do município, revelou que as estruturas tradicionais de poder seguem fortemente enraizadas na política local. A mudança no Executivo, com a vitória de um candidato de oposição, representou uma ruptura com o grupo situacionista que governava desde 2016, mas manteve a lógica de eleger homens brancos, representantes de partidos de direita e com forte aporte financeiro, o que

evidencia como recursos econômicos, redes partidárias tradicionais e determinados perfis sociais continuam determinando os rumos da eleição.

Já no Legislativo, apesar da alteração na Lei Orgânica do Município, ampliando de 11 para 13 cadeiras, a composição da nova legislatura foi marcada pela homogeneidade. A análise dos dados eleitorais mostrou que, embora o eleitorado araucariense seja composto por uma maioria de mulheres e uma parcela significativa de pessoas pretas e pardas, esses grupos seguem sub-representados no espaço institucional de poder. Todos os 13 vereadores eleitos são homens, reafirmando a ausência total de representação feminina na câmara municipal.

A ausência total de mulheres na nova legislatura e a baixa presença de candidatos negros eleitos contrastam com a composição demográfica do município e indicam que a representatividade política no Brasil é atravessada por desigualdades estruturais em que gênero, raça e classe se entrelaçam, produzindo posições assimétricas de poder e mantendo determinados grupos à margem dos espaços de decisão (Biroli, 2018).

Os resultados das urnas deixam claro que não se trata apenas da presença ou ausência de candidaturas, mas de um sistema que falha em converter votos em representatividade concreta. Como revelam os estudos de Meneguello et al., as barreiras que limitam a presença de mulheres e negros na política brasileira estão ancoradas tanto nas estruturas partidárias, que priorizam perfis masculinos e brancos como mais viáveis, quanto na dinâmica social que reforça desigualdades de gênero e raça. Mesmo quando existem órgãos internos destinados a incentivar a participação feminina, muitas dessas estruturas permanecem meramente formais, sem romper a lógica de exclusão (Meneguello et al., 2012).

Além disso, a análise do financiamento de campanha revela esse quadro. Como aponta Ramos et al., o modo como recursos são distribuídos é central para entender quem consegue viabilizar candidaturas competitivas. No Brasil, mesmo com mudanças recentes, a destinação de recursos continua a privilegiar homens brancos e desfavorecer de forma sistemática as campanhas de mulheres negras, revelando que o desequilíbrio econômico é um dos mecanismos que reproduz a desigualdade política (Ramos et al., 2020).

O que se observa, portanto, é que a sub-representação identificada nas eleições de 2024 em Araucária não é apenas local ou circunstancial, mas parte de um padrão

estrutural que atravessa o sistema político brasileiro. Dessa forma, o presente artigo buscou demonstrar que a falta de representatividade não é apenas uma consequência do modelo eleitoral vigente, mas de uma estrutura sistêmica de exclusão que se mantém por meio do financiamento desigual, da baixa visibilidade de candidaturas fora dos núcleos tradicionais e das múltiplas barreiras que recaem com ainda mais força sobre corpos atravessados por marcadores como gênero, raça e classe social.

Do ponto de vista partidário, a configuração resultante da eleição indica fragmentação moderada, com distribuição das cadeiras entre sete partidos diferentes. Contudo, essa variedade partidária não se traduz em diversidade de perspectivas políticas. As siglas mais bem representadas continuam sendo aquelas com forte estrutura organizacional e base consolidada, como o PSD, PL, União Brasil e Solidariedade, ocupando 10 das 13 cadeiras na Câmara Municipal.

Longe de trazer qualquer solução, o artigo propõe reflexões no sentido de que a representatividade exige mais do que ajustes normativos ou reformas institucionais pontuais. É necessário promover mudanças culturais, educacionais e estruturais profundas, que incentivem a formação de lideranças diversas e garantam condições materiais e simbólicas para que candidaturas de mulheres, negros, pessoas de baixa renda e outros grupos historicamente marginalizados tenham reais possibilidades de disputa e conquista de mandatos.

Ainda, é importante entender que essa transformação também precisa partir da base, ou seja, dos próprios eleitores, que devem desenvolver consciência crítica sobre si, suas condições sociais e suas lutas cotidianas e repensar o papel do voto como instrumento de transformação coletiva. É fundamental que se elejam representantes que realmente refletem os interesses da população em sua pluralidade e não apenas repitam os mesmos rostos, os mesmos discursos e os mesmos pactos de exclusão.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Agricultura e Indústria: A memória do trabalho em Araucária**. Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária, 2010.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município de Araucária-PR.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-araucaria-pr>. Acesso em 14 de maio de 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de maio de 2025.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral.** Resultados das eleições 2024. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral.** Prestação de contas 2024. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-prestacao-contas/receitas-despesas?session=7931873189479>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BRASIL. **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.** Eleições 2024. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/eleicoes-2024/eleicoes-2024>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.(16) , p. 121-151, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 14 de maio de 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidade de Araucária:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/araucaria/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 14 de maio de 2025

MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa; MANO, Maíra Kubik; SANTOS, Fernando Henrique; GORSKI, Caroline. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros.** Campinas, SP: Unicamp, 2012.

RAMOS, Luciana de Oliveira; BARBIERI, Catarina Helena Cortada; HERSCOVICI, Aline; AFLALO, Hannah Maruci; MARDEGAN, Ivan Osmo; MARIN, Juliana Fabbron Marin; YOUSSEF, Laís Menegon; CHAVES, Vanilda Souza. **Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2020.

TABARES, Camila de Vasconcelos; CONCEIÇÃO, Bruno da Silva; MARQUES, Rodolfo Silva. **Mulheres, raça e partidos no Brasil: análise da sub-representação das candidaturas identitárias nas eleições 2018.** Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 57-77, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p57. Acesso em: 15 jul de 2025.

COMO ELEGER PROGRESSISTAS EM AMBIENTES CONSERVADORES? A COMUNICAÇÃO COMO VETOR DE VITÓRIA NAS ELEIÇÕES DE 2024 NO PARANÁ

Afonso Ferreira Verner¹

Resumo: O uso assertivo de redes sociais on-line (RSO) em campanhas eleitorais tem sido, majoritariamente, relacionado ao sucesso de candidatos(as) de direita e conservadores. Diante deste cenário, o presente artigo busca refletir: como eleger candidatos progressistas usando comunicação digital em ambientes políticos majoritariamente conservadores? Para oferecer uma resposta (ao menos parcial) a esta questão, este artigo apresenta um relato de caso descritivo sobre as candidaturas à vereança de Camilla Gonda (PSB) em Curitiba e de Geraldo Stocco e Professor Careca (ambos do PV) e Ede Pimentel (PDT), em Ponta Grossa, na eleição de 2024. Para tanto, através do relato de caso, expõe-se uma apresentação de como cada uma destas candidaturas usou a criação de conteúdo para redes sociais e anúncios veiculados nestes mesmos ambientes para levar tais projetos ao sucesso eleitoral em ambientes notadamente conservadores. A hipótese a ser tensionada é a de que a comunicação foi fator essencial para que tais candidatos vencessem eleições em ambientes (cidades) de votação conservadora. Os resultados revelam caminhos para que candidaturas identificadas com o campo progressista usem mecanismos de comunicação digital como ferramenta que ajude na conquista de votos – tais caminhos passam pelo uso de anúncios on-line e também pela estratégia adotada em determinados conteúdos.

Palavras-Chave: Progressistas; Campanhas eleitorais; Campanha de vereador.

HOW TO ELECT PROGRESSISTS IN CONSERVATIVE ENVIRONMENTS? COMMUNICATION AS A VECTOR FOR VICTORY IN THE 2024 ELECTIONS IN PARANÁ

Abstract: The assertive use of online social networks (OSN) in electoral campaigns has been predominantly linked to the success of right-wing and conservative candidates. Given this scenario, the present article seeks to reflect: how can progressive candidates be elected using digital communication in predominantly conservative political environments? To offer (at least a partial) answer to this question, this article presents a descriptive case study on the city council candidacies of Camilla Gonda (PSB) in Curitiba, and Geraldo Stocco and Professor Careca (both from PV) and Ede Pimentel (PDT) in Ponta Grossa, in the 2024 election. To this end, through the case study, it is demonstrated how each of these candidacies utilized content creation for social media and advertisements disseminated in these same environments to lead

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestre e Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: afonsoverner@gmail.com

such projects to electoral success in notably conservative settings. The hypothesis to be examined is that communication was an essential factor for these candidates to win elections in conservative voting environments (cities). The results reveal pathways for candidacies identified with the progressive field to use digital communication mechanisms as a tool to help win votes – such pathways involve the use of online advertising and the strategy adopted in specific content.

Keywords: Progressives; Electoral Campaigns; Councillor Campaign.

1 INTRODUÇÃO

A eleição de candidatos classificados como conservadores se tornou nacionalmente reconhecida com a chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República em 2018 (Nicolau, 2020). No entanto, nos anos anteriores e, também, nos que se sucederam, políticos ligados ao conservadorismo seguiam (e seguem) se elegendo para cargos eletivos nos diferentes níveis do Legislativo, seja ele municipal, estadual ou federal (Moreira; Renó, 2024).

Diante disso, o presente artigo busca refletir sobre a seguinte questão: como eleger candidatos(as) tidos como progressistas em ambientes² claramente conservadores (Roeder *et al*, 2017) tendo a comunicação como principal ferramenta? Para tentar responder tal pergunta, este trabalho apresenta um relato de caso descriptivo³ da realização da comunicação⁴ da campanha de quatro candidatos(as) a vereador(a) eleitos(as) no Paraná em 2024: Camilla Gonda (PSB) em Curitiba e de Geraldo Stocco (PV), Ede Pimentel (PDT) e Professor Careca (PV) em Ponta Grossa.

O presente trabalho defende que ao menos parte da resposta à pergunta central da pesquisa passa pelo uso (adequado) de mecanismos de comunicação digital e de marketing político – tal argumento será desenvolvido a seguir. Ou seja: para conseguir fazer com que candidatos(as) de cunho progressista sejam eleitos(as) em ambientes claramente conservadores, seria necessário utilizar ferramentas de comunicação de forma adequada e assertiva durante a campanha – por mais que essa seja uma premissa básica de campanha, defende-se que tais ferramentas, até então, vem sendo utilizadas com maior assertividade especialmente por campanhas conservadoras e de direita (Martins *et al*, 2021; Carreon, 2023; Melo *et al*, 2024).

Um dos indicativos que o uso das ferramentas de comunicação on-line nestas

² Cabe destacar que aqui o termo “ambiente” faz referência à cidade, ao colégio eleitoral. Tanto em Curitiba como em Ponta Grossa há uma predominância na eleição de políticos conservadores que também pode ser observada nas últimas disputas presidenciais quando as votações são observadas em separado nestas duas cidades.

³ Relato de caso é uma metodologia muito utilizada no setor da saúde em que um pesquisador(a) relata um determinado caso. A discussão metodológica prevê que tal ferramenta é válida quando o caso em si é relevante e quando as informações são apresentadas de forma sequência e adequada (Da Silva *et al*, 2009)

⁴ O autor da pesquisa foi responsável pela comunicação das quatro campanhas aqui descritas. Ciente das implicações no necessário distanciamento científico, optou-se por apresentar um relato das práticas comunicacionais aplicadas nestas campanhas. O argumento é de que são raros relatos do tipo na nossa área de estudo.

campanhas se fez de forma diversa da habitual está exposto na tabela 2 – lá há uma apresentação dos gastos de campanha de cada candidatura. O investimento apenas em anúncios on-line representou, entre as campanhas aqui expostas, ao menos 12,49% do total gasto, chegando a representar uma fatia de 37,70% em um dos casos estudados – este é um indicativo empírico e prático da importância destes mecanismos de comunicação em tais campanhas.

Cabe ainda destacar que o termo “ambiente” aqui é usado como sinônimo de “cidade” ou “distrito eleitoral”, no caso das eleições municipais. Defende-se que as cidades de Curitiba e Ponta Grossa são ambientes conservadores politicamente a partir da análise das votações registradas nestes municípios (ver *tabela 1*). Ou seja, o desafio estaria em justamente eleger representantes ligados ao campo progressista em cenários eleitorais que são, e sua maioria, conservadores (Leandro *et al*, 2022).

Exposto isso, nas próximas páginas o leitor primeiro encontra, primeiro, uma breve visita à literatura para que conceitos fundamentais sejam definidos, em um debate sobre marketing político seguido de considerações sobre as concepções de conservador e progressista⁵. Além disso, há uma apresentação do cenário eleitoral em cada uma das cidades, municípios tidos como conservadores (ou de votação em políticos conservadores). A seguir são expostos dados e estratégias da realização das quatro campanhas citadas.

2 Discussão teórica e aporte metodológico

2.1 Marketing político: origens e utilização contemporânea

Nos últimos anos o conceito de Marketing Político se tornou centro de um número elevado de estudos – acredita-se que parte disso é fruto, entre outros fatores, da crescente profissionalização das campanhas eleitorais. Desta forma, com mais profissionais atuando nas campanhas, haveria uma maior inserção das ferramentas de marketing na busca pelo convencimento do eleitor, como também durante as ações do mandato para quem já está eleito(a).

Em uma extensa revisão da literatura sobre o tema, Abid *et al* (2025) revelam

⁵ Este é um debate bastante amplo e multifacetado na Ciência Política e nas Ciências Sociais. Não há a pretensão de esgotá-los, mas sim de encontrar uma concepção básica que sustente a diferenciação defendida neste artigo.

que entre 2011 e 2015 foram publicados 13 estudos que tratavam especificamente do tema em revistas indexadas, já no período de 2016 a 2020 esse número salta para 52 pesquisas publicadas em periódicos científicos indexados. Este aumento de 307% reflete uma maior atenção sobre o tema, mas é preciso destacar que o assunto tem raízes acadêmicas anteriores.

Já nos anos 1980, Manhanelli (1988) apresentava uma discussão que se tornaria seminal sobre o marketing político como prática fundamental nas eleições brasileiras. Desde então, uma agenda política extensa tem se desenvolvido em torno do tema, seja pela abordagem que a diferencia da comunicação política como um todo (Tesseroli; Panke, 2021), pelas mudanças causadas pela popularização da internet nas campanhas (Penteado, 2011), a partir do embate com das ações de marketing frente à opinião pública (Santos, 2007) ou ainda a partir da conceituação de imagem-marca nas campanhas (Bezerra, 2006).

Independentemente de qual seja o ponto de partida e de análise da abordagem adotada, cabe destacar que a definição do que é marketing político tensiona a agenda de pesquisa sobre o tema desde os anos 1980, passando tanto pela Comunicação Política como pela Ciência Política. Um *paper* de Berndt *et al* (1985) lembra que a conceituação surge da ampliação da ideia de marketing, proposta por Kotler e Levy (1969), inicialmente aplicada em programas sociais como planejamento familiar e saúde pública.

Os pesquisadores ressaltam a utilização de instrumentos que, hoje estão incorporados ao ferramental do marketing, é antiga – o que talvez demonstre uma ideia intuitiva da existência de um processo de troca na relação candidato-eleitor no momento das campanhas. Ao tratar especificamente do processo eleitoral, Berndt *et al* (1985) lembram que o primeiro anúncio político foi registrado na Bahia no fim do século XIX e, ao resgatarem tal aspecto seminal do marketing político, os pesquisadores destacam que:

De fato, o processo eleitoral evidencia uma situação concorrencial muito semelhante a existente no campo empresarial, o que propicia uma tentativa de incorporação de técnicas e de uma orientação empresarial no campo político. As eleições colocam candidatos e partidos diante do problema de conquistar um número suficiente de eleitores para conquistar uma vaga em uma das casas do legislativo-voto proporcional ou obter a maioria dos votos do eleitorado para um cargo do Executivo-voto majoritário. Essa situação de disputa, em que

uma organização (partido ou candidato) precisa oferecer um objeto de atração para os eleitores e vencer oponentes e semelhante a situação que leva empresas a mobilizarem esforços para a conquista da preferência dos consumidores por seus produtos. Ambos, partidos e empresas, estão se dirigindo para uma ampla e desconhecida audiência. Para obter informações sobre ela, ambos podem e se utilizam dos recursos da pesquisa. Para tornarem-se conhecidos e atraentes recorrem a várias formas de promoção, direta (venda pessoal ou atuação dos cabos eleitorais) ou indireta (comunicação de massa). (Bernedt *et al*, 1985, p. 14)

A analogia entre mercado de consumo e mercado eleitoral é um bom ponto de partida para apontar para outro aspecto salientado por Abid *et al* (2025). Ao realizar um estado da arte da literatura sobre o tema, os pesquisadores demonstram como a agenda de estudos está em ascensão, além de ressaltar que a maior parte das pesquisas sobre marketing político se debruça sobre candidatos, em detrimento de partidos (ou seja, são personalistas), além de ter um foco concentrado em eleitores jovens e ainda privilegiar discussões sobre eleições nacionais e estaduais em detrimento das disputas locais (Abid *et al*, 2025).

Em alguma medida, a partir daquilo que consideram Abid *et al* (2025), este trabalho em parte tensiona a linha geral das pesquisas sobre marketing político, como também se filiar à franja majoritária sobre o tema. O tensionamento está no fato de que neste *paper* o estudo é focado em campanhas municipais, especificamente campanhas de vereador. Ao mesmo tempo que a pesquisa é focada em campanhas de candidatos, ou seja, numa perspectiva individual do tema.

Abid *et al* (2025) defende ainda que as pesquisas sobre o tema devem crescer nos próximos anos. Os autores recorrem a dados do contexto das campanhas dos EUA para lembrar que desde a campanha de Barack Obama à Casa Branca em 2008 há uma tendência de crescimento: Obama investiu cerca de US\$ 22 milhões em marketing digital, enquanto a eleição de 2020, entre Joe Biden e Donald Trump viu a cifra subir para US\$ 1,6 bilhão.

Frente a tal avanço na alocação dos recursos de campanha, Abid *et al* (2025, p. 742-743) afirmam que:

A alocação de vastos recursos exige uma compreensão mais profunda da política sob a perspectiva do marketing. Assim como as tecnologias disruptivas que as precederam, como a imprensa, o rádio e a TV, as mídias sociais mudaram o marketing político. Ao contrário das tecnologias de comunicação anteriores, as mídias sociais permitem que os eleitores interajam com marcas políticas e outros cidadãos. Isso as torna distintas das

mídias anteriores e mais importantes.

Abid *et al* (2025) lembram que o conceito de marketing político se insere em um campo dinâmico e relativamente jovem. Além disso, devido suas origens no marketing e na ciência política, haveria uma situação em que o tema é “subpesquisado”. Apesar da alta atividade acadêmica nos últimos anos, o marketing político segue aderindo e tomando emprestado estruturas conceituais de outras disciplinas.

Por sua vez, Perdigão (2006, p. 627) defende que o espaço ocupado pelo marketing político nas campanhas e nas pesquisas acadêmicas atualmente tem como aspecto central o avanço do papel que a imagem desempenha na atividade política. A pesquisadora entende que:

Nas últimas décadas, uma das suas características dominantes tem sido a imageficação (política) e contribuiu para reforçar o critério dos autores que defendem o seu, não unânime, estatuto metafórico. Em segundo lugar, e face ao atual período de transição em que se insere, apresentam-se alguns sinais da sua caducidade e da consequente necessidade de um reinvestimento ético-político de modo a que o seu espaço, em termos políticos e comunicacionais, se possa revestir de uma nova significação e contribuir para o necessário rejuvenescimento da representação democrática.

O argumento apresentado por Perdigão (2006) ainda no começo dos anos 2000 era de que a imagem ganharia um outro papel na comunicação e no marketing político e que isso, por sua vez, levaria a criação de uma geração embrionária do marketing político como prática profissional e também objeto de pesquisa acadêmica. A autora destaca que o desenvolvimento desta prática requer uma condição dividida em três aspectos: (1) liberdade de candidaturas, (2) liberdade de sufrágio e (3) liberdade de escrutínio.

A partir desta tríade e do ideal criado para a gestão da vida pública, Perdigão (2006) defende que se tornou inevitável a adoção de técnicas e estratégicas de comunicação como forma de convencimento da maioria. Ao realizar um paralelo com o Período Ateniense e a *agora*, Perdigão defende que os sofistas que antes se ofereciam publicamente para ensinar as virtudes valorizadas na *agora* ateniense, agora poderiam ser comparados com os marketeiro das campanhas contemporâneas.

Observando especificamente o contexto de comunicação baseado na internet

que viria a se estabelecer mundialmente nos próximos anos, Perdigão (2006) oferece uma crítica ao lembrar que o marketing político, como o conhecemos, se estabeleceu a partir das campanhas eleitorais nos EUA a partir dos anos 1930 com o surgimento de uma sociedade especializada na organização de campanhas e em pesquisas de opinião pública, enquanto a expressão “marketing político” teria sido usada pela primeira vez por Stanley Kelley em 1956.

Tal trajetória histórica traz a marca de um marketing político informacional que, por sua vez, alimentando a tendência de personalização da política num mundo de criação de imagens e estando, na maioria das vezes, a serviço da “ideologia dominante” (Perdigão, 2006, p. 631). A partir de tal percurso teórico, Perdigão propõe a caducidade (decadência) como marketing político como metáfora do marketing convencional. A autora diz que:

A caducidade do marketing-político-metáfora advém do facto de a política não ser, por natureza, e apesar do carácter público, nem um mercado nem um consumível. Durante algum tempo, as circunstâncias legitimaram o mimetismo *packaging*. Nos alvores da terceira geração do marketing político, uma geração de expansão, é importante que o marketing político pós-moderno trabalhe ao encontro dos novos contextos que se aproximam, embora não seja só em matéria de marketing político que se carece duma renovação de valores. Neste período de transição, é indispensável uma crítica reflexiva, construída também de *logos* e de *ethos*, sobre comunicação, cultura e política, tendo como propósito um novo modo de relação com o mundo. (Perdigão, 2006, p. 631)

Frente a isso, cabe entender que a prática do marketing político advém do marketing convencional, aquele conceituado por Kotler e Levy (1969) e, em alguma medida, estabelece à lógica das eleições uma orientação de mercado: o candidato(a) é visto como um produto e o eleitor(a) é tido como um consumidor(a) que escolhe o que irá comprar (ou em quem irá votar). Com isso exposto, cabe destacar que os casos aqui relatados estão, em alguma medida, inseridos nesta lógica eleitoral onde o candidato(a) é um produto, mas aqui defende-se que tais candidatos são produtos “distintos”, isso porquê eles(as) têm características progressistas e disputaram (e venceram) eleições em cidades com votações conservadoras.

2.2 Conservadores e progressistas: uma relação de simbiose

A definição do que é progressismo e do que é conservadorismo parte de tipos-

ideais amplamente debatidos na Ciência Política, nas Ciências Sociais e na Sociologia – por mais que midiaticamente sejam usados de forma inadequada em diversas oportunidades. Desta forma, o primeiro esforço teórico deste trabalho é definir, de forma preliminar, cada um dos conceitos – tal conceituação não busca ser “definitiva”, mas sim uma base sólida para a discussão aqui apresentada.

Dito isso, cabe destacar que parte significativa dos estudos que tratam da relação entre conservadorismo e progressismo busca dividir tais tipos-ideais a partir das visões que estes mantêm sobre alguns temas sociais. Entre as formas usadas para diferenciar conservadores de progressistas estão as visões que cada um deles mantém sobre a relação entre democracia e autoritarismo, a respeito do papel do Estado na Economia e no uso da força, além da relação entre a religião, o Estado e a política (Segurado *et al*, 2020).

Já os pressupostos teóricos mais reconhecidos na Ciência Política remetem aos trabalhos de Mannheim (1986), Lynch (2017) e Mercadante (1980) que buscam compreender o conservadorismo enquanto um movimento de reação às tendências progressistas – aqui há um primeiro indicativo de como um conceito acaba ‘funcionando’ de acordo com o outro, sempre numa lógica de ação e reação.

Para esse conjunto de autores, o *boom* reacionário no Brasil seria uma reação ao avanço de direitos conquistados por populações até então marginalizadas ou mesmo sub-representadas na esfera política eleitoral. Neste sentido, Perez e De Oliveira Araújo (2023, p. 117) entendem que:

conservadores aqueles que se posicionaram ideologicamente ao centro ou à direita, rejeitando assim a esquerda, bem como se identificando enquanto cristãos contrários à legalização do aborto. Os progressistas foram delimitados enquanto aqueles que se identificam mais à esquerda e concordam total ou em parte com a legalização do aborto.

Aprofundando esse debate, opta-se como forma de conceituação dos conservadores como aqueles indivíduos mais identificados com a pauta de costumes (Tarouco; Madeira, 2013) e mais alinhados com o setor da Direita. Nesta direção, Fuks e Marques (2022) ressaltam um grande crescimento do campo da Direita nas eleições brasileiras a partir de 2018, ocupando primeiro 28% e depois 43% dos cargos eletivos do país – seguidos de uma estagnação dos políticos de Centro e um encolhimento da representatividade daqueles que se declaram de Esquerda.

Neste mesmo sentido, existe uma outra agenda de pesquisa que busca

conceituar o binômio conservadorismo e progressismo a partir da percepção dos valores humanos (Lopes; Castro, 2023). A partir deste entendimento, o conservadorismo estaria ligado à tradição (aceitação das ideias de uma cultura ou religião), à conformidade (aceitação das regras e normas sociais impostas) e à segurança (sensação de estabilidade social)⁶.

Por sua vez, a definição de progressismo também costuma ser feita em contraposição à ideia de conservadorismo, ou seja, como contraponto de um ao outro. Da Silva (2015) defende o entendimento de progressista não a partir do significado primordial de “progresso”, “evolução” e sim como “mudança, transformação em relação ao *status quo anterior*” – transformação essa que pode ser mais ou menos profunda a depender do caso em tela.

Ou seja: podemos considerar os conceitos de conservador e progressista como tipos- gerais que, na mesma medida que se contrapõem, também funcionam com certa simbiose. Em outras palavras: a conceituação de um depende, em certa medida, do entendimento de outro. Em um cenário em que os conservadores vão muito à Direita em determinados temas, os progressistas são “obrigados” a irem mais ao Centro com suas ideias, por exemplo.

Exposto esta rápida discussão sobre conservadores e progressistas, o próximo tópico do trabalho apresenta os detalhes das campanhas aqui estudadas. Antes disso, o leitor encontra uma rápida contextualização do cenário de cada cidade e as estratégias de comunicação digital utilizadas para ajudar na eleição de Camilla Gonda em Curitiba, Geraldo Stocco, Professor Careca e Ede Pimentel em Ponta Grossa.

2.3 O relato de caso nas Ciências Sociais

Do ponto de vista metodológico, este trabalho opta por uma abordagem pouco usual nas Ciências Sociais, o relato de caso – neste campo, boa parte das pesquisas que utilizam tal metodologia estão incluídas no campo da Educação. Diante desta escolha, o presente tópico apresenta algumas referências sobre o tema, além de defender a opção por esta ferramenta metodológica como a mais adequada para este objetivo neste cenário específico.

No âmbito internacional, a discussão sobre o estudo de um caso em específico

⁶ Tal entendimento é baseado na Teoria dos Valores de Schwartz (1992).

como ferramenta científica se dá em diversas áreas do conhecimento. Yin (2018) entende que existem, ao menos, três tipos de estudos de caso: exploratório, descritivo e explicativo. Segundo a conceituação do autor, este trabalho se enquadraria na tipologia de relato de caso explicativo com o detalhamento das campanhas eleitorais em questão.

Para Yin (2018) em pesquisas que lançam mão do relato de caso deve haver uma preocupação redobrada na coleta de evidências, na análise sistemática e no design de pesquisa. Já Eisenhardt (1989) salienta o valor do relato de caso como um método científico muito eficaz em apresentar e organizar dados empíricos – a autora destaca ainda que a abordagem do relato de caso é especialmente utilizada no desenvolvimento de novas teorias ou conceitos.

Já Flyvbjerg (2006) questiona algumas das principais críticas feitas aos estudos de caso – o autor questiona a ideia de que pesquisas feitas com tal abordagem metodológicas são inherentemente subjetivas e não poder significar nenhum tipo de generalização. Ao contrário, Flyvbjerg (2006) defende que estudos de caso seriam especialmente eficazes para avaliar fenômenos tidos como “fora do comum” ou ainda distantes da academia.

Por sua vez, Gerring (2007) aponta para o fato de que a metodologia de estudos de caso pode reunir elementos quantitativos e qualitativos e, algumas vezes, se tornando uma ferramenta profícua para apontamento de inferências causais. Para Gerring (2007), o relato de caso deve ser observado dentro de um arcabouço mais amplo de ferramentas metodológicas usadas para capturar a realidade.

Estudando especialmente fenômenos da educação, Merriam *et al* (2016) entende que estudos de caso devem ser utilizados quando o pesquisador(a) busca compreender um fenômeno de forma profunda e holística. Neste mesmo sentido, Stake (1995) defende que o relato de caso deve ser usado quando o principal propósito da pesquisa é a compreensão profunda de um determinado fenômeno e não, necessariamente, uma generalização estatística, por exemplo.

3 Apresentação dos cenários eleitorais e das estratégias de campanha

As campanhas aqui apresentadas foram realizadas em dois municípios paranaenses: Curitiba, a capital do Estado, e Ponta Grossa, a quarta maior cidade da

Unidade Federativa. Defende-se a ideia de que ambos os cenários eram conservadores a partir de um indicativo empírico: a votação na disputa pelo Executivo Municipal no pleito de 2024 e, também, o histórico de votações para a disputa presencial em 2018 e 2022.

Em Curitiba, os eleitores(as) levaram ao segundo turno dois candidatos(as) de Direita: Eduardo Pimentel (PSD) e Cristina Graeml (PMB) – Pimentel acabaria eleito na segunda fase do pleito. Enquanto em Ponta Grossa a segunda fase da eleição foi entre duas mulheres, ambas filiadas a partidos de Direita: Professora Elizabeth (União) e Mabel Canto (PSDB), com mais uma vitória de Elizabeth – a professora já havia enfrentado (e vencido) Mabel em 2020.

No caso Curitibano, Pimentel é do mesmo partido e grupo político do governador Ratinho Junior, além de alocar como seu vice um candidato reconhecidamente bolsonarista, o jornalista Paulo Martins⁷ - Eduardo era vice-prefeito na gestão de Rafael Greca e neto do ex-governador do Paraná, Paulo Pimentel. Do outro lado, estava a também jornalista Cristina Graeml, apoiada por Pablo Marçal, por Bolsonaro e reconhecidamente negacionista em termos científicos⁸. Enquanto Pimentel e Cristina avançaram ao segundo turno, candidaturas progressistas como a dobradinha entre Luciano Ducci e Goura (PSB e PDT) tiveram um desempenho pífio na primeira fase do pleito ficando apenas em terceiro lugar com pouco mais de 175 mil votos.

Já em Ponta Grossa, o cenário de votação também era favorável aos conservadores. A então prefeita, Professora Elizabeth (União) optou por um vice ligado aos evangélicos e alocou no posto o estreante Pastor Moisés⁹. Do outro lado estava a deputada estadual Mabel Canto, filha do ex-prefeito Jocelito Canto, tendo

⁷ Ex-deputado federal e candidato ao Senado em 2022, Paulo Martins ganhou destaque ao atuar como comentarista político da emissora Rede Massa, de propriedade da família de Ratinho. Martins era tido como o candidato de Ratinho e de Bolsonaro ao Senado em 2022.

Veja mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/pr/ quem-e-paulo-martins-o-candidato-de-bolsonaro-e-ratinho-ao-senado-pelo-parana/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁸ A então prefeiturável tem posições negacionistas em diversos assuntos, como o combate à pandemia e questões relacionadas à saúde. Veja mais sobre o perfil de Cristina em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cristina-graeml-eleicao-prefeitura-curitiba/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁹ Elizabeth disputou o pleito após amplas dificuldades em conseguir “legenda” para a disputa. Após uma briga pública com o ex-mentor, Marcelo Rangel, Elizabeth se aproximou do senador Sérgio Moro e conseguiu “abrigo” no União Brasil.

como vice Sandra Queiroz, outra estreante na disputa eleitoral, mas desta vez ligada ao agronegócio da cidade. No primeiro turno, ficaram pelo caminho o ex-prefeito Marcelo Rangel (PSD), representando uma das poucas derrotas do PSD em todo o Paraná, e Aliel Machado (PV), este último o único representante dos progressistas na disputa.

Ou seja, o ambiente de votação na eleição de 2024 era amplamente conservador nestes dois municípios: Ponta Grossa e Curitiba foram locais onde candidatos(as) conservadores chegaram ao segundo turno do pleito, deixando para trás os concorrentes mais ligados às ideias progressistas. Mas tal cenário sempre foi assim ou nos últimos anos houve alguma variação?¹⁰

Como forma de reforçar o argumento de que tais municípios podem ser considerados ambientes majoritariamente conservadores, a tabela 1 apresenta a votação válida para o cargo de presidente da República em Curitiba e em Ponta Grossa em 2018 e 2022 no segundo turno de cada um dos pleitos – o primeiro disputado entre Jair Bolsonaro (então PSL) e Fernando Haddad (PT) e o segundo entre Bolsonaro (PL) e Lula (PT).

Tabela 1 – Votação dos dois últimos pleitos presidenciais em PG e Curitiba

Cidade	Eleição	Candidato	Votos válidos no 2º turno
Ponta Grossa	2018	Bolsonaro	73,75%
Ponta Grossa	2018	Haddad	26,25%
Curitiba	2018	Bolsonaro	76,24%
Curitiba	2018	Haddad	23,46%
<hr/>			
Ponta Grossa	2022	Bolsonaro	65,09%
Ponta Grossa	2022	Lula	34,91%
Curitiba	2022	Bolsonaro	64,78%
Curitiba	2022	Lula	35,22%

Fonte: O autor (2025) com dados do TSE

Feito isso, o próximo passo é apresentar o contexto e as práticas em comunicação de cada uma das campanhas analisadas neste *paper*. Elas serão apresentadas por ordem alfabética e, primeiro, irá se expor o contexto daquela candidatura e, em seguida, serão expostas as estratégicas de comunicação utilizadas

¹⁰ Como aspecto histórico, cabe destacar que nas disputas pela presidência Lula nunca ganhou um turno em Ponta Grossa e nem em Curitiba, nem mesmo no auge de sua popularidade.

em cada uma delas para se obter a vitória nas urnas.

3.1 Camilla Gonda: elegendo a vereadora mais jovem de Curitiba

Em 2024, Camilla Gonda conquistou uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) ao obter 3.062 votos disputando o pleito pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e se firmar como a vereadora mais jovem eleita para a 19^a legislatura. Apesar de ser a mais jovem, aquela não era a primeira experiência eleitoral de Camilla – em 2020, ela havia sido candidata pelo PDT obtendo 1.664 votos e ficando de fora da composição do Legislativo. Além disso, Camilla tinha uma trajetória de atuação política ao ser vice-presidente do Conselho Municipal da Juventude de Curitiba e fundar o movimento político “Por+elas na política”.

No entanto, o que mudou para que quatro anos depois a jovem conseguisse uma cadeira na Câmara Municipal? Defende-se que parte do sucesso eleitoral obtido por Camilla em 2024 seja fruto de uma estratégia de comunicação digital¹¹ assertiva e baseada em um mote central: oferecer um “sonho” ou uma defesa, que fosse ao mesmo tempo racional e emocional, ao eleitor(a) progressista e jovem da capital paranaense.

Essa estratégia emocional já é iniciada no lançamento da campanha, em 16 de agosto, com a publicação de um vídeo que tem como frase inicial um questionamento: “Curitiba: cidade modelo. Será mesmo?”¹². A peça inicial da campanha é pautada na ideia de apresentar um projeto coletivo, que representasse as pessoas, especialmente as mulheres, e os jovens – esse mesmo vídeo traz críticas à idealização de Curitiba como uma cidade “perfeita” ou cidade modelo.

Camilla é uma garota jovem que nasceu e cresceu na periferia de Curitiba, mais especificamente no bairro Capão Raso. Por ter pouca idade, parte da estratégia era apresentar “vacinas¹³” contra críticas sobre a falta de experiência e de preparo da então candidata – tais críticas viriam, inclusive, de integrantes do próprio grupo

¹¹ Parte considerável da campanha de Camilla foi feita utilizando ferramentas de comunicação digital, inclusive isso se reflete na própria prestação de contas da candidata, como se verá a seguir.

¹² O vídeo em questão pode ser acessado neste link: <https://www.instagram.com/reel/C-vCn4Ouvf/>. Acesso em 1º de maio de 2025.

¹³ No marketing político, usa-se o termo “vacina” para remeter a uma peça, conteúdo ou afins que é utilizado para amenizar ou evitar ataques contra o(a) candidato(a).

político¹⁴. Uma dessas vacinas é representada por outra peça da campanha em que a candidata falava sobre o próprio currículo.

Neste vídeo, publicado em 19 de agosto de 2024¹⁵, Camilla não apenas expõe sua formação em Direito e Ciências Sociais (graduações cursadas simultaneamente) e o Mestrado em Ciências Políticas, mas faz isso a partir da valorização dos profissionais de Educação (ela mesma é filha de professora) e do acesso à Educação Pública, seja através de financiamento do ensino privado ou do ensino público.

Outra estratégia que é utilizada na campanha de Gonda à CMC diz respeito a pautas que são importantes aos jovens, mas que nem sempre são abordadas de uma forma que toque essas pessoas. Um destes conteúdos foi publicado ainda na pré-campanha e replicado durante a campanha¹⁶ – nele, Camilla fala sobre a insegurança que mulheres sofrem, especialmente no transporte coletivo.

Nesta peça a então candidata inicia a abordagem com uma ação cotidiana para jovens mulheres: encaminhar a localização em tempo real para uma amiga(a) ou familiar como forma de informar onde estava. Tal situação, rotineira para muitos(as), é defendida como um sinal de insegurança para quem usa o transporte coletivo ou caminha pelas ruas na cidade. Em seguida, Camilla disserta sobre políticas públicas para mulheres tendo como cenário locais típicos de Curitiba, com os famosos “tubos” do transporte coletivo ao fundo. O vídeo é finalizado com uma pergunta: “O que você faria para pensar uma Curitiba segura para todas nós?”

Outro movimento realizado durante a campanha de Camilla tinha um intuito “educativo”. Diante da falta de precisão e do desconhecimento sobre o que faz um(a) vereador(a), foram publicados dois vídeos com caráter educativo sobre o que cabe a uma parlamentar. Em um deles¹⁷, Camilla apresenta qual é a função de uma vereadora e em outro¹⁸ a candidata explica como uma lei é feita, qual é seu trâmite e por fim, defende: “Viu só? Campanha política não é só pedir voto”.

¹⁴ Ataques do tipo também motivaram um conteúdo a respeito. Veja mais em: <https://www.instagram.com/reel/DAJ-R3CSmj1/>. Acesso em 3 de maio de 2025.

¹⁵ Assista em: <https://www.instagram.com/reel/C-3fc8jSCRF/>. Acesso em 1 de maio de 2025.

¹⁶ Assista em: <https://www.instagram.com/reel/DAL22xJR1jL/>. Acesso em 1 de maio de 2025.

¹⁷ Vídeo publicado em 30 de agosto. Veja mais em: https://www.instagram.com/reel/C_TyUU4yiwo/. Acesso em 1 de maio de 2025.

¹⁸ Vídeo publicado em 11 de setembro de 2025. Veja mais em: https://www.instagram.com/reel/C_y4OgTtSyC/. Acesso em 1 de maio de 2025.

Para dialogar diretamente com a juventude, durante a campanha de Camilla também lançamos mão de conteúdos que falavam diretamente para esse público. Um dos exemplos foi a peça publicada ainda em 1 de agosto¹⁹ em que Gonda ressalta a falta de representatividade de jovens na Câmara (à época, nenhuma cadeira era ocupada por um jovem) e em outro vídeo²⁰, já candidata, Camilla apresenta a defesa de espaços de esporte e lazer para a juventude – este vídeo é gravado em uma praça, na região periférica de Curitiba e busca reforçar essa ligação de Camilla com a periferia curitibana.

Tais peças foram intercaladas com outros conteúdos de caráter “emocional”, que pretendiam apresentar quem era Camilla não a partir da fala da própria candidata, mas sim de amigos e familiares. Neste sentido, uma das estratégias utilizadas foi usar os depoimentos da avó e da bisavó, figuras muito conhecidas na região do Capão Raso. Um destes vídeos apresenta a avó de Camilla em que ela, além de falar da candidata, relata que foi Camilla a responsável por ela retomar os estudos²¹ - este vídeo é ambientado na casa da família, tendo como plano de fundo fotos antigas e que remetem ao ambiente familiar.

Por fim, a estratégia de comunicação da campanha de Camilla buscou oferecer “um sonho” para ser abraçado pelos eleitores(as) – este sonho foi representado pela frase-mote “transformar Curitiba”. Um destes vídeos foi publicado no dia 1º de outubro²² e tem uma construção de audiovisual baseada em transições, seguida da repetição do slogan “eu vou transformar Curitiba”, com Camilla finalizando “nós vamos transformar Curitiba”, passando a ideia de coletividade do projeto. A este conteúdo, se somaram outros focados no convite à transformação²³ - inclusive um vídeo publicado no sábado que antecedia a eleição em que a candidata reforçava o convite. Aqui o voto era mais do que um mero pedido, era um convite à transformação.

Outro aspecto fundamental na campanha de Gonda foi a utilização de anúncios pagos nas plataformas da Meta – especificamente na campanha de Camilla, foram veiculados anúncios apenas no Instagram, por uma questão financeira. Do total de

¹⁹ Vídeo disponível em https://www.instagram.com/reel/C-JPJZvPom_/. Acesso em 1 de maio de 2025.

²⁰ Vídeo disponível em https://www.instagram.com/reel/C_a07zmR3fb/. Acesso em 1 de maio de 2025.

²¹ Vídeo disponível em https://www.instagram.com/reel/C_GNIGFuyuu/. Acesso em 1 de maio de 2025.

²² Vídeo disponível em <https://www.instagram.com/reel/DAIf3CKRgBY/>. Acesso em 1 de maio de 2025.

²³ Vídeo disponível em <https://www.instagram.com/reel/DAv2ofCxKnA/>. Acesso em 1 de maio de 2025.

despesas de Camilla (R\$ 30.175,00), 36% (R\$ 10.898,00) foram investidos em anúncios na plataforma, além de outros R\$ 9.500,00 em produção de conteúdo – os estudos sobre gastos de campanha mostram que as cifras que mais recebem recursos são aquelas mais “importantes” para cada campanha.

Do ponto de vista estratégico, os anúncios foram pensados em uma lógica de funil²⁴ no caso de campanha de Camilla. No topo, foram expostos vídeos que apresentavam a candidata ao eleitorado, especialmente aqueles focados no currículo – especialmente para quem ainda não seguia Gonda no Instagram. No meio do funil, o foco foi no envolvimento do público já envolvido com as redes de Camilla, ofertando anúncios direcionados de acordo com gênero e interesses. Por fim, o fundo do funil buscou apresentar anúncios para pessoas que haviam “engajado” com alguma publicação da candidata.

3.2 Ede Pimentel: o secretário “realizador” e defensor de um legado

A campanha de Ede Pimentel (PDT) pela reeleição²⁵ para a Câmara Municipal de Ponta Grossa (CMPG) foi pautada em dois eixos centrais: a defesa do legado do pai de Ede, Delmar Pimentel, e das realizações do próprio Ede como secretário de Esportes do município. O movimento escolhido deu resultado: Ede foi reeleito com 3.728 votos, sendo o terceiro mais votado no município no pleito de 2024.

Como isso foi realizado? O primeiro movimento da campanha foi expor e apresentar a genealogia política (e pessoal) de Ede – filho de Delmar Pimentel, um político tradicional da cidade e que foi presidente da Câmara por seis mandatos, o candidato do PDT buscou defender o legado do pai (*in memoriam*) na vida pública, como realizador de grandes obras.

Um dos movimentos do tipo foi exposto em uma peça publicada no dia 25 de agosto em que Ede conta a história do pai na construção do Lago de Olarias,

²⁴ Na prática da Publicidade e Propaganda, públicos são divididos em três fases no chamado “funil”. No topo, estaria o público “frio”, um grande número de pessoas, mas sem envolvimento ou conhecimento da marca. No meio do funil, estaria o público “morno” já com algum conhecimento do produto ou candidato. E, por fim, no fundo do funil estaria o público “quente”, aquele que já conhece o produto / pessoa e tem algum envolvimento com ele(a).

²⁵ Cabe destacar que a campanha de Ede só foi assumida pelo autor cinco dias antes da data oficial de início da campanha, 16 de agosto de 2024. Nos outros três casos, haviam trabalhos mais extensos sendo realizados.

importante ponto turístico e de lazer da cidade²⁶. Na oportunidade, Ede aparece ao lado da esposa, Joslayne, e ambos caminham pelo espaço de turismo da cidade que atualmente tem um Centro Educacional Ambiental que leva o nome de Delmar.

Outra ação realizada na campanha foi “absorver” a musicalidade e a cultura gaúcha do entorno do candidato. Ede e a família são proprietários de um tradicional clube gaúcho na cidade chamado Democrata – tal aspecto, inclusive, foi utilizado como forma de contar a trajetória do candidato em um *TBT* publicado durante a campanha²⁷.

Além disso, o lançamento da campanha do então candidato foi feito neste mesmo espaço e o próprio *jingle* de Ede foi produzido em formato de *vaneirão* – a música, focada no número do candidato (12345), foi utilizada em diversas peças e vídeos publicados durante a campanha. A primeira das peças que utiliza esse mecanismo foi publicada no dia 23 de agosto de 2024 e traz falas de diversos apoiadores²⁸, além de outro vídeo sobre a distribuição de materiais da campanha²⁹.

Já a trajetória como secretário municipal de Esportes foi potencializada a partir de duas abordagens: a primeira representada por Ede na defesa de seus projetos e daquilo que desenvolveu na pasta, enquanto a segunda foi ilustrada por atletas e profissionais que davam depoimentos em prol da campanha do então candidato à reeleição.

O primeiro movimento é representado por uma série de vídeos em que Pimentel defende aquilo que havia desenvolvido pelo esporte ponta-grossense, inclusive pelo esporte paralímpico³⁰. Em outro conteúdo, Ede volta ao Lago de Olarias para defender um projeto de sua gestão, intitulado Parques e Praças³¹. Ainda no ramo dos legados, Ede defendia o próprio legado e suas ações em prol do paradesporto ao defender o projeto Daniel Dias³².

O segundo movimento de defesa do legado de Ede como secretário de

²⁶ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C_HEUEIORIp/. Acesso em 4 de maio de 2025.

²⁷ Publicação disponível em: https://www.instagram.com/p/C_RS8HQOkkm/. Acesso em 4 de maio de 2025.

²⁸ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C_Bs7O_u5Ni/. Acesso em 4 de maio de 2025.

²⁹ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C_3v7VV09qU/. Acesso em 4 de maio de 2025.

³⁰ Um dos vídeos sobre o assunto utilizava o início das Paraolimpíadas como “gancho” para chamar a atenção do internauta. Veja mais em: https://www.instagram.com/p/C_OljXtvOEm/. Acesso em 4 de maio de 2025.

³¹ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C_Y1P_zOqcu/. Acesso em 4 de maio de 2025.

³² Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C_tfaC9OJAF/. Acesso em 4 de maio de 2025.

esportes foi pautado pelo depoimento de atletas que haviam se beneficiado dos programas de incentivo desenvolvido por ele na Pasta. A primeira entrevista foi Brenda Garret, atleta referência no karatê brasileiro, que falou sobre os programas de Pimentel na área do esporte³³.

Este segundo movimento ainda contou com o depoimento de professores de Educação Física que participavam de outro programa de Ede como secretário, o Bolsa Incentivo, focado em levar esportes de base e qualidade de vida aos bairros de Ponta Grossa. Juliano foi um destes profissionais que concedeu um depoimento que foi utilizado na campanha de Ede³⁴.

Por fim, a campanha de Ede ainda foi composta por um esforço midiático de contar a história dele, o Edelmar, conhecido como Ede. Para tanto, uma série com quatro pequenos episódios foi realizada ouvindo familiares e amigos que acompanharam a formação pessoal de Ede na vida e na política³³. Nesta série, pessoas próximas falam do legado de Ede e da sua relação com o pai, Delmar.

3.3 Geraldo Stocco: elegendo o vereador mais votado da história de PG

A eleição de Geraldo Stocco (PV) foi histórica: com 8.168 votos, o advogado de 31 anos de idade conquistou o terceiro mandato como vereador e se colocou como o candidato mais votado da história da cidade para a Câmara Municipal de Ponta Grossa (CMPG), superando inclusive a votação de um candidato a prefeito no mesmo pleito³⁵. Este tópico busca responder: como isso foi possível?

A defesa que aqui se faz é que isso foi fruto de uma estratégia de comunicação bastante assertiva, além da aplicação de recursos estratégicos tanto em comunicação digital, como também em comunicação impressa. A primeira peça aqui apresentada foi ainda lançada no período de pré-campanha, especificamente no dia 25 de junho³⁶. Na peça, Geraldo respondia a comentários que pediam para que ele fosse candidato a prefeito da cidade. Toda a argumentação da peça é construída em torno da ideia de que aquela expectativa era uma “honra”, mas aquele “ainda não era o momento”.

³³ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/p/DAJuW3XvZbs/>. Acesso em 4 de maio de 2025

³⁴ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/p/DAAtHcNgO1lf/>. Acesso em 4 de maio de 2025.

³⁵ Veja mais em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/vereador-se-reelege-com-recorde-de-votos-em-ponta-grossa-e-ultrapassa-votacao-de-candidato-a-prefeitura.ghtml>. Acesso em 2 de maio de 2025.

³⁶ Vídeo disponível em <https://www.instagram.com/reel/C93CUVvPrh5/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

Como forma de não gerar uma decepção no público, o vídeo ainda expõe as principais pautas caras ao candidato, como o enfrentamento de casos de corrupção no Legislativo Municipal.

A campanha de Stocco já se inicia com uma gestão de crise. Na noite de quinta-feira, 15 de agosto, houve uma distribuição irregular do material de campanha de Geraldo em torno do campus central da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Parte da gestão de crise da situação foi feita com uma live em que Geraldo “desabafa” sobre o acontecido³⁷. No entanto, no dia seguinte, uma paródia utilizada para falar sobre o assunto foi publicada e daria o tom da campanha. Optou-se por utilizar um meme baseado na música “Carta Aberta”, de MC Cabelinho, para expor o caso de maneira divertida³⁸. Na peça, o rosto de Geraldo é sobreposto ao do cantor de forma sabidamente “amadora” e a legenda é substituída, remetendo à situação da panfletagem apócrifa.

O uso³⁹ de *trends*⁴⁰ e memes marcaria o tom da campanha. Em 21 de agosto, Geraldo publica uma trend do “pelinho do pneu” para se apresentar, expor suas defesas e, por fim, pedir o voto do eleitor⁴¹. O mesmo acontece com o uso de uma cena da série Brooklyn 99 em que os atores “cantam” uma música do grupo *BackStreet Boy* – neste caso, a música é “dublada” para algo que dialogue com a campanha e o fecho é “cada voto importa”.

O uso do argumento “cada voto importa” era a *vacina* utilizada contra a ideia de que “Geraldo já estaria eleito” e por isso o(a) eleitor(a) deveria votar em outro candidato(a). Para enfrentar tal narrativa usada por adversários, outro formato utilizado foi o quadro “Geraldo x Stocco” em que o candidato(a) figurava como dois personagens, um jovem falando gírias e sempre confuso ou curioso e outro a figura “atual”, de vereador. Um destes vídeos é publicado em 8 de setembro de 2024. O vídeo coloca Stocco, a versão “mais velha” de Geraldo, em um hábito cotidiano de tirar

³⁷ Veja mais em: <https://www.instagram.com/p/C-th4xluy7P/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

³⁸ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-v99RBOhjL/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

³⁹ O uso de *trends* foi captado através da utilização de uma inteligência artificial chamada *Perplexity*. A IA apresentada os principais vídeos tidos como virais e depois havia uma curadoria humana para adaptação de cada um destes conteúdos.

⁴⁰ Trends aqui são consideradas “tendências” de publicações em redes sociais. Hoje elas podem fazer menos sentido, mas naquele momento elas dialogavam com o público de forma viral.

⁴¹ Veja mais em <https://www.instagram.com/reel/C-8kjuQS7wU/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

o lixo de casa. Do outro lado está Stocco, o “piá”, indo jogar basquete e falando gírias, como “Marcha” e “qual é a visão?”⁴².

Esse mesmo formato de Geraldo x Stocco é usado para falar de uma pauta cara ao mandato de Geraldo: a lei que proíbe a venda de fogos com estampido na cidade. Neste caso, Geraldo e sua versão mais jovem dialogam em um local conhecido da cidade, o Parque Ambiental – esse espaço recebe festas e outros eventos em que se faz o uso de foguetes. Nele, ambos dialogam de modo informal sobre como os foguetes eram prejudiciais aos neuros divergentes, aos idosos e aos animais de estimação⁴³.

Ainda utilizando o formato citado, o aniversário de Ponta Grossa, comemorado anualmente em 15 de setembro, também é abordado por Stocco com o uso do mecanismo do diálogo entre ele e seu *alter ego*. Publicado em 15 de setembro⁴⁴, o vídeo usa uma prática da adolescência de Geraldo, o basquete, para abordar o cancelamento do desfile cívico da cidade, as tatuagens que o candidato tem referentes ao município, a ligação de Geraldo com a cidade e críticas aos adversários – tudo isso perpassado pelo uso de gírias como “tá tudo top?”, “consciente” e “mio”.

Se o humor foi eixo central na comunicação de Geraldo, o tratamento de temas sérios como corrupção e a falta de políticas públicas eficientes não ficaram de fora. Para tratar da falta de pavimentação em locais periféricos da cidade, a campanha de Stocco aposta em um vídeo com transição em diferentes pontos do município, publicado em 9 de setembro⁴⁵ - a peça começa em uma rua, (re)asfaltada diversas vezes pela Prefeitura e depois, em uma transição andando, o candidato aparece em uma região periférica do município que nunca recebeu pavimentação.

No caso da corrupção, isso foi tratado em um vídeo publicado em 11 de setembro de 2024⁴⁴ - a estratégia da peça é colocar Geraldo para dialogar com a população em locais públicos da cidade sobre temas polêmicos, como a criação de um vale-alimentação para vereadores e a prisão de um vereador por corrupção. Este vídeo começa com uma contradição universal, quando uma das entrevistadas diz para

⁴² Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_vLMDmuitP/. Veja mais em 2 de maio de 2025.

⁴³ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DAeZBksvT5T/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁴⁴ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_8kvL9O0dr/. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁴⁵ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_tsx4XOnvQ/. Acesso em 2 de maio de 2025.

Geraldo: “Todo mundo comete crime dentro da política, né?”

Essa mesma contradição universal é utilizada em outro vídeo, desta vez publicado em 9 de setembro de 2024⁴⁶. Nele Geraldo aparece em um local reconhecido no município, o calçadão da Coronel Cláudio, e inicia falando “Vereador em Ponta Grossa não faz nada”. Em seguida, Stocco defende suas pautas na investigação de casos de corrupção, contra casos de “rachadinhas” e em busca de recursos para o município.

O tema da corrupção é novamente tratado na campanha de Geraldo em 1 de outubro de 2024⁴⁷. A peça começa com um trecho de uma reportagem publicada à época em que a jornalista diz “R\$ 300 mil reais. Esse foi o valor oferecido ao relator da CPI da Saúde”. O relator, que no caso era Stocco, levou o caso ao GAECO e, meses depois, uma operação foi desencadeada com várias pessoas presas e um vereador afastado⁴⁸. Neste caso, há a utilização de mecanismos de audiovisual que reforçam a seriedade do tema tratado, como o uso da imagem em preto e branco, além da trilha tensa. Por fim, Stocco ainda opta por usar uma linguagem acessível como “ninguém mais aguenta essa roubalheira” para tratar de uma dor universal da população que é o acesso à saúde pública.

O caso de oferta de uma propina é novamente tratado no dia 3 de outubro em outra peça da campanha. Neste caso, Stocco fala em frente à Unidade Básica de Saúde (UBS), Antônio Saliba, responsável por atender cerca de 4 mil pessoas – a UBS era alvo da CPI da Saúde por ter sido abandonada pela gestão do município e acabou sendo fechada por falta de condições básicas de uso.

Outro artifício utilizado na campanha de Stocco é o uso de outras pessoas para falar de temas em que o próprio candidato não tem lugar privilegiado de fala (Fontana, 2017). Em um desses casos, duas mulheres dialogam numa mesa de bar sobre a situação fictícia de assédio contra uma amiga – o vídeo busca expor um projeto de Geraldo chamado “Mulher Segura” em que uma mulher pode pedir um drink específico caso esteja sendo alvo de abuso ou assédio⁴⁹.

⁴⁶ Vídeo disponível em <https://www.instagram.com/reel/DAmCaiZPx6n/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁴⁷ Vídeo disponível em https://www.instagram.com/reel/C_ylRT8v_vo/. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁴⁸ Veja mais em: <https://arede.info/ponta-grossa/473666/cieslak-teria-oferecido-r-300-mil-a-stocco-em-tentativa-de-suborno>. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁴⁹ Veja mais em: <https://www.instagram.com/reel/DAb1BHSv0Zf/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

O mesmo artifício é utilizado sobre o projeto Criança Sem Cárie, iniciativa iniciada pelo pai de Stocco, que era dentista e servidor de carreira do município, e que depois se tornou política pública na cidade quando Geraldo, o filho, se elegeu pela primeira vez em 2016⁵⁰. Neste caso, a peça é conduzida pela estudante de Odontologia, Gabriela Cecílio, que explica o que é uma cárie, do ponto de vista científico, para só então Geraldo aparecer em cena.

O uso de situações cotidianas segue sendo o mote da campanha de Geraldo para falar de temas políticos durante a campanha. Em uma das peças⁵¹, duas pessoas conversam na mesa de uma cafeteria e uma delas pede um café, quando questionada sobre qual café responde de forma desleixada: “qualquer um”. Ao receber o pedido, a pessoa faz uma cara ruim – ao fundo Geraldo aparece e lembra que quando você deixa as pessoas escolherem por você, é isso o que acontece, fazendo clara menção ao não comparecimento às urnas e, por fim, pede o voto do eleitor(a).

Em outra situação universal, Geraldo aparece adesivando um carro com um perfurado – em uma conversa filmada em linguagem POV, a pessoa diz “Geraldo, quanto você tá pagando para colar adesivo no carro?”. Em seguida, Geraldo rebate, o interlocutor diz que alguém estaria pagando “duzentão” para a mesma prática. Por fim, Geraldo diz “Viu, faz o seguinte... pega esses 200tão, a gente faz um churrasco e você vota em mim. Fechou?”.

Durante a campanha de Geraldo houve ainda uma pulverização de uma série com 9 vídeos em que o candidato, sua companheira, sua irmã, amigos e familiares contavam a história dele, de sua família e de seus amigos na política. Nela a ideia era que Geraldo fosse apresentado como o representante do legado dos pais, Geraldo e Maria Estela (*in memoriam*). Por fim, o vídeo que fecha a campanha é de tom emocional. Usando a música “Em busca da minha sorte”, o vídeo que encerra a campanha é uma apologia aquilo que havia sido feito e apresentado durante este período, com imagens das visitas, agendas e afins.

Na comunicação visual, a campanha também buscou algo “diferente” do habitual. O famigerado “jornalzinho” do candidato é formado por uma “trilha” em que leitor avança nas fases através de ações do mandato. Além disso, a foto que ilustra a

⁵⁰ Veja mais em: <https://www.instagram.com/reel/DAQ5IrNOW8V/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

⁵¹ Veja mais em: <https://www.instagram.com/reel/DAgKyfSu0vs/>. Acesso em 2 de maio de 2025.

capa é uma releitura de uma histórica foto dos Beatles, refeita agora em um típico local ponta-grossense, reconhecível para qualquer pessoa que more na cidade.

FIGURA 1 – Material impresso de Geraldo Stocco



Fonte: O autor (2025)

3.4 Professor Careca: identidade periférica em busca de uma nova chance

Marcelo Aparecido de Barros, o Professor Careca (PV), foi eleito vereador em Ponta Grossa em 2024 ao obter 2.439 votos, se colocando como o décimo mais votado na Legislatura, superando inclusive vários candidatos conservadores com acesso a amplos recursos financeiros. No entanto, a trajetória de Careca foi uma das mais complexas entre os candidatos aqui expostos: Marcelo havia sido eleito vereador pela primeira vez em 2012, mas acabou derrotado por uma margem de pouquíssimos votos nos pleitos de 2016 e 2020, ficando oito anos sem mandato.

Em 2024, a pergunta era: como ajudá-lo a conseguir uma vaga no Legislativo municipal e não frustrar, mais uma vez, seu eleitorado? O caminho proposto foi fazer com que Careca adotasse o perfil de periferia de forma integral, sem restrições. Marcelo foi um dos fundadores da ocupação do Ouro Verde, em Ponta Grossa, em uma luta por moradia na cidade no começo dos anos 2000 e, anos depois, se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), sendo assessor parlamentar de vereadores do partido.

Diante disso, um dos desafios era dar sentido ao amalgama que formava a imagem do candidato: Marcelo é evangélico, professor de capoeira gospel, liderança comunitária da Central Única das Favelas (CUFA) e representante de uma comunidade pobre e periférica com mais de 10 mil moradores. A questão que se empunha era: como dar um sentido único para essa candidatura ganhasse tração?

Isso foi feito com um eixo central: o uso da música como fator cultural unificador entre Marcelo e seu eleitorado. Por um lado, o tom da campanha foi dado por um vídeo publicado em 19 de julho de 2024⁵². Nesta peça, Marcelo aparece nas ruas de terra do bairro em que vive ao som da música “A vida é desafio”, um clássico dos Racionais MC’s – o vídeo tinha como intuito passar a mensagem de perseverança daqueles que eram excluídos, entre eles o próprio Marcelo.

O aspecto musical foi utilizado em diversas oportunidades durante a pré-campanha e a campanha de Marcelo, especialmente pela adoção de um gênero que dialogava diretamente com sua base de eleitores, o chamado “Funk Consciente”⁵³. A partir de músicas do gênero, além de clássicos do Rap Nacional dos anos 2000, pautas

⁵² Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C9njnt_OZ1V/. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁵³ O chamado Funk Consciente é um estilo musical cantado por MC’s que expõe aspectos da vida de quem vive na periferia. Veja mais em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/funk-consciente-mc-usa-estilo-para-motivar- jovens-da->

defendidas por Careca foram apresentadas e defendidas diante do(a) eleitor(a) periférico.

Um dos exemplos é a música “A dança”, de MC Hariel, usada para ilustrar uma visita de Careca e do candidato a prefeito do seu grupo político, Aliel Machado (também do PV), à comunidade em que Careca vive⁵⁴. O mesmo acontece com o uso de outra trilha de Hariel, a música “Exemplos”, em que Careca é lançado pré-candidato a vereador. A letra da música diz: “Eu vou mostrar para quem sempre acreditou que os que *desacreditou tava [sic] gorando a caminhada*”⁵⁵ – aqui a proposta era fazer uma referência à trajetória de Careca.

Se, por um lado, o uso do Funk Consciente foi adotado para tocar em temas caros às comunidades carentes, o aspecto religioso também esteve presente na campanha de Marcelo. Este fator é usado em um modelo de vídeo sobre versículos da bíblia⁵⁶, peças que traziam hinos e louvores típicos dos evangélicos⁵⁷ e, também, em vídeos que falavam da “palavra de Deus” e de fé de forma mais geral⁵⁸.

Outro eixo da campanha de Marcelo foi a apresentação da história dele ao próprio eleitorado – mesmo que Careca tivesse dedicado parte de sua vida à comunidade onde vive, parte do eleitor(a) parecia ter esquecido disso. Por isso, foi produzida uma série com nove vídeos de até um minuto em que alunos(as), moradores da região, familiares e o próprio Marcelo falavam sobre a trajetória do candidato até ali⁵⁹ - os vídeos buscavam relembrar ao eleitor(a) periférico quem era Marcelo e sua importância para o desenvolvimento da região.

Na campanha de Careca em 2024 houve ainda a preocupação de expor as “entregas” dele à comunidade – Marcelo havia atuado como suplente⁶⁰ de Ede Pimentel na Câmara por 11 meses e, neste período, havia conquistado vitórias em prol de sua comunidade. Mas a questão era: como fazer isso? A aposta aqui foi uma abordagem mais descontraída e rápida, com um aspecto mais típico de redes sociais, acompanhada do uso de *TBTs*⁶¹.

⁵⁴ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_3zZYGOAvo/. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁵⁵ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C-T0tYLObtp/>. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁵⁶ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C9lAXZ7u1bE/>. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁵⁷ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C-SZa8aumoW/>. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁵⁸ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_MQNz9OfNw/. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁵⁹ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C-RAEdyO1kh/>. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁶⁰ Veja mais em: <https://bntonline.com.br/com-saída-de-ede-pimentel-professor-careca-assume-cargo-de-vereador-de-pg-em-marco/>. Acesso em 5 de maio de 2025.

⁶¹ Um destes *TBTs* fala sobre a atuação de Careca junto à CUFA na

Nas entregas à comunidade, as chamadas “hook transitions” foram usadas para apresentar obras de asfalto conquistadas pelo então candidato⁶². Já na defesa de pautas de segmento, como o *whelling* (o famoso “grau” de moto), Careca foi “vestido” como alguém daquele nicho⁶³. Por fim, como estratégia de audiovisual, foi criado o quadro “Café com Careca”, em que o então candidato respondia dúvidas do eleitor de forma descomplicada⁶⁴ - a própria trilha de abertura é uma música do grupo Racionais MC’s intitulada “Um homem na estrada”.

Cabe ressaltar que o investimento em anúncios on-line também foi fundamental na campanha de Careca. Do total investido pelo candidato (R\$ 27.090,00), a maior despesa diz respeito a anúncios nas plataformas digitais: R\$ 9.500,00 ou 35% do total investido na campanha. Mais do que material impresso ou “formiguinhas”, Careca acreditou na comunicação digital como forma de dialogar com o seu eleitor(a) periférico.

4 Considerações Finais

A vitória das quatro candidaturas progressistas pode ser explicada, ao menos, pelas respostas impostas à duas questões ligadas à comunicação. A primeira delas é: como ilustrar aquilo que há de melhor naquela candidatura de acordo com o universo cultural do eleitor(a)? A segunda é: como utilizar as ferramentas digitais de forma estratégica para dialogar com o eleitor(a) no curtíssimo período de campanha?

Para fins de análise, aqui expõe-se um quadro sintetizador dos aspectos centrais de cada uma das campanhas (quadro 1). A proposta é reunir as principais características das ferramentas de comunicação usadas nestas campanhas em um quadro, facilitando o entendimento e a comparação entre elas.

Quadro 1 – Síntese das estratégias de Comunicação em cada campanha

Candidatura	Ferramentas de comunicação utilizadas	Características centrais
Camilla Gonda (PDT)	Tráfego pago e vídeos em redes sociais	O mote geral da campanha foi expor a necessidade da juventude curitibana ter uma representante na Câmara e

Pandemia: <https://www.instagram.com/p/DAYUVuaNi54/>. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁶² Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C_IpaDzO8e4/. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁶³ Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/C_OkkrlOH0K/. Acesso em 4 de maio de 2025.

⁶⁴ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-7mJd7yBRM/>. Acesso em 4 de maio de 2025.

		apresentar Camilla como alguém preparada para isso. Para tanto, foram apresentados conteúdos que mesclavam a trajetória de vida, o preparo e educação política sobre temas pouco conhecidos.
Ede Pimentel (PDT)	Tráfego pago, vídeos e conteúdos estáticos para redes sociais	O esforço de comunicação desta campanha teve dois pontos fundamentais: a apresentação do candidato como um político realizador e a defesa do legado do pai de Ede. Para tanto, a apostila foi colher depoimento de pessoas próximas e conteúdos que realizassem a defesa das realizações de Ede.
Geraldo Stocco (PV)	Tráfego pago, vídeos e memes em redes sociais	A campanha teve como eixo central apresentar o candidato como antagonista à velha política. Para tanto, os conteúdos versavam sobre combate à corrupção, fiscalização e tensionamento de temas caros à cidade – todos eles com pitadas de humor e ironia.
Professor Careca	Tráfego pago, vídeos e memes para redes sociais	O esforço de comunicação aqui girou em torno da construção de uma linguagem de periferia em torno da imagem de Marcelo (Careca), fosse através da vestimenta ou do uso de músicas que dialoguem com este público.

Fonte: O autor (2025)

No primeiro caso, cada uma das campanhas buscou extrair aquilo que havia “de melhor” em cada candidatura – seja a juventude de Camilla Gonda, o humor ácido e a ironia de Geraldo Stocco, a cultura gaúcha e o legado a ser defendido por Ede Pimentel ou ainda a identidade periférica e de defensor dos oprimidos de Professor Careca. Isso tudo feito com o uso de músicas que pudessem representar aquilo que os(as) candidatos(as) defendiam como visão de mundo e de memes que dialogassem com o cenário cultural ali vivido.

Para além do uso do aspecto musical, em todas as campanhas buscou-se ainda o respeito à dinâmica de conteúdo de redes sociais. Ao mesmo tempo que a produção dos vídeos e das peças zelou pelo aspecto estético e técnico utilizando elementos como

imagens de drone, tomou-se o cuidado para evitar que o conteúdo das redes ficasse demasiadamente profissional ou similar ao da TV – defende-se aqui que tal estética afastaria o eleitor do candidato(a).

Cabe ainda destacar a importância da exposição da história de vida destes candidatos(as) em um formato típico de redes sociais. Tal estratégia foi adotada a partir da concepção de que o voto é uma decisão também emocional – ou seja, para o(a) eleitor(a) é fundamental enxergar o(a) candidato(a) como um dos seus e tal ligação se daria a partir da identificação pessoal com a trajetória de vida dos postulantes ao cargo de vereador(a).

Por fim, a aplicação de recursos financeiros em anúncios foi fundamental, em ao menos três dos quatro casos, para a vitória eleitoral. A tabela 2 apresenta um levantamento dos gastos executados por cada uma das quatro campanhas e demonstra que o investimento em anúncios on-line foi o principal gasto em três das quatro candidaturas aqui discutidas.

Tabela 2 – Gastos das campanhas de Camilla, Ede, Geraldo e Careca

Candidato	Valor investido em anúncios	Gasto total	Teto da campanha	Percentagem atingida do teto
Camilla Gonda	R\$ 10.898,80 (36,12%)	R\$ 30.175,00	R\$ 689.037,15	4,38%
Ede Pimentel	R\$ 1.750,00 (12,49%)	R\$ 14.007,00	R\$ 138.361,61	10,12%
Geraldo Stocco	R\$ 10.359,00 (37,70%)	R\$ 27.480,22	R\$ 138.361,61	19,86%
Professor Careca	R\$ 9.500,00 (35%)	R\$ 27.090,00	R\$ 138.361,61	19,58%

Fonte: O autor (2025) com dados do TSE

Cabe ainda destacar que a tabela revela como tais campanhas foram “modestas” do ponto de vista dos gastos. Tomando como exemplo o caso de Camilla Gonda, a jovem se elegeu em Curitiba usando apenas 4,38% do teto imposto pela Justiça Eleitoral – para fins de comparação, a candidata Rafaela Lupion (PSD), também eleita no pleito, investiu R\$ 666 mil na mesma campanha.

Cabe pensar ainda na seguinte questão: se tal dinâmica de trabalho tivesse sido realizada em candidaturas conservadoras o resultado teria sido o mesmo? A resposta (provável) é que sim. Há aqui uma defesa de que a comunicação é um vetor de vitória em campanhas eleitorais justamente pelas características deste processo (curto período temporal, alta competitividade e grande oferta de candidatos). O que este trabalho

sugere de “diferente” é (1) expor algumas das ferramentas usadas por quem de fato faz campanhas e (2) defender que candidatos progressistas não só pode, como devem, usar mecanismos de comunicação digital para dialogar com o eleitor(a).

Por fim, este trabalho buscou apresentar um debate sobre a estratégia desenvolvida em campanhas eleitorais municipais para o cargo de vereador – parte da contribuição pretendida é tornar público um debate que, muitas vezes, está restrito a consultorias e cursos de acesso pago. A outra contribuição diz respeito aos movimentos feitos para eleger progressistas em ambientes notoriamente conservadores – como se defendeu durante o texto, tais ambientes são marcados por votações expressivas em políticos conservadoras e de alta adesão da pauta deste aspecto político.

Cabe ainda destacar que existem diferenças consideráveis no posicionamento das quatro figuras políticas aqui apresentadas, mas há algo em comum entre elas: todas disputaram o pleito filiadas a partidos de Centro-Esquerda, neste caso o PSB, PV e PDT. Dito isso, defende-se que o grupo pode ser considerado progressista nos cenários em que foram eleitos(as).

Mas como isso foi realizado? A defesa é que isso se fez viável ao se realizar campanhas pautadas no uso de comunicação digital, de forma nativa e pensada para este meio, e na aplicação de recursos em anúncios on-line de forma estratégica. Dito de outra forma: cada uma a seu modo, as campanhas buscaram falar diretamente ao eleitorado através do ambiente on-line e do ambiente cultural daquele candidato e de seu eleitorado.

Com o avanço do conservadorismo nas diversas esferas do poder, dialogar sobre como eleger candidatos(as) ligados ao progressismo ganha especial importância. Além disso, há um entendimento de que candidatos de Direita (em sua maioria conservadores) usariam de forma mais adequada os elementos disponíveis na comunicação digital, aquela feita diretamente com os eleitores (Melo; Oliveira, 2024).

Tal entendimento pode ser majoritário hoje, mas se torna necessário observar os casos de sucesso dos progressistas nestes ambientes para entender: como eles fazem isso? Em nível nacional, nomes como João Campos (PSB), prefeito de Recife, Tabata Amaral (PDT) e Erika Hilton (PSOL), ambas deputadas federais por São Paulo, e Rick Azevedo (PSOL), eleito vereador no Rio de Janeiro em 2024. Para além destes, existem outros nomes que oferecem respostas (ou pelo menos boas referências) de como

candidatos comprometidos com valores progressistas podem usar o ambiente das Redes Sociais On-line para dialogar, diretamente, com o eleitor. A intenção é que este trabalho tenha trazido mais alguns nomes à baila.

Referências

- ABID, Aman; ROY, Sanjit K.; LEES-MARSHMENT, Jennifer; DEY, Bidit L.; MUHAMMAD, Syed S.; KUMAR, Satish. Political social media marketing: a systematic literature review and agenda for future research. **Electronic Commerce Research**, v. 25, n. 2, p. 741-776, 2023.
- BEZERRA, Ada Kesea Guedes; SILVA, Fábio. O marketing político e a importância da imagem-marca em campanhas eleitorais majoritárias. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 10, p. 01-09, 2006.
- CARREON, Renata De Oliveira. As fake news como base do populismo de direita brasileiro: entre o político eo digital, o algoritmo. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 23, n. 2, p. 129-146, 2023.
- DA SILVA, Fabricio Pereira. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures**, n. 5, 2015.
- DA SILVA, Paulo Rogério F.; YOSHIDA, Luciana; SOARES, Luís Eduardo Silva. Miíase em paciente não colaborador: relato de caso clínico. **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação–Universidade do Vale do Paraíba**, 2009.
- EISENHARDT, Kathleen M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 532-550, out. 1989.
- FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. **Qualitative Inquiry**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 219-245, abr. 2006.
- FONTANA, Mónica Zoppi. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, v. 12, n. 18, 2017.
- GERRING, John. **Case study research: principles and practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- KOTLER, Philip; LEVY, Sidney J. A new form of marketing myopia: rejoinder to Professor Luck. **Journal of Marketing**, v. 33, n. 3, p. 55-57, 1969.
- LEANDRO, Breno Pacheco; SAINZ, Nilton; ALMEIDA, Patricia Sene; SOUZA, Renan Arnon. Bolsonarismo no Paraná: uma análise do desempenho partidário nas eleições de 2022. In: CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart (Orgs.). **Eleições 2022 no Paraná: a disputa na perspectiva midiática, do eleitorado e das instituições**. Curitiba: CPOP, 2023, p. 264-284.
- LOPES, Thiago Henrique Carneiro Rios; CASTRO, Miguel Angel Rivera. Perfil dos

conservadores e dos progressistas brasileiros: uma abordagem baseada na teoria dos valores humanos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, p. e011, 2023.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 100, p. 313-362, jan. 2017.

MANHANELLI, Carlos Augusto. **Estratégias eleitorais: marketing político**. Summus Editorial, 1988.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, p. 77-131, 1986.

MARTINS, Joyce Miranda Leão; ALVES, Mércia; CHICARINO, Tathiana Senne. Candidatas para o Brasil de Bolsonaro as porta-vozes da direita na política digital. **Política**, v. 59, n. 2, p. 121-142, 2021.

MELO, Gabriela Pereira; DE OLIVEIRA POZOBON, Rejane. O discurso digital dos políticos-influenciadores André Janones e Nikolas Ferreira na plataforma X sobre o atentado a Donald Trump. **Rizoma**, v. 13, n. 2, p. 87-104, 2024.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MERRIAM, Sharan B.; TISDELL, Elizabeth J. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

MOREIRA, Thiago; RENNÓ, Lucio. Conservadores convertidos: o "efeito Bolsonaro" em 2018. **Opinião Pública**, v. 30, p. e30112, 2024. SANTOS, Célia Maria Retz Godoy dos. Opinião pública e marketing político. **Bauru: Editora FAAC**, 2007.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. **Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades**. **Revista USP**, São Paulo, n. 90, p. 6-23, jun./ago. 2011.

PERDIGÃO, Antónia Cristina. O Marketing político encarado como agente de progressão da comunicação em política1. **Campos da Comunicação. Colecção: Estados da Arte**, p. 627-636, 2005.

PEREZ, Olivia Cristina; DE OLIVEIRA ARAÚJO, Rogério. Gênero, raça e classe dos eleitores jovens conservadores e progressistas. **Revista Agenda Política**, v. 11, n. 3, p. 114-126, 2023.

ROEDER, Karolina Mattos; BOLOGNESI, B.; CRUZ, G. C. Seleção de candidatos e poder local: estrutura e personalismo nas eleições de 2016 em Curitiba. In: **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)**. 2017. p. 0-28.

SCHWARTZ, Shalom H. Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: **Advances in experimental social**

psychology. Academic Press, 1992. p. 1-65.

SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana Senne; CONCEIÇÃO, Desirée Luíse Lopes. A percepção de conservadores e progressistas sobre memes desinformativos nas eleições 2020. **Cadernos Metrópole**, v. 24, n. 55, p. 1025-1050, set. 2022.

STAKE, Robert E. **The art of case study research.** Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 93, 23 ago. 2013.

TESSEROLI, Ricardo Germano; PANKE, Luciana. Da comunicação política ao marketing eleitoral: reflexões sobre estratégias e ferramentas de campanha. **Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 9, n. 21, p. 94-122, 2021.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: design and methods.** 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications.

MULHERES NA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2024: PARTICIPAÇÃO E PERFIL FEMININO NAS PREFEITURAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Giovanna dos Santos Chistoni Silva¹

Resumo: As mulheres são a maioria da população e do eleitorado brasileiro, entretanto, seguem sub-representadas em instâncias políticas e de poder. As eleições municipais de 2024 nas capitais brasileiras evidenciaram a persistente sub-representação política no Brasil: das 191 candidaturas ao cargo da prefeitura das capitais de Estado, 41 são mulheres. Em perspectiva histórica, o número de prefeitas eleitas é baixo: apenas 29 em todas as capitais de Estado, com um pico de cinco eleitas em 2000 e uma queda estável e significativa desde então. Os dados analisados identificaram que a eleição municipal de 2024 perpetuou o cenário de sub-representação política feminina e de grupos sociais subalternizados, tendo em vista que apenas duas mulheres (brancas, cisgênero e heterossexuais) foram eleitas prefeitas. Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é analisar a participação política feminina na disputa ao cargo do executivo municipal na eleição municipal de 2024, assim como apresentar dados sobre os perfis das mulheres candidatas e eleitas prefeitas das capitais de Estado ao longo da história das eleições municipais brasileiras, considerando dimensões interseccionais como raça e gênero.

Palavras-chave: Representação Política Feminina; Participação Política Feminina; Eleição Municipal 2024; Executivo Municipal; Partidos Políticos.

WOMEN IN THE 2024 MUNICIPAL ELECTIONS: PARTICIPATION AND FEMALE PROFILE IN BRAZILIAN STATE CAPITAL CITY HALLS

Abstract: Women represent the majority of the Brazilian population and electorate; however, they remain underrepresented in political and power-holding positions. The 2024 municipal elections in Brazilian state capitals highlighted Brazil's persistent political underrepresentation: of the 191 candidates running for mayor in state capitals, 41 were women. Historically, the number of female mayors elected is low: only 29 across all state capitals, with a peak of five elected in 2000 and a steady and significant decline since then. The data analyzed identified that the 2024 municipal elections perpetuated the scenario of female political underrepresentation and subalternized social groups, given that only two women (white, cisgender, and heterosexual) were elected mayors. Given this scenario, the objective of this article is to analyze female political participation in the race for municipal executive office in the 2024 municipal elections, as well as to present data on the profiles of female candidates and elected mayors of state capitals throughout the history of Brazilian municipal elections, considering intersectional dimensions such as race and gender.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: giovannachistoni@gmail.com

Keywords: Female Political Representation; Female Political Participation; 2024 Municipal Election; Municipal Executive; Political Parties.

1 INTRODUÇÃO

O relatório *Desigualdades de gênero e raça na política brasileira*², realizado em 2022 pelo Instituto Alziras, identificou que o Brasil levará 144 anos para alcançar a paridade de gênero no executivo municipal. O cenário de sub-representação política feminina não é exclusividade do Brasil, entretanto, dados divulgados pela organização União Interparlamentar (IPU) demonstram que o país ocupa a 130^a posição no ranking mundial³ da porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais, com 93 (18%) deputadas de 513 cadeiras e 16 (19%) senadoras de 81 cadeiras (IPU, 2025). A baixa participação das mulheres nas instâncias de poder coloca em destaque a desigualdade entre homens e mulheres na política, de modo a exigir a criação de mecanismos institucionais que buscam a maior participação desta parcela da população na disputa eleitoral (Panke, 2021, p. 461).

No Brasil, desde 1995, diversas políticas de ações afirmativas são criadas com o objetivo de diminuir essa desigualdade. Contudo, essas medidas constantemente não tem os efeitos esperados, isso ocorre por dois principais motivos: o sistema eleitoral brasileiro adota o modelo de lista aberta – as cotas de gênero demonstram-se mais eficientes em sistemas de lista fechada (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022, p. 96) – e tais medidas apresentam ênfases somente no número de mulheres candidatas ao pleito, e não propriamente àquelas que são eleitas.

Para além disso, a fragilidade legislativa permite com que os partidos políticos descumpiram tais ações afirmativas ou as cumpram sem um verdadeiro compromisso com sua eficácia (Scheidweiler; Oliveira; Sousa, 2023, p. 2). Uma alternativa legislativa encontrada pelos parlamentares foi a promulgação da PEC 18/2021⁴, que institui a isenção de sanções aos partidos políticos que não cumprem com a aplicação de recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas, prejudicando, evidentemente, a candidatura de mulheres negras, contribuindo para a sub-representação política.

² O relatório realiza uma análise comparativa do perfil das candidaturas e das pessoas eleitas para o poder executivo e legislativo municipal entre 2016 e 2020. Disponível em: <https://cms.alziras.org.br/uploads/DESIGUALDADES%20DE%20G%C3%83%20ANERO%20E%20RA%C3%83%20NA%20POL%C3%83%20DTICA%20BRASILEIRA.pdf>.

³ O ranking da porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais é atualizado mensalmente. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking/>.

⁴ A PEC foi aprovada nas vésperas do início da campanha eleitoral municipal de 2024, tornando-se a norma jurídica Emenda Constitucional nº 133, de 22 de agosto de 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/39486445>.

Dados do Censo Demográfico de 2022⁵ demonstram que as mulheres são a maioria (51.5%) da população brasileira (IBGE, 2023), ainda, de acordo com dados do TSE Mulheres⁶, em 2024, as mulheres correspondiam a 52% do eleitorado brasileiro (TSE Mulheres, 2024). Entretanto, as estatísticas de candidaturas das eleições municipais de 2024 indicam que o cargo do executivo municipal das capitais brasileiras foi disputado por 150 (78%) candidatos homens e apenas 41 (21%) candidatas mulheres (TSE, 2025).

Se a população e o eleitorado brasileiro são majoritariamente femininos, o que explica o cenário de sub-representação política feminina no país? Partindo desta pergunta de pesquisa, o objetivo deste artigo é analisar a participação política feminina na disputa ao cargo do executivo municipal na eleição municipal de 2024 nas capitais de Estado, assim como apresentar alguns dados sobre os perfis das mulheres candidatas e eleitas prefeitas de capitais ao longo da história das eleições municipais.

Além desta introdução, a divisão deste texto irá ocorrer da seguinte maneira: 1) apresentar o que a literatura em ciência política comprehende por representação política, situando as principais questões que dizem respeito à manutenção da sub-representação feminina nas instâncias políticas de poder brasileiras; 2) demonstrar a importância das prefeituras de capitais de Estado, com dados sobre a participação política feminina em eleições municipais brasileiras ao longo da história; 3) analisar as características dos perfis das candidaturas ao cargo do executivo municipal na eleição municipal de 2024; e 4) por fim, expor o papel dos partidos políticos e as estratégias adotadas por eles nos diferentes elementos que envolvem a disputa eleitoral, e como tais elementos são essenciais para a manutenção da sub-representação política feminina na política.

2 A representação política feminina

A sub-representação de mulheres e outros grupos minoritários⁷ de instâncias de poder político é explicada por dois fatores: (1) exógenos ao sistema político,

⁵ Principais resultados do Panorama do Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

⁶ Portal criado em 2019 pela Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>.

⁷ Por grupos minoritários, ou subalternizados, considera-se a presença institucional de determinados grupos sociais em instâncias políticas de poder e espaços de representação política: mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas indígenas, pessoas negras, pessoas com deficiência, entre outros.

independentes dos arranjos institucionais, explicações sobre as estruturas sociais, socializações impactadas por fatores culturais e valorativos, e sobre a dicotomia entre público e privado. E (2) endógenos ao sistema político, aqueles que são institucionais, se manifestam tanto no interior da estrutura partidária, quanto no próprio sistema eleitoral (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022; Marques, 2021; Bohn, 2009).

Com base na dimensão exógena, a cientista política Céli Pinto (2001) recupera a questão da divisão entre público (o lugar da cidadania e da política, constitui-se como um espaço masculino) e privado (ou doméstico, o lugar da família e das relações entre os gêneros, o espaço feminino), estabelecida no pacto democrático liberal. A autora descreve que, na segunda metade do século XX, ocorre uma marcante transformação nessa divisão a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho, isto é, a relação das mulheres com o espaço público é alterada. Entretanto, tal mudança na vida social das mulheres não ocorreu na vida político-partidária. A esfera pública e o campo político, no caso brasileiro, continuou sendo marcado por uma forte exclusão de grupos minoritários (Pinto, 2001, p. 101).

O papel dos partidos políticos⁸ como principal ator do processo eleitoral se torna evidente quando apresentada a configuração majoritariamente branca e masculina do campo político-partidário (Sacchet, 2020, p. 73). O caráter patriarcal das instituições políticas liberais e a distribuição de poder e atribuições no interior das organizações partidárias, no recrutamento político e na seleção de candidaturas resultam na limitação de candidaturas femininas, dificultando sua competitividade na disputa eleitoral (Marques, 2021, p. 12; Speck, 2018, p. 58).

Outra questão essencial para a manutenção da distância das mulheres da política é a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga das funções domésticas e de cuidado fazem com que a falta de tempo seja um fator que as inibe de participar da atuação política e, quando conseguem adentrar no campo político-partidário, a relação com o partido

⁸ Os partidos serão referenciados pelas siglas: Agir, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Avante, Cidadania, Democracia Cristã (DC), Mobilização Nacional (MOBILIZA), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Causa Operária (PCO), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido da Mulher Brasileira (PMB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Liberal (PL), Partido Novo (NOVO), Partido Renovação Democrática (PRD), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Verde (PV), Podemos (PODE), Progressistas (PP), Rede Sustentabilidade (REDE), Republicanos, Solidariedade (SD), União Brasil (UNIÃO), Unidade Popular (UP).

torna-se estreita, a interação e a criação de laços é baixa e, portanto, a atividade política é comprometida (Scheidweiler; Oliveira; Sousa, 2023, p. 2; Felisbino; Bernabel; Kerbauy, 2012, p. 223).

A distância das mulheres em relação à política ocorre por questões como a exclusão de grupos sociais subalternizados⁹, o recrutamento dos partidos políticos de candidaturas masculinas e brancas, e pela interação interna entre o próprio partido (Marques, 2021, p. 12-13). Ademais, deve-se considerar não apenas quantas mulheres conseguem entrar na esfera política, mas também quem são elas (Pinto, 2001, p. 103). O debate na ciência política contemporânea a respeito da representação política comprehende duas principais formas de representação: a representação substantiva e a representação descritiva, categorização apresentada por Hanna Pitkin, em *O conceito de representação* (1967).

A representação substantiva é considerada a mais pertinente ao tratar da lógica de representação em sistemas democráticos, ela diz respeito ao conteúdo, à atividade e qualidade da representação (Sanchez, 2017, p. 108), ou seja, relaciona-se com os interesses e decisões que o indivíduo representante realiza em favor dos interesses dos indivíduos representados, e não por meramente compartilhar com eles determinadas características (como, por exemplo, ser mulher). Aqui, o representante é um “porta-voz” das demandas dos eleitores, que o permitiram atuar em sua defesa (Scheidweiler; Oliveira; Sousa, 2023, p. 3).

Por outro lado, a representação descritiva ocorre quando o representante não apenas atua, mas substitui seus representados, ou seja, importa as características do perfil do representante, visto que essas devem refletir a composição da população que está representando. A perspectiva descritiva, portanto, se preocupa apenas com quem são, ignorando com o que atuam e os mecanismos que utilizam enquanto representantes (Sanchez, 2017, p. 108). Desse modo, é preciso um olhar crítico sobre a representação descritiva, tendo em vista que pode ocorrer desconformidade com a expectativa dos representados em relação à responsividade dos representantes (Phillips, 2001).

⁹ Por grupos minoritários, ou subalternizados, considera-se a presença (ou ausência) institucional de determinados grupos sociais em instâncias políticas de poder e espaços de representação política: mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas indígenas, pessoas negras, pessoas com deficiência, entre outros.

As mulheres eleitas não fazem parte de um grupo homogêneo, são compostas por diferentes características sociais e interesses políticos. Sendo assim, é evidente que a presença de mulheres como líderes políticas é um elemento necessário para uma maior participação e representação política feminina, mas não é necessariamente suficiente para a representação dos interesses das mulheres na agenda feminista (Scheidweiler; Oliveira; Souza, 2023, p. 4).

3 A importância das prefeituras e as prefeitas brasileiras

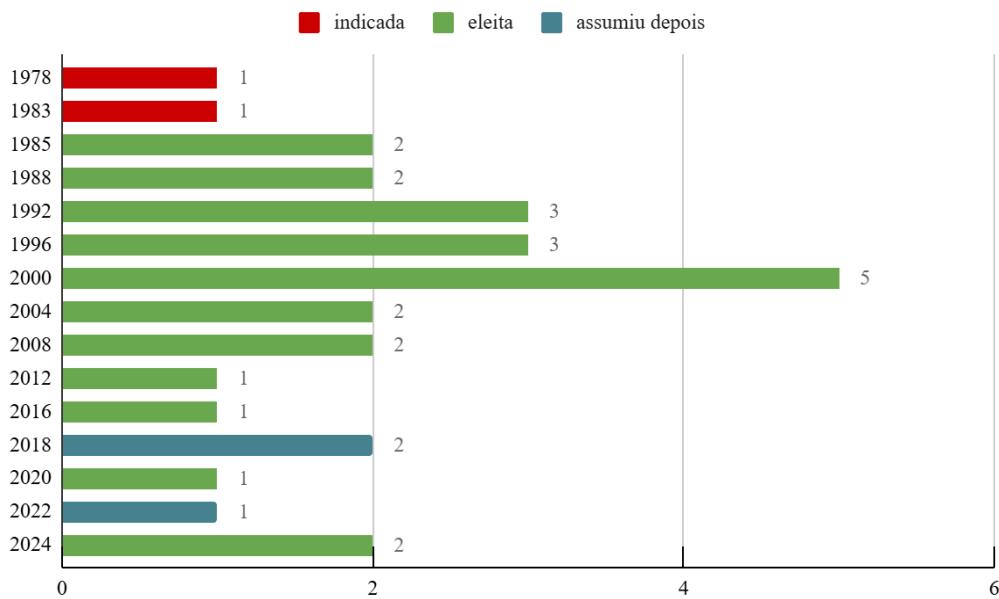
A literatura na ciência política sobre as prefeitas brasileiras apresenta uma forte lacuna acerca da participação e representação política no executivo municipal. Os estudos constantemente focam em dois principais pontos: o chamado arquétipo das prefeitas (Blay, 2015 [1985]¹⁰), categorias sobre a participação política das mulheres aglutinadas por situações internas e semelhantes, condições macro e microestruturais e alinhadas às personalidades pessoais e políticas das prefeitas. E, tendo como base o arquétipo das prefeitas, análises sobre narrativas audiovisuais, midiáticas e horário eleitoral de propaganda gratuita, focando em candidaturas específicas (Finamore; Carvalho, 2006; Costa, 2016; Cunha; Gorges, 2020; Hubert; Santos; Domingos, 2020; Panke, 2021).

As eleições municipais representam uma oportunidade para o acesso das mulheres aos poderes políticos, uma vez que ocorrem em unidades políticas menores, em relação ao Governo do Estado ou cargos legislativos em nível federal. Para além, essas eleições tendem a ser menos custosas financeiramente, e a divulgação do nome do candidato ou candidata é mais difundida em razão do tamanho do local em que a eleição ocorre – o município (Bohn, 2009, p. 66). Outro fator importante é o fato de eleições de maior competitividade e maior visibilidade poderem desencadear efeitos contágio, ou seja, quando uma mulher é eleita prefeita ela demonstra que é possível ganhar uma disputa eleitoral majoritária, o que permite aos partidos políticos (e ao eleitorado) mudarem suas avaliações sobre a viabilidade eleitoral de candidaturas femininas (Speck, 2018, p. 58).

¹⁰ BLAY, Eva. As prefeitas: A participação política da mulher no Brasil. 2 ed. São Paulo: Humanitas, CERU/FFLCH/USP, 2015 [1985].

A relevância da prefeitura é reconhecida tendo em vista que ela representa a instituição que expressa o poder local, e a(o) chefe do cargo do executivo municipal desempenha atividades relevantes no cotidiano da população, além de manter relação com outras esferas de governo (Felisbino; Bernabel; Kerbauy, 2012, p. 219). No período do regime militar (1965-1985) o cargo do executivo municipal das capitais de Estado era nomeado pelos governadores dos Estados, mediante aprovação da Assembleia Legislativa (controlada pelo ARENA, partido oficial do regime militar) ao nome proposto (Brasil, 1966). Apenas em 1985 o cargo da prefeitura das capitais volta a ser realizado por meio das eleições municipais (Brasil, 1985).

Gráfico 1 – Linha do tempo das prefeitas de capitais brasileiras



Fonte: Elaboração própria.

As mulheres estiveram no cargo do executivo municipal das capitais de Estado 29 vezes ao longo da história das eleições brasileiras. Delas, duas assumiram o cargo no período do regime militar, três assumiram posteriormente, quando desempenhavam o papel de vice, e 24 foram eleitas diretamente. Considerando o foco deste artigo na presença política feminina no cargo da prefeitura de capital, é importante salientar que houveram no total 19 mulheres prefeitas ao longo da história, sendo que das 24 eleitas diretamente, sete correspondem a reeleições.

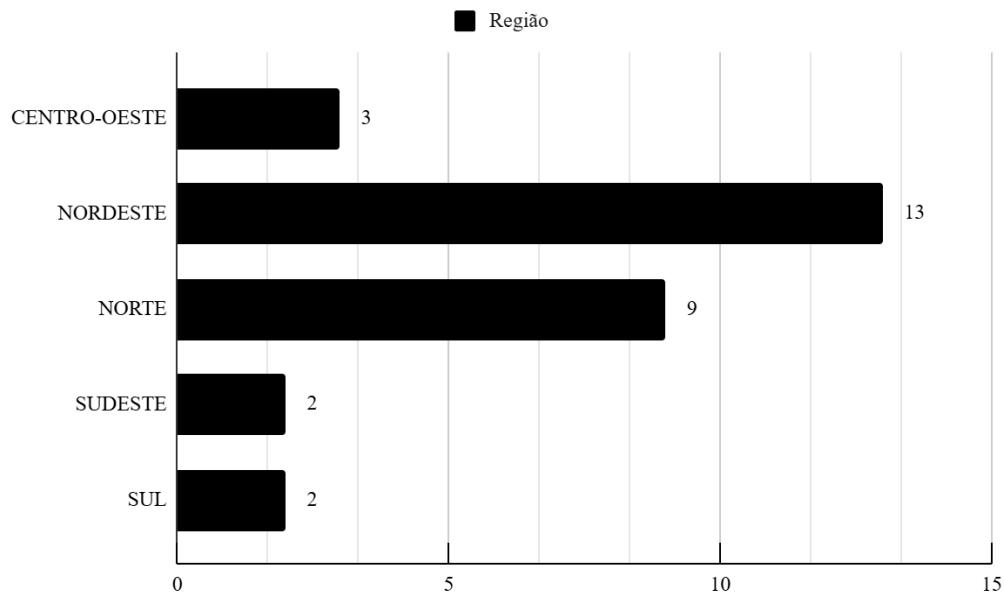
Conforme indica o Gráfico 1, duas mulheres estiveram no cargo de chefe do executivo municipal de capital de Estado durante o período do regime militar. Em 1978,

Lia Varela (ARENA), foi indicada a comandar a capital de São Luís (MA), ela foi a primeira prefeita de capital no Brasil e a única negra entre as 19 prefeitas. Cinco anos depois, em 1983, Nelly Bacha (MDB) é indicada à prefeitura de Campo Grande (MS). O exercício de ambas no cargo foi breve: tendo em vista que as duas prefeitas assumiram o comando das prefeituras em função do cargo na presidência da Câmara Municipal – Lia Varela ficou no cargo por apenas um mês e Nelly Bacha por um pouco mais de dois meses – elas acabaram sendo substituídas por prefeitos homens indicados diretamente pelos governadores dos Estados.

Na primeira eleição municipal pós-redemocratização, em 1985, duas mulheres foram eleitas: Maria Luíza Fontenele (PT) em Fortaleza (CE) e Gardênia Gonçalves (PDS), a segunda prefeita de São Luís (MA). O mesmo acontece em 1988, com a eleição de Wilma de Faria (PDS) em Natal (RN) e Luiza Erundina (PT) em São Paulo (SP). Já nas eleições de 1992 e 1996 foram três eleitas: em 1992, Teresa Surita (MDB) em Boa Vista (RR), Lídice da Mata (PSDB) em Salvador (BA) e Conceição Andrade (PSB), a terceira prefeita de São Luís (MA); e em 1996, Ângela Amin (PP) em Florianópolis (SC), Kátia Born (PSB) em Maceió (AL) e Wilma de Faria (PSB) em Natal (RN), tornando-se a primeira prefeita de capital reeleita.

O ano 2000 é um marco na participação política de mulheres prefeitas nas capitais, com cinco eleitas em todo o Brasil. Destas, duas foram reeleitas: Ângela Amin (PP) em Florianópolis (SC) e Kátia Born (PSB) em Maceió (AL); duas foram eleitas pela primeira vez: Nilmar Ruiz (PFL) em Palmas (TO) e Marta Suplicy (PT) em São Paulo (SP); e Teresa Surita (MDB) é novamente eleita em Boa Vista (RR), tendo sido eleita outras três vezes, em 2004, 2012 e 2016, a única prefeita de capital eleita cinco vezes.

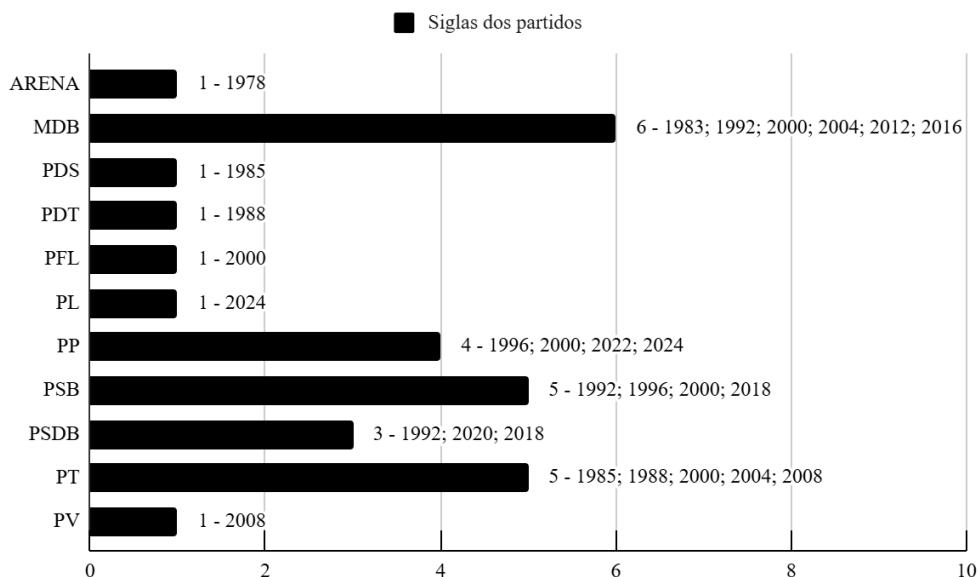
Após o auge do ano 2000, é possível observar um declínio de mulheres eleitas prefeitas nas capitais, com os números ficando entre uma e/ou duas eleitas. Devido às renúncias dos prefeitos eleitos para disputarem o cargo de governador, duas mulheres antes no papel de vice, assumem o cargo da prefeitura em 2018 são elas: Cinthia Ribeiro (PSDB), segunda prefeita de Palmas (TO), e Socorro Neri (PSB) em Rio Branco (AC). Esse fato ocorreu também em 2022, quando Adriane Lopes (PP) assumiu a prefeitura de Campo Grande (MS) pela primeira vez, tornando-se a segunda prefeita da capital. Tanto Cinthia Ribeiro (PSDB) quanto Adriane Lopes (PP) foram reeleitas, em 2020 e 2024, respectivamente.

Gráfico 2 – Número de prefeitas de capitais, por região

Fonte: Elaboração própria.

O Brasil possui 26 capitais de Estado (exclui-se o Distrito Federal), destas, 12 já foram governadas por mulheres e 14¹¹ nunca tiveram mulheres no cargo do executivo municipal. Ao observar as cinco regiões, as capitais que mais elegeram estão nas regiões Nordeste (66.6%) e Norte (42.8%). Já as outras três regiões do Brasil contam com apenas uma capital cada com a presença de mulheres eleitas prefeitas: no Centro-Oeste, Campo Grande (MS); no Sudeste, São Paulo (SP); e no Sul, Florianópolis (SC).

¹¹ Entre as que nunca elegeram mulheres no cargo do executivo municipal são: no Norte, quatro de sete capitais – Belém (PA), Manaus (AM), Macapá (AP) e Porto Velho (RO); no Nordeste três de nove capitais – João Pessoa (PB), Recife (PE) e Teresina (PI); no Centro-Oeste, duas de três capitais – Cuiabá (MT) e Goiânia (GO); no Sudeste, três de quatro capitais – Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES); e no Sul, duas de três capitais – Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS).

Gráfico 3 – Partidos políticos das prefeitas de capitais, com os anos das eleições

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Escolheu-se utilizar o nome e a sigla atual dos partidos, com exceção do PFL, que foi fundido com o Democratas (DEM) para formar o União Brasil (UNIÃO) apenas em 2021, enquanto a prefeita (Nilmar Ruiz) por este partido foi eleita em 2000. Considera-se as mulheres reeleitas pelo mesmo partido como mais uma eleita pelos partidos em diferentes eleições.

O MDB concentra o maior percentual de mulheres eleitas mesmo que o número real de eleitas pelo partido seja de apenas duas, isso se justifica pelas eleições de Teresa Surita, por cinco vezes, em Boa Vista (RR). O PSB e o PT são os partidos com o maior número (quatro cada) de mulheres eleitas nas prefeituras, em diferentes eleições e com diferentes candidatas. Seguidos do PP, com as reeleições de Ângela Amin e Adriane Lopes, e do PSDB, com a eleição de Lídice da Mata e a reeleição de Cinthia Ribeiro.

Com relação aos anos 2000 até meados de 2008, elegia-se mais mulheres filiadas em partidos de orientação ideológica do espectro da esquerda – considerando que o MDB, considerado mais à esquerda nesse contexto político em comparação ao contexto atual, dado que era a principal frente de oposição, no campo político institucional, ao regime militar, era visto como mais progressista e liberal em comparação ao ARENA (Muchinato, 2019). Após a eleição de 2012, as principais orientações ideológicas passam a ser no âmbito do centro e da direita, isso ocorre não apenas pelas mudanças internas dos partidos (como o caso do MDB), mas também pode

sugerir uma mudança nas preferências partidárias das mulheres. O tópico sobre a orientação ideológica dos partidos será debatido na quinta seção deste artigo.

4 A eleição municipal de 2024: perfil das mulheres candidatas e eleitas

Conforme exposto na seção anterior, o quadro de sub-representação feminina no âmbito do executivo municipal é estável, isto é, não muda com o passar dos anos eleitorais. Essa sub-representação pode ser explicada por diferentes motivos, entre eles o processo de recrutamento e seleção de candidaturas pelos partidos políticos, que segue sendo marcado por estratégias eleitorais que perpetuam uma forte exclusão de gênero. As estatísticas sobre as candidaturas da eleição municipal de 2024 demonstram que, em todo o Brasil, 15% das candidaturas eram de mulheres (85% homens), enquanto no caso específico das capitais a disputa fica entre 21% de candidatas mulheres (75% homens)¹² (TSE, 2025).

A metodologia empregada para a coleta de dados se deu pelo levantamento das características sociodemográficas das candidaturas (como: raça, identidade de gênero, orientação sexual, nível de instrução por escolaridade, estado civil e regiões geográficas), com a finalidade de expor os principais resultados acerca do perfil das candidaturas para o cargo do executivo municipal das capitais de Estado. Tal levantamento foi realizado no segundo semestre de 2024, com atualização parcial de informações (como orientação sexual, nível de instrução e estado civil) no primeiro semestre de 2025. Os dados foram coletados dos conjuntos de dados abertos das candidaturas, disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral¹³.

Tabela 1 – Perfil racial das candidaturas e eleitas (os) aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024

Raça/cor	Candidatas	Eleitas	Candidatos	Eleitos	Total
Branca	23 (56%)	2 (100%)	95 (63.3%)	19 (79.1%)	21 (80.7%)
Preta	10 (24.3%)	0	14 (9.3%)	0	0
Parda	8 (19.5%)	0	39 (26%)	5 (20.8%)	5 (19.2%)

¹² Considera-se as candidaturas indeferidas, visto que elas podem ser anuladas após a eleição. No total, de 191, foram dez candidaturas masculinas e uma feminina.

¹³ Os dados contidos no portal de dados abertos do TSE podem ser livremente acessados, utilizados, tratados e compartilhados, com vistas à geração de novas informações. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=11884012500952>.

Amarela	-	-	1 (0.6%)	0	0
---------	---	---	----------	---	---

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

A Tabela 1 sobre o perfil racial das candidaturas e eleitas (os) evidencia que a sub-representação de mulheres negras é ainda maior do que a sub-representação feminina em geral. O mesmo acontece com os candidatos homens pertencentes à grupos sociais racializados, ainda que apenas um candidato tenha se autodeclarado amarelo e apenas um indígena. A maioria dos homens eleitos (79.1%) e das mulheres eleitas (100%) são pessoas brancas. Isso sugere que as mulheres brancas conseguem adentrar no campo político mais facilmente que mulheres pertencentes a grupos sociais racializados, bem como, evidentemente, que os homens brancos são a grande maioria entre os candidatos e eleitos.

Tabela 2 – Identidade de gênero das candidaturas aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024

Identidade de gênero	Candidatas	Candidatos	Total
Cisgênero	36 (87.8%)	123 (82%)	159 (83.2%)
Transgênero	1 (2.4%)	0	1 (0.05%)
Prefere não informar	4 (9.7%)	27 (18%)	31 (16.2%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Em relação à identidade de gênero, a Tabela 2 evidencia que as pessoas cisgênero são a imensa maioria. A eleição de 2024 registrou apenas uma candidata transgênero¹⁴. No entanto, é necessário destacar também os dados referentes aos que optaram por não declarar, trata-se de 16.2% da amostra. Ao analisar de quais partidos são esses candidatos, encontra-se: PCO (14), PL (3), NOVO (2), PRTB (2) e UNIÃO (2). São necessárias investigações a respeito desse fenômeno em partidos do âmbito de esquerda.

Tabela 3 – Orientação sexual das candidaturas aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024

Orientação sexual	Candidatas	Candidatos	Total
Bissexual	1 (2.4%)	1 (0.6%)	2 (1%)

¹⁴ Duda Salabert (PDT).

Gay	-	2 (1.3%)	2 (1%)
Heterossexual	19 (46.3%)	76 (50.7%)	95 (49.7%)
Prefere não informar	21 (51.2%)	71 (47.3%)	92 (48.2%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Outro dado sobre a sub-representação de grupos sociais marginalizados está relacionado à orientação sexual das candidaturas para as prefeituras na eleição de 2024. Três candidatos declararam-se ser LGBQIA+, sendo dois homens gays¹⁵ e um bissexual, apenas uma candidata declarou-se bissexual¹⁶. Desta forma, apenas quatro das 191 candidaturas declaram-se pertencentes à comunidade LGBTQIA+, esse resultado evidencia a predominância de pessoas heterossexuais em espaços de poder e representação política, que novamente sub-representa os interesses em comum de determinado segmento da população, em questão, a comunidade LGBTQIA+.

Tabela 4 – Escolaridade das candidaturas aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024

Grau de instrução	Mulheres	Homens	Total
Superior completo	36 (87.8%)	120 (80%)	156 (81.6%)
Superior incompleto	3 (7.3%)	17 (11.3%)	20 (10.4%)
Médio completo	2 (4.8%)	8 (5.3%)	10 (5.2%)
Médio incompleto	0	2 (1.3%)	2 (1%)
Fund. completo	0	2 (1.3%)	2 (1%)
Fund. incompleto	0	1 (0.6%)	1 (0.5%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Em relação à escolaridade, conforme observa-se na Tabela 4, a maioria (81.6%) dos candidatos homens e mulheres possuem ensino superior completo. Porém, ao considerar as divisões de gênero separadamente, percebe-se que as mulheres, de forma homogênea, se apresentam de forma mais qualificada em relação ao grau de instrução por escolaridade, em comparação aos candidatos homens.

Tabela 5 – Estado civil das candidaturas aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024

¹⁵ Luso de Queiroz (PSOL), Santiago Belizario (UP) e Gabriel Azevedo (MDB).

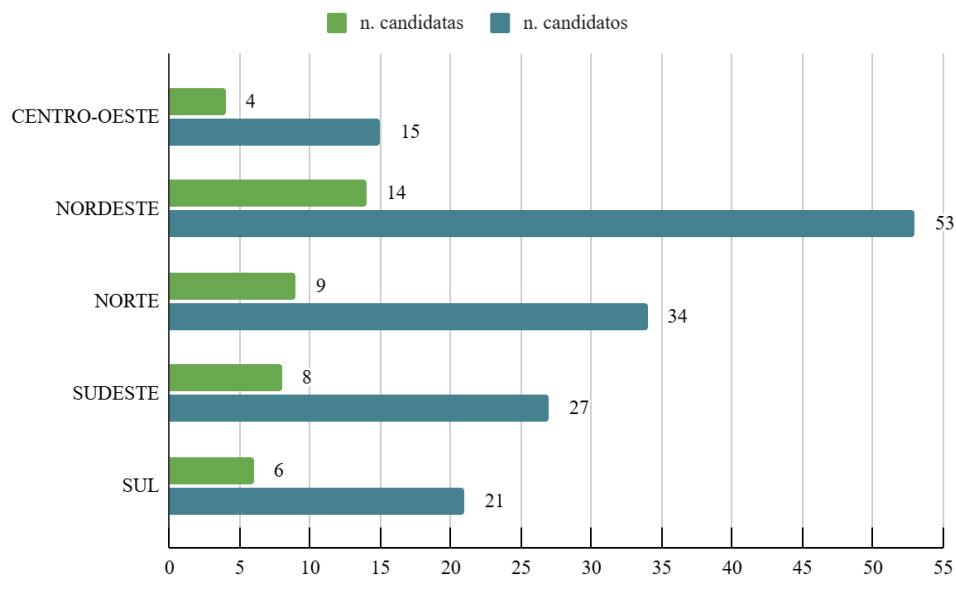
¹⁶ Raquel Brício (UP).

Estado civil	Mulheres	Homens	Total
Casado (a)	16 (39%)	92 (61.3%)	108 (56.5%)
Solteiro (a)	13 (31.7%)	40 (26.6%)	53 (27.7%)
Divorciado (a)	12 (29.2%)	16 (8.6%)	25 (13%)
Viúvo (a)	0	5 (3.3%)	5 (2.6%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

No que diz respeito ao estado civil dos candidatos, novamente a maioria (56.5%) dos candidatos homens e mulheres são casados, mas a porcentagem de mulheres solteiras (31.7%) e divorciadas (29.2%) é maior em relação aos homens (26.6% e 8.6%). Esse dado sugere que fatores como a divisão sexual do trabalho, responsabilidades domésticas e de cuidado que as mulheres exercem no âmbito privado, principalmente dentro de um casamento, visto a porcentagem de solteiras e divorciadas, pode indicar uma maior disponibilidade de tempo para a dedicação na vida política e socialização interna no partido.

Gráfico 4 – Número de candidaturas aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024, por região



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Acerca da distribuição regional, o Gráfico 4 revela que mais da metade (53%) das capitais brasileiras nunca elegeram mulheres para o poder executivo municipal. Na eleição municipal de 2024, entre as capitais que nunca elegeram (apresentadas na seção anterior), as capitais Manaus (AM), João Pessoa (PB) e Cuiabá (MT) não pareceram

querer mudar essa situação, visto que os partidos sequer apresentaram candidaturas femininas. Outros exemplos de não registro de candidatura feminina nessa eleição ocorreu em Rio Branco (AC), Fortaleza (CE) e Florianópolis (SC), que já tiveram prefeitas eleitas.

As regiões Norte e Nordeste apresentam a maior quantidade de candidaturas, masculinas e femininas, assim como a maior quantidade de capitais de Estado. O protagonismo dessas regiões (Norte e Nordeste) sobre a participação política feminina não é um fenômeno isolado da eleição municipal de 2024. Estudos já haviam identificado que a localização geográfica dos municípios é um fator importante, levando em consideração os diferentes perfis que as regiões apresentam no que corresponde a participação política feminina (Speck, 2018). São nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que as mulheres apresentam melhor desempenho político.

Na eleição municipal de 2024, Aracajú (SE) destaca-se por ter sido a única capital em que o número de candidatas mulheres (5) superou o de candidatos homens (3), a única capital com cinco candidatas na disputa eleitoral, e uma das duas capitais que elegeram uma mulher para o cargo do executivo municipal, Emília Corrêa (PL). E Campo Grande (MS) foi a única com duas mulheres no segundo-turno, com três candidatas na disputa, culminando na eleição de Adriane Lopes (PP).

Em contraposição, os resultados sobre o Sul e Sudeste indicam baixíssima participação de mulheres na disputa eleitoral: em Florianópolis (SC) não houve nenhuma candidatura feminina, em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) apenas duas, e em Vitória (ES) apenas uma. Além disso, na região Sul do país, apenas duas mulheres chegaram ao segundo-turno: Maria do Rosário (PT) em Porto Alegre (RS), e Cristina Graeml (PMB) em Curitiba (PR), nenhuma das duas candidatas foram eleitas.

Desse modo, é possível identificar que a eleição municipal de 2024 perpetuou o cenário de sub-representação política feminina no cargo do executivo municipal, tendo em vista que apenas duas mulheres foram eleitas prefeitas de capitais de Estado – Adriane Lopes (PP) e Emília Corrêa (PL). Um olhar interseccional entre raça e gênero nos revelam que os homens brancos são a maioria dos candidatos (63%) e eleitos (79%), e o mesmo acontece para as mulheres brancas, que correspondem a 56% das candidatas e 100% das eleitas. Ademais, os dados sobre a identidade de gênero e orientação sexual das candidaturas demonstram a existência da sub-representação

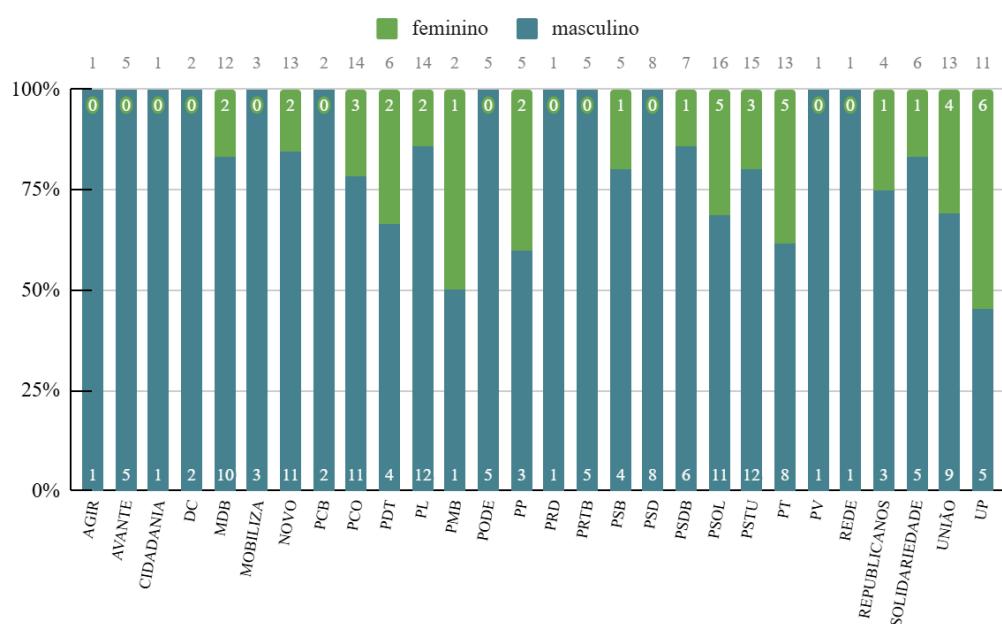
política de outros grupos sociais subalternizados, como pessoas negras e da comunidade LGBTQIA+.

5 O papel dos partidos políticos na disputa eleitoral

De acordo com Sacchet (2020), os partidos desempenham o papel de mediadores das regras eleitorais, operam na promoção ou constrangimento do acesso de mulheres em posições políticas de poder, sendo atores centrais no processo eleitoral (Sacchet, 2020, p. 72–73). Nesta seção, investiga-se o papel dos partidos políticos e as estratégias adotadas por eles nos diferentes elementos que envolvem a disputa eleitoral, como região e orientação ideológica.

Os estudos sobre o papel dos partidos (Bohn, 2009; Sacchet, 2020; Speck, 2018; Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022) consideram três pontos principais a serem levados em consideração no que se refere aos fatores endógenos que perpetuam a sub-representação política feminina: (1) o baixo número de candidaturas femininas apresentadas pelos partidos, (2) o tipo de sistema eleitoral adotado, e (3) o financiamento das campanhas eleitorais.

Gráfico 5 – Porcentagem, em cada partido político, de candidaturas aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024, por gênero

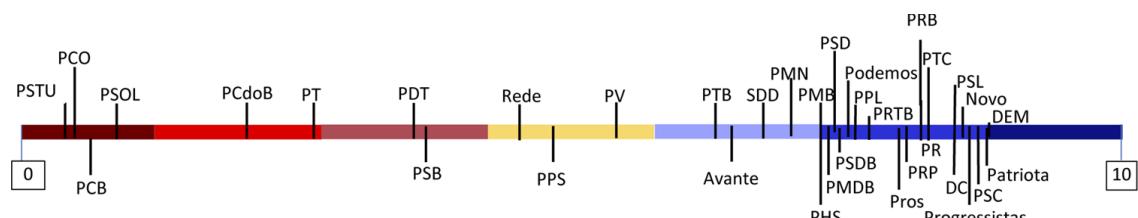


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

O Gráfico 5 demonstra que 12¹⁷ dos 28 partidos que participaram da disputa eleitoral na eleição municipal de 2024 não apresentaram candidaturas femininas. O UP se destaca como o único partido que as candidaturas femininas (6) superaram as masculinas (5) e por registrar também o maior número de candidaturas femininas em comparação aos demais partidos. Seguido do PSOL e PT (5), e do UNIÃO (4). Ainda que se considere que seis partidos (Agir, Cidadania, PMB, PRD, PV e REDE) apresentaram apenas uma candidatura, sendo essa masculina, percebe-se uma forte disparidade das escolhas de candidaturas em relação à variável gênero, enquanto a média dos partidos são 5.35 candidaturas masculinas, para as femininas essa média corresponde a apenas 1.46.

Esses dados podem ser um indicador do perfil ideológico dessas mulheres. Enquanto a integração em partidos de direita pode ser uma evidência de um perfil conservador e de apoio a elementos como a defesa da moral e tradição, a presença em partidos de esquerda é vista como um comprometimento a valores sociais progressistas e causas feministas (Bohn, 2009, p. 73). A última classificação ideológica, na dimensão esquerda-direita, dos partidos políticos brasileiros, formulada por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), ordena os partidos da seguinte forma:

Figura 1 - Classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros



Fonte: Bolognesi; Ribeiro; Codato (2023), com base no survey UFPR/ABCP.

Legenda: Quanto mais próximo de 0 mais à esquerda, e quanto mais próximo de 10 mais à direita).

Com base na classificação dos autores, neste trabalho, identifica-se os partidos citados da seguinte maneira: PCB, PCO, PSTU e UP como extrema-esquerda; PSOL e PT como esquerda; PDT, PSB e SD entre a centro-esquerda; Cidadania, PSD, PSDB, PV e REDE no centro; Agir, Avante, MOBILIZA, PP e PRD na centro-direita; DC, MDB, NOVO, PMB, PODE, PRTB na direita e, por fim, PL, Republicanos e UNIÃO na extrema-direita.

¹⁷ Agir, Avante, Cidadania, DC, MOBILIZA, PCB, PODE, PRD, PRTB, PSD, PV e REDE.

Tabela 6 – Porcentagem de candidaturas aos executivos municipais das capitais na eleição de 2024, por gênero, região e orientação ideológica

Ori. Ide.	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
	M - F	M - F	M - F	M - F	M - F	M - F
Esquerda	20.5 - 33.3	37.7 - 71.4	26.6 - 50	37 - 50	38 - 50	32.6 - 53.6
Centro	29.4 - 55.5	28.3 - 7.1	26.6 - 25	22.2 - 25	38 - 33.3	28.6 - 17
Direita	50 - 11.1	33.9 - 21.4	46.6 - 25	40.7 - 25	23.8 - 16.6	38.6 - 29.2

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE e da classificação ideológica de Bolognesi; Ribeiro; Codato (2023).

Nota: Na tabela, considera-se no âmbito “Esquerda” partidos de extrema-esquerda e esquerda; no âmbito “Centro” partidos de centro-esquerda, centro e centro-direita; e no âmbito “Direita” partidos de extrema-direita e direita. Por “M” compreende-se candidaturas masculinas, e por “F” candidaturas femininas.

A Tabela 6 demonstra que há uma forte tendência das candidaturas femininas se identificarem com partidos políticos do espectro ideológico de esquerda, a região Nordeste é um demonstrativo, com 71.4% das candidatas integradas a partidos de extrema-esquerda ou esquerda. O espectro ideológico de centro apresenta percentuais estáveis entre os gêneros nas diferentes regiões do país, com 55.5% das candidatas integradas a partidos de centro, centro-direita ou centro-esquerda – salvo a exceção do Norte.

Em contraposição, o espectro ideológico de direita é, na maioria, integrado por candidaturas masculinas em três (Norte, Centro-Oeste, Sudeste) das cinco regiões do país. Em geral, os números totais dos candidatos nas capitais do país demonstram que essa também é uma tendência, ao contrário das candidatas mulheres. Apesar disso, as mulheres que ganham as eleições não são de partidos políticos de esquerda, na eleição municipal de 2024 as duas que mulheres chegaram ao cargo da prefeitura são de partidos do espectro ideológico de direita: Adriane Lopes, do Partido Progressista (PP), de centro-direita, e Emilia Corrêa, do Partido Liberal (PL), de extrema-direita.

As barreiras endógenas, isto é, que ocorrem no interior da estrutura partidária, limitam a seleção e lançamento de candidaturas femininas, dificultando a competitividade das mulheres na disputa eleitoral. Devido às características patriarcais da cultura política, os líderes partidários, ao exercerem as prerrogativas partidárias no

processo eleitoral, enviesam o recrutamento de candidaturas de forma desfavorável às mulheres e grupos sociais marginalizados (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022, p. 96).

O tipo de sistema eleitoral é considerado uma das barreiras endógenas à participação política feminina. No Brasil, o tipo de sistema eleitoral adotado para cargos do Poder Legislativo é o modelo de lista aberta de representação proporcional, ou seja, quando o partido apresenta uma lista de candidatos e as cadeiras obtidas por determinado partido são atribuídas aos candidatos mais votados. Ao passo que para cargos do Executivo (e Senado) adota-se o sistema majoritário, que beneficia candidatos que apresentam mais chances de obter o maior número de votos, o que dificulta o acesso de grupos sociais minoritários na disputa eleitoral (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022).

Outra importante barreira endógena é a questão do financiamento. Os partidos devem financiar as campanhas eleitorais das candidaturas, tanto para cargos proporcionais quanto majoritários. O acesso aos recursos e o financiamento de campanha é uma condição central para o sucesso eleitoral, devido a esse fato, é evidente a importância da regulação desse recurso (o dinheiro) para a promoção da paridade de condições entre as candidaturas. Nesse processo, surgem diversas estratégias para driblar os mecanismos institucionais que visam maior participação política feminina via financiamento.

As regras de financiamento vigentes (Brasil, 2009¹⁸; Brasil, 2019¹⁹) durante a eleição municipal de 2024, vincula a obrigatoriedade de 30% dos recursos públicos transferidos aos partidos sejam destinados às candidaturas femininas, há também a reserva para candidaturas de pessoas negras, porém as regras não preveem para quantas candidaturas os recursos serão destinados. Isto é, não há valores mínimos estabelecidos para candidaturas femininas individualmente e nem para cargos, cabe aos partidos estabelecer critérios e estratégias de distribuição interna (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022, p. 106).

¹⁸ BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm.

¹⁹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-605-de-17-de-dezembro-de-2019>.

Tabela 7 – Porcentagem de candidaturas ao cargo de vice nos executivos municipais das capitais na eleição de 2024, por gênero, região e orientação ideológica

Ori. Ide.	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
	M - F	M - F	M - F	M - F	M - F	M - F
Esquerda	60 - 40	46.6 - 53.3	50 - 50	42.8 - 57.1	54.5 - 45.4	49.2 - 50.7
Centro	36.3 - 63.6	62.5 - 37.5	20 - 80	75 - 25	30 - 70	56 - 44
Direita	68.1 - 31.8	42.8 - 57.1	62.5 - 37.5	38.4 - 61.5	33.3 - 66.6	51.4 - 48.5
Total	58.1 - 41.8	49.2 - 50.7	47.3 - 52.6	48.5 - 51.4	55.5 - 44.4	51.8 - 48.1

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Nota: Na tabela, considera-se no âmbito “Esquerda” partidos de extrema-esquerda e esquerda; no âmbito “Centro” partidos de centro-esquerda, centro e centro-direita; e no âmbito “Direita” partidos de extrema-direita e direita. Por “M” compreende-se candidaturas masculinas, e por “F” candidaturas femininas.

Um dos indícios de dribles às regras de distribuição financeira, em eleições majoritárias em nível municipal, ocorre na estratégia de destinar as candidaturas femininas ao cargo de vice, dado que o cargo de prefeito é o que há a maior proporção de recursos de campanhas destinadas às mulheres em relação ao percentual de candidaturas femininas do partido. Nesse sentido, uma candidatura a vice-prefeita pode obter o recurso mínimo exigido (30%) para as candidaturas femininas do partido em determinado município, e todo o restante (70%) pode ser distribuído entre candidatos homens à vereança (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022, p. 106). No entanto, essa estratégia é contraditória, visto que não apenas reserva às mulheres o papel de coadjuvantes nas disputas eleitorais em cargos majoritários, ela deixa em evidência também uma forte resistência dos partidos políticos, sem grandes distinções entre os espectros ideológicos, em aderir aos mecanismos de promoção de igualdade de gênero na política institucional (Sanchez, 2019; Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022).

6 Considerações Finais

A sub-representação política feminina e de grupos sociais subalternizados em espaços de poder, em conjunto com o fato da maioria feminina da população e do eleitorado brasileiro, abre possibilidades de análises sobre os motivos deste cenário

persistente nas eleições gerais e municipais no Brasil. Este artigo teve como objetivo analisar a participação política feminina na disputa ao cargo do executivo municipal nas capitais de Estado ao longo da história das eleições municipais, além de apresentar dados relevantes acerca dos perfis das mulheres candidatas e eleitas prefeitas na eleição municipal de 2024.

A história das eleições municipais nas capitais do Brasil conta com 29 mulheres eleitas, sendo a primeira Lia Varela (ARENA), também a única prefeita de capital negra até a eleição municipal de 2024. O ano 2000 é o marco das mulheres prefeitas nas capitais de Estado, com cinco eleitas, após esse ano houve um forte e persistente declínio no número de mulheres eleitas, variando entre apenas uma e/ou duas. Cenário este que, inclusive, se perpetua na eleição municipal de 2024, com Adriane Lopes (PP) e Emília Corrêa (PL) sendo as únicas prefeitas de capitais de Estado eleitas.

Um olhar sobre a distribuição regional nos revela que das 26 capitais de Estado brasileiras, 14 capitais nunca tiveram mulheres eleitas no cargo do executivo municipal, além disso, em 2024, seis capitais não apresentaram candidatura feminina. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste apresentam os melhores índices de participação política feminina, em 2024, essas duas regiões somadas contaram com 23 candidatas mulheres, equivalente a mais da metade das candidaturas femininas (41) ao executivo municipal das capitais de Estado do país.

O principal resultado deste artigo é a evidência que a eleição municipal de 2024 continuou marcando o campo político institucional como um espaço masculino, branco, cisgênero e heterossexual. Os dados interseccionais entre raça e gênero nos revelaram que os homens brancos são a maioria dos candidatos (63%) e eleitos (79%), o mesmo acontece para as mulheres brancas, que correspondem a 56% das candidatas e 100% das eleitas.

Ademais, constatou-se que enquanto todos os candidatos homens são cisgêneros (desconsiderando os que preferiram não responder), dois declararam-se gays e apenas um bissexual, a única mulher transgênero é Duda Salabert (PDT) e a única mulher bissexual é Raquel Brício (UP). Esses dados demonstram não apenas a existência da sub-representação política de mulheres, mas também de grupos sociais subalternizados, como pessoas negras e da comunidade LGBTQIA+.

Em relação aos partidos, na eleição de 2024, 12 dos 28 partidos que participaram da disputa eleitoral nas capitais de Estado não apresentaram candidaturas femininas, o UP foi o único em que as candidaturas femininas superaram as masculinas, sendo também o partido com o maior número de candidaturas femininas. Os dados também mostraram que as candidatas mulheres apresentam uma tendência em se identificarem com partidos do espectro ideológico de esquerda, enquanto a direita é maior integrada por candidatos homens. Entretanto, as mulheres que ganharam as eleições são de partidos do espectro ideológico que tendem à direita.

À fim de conclusão, demonstra-se a estratégia adotada pelos partidos em alocar as mulheres como vice-prefeitas como uma forma de driblar as regras de financiamento das campanhas eleitorais, essa é uma evidência não apenas da fragilidade legislativa, como da falta de interesse, em geral, dos partidos em aderir aos mecanismos de promoção de igualdade de gênero nas instâncias políticas de poder e representação.

REFERÊNCIAS

- BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 63–89, 2009.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2023.
- BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [1966]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 7.332, de 1 de julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1985]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7332.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.
- FELISBINO, Riberti; BERNABEL, Rodolpho; KERBAUY, Maria Teresa. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. **Revista de Sociologia e Política** [online], v. 20, n. 41, p. 219–234, 2012.
- MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 95, p. 1–20, 2021.
- MUCHINATO, Rafael. **Dos autênticos aos governistas: gênese e trajetória do PMDB (1979 a 2002)**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PANKE, Luciana. Candidatas Guerreiras no Brasil: um estudo de caso das narrativas audiovisuais das mulheres mais votadas às prefeituras das capitais em 2020. **Cuestiones de Género: de la igualdad y la diferencia** [online], n. 16, p. 449–464, 2021.

PEIXOTO, Vitor; MARQUES, Larissa; RIBEIRO, Leandro. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). **Estudos Avançados** [online], v. 36, n. 106, p. 93–116, 2022.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença?. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 9, n. 1, p. 268–290, 2001.

PINTO, Céli. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 49, p. 98–112, 2001.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, Flávia et al. **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 71–105.

SANCHEZ, Beatriz. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 80, p. 103–117, 2017.

SANCHEZ, Beatriz. Política da presença ou da ausência? As mulheres nas eleições de 2018. In: **Eleições 2018 e perspectivas para o novo governo**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 1, 2019. p. 45–58.

SCHEIDWEILER, Gerson; OLIVEIRA, Ana Cláudia; SOUSA, Janara. Mulheres parlamentares e representação substantiva no Brasil. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 31, n. 1, 2023.

SPECK, Bruno. O efeito contagiante do sucesso feminino: A eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. **Latin American Research Review** [online], v. 53, n.1, p. 57–75, 2018.

A “PROFISSIONAL” QUE PROPÕE, MAS NÃO VENCE: UMA ANÁLISE DA CAMPANHA ELEITORAL NO HGPE DE ADRIANA ACCORSI (PT) À PREFEITURA DE GOIÂNIA

Josemari Poerschke de Quevedo¹

Ellen Joay²

Resumo: O artigo analisa a campanha da única candidata mulher a prefeita de Goiânia (GO) nas eleições de 2024, Adriana Accorsi (PT), desenvolvida no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Adriana era uma das favoritas a ganhar a eleição em uma cidade que é capital do agronegócio e conservadora. Ela assumiu uma postura profissional e “ignorou” ataques de seus adversários, sendo uma das candidatas mais potentes do PT no cenário eleitoral municipal brasileiro, mas acabou ficando em terceiro lugar após sucessivos empates técnicos. Dessa forma, interessa saber sobre as estratégias de campanha utilizadas. A partir da metodologia de classificação temática de HGPEs, proposta por Panke e Cervi (2011), e a tipologia de campanhas eleitorais de mulheres, de Panke (2016), em um primeiro momento, o objetivo do artigo foi compreender quais temáticas foram preponderantes no HGPE da candidata, considerando a disputa acirrada com dois candidatos de direita e o contexto das campanhas eleitorais de mulheres. Em um segundo momento, avaliamos qual estereótipo feminino mais se aproximou da campanha e compreendemos quais temáticas são relevantes na composição desta tipologia. Como principais resultados, tem-se que a campanha de Adriana foi intensamente propositiva, com variedade temática, tendo como destaque, além de Candidata e Desqualificação, Saúde, Educação, entre outras. Nota-se que quando trabalhou com Desqualificação, Adriana mirou no alvo errado, um político fora do páreo da corrida eleitoral e não em seus verdadeiros oponentes. Por fim, a tipologia de campanhas de mulheres mais utilizada em tela foi a “Profissional”, usada estrategicamente na construção de uma campanha propositiva, linear e que levou em consideração as necessidades da população.

Palavras-chave: campanhas eleitorais; mulheres; comunicação; HGPE.

THE ‘PROFESSIONAL’ WHO PROPOSES BUT DOES NOT WIN: AN ANALYSIS OF ADRIANA ACCORSI’S (PT) ELECTORAL CAMPAIGN IN THE HGPE FOR THE MAYORALTY OF GOIÂNIA

Abstract: This paper analyzes the campaign of the only female candidate for mayor of Goiânia (GO) in the 2024 elections, Adriana Accorsi (PT), as presented in Free Political Television Time (FPTT). Adriana was one of the frontrunners in a city known as a stronghold of agribusiness and conservative values. She adopted a professional stance

¹ Jornalista e Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: josemari.quevedo@gmail.com

² Publicitária e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: ellenjoay@gmail.com

and “ignored” attacks from her opponents, standing out as one of the strongest PT candidates in the Brazilian municipal electoral landscape. However, she ultimately placed third after a series of technical ties. This study seeks to understand the campaign strategies employed. Based on the thematic classification methodology for FPTT, proposed by Panke and Cervi (2011), and the typology of women's electoral campaigns, by Panke (2016), the first aim of this article is to identify the predominant themes in the candidate's FPTT, taking into account the tight race with two right-wing candidates and the broader context of female electoral campaigns. In a second phase, we assess which female stereotype most closely aligned with the campaign and examine the key themes contributing to this typology. The main findings indicate that Adriana's campaign was highly propositional, with a wide range of themes. In addition to “Candidate” and “Disqualification,” other prominent topics included Health, Education, among others. It is noteworthy that when engaging in disqualification, Adriana targeted the wrong opponent—someone no longer in the race—instead of her actual competitors. Finally, the most prevalent campaign typology was the “Professional,” strategically employed to construct a propositional, linear campaign that addressed the population's needs.

Keywords: electoral campaigns; women; communication; FPTT.

1 INTRODUÇÃO

Na eleição para a Prefeitura de Goiânia, capital do estado de Goiás, a candidata Adriana Accorsi, do Partido dos Trabalhadores (PT), teve a dura missão, mais uma vez, de disputar um pleito acirrado numa região conservadora dominada pelos interesses do agronegócio e com competidores fortes (Joay; Quevedo; Rosetti, 2025). Ela chegou a liderar as pesquisas eleitorais em setembro de 2024 (Feitosa, 2024), e fez parte, até o final da concorrência, de um empate técnico triplo entre as lideranças ao governo da cidade (Chaves, 2024).

Contextualmente, pode-se afirmar que, em Goiânia, o fenômeno do Bolsonarismo ainda era forte na altura das eleições municipais. A cidade foi uma das capitais que mais deram votos a Jair Bolsonaro (PL) no 2º turno do último pleito presidencial. Ele recebeu 513.018 votos, o equivalente a 63,95% do total da cidade. Já Lula (PT) foi a escolha de 36,05% dos eleitores e recebeu 289.172 votos (G1, 2022). Logo, infere-se que o apoio de Bolsonaro nas eleições locais teria algum peso. Porém, análises focadas nas eleições municipais de Goiânia sobre a força da direita no estado de Goiás, tido como “reduto conservador”, trazem alguns pontos interessantes sobre o quadro, colocando a influência da eleição presidencial sobre a eleição municipal aquém de influências locais mais fortes, caso do então governador de Goiás Ronaldo Caiado (União Brasil).

Pesquisa realizada por um instituto local, o Opção Pesquisas (Paulo, 2024), perguntou a 600 eleitores sobre a importância do apoio de determinados líderes políticos a candidatos nas eleições municipais de 2024. Enquanto o apoio do presidente Lula da Silva (PT) a um candidato foi tido como desejável por 29,7% dos entrevistados, um nome apoiado por Jair Bolsonaro teria o apoio de 47,5%. Mas, quando o nome do governador Ronaldo Caiado foi trazido à tona no levantamento, 71% dos entrevistados disseram que gostariam que o atual governador apoiasse seu candidato a prefeito da Capital. Outros 18,8% afirmaram que não gostariam do apoio caiadista, e 10,2% disseram que o apoio era indiferente.

Realizando um breve histórico das forças políticas da Prefeitura de Goiânia e do governo do estado, em 2024, tivemos Rogério Cruz como o então prefeito de Goiânia, depois de assumir o cargo com a morte de Maguito Vilela (MDB), vítima de Covid-19,

eleito em 2020. Cruz se filiou ao Solidariedade, um partido que se define como de centro (Braga, 2025), após sair do Republicanos (que se define como de direita), partido pelo qual havia sido eleito vice-prefeito, por não receber apoio da antiga sigla para concorrer à Prefeitura. Ele enfrentou dificuldades nas eleições por ter chegado de forma circunstancial ao cargo, não obteve destaque na gestão, teve uma avaliação negativa, não era uma figura política de grande projeção e seu partido não tinha estrutura para a campanha (Oliveira, 2024). Já quanto ao governo do estado, Caiado chegou ao poder após uma vitória no 1º turno nas eleições de 2022 em um cenário composto, majoritariamente, por candidatos da direita. O candidato do partido União Brasil foi eleito por 51,81% dos votos. Em segundo lugar, ficou Gustavo Mendanha (Patriota), seguido pelo Major Vitor Hugo (PL). O PT apareceu em quarto lugar com Wolmir Amado alcançando somente 6,98% dos votos (CNN, 2022).

Diante deste intrincado cenário favorável à direita, Adriana enfrentou o empresário e político Sandro Mabel (União Brasil), apoiado pelo então governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil – UB), e Fred Rodrigues (Partido Liberal – PL), apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na ponta da disputa. Ao final das eleições, no primeiro turno, amargou um terceiro lugar novamente. O resultado na primeira etapa das eleições foi o seguinte: Fred Rodrigues (PL) liderou com 31,14%; Sandro Mabel (UB) ficou em segundo com 27,66%; e Adriana Accorsi (PT) com 24,44%. Adriana, da coligação “Cuidar de Goiânia” (PT, PCdoB, PV, Rede Sustentabilidade, PSOL, PSB e PMB), já havia concorrido à Prefeitura de Goiânia em outras duas ocasiões, em 2016 e 2020, ficando em quinto e terceiro lugar, respectivamente.

O que acabou surpreendendo quem acompanhava o pleito em Goiânia foi o crescimento rápido de Fred Rodrigues (PL), que tirou Adriana do segundo turno. Ainda assim, é necessário destacar o papel importante de sua candidatura: em um pleito difícil, na capital do agronegócio³, Adriana Accorsi foi uma candidata competitiva de esquerda.

Nos debates eleitorais, não raro, ela era o alvo preferido dos adversários pelo apoio recebido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (Sabóia, 2024).

³ Goiás contempla uma das regiões em que o agronegócio mais cresce nos últimos anos, obtendo produção de alimentos com alta lucratividade. Contudo, seu bioma, o cerrado, sofre com as práticas produtivas do agronegócio (Ferreira; Lino, 2021). É de conhecimento público que o Partido dos Trabalhadores tem divergências de políticas e alguns ideais com os produtos desse segmento, ao apostar e incentivar a pequena agricultura familiar e defender alguns princípios do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), que não raro entra em conflito com grandes produtores de terra brasileiros.

E isso a tornou ainda mais peculiar considerando sua trajetória profissional em uma área conservadora, a da segurança pública, e ter sido a única mulher ao cargo de prefeita da capital goianiense. As demais mulheres que estiveram no pleito concorreram como vices, demonstrando claros exemplos da sub-representação das vices⁴, casos de Bartira Miranda (PSDB), na chapa com Matheus Ribeiro (PSDB); da tenente-coronel Cláudia (Avante), na chapa com o vencedor das eleições, Sandro Mabel (União Brasil); Sucena Hummel (PSD), com Vanderlan Cardoso (PSD); e Luciana Amorim (Unidade Popular), em chapa encabeçada por Reinaldo Pantaleão (Unidade Popular).

Ao considerar esses pontos, nos perguntamos: sob quais temas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão a candidata construiu sua campanha na televisão? E, partindo da tipologia de campanhas de mulheres, de Panke (2016), estabelece-se a seguinte pergunta: a campanha de Accorsi assumiu um sentido de mulher mais Maternal, Guerreira ou Profissional? Observamos a relevância de estudar as campanhas na rede televisiva pela centralidade que ainda têm na contemporaneidade. Segundo dados da pesquisa realizada pela Kantar IBOPE Media 2025 (Kantar, 2025), a televisão tem grande importância no cenário midiático brasileiro quando se trata de vídeo, apesar da convergência com o universo online. A TV linear segue líder em audiência ao longo do dia, principalmente para eventos ao vivo, caso de debates eleitorais, por exemplo. A TV aberta responde por 70% do consumo de vídeo no Brasil (ACAERT, 2025) e tem um alcance praticamente de 100% nos lares brasileiros, concentrando grande penetração popular.

Com o intuito de investigar o reflexo dessas questões, os objetivos desta pesquisa são analisar os temas mais recorrentes no HGPE da candidata de modo geral, verificar qual perfil de campanha de mulheres ela assumiu e, quando assumiu determinada postura, compreender por quais temáticas se comunicou.

É importante pontuar, como avalia Nelma (2021, p. 18), que “a comunicação detém um papel essencial para levar ao êxito qualquer candidato ou candidata. Ainda mais em sistemas eleitorais como o brasileiro”. Ela diz isto em referência à ancoragem na eleição individual do sistema eleitoral do país e aos espaços e recursos que dão

⁴ Segundo Panke (2025), muitas mulheres são colocadas como vices em chapas para candidatos se apresentarem como “politicamente corretos”, revelando uma estratégia com mulheres vices figurativas a fim de enfeitar as nomeações, o que se configura em um exemplo de cultura da submissão do gênero feminino.

visibilidade às campanhas para que eleitores escolham as suas políticas e os seus políticos. Contudo, sabemos que as campanhas de mulheres contemplam especificidades em um país marcadamente misógino.

Para se ter em conta, o número de homicídios contra mulheres ainda é alarmante, conforme atesta o Atlas da Violência 2025 (IPEA, 2025), que aponta que, entre 2022 e 2023, o número de feminicídios no Brasil cresceu 2,5%, o que contraria a tendência de redução dos homicídios como um todo observada desde 2018 – a média nacional alcançou 10 mulheres mortas por dia no país (Couto, 2025). E, como espaço de disputa, a política reflete esse cenário de violência de gênero, demonstrando o quanto ainda é difícil às mulheres adentrarem as casas de governo e se manterem em ambientes em que a “lógica masculina – enunciada e praticada por muitos homens e até mesmo por muitas mulheres – busca evitar pequenas revoluções” (Nelma, 2021, p. 19). Nessa linha, Panke (2025) reflete sobre a violência política de gênero como consequência de uma democracia ainda frágil, das relações de poder que “naturalmente” reduzem o gênero feminino e das influências do patriarcado sobre as mulheres líderes. Dessa forma, a autora estabelece que “violência política de gênero são os obstáculos criados para inibir a participação política das mulheres” (Panke, 2025, p. 27).

A metodologia de análise se ancora em análise de conteúdo quantitativa e qualitativa dos temas de campanha trabalhados na televisão pelos candidatos, de acordo com os pressupostos de Panke e Cervi (2011), e na tipologia proposta por Panke (2016), conforme descrição na próxima seção. Após esta segunda parte, o artigo desenvolve, na seção três, a análise das temáticas gerais trabalhadas pela candidatura petista. Já na seção quatro temos a verificação de qual postura a tipologia feminina foi trabalhada pela candidata, bem como as temáticas que alavancaram essa postura. Por fim, as considerações finais são tecidas na seção cinco.

2 Metodologia

Para a possível realização deste estudo, utilizamos como base metodológica as análises eleitorais desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL/UFPR) e as tipologias de campanhas femininas de Luciana Panke (2016). A primeira, de acordo com Panke *et al.* (2022), foi desenvolvida em 2010 e passa por atualizações em cada ano eleitoral. Ela se baseia na Análise de Conteúdo de Laurence

Bardin (2011) ao combinar a análise quantitativa e qualitativa para compreender os programas televisivos do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) das três candidaturas mais votadas em um pleito eleitoral, como foi o caso de Goiânia com Mabel, Fred Rodrigues e Adriana Accorsi, nosso objeto de estudo.

A metodologia em questão trabalha com 16 categorias de análise, dividida em três blocos. No primeiro bloco, como proposto pelos autores, foram englobadas categorias de sentido discursivo contextual “nas quais a campanha articula estratégias com a finalidade de apresentar o candidato e as propostas genéricas, de estabelecer as relações de forças com apoiadores e opositores e contextualizar o momento e o espaço das eleições” (Panke *et al.*, 2022), sendo elas:

1. Administração Pública – Propostas, prestação de contas e relações institucionais.
2. Candidato(a) – Biografia, elogios, trajetória política e apoios.
3. Cidade/Estado/País – Referências ao local, povo e orgulho de pertencimento.
4. Desqualificação – Críticas a adversários, partidos ou à situação atual.
5. Lideranças – Citações a líderes políticos, sociais ou religiosos e seus apoios.
6. Conjuntura – Temas como desinformação, polêmicas, democracia, covid e política internacional.

Por sua vez, o segundo bloco detalha propostas específicas e áreas centrais da gestão pública, como a educação, saúde, segurança, economia e infraestrutura, sendo dividida em:

1. Educação – Obras, políticas, vagas, valorização e formação de professores.
2. Saúde – Infraestrutura, profissionais, políticas públicas e saúde como direito.
3. Segurança – Obras, policiamento, tráfico, milícias e propostas institucionais.
4. Economia – Emprego, inflação, investimentos, reformas e relações com o mercado.

5. Infraestrutura – Transporte, moradia, tecnologia, saneamento e serviços urbanos.

Por fim, o terceiro bloco trata das categorias relacionadas às questões de cidadania, nas quais o (a) candidato (a) expõe as ideias, planos e projetos voltados à melhoria do bem-estar social, à inclusão social e à inserção e respeito aos direitos dos grupos minoritários.

1. Meio ambiente e sustentabilidade – Políticas ambientais, reciclagem e biodiversidade.
2. Político-sociais – Inclusão social, cultura, esporte, lazer e programas sociais.
3. Pautas identitárias – Referência a pautas de gênero, étnico-raciais, violência a grupos minoritários e interseccionalidade.
4. Religião – Liberdade e/ou intolerância religiosa, valores ligados à religião, referências sobre religiões.
5. Corrupção – Críticas ou referências a atos de corrupção, desvio de dinheiro, Lava Jato, financiamento de campanha.

Para isso, a primeira parte do estudo foi focada na metodologia citada anteriormente, em que, primeiro, coletamos todos os programas eleitorais do primeiro turno das eleições de 2024 disponibilizados nos canais oficiais dos candidatos, transcrevendo e categorizando. A ideia foi compreender de que forma Adriana Accorsi construiu sua campanha eleitoral de acordo com as temáticas que compõem os três blocos de análise. Por conseguinte, a segunda parte do estudo buscou analisar qual tipologia de campanha feminina de Panke (2016) é assumida por Accorsi durante o seu HGPE.

Os arquétipos em questão foram pautados por Luciana Panke (2016) como forma de categorizar tipologias de gênero dentro de campanhas eleitorais femininas na América Latina. Foram observados os diferentes tipos de elementos verbais, não verbais, sonoros, imagéticos, estéticos e gráficos, elencando linguagens e ações de comunicação que podem atuar na propaganda eleitoral para mulheres. Dessa forma, a autora categoriza três possíveis perfis de mulheres candidatas: Guerreira, Maternal e Profissional, na medida em que cada uma possui elementos específicos e modo de apresentação em campanhas.

A tipologia Guerreira é caracterizada por mulheres que assumem posturas ativas por mudanças sociais, desafiam estereótipos de gênero e batalham para ingressar em ambientes tipicamente masculinos, como a política. São mulheres reconhecidas pelo seu papel de liderança, “são as porta-vozes de determinados grupos e ideias. Destacam-se pela sua liderança e habilidade de unir pessoas” (Panke, 2016, p. 122), podendo ser divididas em dois grupos: as líderes, que defendem suas posições e orientações; e as duras, que possuem discursos diretos, são contestadoras e inflexíveis. “São mulheres que se inserem na política adotando padrões masculinos, desde a forma de se vestir até o tom de voz, o conteúdo dos discursos e a agressividade” (Panke, 2016, p. 122).

Já a tipologia Maternal, como aborda a autora, corresponde ao papel tradicional da mãe, prezando por cuidado, atenção e afeto, em que a candidata se apresenta com sensibilidade e discorre sobre “cuidar da população como se cuida de um filho” (Accorsi, 2024). A tipologia pode ser dividida em perfis atenciosos ou sensíveis durante campanhas eleitorais, em que “o perfil atencioso envolve a responsabilidade de cuidar dos outros e estar atenta às necessidades daqueles ao seu redor, enquanto o perfil sensível se manifesta na habilidade de utilizar as emoções” (Joay, 2024, p. 9). Nos estudos realizados por Luciana Panke (2016) para a construção das tipologias, concluiu-se que o perfil mais adotado por mulheres latino-americanas em campanhas eleitorais se tratava deste perfil, refletindo as relações de gênero e misoginia presentes na sociedade.

Por fim, a tipologia Profissional, menos recorrente nas campanhas femininas, tem como base a valorização da trajetória de sucesso no campo profissional da candidata, seja ele técnico ou político. Mulheres que assumem esse perfil buscam construir sua imagem política a partir de suas competências técnicas e conquistas no trabalho. Assim como os dois últimos arquétipos, essa tipologia também se divide em duas vertentes: a primeira (trabalhadoras) se relaciona com candidatas que ascenderam profissionalmente por mérito próprio, construindo suas carreiras com base no esforço individual; e a segunda (submissas) tem a imagem política atrelada a figuras masculinas influentes, muitas vezes maridos ou mentores, que funcionam como referência ou aval político.

Dessa forma, conforme discutido anteriormente, apresentamos, em um primeiro momento, uma análise das principais temáticas abordadas no Horário Gratuito de

Propaganda Eleitoral (HGPE) da candidata Adriana Accorsi. O *corpus* é composto de 14 programas veiculados durante o primeiro turno das eleições de 2024, coletados de forma manual nas páginas do Youtube e Instagram oficiais da candidata. Em seguida, no segundo momento da análise, exploramos de que maneira as tipologias propostas por Panke (2016) se manifestaram na campanha da candidata. Com isso, buscamos compreender a relação que se estabelece entre essas tipologias e os temas recorrentes em sua comunicação política.

3 A OPÇÃO POR UMA CAMPANHA PROPOSITIVA

Adriana Accorsi nasceu em 1973 em Itapuranga (GO), é divorciada e graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás, exercendo a profissão de delegada da Polícia Civil do estado de Goiás (Alego, s./d.). Segundo o site da Assembleia Estadual de Goiás (s./d.), foi deputada estadual de Goiás por duas legislaturas: de 2015 a 2019 e de 2019 até 2023. Mas o seu envolvimento com a política veio antes:

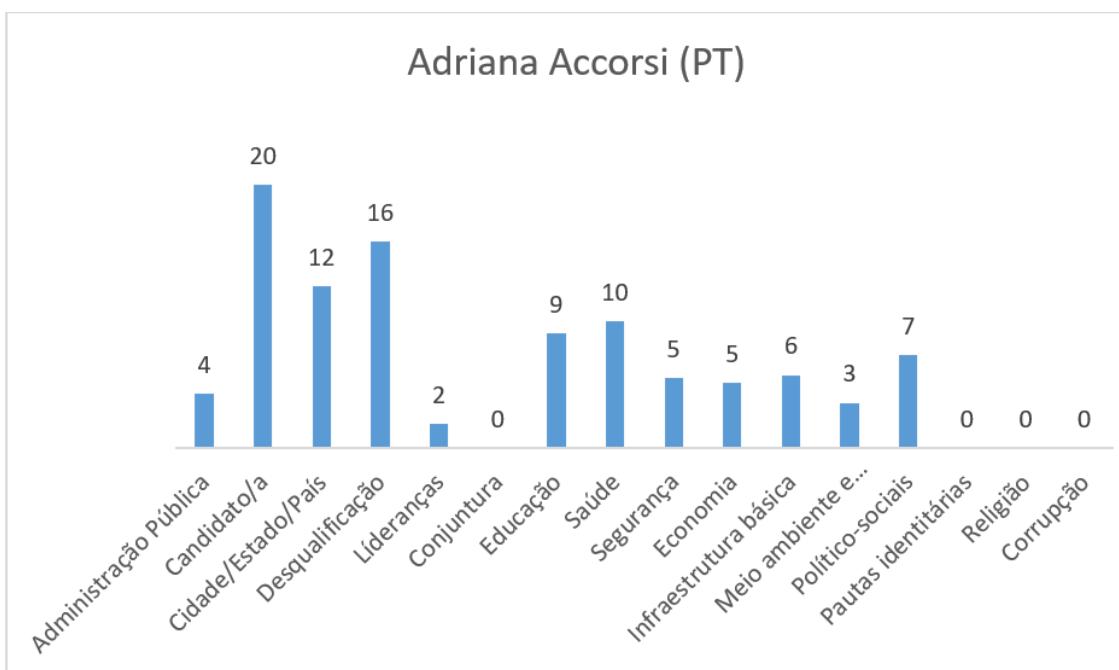
Adriana Accorsi cresceu convivendo com a militância política de seus pais. Participou ativamente das campanhas de seu pai, o ex-prefeito de Goiânia, Darcy Accorsi, como líder da juventude petista. Delegada de Polícia por mais de 14 anos, candidatou--se em 2014 para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás, onde foi a mulher mais bem votada. A deputada petista tem como principais bandeiras a defesa do Direito (Alego, s./d.)

Em janeiro de 2013, chegou a ser secretária municipal da Defesa Social no mandato do então prefeito de Goiânia, Paulo Garcia (PT). Como mencionado, foi candidata à prefeita de Goiânia anteriormente, nas eleições de 2016 e 2020. Adriana, apesar de ter sido a única cabeça de chapa mulher, em Goiânia, não foi a única mulher a concorrer à Prefeitura nas capitais do Brasil em 2024. No Centro-Oeste, por exemplo, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, concorreram como cabeças de chapa as candidatas Camila Jara (PT), Rose Modesto (União Brasil) e Adriane Lopes (PP). Em Cuiabá, no estado do Mato Grosso, não houve candidatura feminina à Prefeitura Municipal.

Enquanto seus principais concorrentes, Sandro Mabel (União Brasil) e Fred Rodrigues (PL), mostraram no HGPE o apoio de fortes aliados na disputa (Joay; Quevedo; Rosetti, 2025), Adriana optou por uma campanha mais próxima da população da cidade, conforme demonstra a maioria dos programas eleitorais da candidata. A distribuição temática trabalhada no HGPE de Adriana, dos 99 trechos coletados (100%)

pode ser conferida no Gráfico 1, a seguir, e foi: Candidata (20,2%), Desqualificação (16,16%), Cidade/Estado/País (12,12%), Saúde (10,1%), Educação (9,09%), Político-sociais (7,07%), Infraestrutura básica (6,06%), Segurança e Economia, ambas com 5,05%; Administração Pública (4,04%), Meio Ambiente e Sustentabilidade (3,03%), Lideranças (2,02%), enquanto as conjuntura Pautas Identitárias, Religião e Corrupção não pontuaram. No Gráfico 1, é possível ver as categorias Candidata, Desqualificação e Cidade em destaque.

Gráfico 1 – Categorias mais recorrentes nos programas de Adriana Accorsi



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

É comum observarmos, nas campanhas eleitorais, a partir dos estudos de HGPE desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral da UFPR (CEL/UFPR), que os candidatos e as candidatas dediquem parte do HGPE para se apresentarem ao eleitorado, colocando a categoria Candidato(a) em primeiro lugar de ocorrências. Quando o(a) candidato(a) é desafiante, outro ponto comum é que desqualifique o trabalho anterior de governo, e não raro, por isso, Desqualificação é outra categoria recorrente.

Na categoria Candidata, foi mostrado, como era de se esperar, de onde veio, que seu sonho sempre foi ser policial, a sua família e as relações com a política desde cedo, além das filhas, também mostradas. O jingle foi outra forma de apresentar a candidata

e isso foi trabalhado em quase todas as edições dos HGPEs. Quando foram feitos elogios a ela, a opção dos programas foi colocar populares promovendo a candidata, como quando uma jovem negra olha para a câmera e diz: “ela tem capacidade!”, no HGPE que foi ao ar no dia 3 de setembro de 2024. E a tática da campanha foi colocar, no mesmo programa, Adriana afirmando que iria “honrar a confiança” que recebia. Inclusive o pedido para que confiassem em sua pessoa foi uma estratégia utilizada pela candidata, assumindo que não decepcionaria o povo caso fosse eleita. Essa espécie de pacto com o povo foi sendo desenvolvida em toda a narrativa da categoria Candidata ao longo do período eleitoral.

Quando falou sobre Desqualificação, o tom foi de apontar obras que não saíram do papel na atual gestão, uma estratégia que mirava o então atual prefeito Rogério Cruz (Solidariedade), que já tinha um alto índice de reprovação. As críticas eram direcionadas a uma pessoa que não era, portanto, competitiva, demonstrando um erro estratégico na campanha de Adriana. Ela chegou a dizer que a Prefeitura Municipal estava pagando caro por serviços e produtos, e que era necessário ter respeito ao dinheiro público. Mesmo assim, ela continuou focando nos problemas da cidade que ligavam ao nome de Cruz, como falta de vagas na educação municipal, problemas na saúde, como falta de consultas, e na destinação de recursos, falta de ônibus no transporte público, falta de limpeza urbana e ausência de segurança nos bairros. Em nenhum momento ela mirou em alvos que poderiam atingir seus verdadeiros adversários, como os apoiadores de seus oponentes, por exemplo o governador Ronaldo Caiado. Por sua vez, seu principal apoiador, o presidente Lula, foi citado e apareceu no seu HGPE apenas seis vezes, embora ela tenha mencionado que muitas das suas propostas estariam garantidas com recursos federais.

O que chama a atenção no HGPE de Adriana Accorsi é uma maior diversificação das categorias nos demais temas. Essa observação é ainda mais relevante se comparada com os dados dos outros candidatos, Mabel e Fred, que tiveram menos categorias diversificadas (Joay; Quevedo; Rosetti, 2025).

Pela leitura dos dados das temáticas mais recorrentes, é possível aferir que Adriana Accorsi se apresentou como uma “zeladora” da cidade de Goiânia. Saindo deste terreno mais contextual de campanha, em que também figura a Desqualificação como preponderante, como terceira categoria mais recorrente, entramos propriamente nos

temas de campanha mais articulados em um nível de propostas de candidatura. E aí aparece o tema da Saúde em relevância, quando a candidata explica suas propostas para o segmento a uma dona de casa, e adentra hospital mostrando leitos e pacientes sendo atendidos para mostrar o que falta e propõe. De roupa formal e maquiagem leve, em outro *take*, a candidata diz que pretende acabar com as filas de espera. Por fim, em outro programa, com o objetivo de exemplificar suas atuações para a Saúde, Adriana trata da expectativa de vida dos goianianos, que é maior do que a média nacional. Ela diz que vai lançar o programa “Goiânia mais saudável”, que foca também em idosos. Entre outras propostas ao longo dos HGPEs, promete construir o Hospital Geral Municipal, assegurando que já conta com recursos federais para a obra, e erguer policlínicas em todos os bairros da cidade.

Na Educação, foca na ideia de os pais poderem trabalhar mais calmos ao saberem que seus filhos estão em um local seguro, a escola. Em outro programa, também detalha que vai criar mais CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil) e fala de onde virão os recursos. As obras paradas terão continuidade em seu governo, destaca dias mais para a frente.

Por fim, no ramo das proposições, o destaque a seguir recai sobre o tema Político-sociais, que aborda assuntos de inclusão social, cultura, esporte, lazer e programas sociais. Esses temas são bastante caros ao PT, partido da candidata. Portanto, em um deles, de uma praça da cidade, ela fala sobre programas de assistência social e pessoas em situação de rua. Nesta linha, a candidata se dedica a apresentar programas sociais que pretende desenvolver, como o “Jovem do Futuro”, voltado à juventude da cidade. Os jovens são uma das prioridades de campanha e recebem outras propostas como linhas de micro-financiamento para jovens empreendedores que passaram pelo centro de oportunidades da cidade. A expertise como delegada de polícia é outro trunfo utilizado. Adriana afirma que usaria sua experiência de delegada para proteção à criança e ao adolescente, para a prevenção às drogas, unindo educação, segurança pública, cultura e esporte.

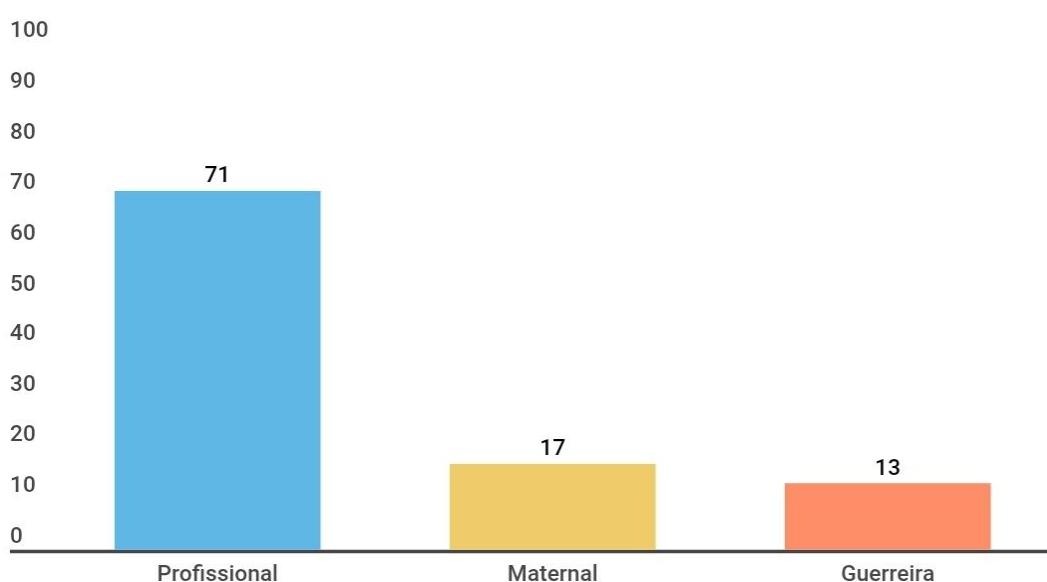
É importante mencionar que muitas cenas dos HGPEs da candidata mostram cenas cotidianas de Goiânia: cenas nos hospitais, crianças na escola, cenas aéreas de áreas verdes da cidade, população simples dando depoimentos, enfim, uma aproximação à realidade local. Adriana, por sua vez, não fez menção à categoria da

Corrupção, um tema que geralmente gera um discurso mais virulento e que serve para atacar quem está no poder ou liderando a disputa. Sua campanha, de modo geral, optou por ser bem mais propositiva do que crítica e acusatória nas temáticas gerais, em que pese ter sido alvo de ataques diretos de seus principais opositores por ela ser vinculada ao governo petista do presidente Lula. É notável, ainda, a ausência na categoria Pautas Identitárias, especialmente por Adriana ser uma candidata de esquerda, que tem políticas voltadas para gênero, raça ou diversidade. Esta é uma das limitações discursivas e outro erro da campanha de Adriana.

4 ADRIANA ACCORSI COMO CANDIDATA PROFISSIONAL

Como exposto na seção anterior, a campanha de Adriana Accorsi foi pautada na criação e divulgação de propostas para Goiânia, destacando seu HGPE de forma profissional. Ela se alinhou a uma comunicação mais “tradicional” que pode estar relacionada com o familismo presente na história política da proponente, em que sua imagem de gestora se sobressai entre outras características. Justamente por isso, ao analisarmos os programas eleitorais de acordo com as tipologias Guerreira, Maternal e Profissional, de Panke (2016), percebemos maior aparição do arquétipo Profissional na comunicação eleitoral de Accorsi, compreendendo 71% dos seus programas, como podemos observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição das tipologias na campanha de Adriana Accorsi.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Isso se deu em decorrência da construção discursiva, imagética e audiovisual da campanha, na medida em que seus programas seguem uma linearidade comunicacional: em um primeiro momento são mostradas cenas do cotidiano dos municíipes goianos, desafios enfrentados do dia a dia e a força dos cidadãos comuns; depois, Adriana surge em meio à população e/ou na cidade mostrando pontos que devem ser melhorados e que foram abandonados por governos anteriores, usando a Desqualificação em alguns momentos. Posteriormente, a candidata apresenta suas propostas para mudar a realidade dos moradores, convidando-os a conhecer mais sobre seus projetos. Por fim, o programa finaliza em um tom mais emocional, trazendo relatos sobre sua vida pessoal, seu pai, as filhas, e o amor que possui por Goiânia, finalizando o programa com a frase “Este programa é uma homenagem a todos que ajudam a cuidar de Goiânia” (Accorsi, 2024).

Essa distribuição da comunicação auxilia em uma construção de imagem linear e próxima das necessidades da população. O profissionalismo utilizado é uma forma de orientar seus programas, mostrar sua competência técnica e a colocar como “pronta” para assumir a responsabilidade de gerir a capital goiana. Além disso, em vários momentos, Adriana ressalta sua trajetória profissional como delegada, utilizando tal fator como argumento na apresentação de propostas ligadas às temáticas de segurança pública, da categoria Candidata e Estado/Cidade/País.

Já a segunda tipologia mais utilizada pela candidata foi a Maternal, presente em 17% do HGPE. O arquétipo em questão se conecta com a linguagem mais simples e afetuosa, colocando-se como “cuidadora” de Goiânia, como é possível observar no trecho “Decidi ser candidata para poder cuidar da nossa cidade, da nossa gente. Peço a confiança do seu voto” (Accorsi, 2024). A tipologia Maternal é empregada como forma de suavizar uma imagem altamente técnica na medida em que a maternidade é vista como o papel central da vida das mulheres e o grande objetivo a ser conquistado por elas, como exposto por Panke (2016).

Em meio a uma sociedade machista e patriarcal, como a latino-americana, a maternidade é incluída na comunicação política e eleitoral de mulheres como forma de projetar uma imagem pública positiva principalmente em regiões conservadoras, como é o caso do centro-oeste brasileiro. Em um estado pautado pelo agro, com o avanço de

políticos de extrema-direita e ataques desqualificadores contra a proponente petista, assumir o papel materno corrobora para uma campanha alinhada com a população, afetuosa e em um tom “esperado para mulheres” em virtude dos estereótipos de gênero enraizados na sociedade. Porém, de acordo com Panke (2021, p. 451), ao mesmo tempo em que a tipologia Maternal pode ser vista como algo positivo em espaços conservadores, “esta mesma sociedade pode limitar a atuação feminina cobrando daquela mulher líder que ela ‘cuide’ de sua (s) criança (s) da mesma forma conservadora pré-concebida, reforçando sua exclusão da atividade política”.

No caso de Accorsi, o arquétipo Maternal é mobilizado sobretudo em interações diretas com o público, nos momentos em que ela expressa compromisso com o bem-estar de Goiânia e reforça vínculos afetivos com a cidade e seus habitantes. Frases como “Decidi ser candidata para poder cuidar da nossa cidade, da nossa gente. Peço a confiança do seu voto” (Accorsi, 2024) exemplificam essa escolha discursiva, que também se manifesta por meio de abraços, mãos dadas, menções à família, como seu pai e sua filha, além de referências religiosas que ampliam o tom emocional da mensagem. Elementos visuais, como a maquiagem leve e o uso de tons claros nas roupas, colaboraram para essa representação de acolhimento e empatia. A frase final dos HGPEs, “Este programa é uma homenagem a todos que ajudam a cuidar de Goiânia”, sintetiza essa narrativa de cuidado coletivo, articulando sua trajetória pessoal ao sentimento de pertencimento à cidade. O Gráfico 2 sintetiza o percentual das tipologias acionadas pela candidata.

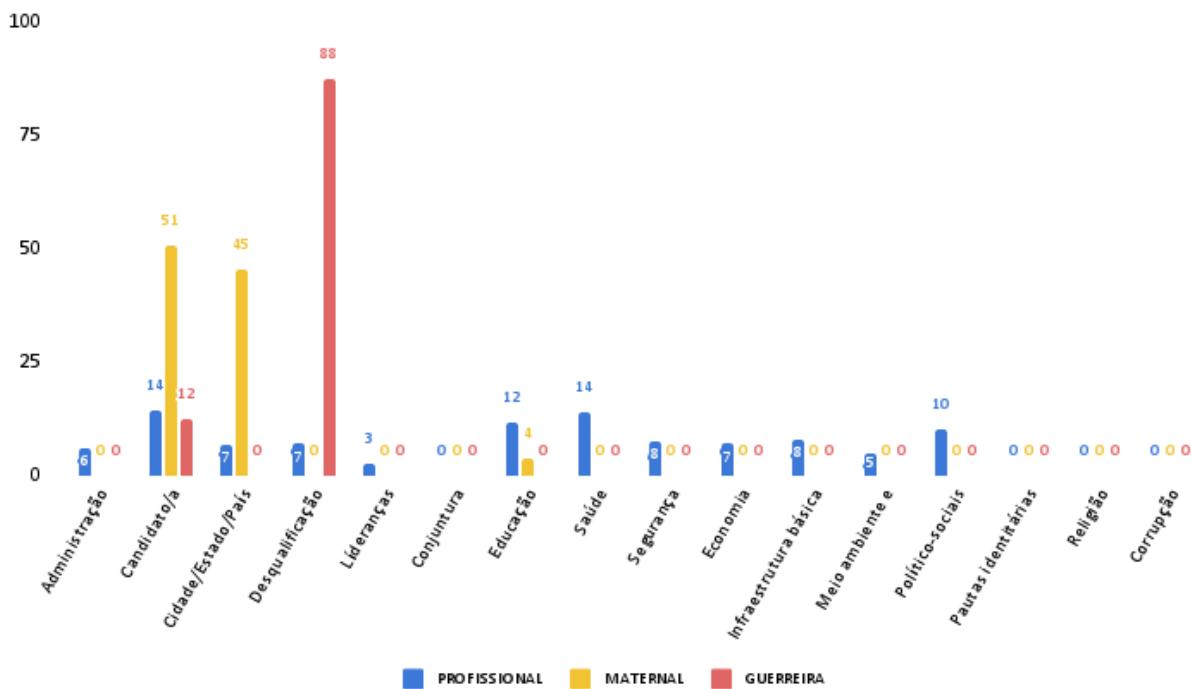
Por fim, a tipologia Guerreira foi a menos recorrente na campanha eleitoral de Adriana Accorsi, representando apenas 13% do tempo total de seu HGPE, conforme evidenciado no Gráfico 2. Ainda que minoritária, essa tipologia foi acionada de forma estratégica em momentos específicos da campanha, especialmente nos trechos em que a candidata faz críticas diretas a gestões anteriores. Nessas passagens, ela denuncia a falta de compromisso de governos passados com a população e com áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento de Goiânia, como a segurança pública, a educação e a saúde.

A construção dessa imagem combativa se intensifica com o uso de depoimentos de moradores, que relatam o abandono de suas regiões e a urgência de uma liderança que enfrente os problemas da cidade com firmeza e determinação. Esses relatos ajudam

a reforçar a ideia de que a cidade precisa de alguém que lute por ela, e que Accorsi representa essa figura. Além disso, a tipologia Guerreira também está presente em manifestações de apoio popular, em que os eleitores destacam sua força e competência. Frases como “Adriana é forte, Adriana é competente” e “Ela é delegada, ela a gente respeita” (Accorsi, 2024) não apenas reiteram sua trajetória profissional como delegada, mas também a posicionam como uma mulher capaz de enfrentar desafios e liderar com autoridade.

Nesse sentido, ao relacionarmos as tipologias de campanhas femininas de Panke (2016) com as temáticas dos programas eleitorais (CEL/UFPR), é possível observar no Gráfico 3 a predominância do arquétipo Guerreira nas temáticas “Candidato/a” e “Desqualificação”. Como abordamos anteriormente, a tipologia Guerreira é empregada em momentos de críticas a governos anteriores ou em cenas de apoio a candidatos que destacam sua força, coragem e liderança. Vale ressaltar que, enquanto o proponente Fred Rodrigues (PL) realizava exaustivas abordagens de desqualificação contra Accorsi, a candidata optou por não atacar diretamente nenhum de seus oponentes, realizando críticas gerais sobre outros governos e a falta de compromisso com o município, construindo uma campanha harmoniosa, linear e focada em apresentar soluções reais para a capital goiana.

Gráfico 3 – Relação entre tipologias de campanha e temáticas do HGPE



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Na análise temática dos programas, a tipologia Maternal aparece especialmente associada às categorias “Candidato/a”, “Cidade/Estado/País” e “Educação”. Esses blocos, como detalhado na seção de Metodologia, são voltados à apresentação da candidata e construção de vínculos simbólicos com a população. Ao se colocar como alguém que cuida da cidade e se preocupa com as novas gerações, Accorsi reforça sua identidade enquanto mulher, mãe e gestora, utilizando os estereótipos de gênero de forma estratégica para construir uma imagem pública afetiva e confiável.

Por fim, a tipologia Profissional, categoria mais utilizada pela candidata, se relaciona diretamente com os blocos 2 e 3 das temáticas do HGPE devido à construção de uma campanha propositiva e atenta às demandas da população, presente em todas as categorias, fora “Conjuntura”, “Pautas Identitárias”, “Religião” e “Corrupção”, que não são abordadas durante os seus programas. Assim, por meio da relação entre as tipologias e as temáticas, é possível observar a construção de uma campanha focada em apresentar ações diretas para a população, ouvindo suas demandas e reclamações ao se colocar como atenciosa, cuidadosa e afetiva. Ela exerceu críticas a governos anteriores, que auxiliaram a apresentar seu projeto de governo para Goiás, embora o alvo não tenha sido o ideal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adriana Accorsi (PT), como demonstrado nos dados apresentados, desenvolveu uma campanha propositiva, e optou por falar junto à população de Goiânia para se apresentar na categoria Candidata. As imagens mostram ainda a candidata junto ao povo, ouvindo as sugestões e reclamações, principalmente, sobre as categorias de Saúde e Educação. Sua estratégia revelou uma diversificação de temas na campanha, assumindo um papel muito mais de fazer promessas políticas do que de tecer duras críticas aos principais oponentes que competiam próximos a ela, Mabel (União Brasil) e Fred Rodrigues (PL). Ainda assim, a categoria de Desqualificação aparece em segundo lugar como categoria mais recorrente, só que direcionada ao então atual governo da cidade, um oponente fraco. Podemos considerar ainda como outro erro na campanha de Adriana a ausência de Pautas Identitárias, com temas que poderiam aproximar ainda mais a candidata das mulheres, das pessoas negras e grupos excluídos do *mainstream* da política em Goiânia.

Em outro elemento investigado, sobre qual perfil feminino a campanha mais se aproximou, verificamos que a candidata trabalhou no HGPE o caráter “Profissional” de forma preponderante e distribuída entre diferentes temáticas: ali aparecem Candidata, Saúde e Políticas-Sociais em relevância. Embora haja picos consideráveis para o perfil Guerreira, quando realiza Desqualificação, e Maternal para Candidata e Cidade/Estado/País, é o perfil profissional que sobressai: Adriana se apresenta quase sempre de camisa social, com maquiagem leve e de forma firme, ressaltando aspectos de sua experiência profissional como delegada de polícia para afiançar que fará um bom governo para a cidade. Contudo, sabemos que a tipologia Profissional é mais marcada pela sobriedade emocional. A tônica da emoção está muito mais presente na tipologia Maternal e, por isso, infere-se que essa estratégia não foi uma prioridade a ser trabalhada no perfil de apresentação de Adriana.

Por fim, chama a atenção que ela não tocou, em nenhum momento, em assuntos espinhosos que envolvessem a categoria Corrupção, algo que poderia lhe aproximar de um perfil mais guerreiro, com algum rendimento eleitoral. Apesar de ter sido alvo de ataques de opositores, sua opção foi realizar uma campanha amena e propositiva na capital de um estado marcado por interesses contrários à sua plataforma política. Tal

amenidade, falta de maior proximidade com Pautas Identitárias e uma certa ausência de emoção foram erros na discursividade da candidata que podem explicar o motivo de ela não superar a repetição da terceira colocação diante de uma campanha eleitoral aparentemente bem executada. O fato de Adriana Accorsi ter desenvolvido uma campanha de propostas, pressuposto básico de um período eleitoral, e não ter tido sucesso mostra também que a democracia de Goiânia teve outros interesses.

REFERÊNCIAS

ACAERT, 2025. **TV aberta responde por 70% do consumo de vídeo no Brasil.** Matéria da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, publicada em 14.abr.2025 e disponível em <https://www.acaert.com.br/noticia/57311/tv-aberta-responde-por-70-do-consumo-de-video-no-brasil>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ACCORSI, Adriana. 9 de setembro de 2024. **Horário de Propaganda Eleitoral Gratuito.** Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_t2PocuB6S/?igsh=cDI2NDU0eWNmbzQz. Acesso em: 14 mai. 2024.

ACCORSI, Adriana. 14 de setembro de 2024. **Horário de Propaganda Eleitoral Gratuito.** Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_5wIIHx6Gn/?igsh=MXV1NHppbTM4YWF2MA==. Acesso em: 14 mai. 2024.

ACCORSI, Adriana. 17 de setembro de 2024. **Horário de Propaganda Eleitoral Gratuito.** Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DAB3du-SinP/?igsh=MTJqeTFub2EweG5iZg==>. Acesso em: 14 mai. 2024.

ALEGO, s./d. Perfil biográfico Del. **Adriana Accorsi.** Informações disponíveis no site da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) em <https://portal.al.go.leg.br/deputados/perfil-biografico/115>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRAGA, Alex Jorge. **De direita ou de esquerda?** Veja como partidos políticos se definem no Brasil. Notícia publicada pelo site do jornal O Valor em 30.jun.2025, disponível em <https://valor.globo.com/politica/artigo/de-direita-ou-esquerda-veja-como-partidos-politicos-se-definem-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CHAVES, Vanessa. **Quaest em Goiânia, votos válidos:** Mabel tem 29%, Adriana Accorsi, 28% e Fred Rodrigues, 26%. Notícia publicada no portal G1 Goiás em 05.out.2024, disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/eleicoes/2024/noticia/2024/10/05/quaest-em-goiania-votos-validos-mabel-tem-29percent-adriana-accorsi-28percent-e-fred-rodrigues-26percent.ghtml>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CNN, 2022. **Caiado é reeleito governador de GO no primeiro turno - Eleições 2022.** Notícia publicada no site da CNN em 02.out.2022, disponível em

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/caiado-e-reeleito-governador-de-go-no-primeiro-turno-eleicoes-2022/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

COUTINHO, Camille. **Brasil tem dez mulheres assassinadas por dia, segundo Atlas da Violência.** Notícia publicada no site da CNN Brasil em 12.mai.2025, disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-dez-mulheres-assassinadas-por-dia-segundo-atlas-da-violencia/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FEITOSA, Larissa. Quaest: **Adriana Accorsi tem 22%; Vanderlan Cardoso, 19%; e Mabel, 19% na disputa pela prefeitura de Goiânia;** pesquisa indica empate técnico. Notícia publicada no portal G1 Goiás em 03.set.2024, disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/eleicoes/2024/noticia/2024/09/03/quaest-adriana-accorsi-tem-22percent-vanderlan-cardoso-19percent-e-mabel-19percent-na-disputa-pela-prefeitura-de-goiania-pesquisa-indica-empate-tecnico.ghtml>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FERREIRA, Rildo Mourão; LINO, Estefânia Naiara da Silva. **Expansão agrícola no Cerrado:** o desenvolvimento do agronegócio no estado de Goiás entre 2000 e 2019. Revista Caminhos de Geografia, v. 22, n. 79, Fev./2021, Uberlândia-MG.

G1, 2022. **Eleições em Goiânia (GO):** Veja como foi a votação no 2º turno. Notícia publicada pelo site G1 Goiás em 30.out.2022, disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/10/30/eleicoes-em-goiania-go-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-turno.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

IPEA, 2025. **Atlas da violência 2025.** Publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicado em 12.mai.2025. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Brasília: Governo Federal, 2025. Acesso em: 13 mai. 2025.

JOAY, Ellen. **Guerreira, Maternal ou Profissional?** A construção do perfil comunicacional da ministra Simone Tebet durante o governo Lula em 2023. Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-12, jun. 2024.

JOAY, Ellen; QUEVEDO, Josemari Poerschke; ROSETTI, Rafaela G. dos Santos. Na disputa de candidatos, o que sobressai em Goiânia (GO) é a busca pelo personalismo local. In: AZEVEDO JUNIOR, Aryvaldo de Castro; PANKE, Luciana; SANTOS, Mateus da Cunha (Orgs.). Eleições 2024: **As disputas pelas capitais brasileiras na propaganda oficial de televisão.** ISBN: 978-65-5221-028-9. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2025.

KANTAR, 2025. Share de Audiência – Abril/2025. **Pesquisa publicada no site do Kantar Ibope Media sobre o consumo de vídeo no Brasil.** Disponível em <https://kantaribopemedia.com/audiencia-de-video/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

NELMA, Tereza. A participação política de mulheres avança, mas com muitos desafios a serem enfrentados. In: PANKE, L.; ARAGÃO, E.; SCHEIDWELLER, G.; QUEVEDO, J.

(orgs.) **Eleições 2020: as mulheres nas disputas municipais.** 1. ed. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2021.

OLIVEIRA, William. **Eleição em Goiânia tem embate de projetos de Caiado, Bolsonaro e Lula;** veja quem são os candidatos. Notícia publicada no portal Terra em 7.jun.2024. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/eleicao-em-goiania-tem-embate-de-projetos-de-caiado-bolsonaro-e-lula-veja-quem-sao-os-candidatos,67616506e0f8f6c7bc6af2cc77b10ed3az4zzkgp.html>. Acesso em: 22 jul. 2025.

PANKE, Luciana. **Caminhos para o Protagonismo Feminino.** Governador Valadares: UNIVALE Editora, 2025.

PANKE, Luciana. Candidatas guerreiras no Brasil: um estudo de caso das narrativas audiovisuais das mulheres mais votadas às prefeituras das capitais em 2020. **Cuestiones de Género:** de la igualdad y la diferencia, [S.L.], v. 1, n. 16, p. 449-464, jun. 2021.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres:** desafios e tendências. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

PANKE, Luciana.; CERVI, Emerson. Análise de Comunicação Eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Revista Contemporânea - Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 3, setembro-dezembro de 2011.

PANKE, Luciana; GANDIN, Lucas; JUNIOR, Aryovaldo de Castro Azevedo; CUNHA, Mateus. Metodologia de análise do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE). In: AZEVEDO JUNIOR, Ary; PANKE, Luciana; CUNHA, Mateus da (org.). **Eleições 2022: a propaganda televisiva nas disputas para os governos estaduais.** Campina Grande: Eduepb, 2023. p. 12-23.

PAULO, Ton. **Balança de 'força da direita' em Goiás pende mais para Caiado do que para Bolsonaro.** Notícia publicada no site do Jornal Opção em 23.jun.2024, disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/conexao/balanca-de-forca-da-direita-em-goias-pende-mais-para-caiado-do-que-para-bolsonaro-614745/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SABÓIA, Gabriel. **Em Goiânia, candidatos de direita usam debate para polarizar com delegada do PT.** Notícia publicada no portal do Jornal O Globo em 03.out.2010, disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/10/03/em-goiania-candidatos-de-direita-usam-debate-para-polarizar-com-delegada-do-pt.ghtml>. Acesso em: 10 mai. 2025.

DAS INOVAÇÕES ÀS OCULTAÇÕES: IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES SEXUAIS NA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2024 EM PORTO ALEGRE (RS)

Danielly Jardim Milano¹

Resumo: O presente artigo analisa padrões iniciais nos dados inéditos, disponibilizados a partir das eleições de 2024, sobre identidades de gênero e orientações sexuais nas candidaturas políticas de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, com aplicação de técnica exploratória de análise descritiva. Inicialmente, são discutidas as definições conceituais e debates teóricos que fundamentam o estudo. Em seguida, são apresentados e analisados os dados coletados no portal de estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sistematizados através da ferramenta Google Sheets. Os principais resultados revelam padrões tanto na composição das candidaturas quanto na omissão das informações. Observou-se que partidos situados à esquerda do espectro político-ideológico apresentaram maior inclusão de candidaturas ligadas à comunidade LGBTI+, enquanto os partidos à direita concentraram maiores registros de dados não preenchidos ou não disponibilizados publicamente sobre esses aspectos. Os achados indicam a possibilidade da presença de um viés ideológico-partidário na ocultação das variáveis analisadas, além de evidenciar a sub-representação política de identidades e orientações sexuais dissidentes. Tais elementos apontam para a necessidade de aprofundar as investigações sobre as dinâmicas institucionais e culturais que operam na invisibilização dessas candidaturas advindas de grupos socialmente minorizados.

Palavras-chave: Eleições; Representação Política; LGBTI+; Inovações Institucionais.

DE LAS INNOVACIONES A LAS OCULTACIONES: IDENTIDADES DE GÉNERO Y ORIENTACIONES SEXUALES EN LAS ELECCIONES MUNICIPALES DE 2024 EN PORTO ALEGRE (RS)

Resumen: El presente artículo analiza los patrones iniciales de los datos inéditos disponibles a partir de las elecciones de 2024 sobre identidad de género y orientación sexual en las candidaturas políticas de Porto Alegre, capital de Rio Grande do Sul. La investigación adopta un enfoque cuantitativo, con la aplicación de una técnica exploratoria de análisis descriptivo. Inicialmente se discuten las definiciones conceptuales y los debates teóricos que fundamentan el estudio. A continuación, se presentan y analizan los datos recopilados en el portal de estadísticas electorales del Tribunal Superior Electoral (TSE), que se sistematizaron mediante la herramienta Google Sheets. Los principales resultados revelan patrones tanto en la composición de las candidaturas como en la omisión de información. Se observa que los partidos situados a la izquierda del espectro político-ideológico presentan una mayor inclusión de candidaturas vinculadas a la comunidad LGBTI+, mientras que los partidos de derecha concentran un mayor número de registros de datos no completados o no disponibles públicamente sobre estos aspectos. Estos hallazgos indican la posibilidad de la existencia de un sesgo ideológico-partidista en la ocultación de las variables analizadas, además de evidenciar la subrepresentación política de identidades y orientaciones sexuales disidentes. Estos elementos apuntan a la necesidad de profundizar en la investigación sobre las

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Ciência Política e Cientista Social pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: daniellymilano@gmail.com

dinámicas institucionales y culturales que operan en la invisibilización de estas candidaturas procedentes de grupos socialmente minoritarios.

Palabras clave: Elecciones; Representación Política; LGBTI+; Innovaciones Institucionales.

1 INTRODUÇÃO

As eleições municipais brasileiras de 2024 foram marcadas por avanços significativos e pioneiros com relação à ampliação dos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre grupos minorizados, como LGBTI+'s e indígenas. Foi possível observar, pela primeira vez, dados relativos às identidades de gênero, às orientações sexuais e às etnias indígenas das candidaturas, além de quilombolas, pessoas com deficiência, gêneros e raças – que já estavam presentes nas fichas. A inclusão do campo identidade de gênero tornou-se obrigatória no Requerimento de Registro de Candidatura, enquanto orientação sexual consta como uma informação facultativa nas fichas, segundo as determinações da Resolução nº 23.729 (Brasil, 2024). A resolução traz as novas alterações no Art. 24, cujo Inciso "I" descreve os dados pessoais a serem disponibilizados (incluindo a identidade de gênero), e no Parágrafo 10º em que se descreve a possibilidade de divulgar informação sobre orientações sexuais, conforme o trecho a seguir:

§ 10º As candidatas e os candidatos poderão manifestar interesse em que sua orientação sexual seja divulgada nas informações públicas relativas ao registro de candidatura, caso em que será disponibilizado campo próprio para coleta do dado e para autorização de sua divulgação.

Em vista disso, apesar da inovadora possibilidade de inclusão dessa informação, a orientação sexual das candidaturas ainda é um dado de divulgação opcional. Em meio a esse cenário de mudanças positivas, sobressaíram casos em que os(as/es) candidatos(as/es) não autorizaram ou não disponibilizaram suas informações a respeito de identidade de gênero e orientação sexual. Reconhecendo a importância desses dados para elaboração e aprimoramento de políticas públicas, bem como para os estudos sobre eleições e representação política, sobretudo de grupos socialmente minorizados, questiona-se: *quais padrões podem ser observados nos dados sobre identidade de gênero e orientação sexual das candidaturas em Porto Alegre (RS) após a implementação das novas diretrizes brasileiras de coleta de informações nas eleições municipais de 2024?*².

Para proceder à reflexão, o artigo observa os dados disponibilizados de forma inovadora pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre identidades de gênero e orientações sexuais nas candidaturas da eleição municipal de 2024, no município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A cidade é utilizada como um caso-exemplo, um movimento descritivo inicial que será ampliado em outras pesquisas para analisar o cenário nacional sob perspectiva

² Agradeço à Profª Drª Rosangela Schulz (UFPel) pelas discussões intelectualmente enriquecedoras, que influenciaram de maneira relevante as reflexões aqui apresentadas.

semelhante. Busca-se compreender os padrões da presença de determinados grupos minorizados (Biroli, 2018) nas fichas de candidaturas das eleições municipais de Porto Alegre, assim como os padrões de ocultação e/ou não-disponibilização desses dados, relacionando-os com o campo político-ideológico (Bolognesi *et al.*, 2023). Foram coletados, estratificados e analisados os dados sobre as variáveis “identidade de gênero”, “orientação sexual” e “sigla partidária” no Google Sheets³, e, assim, construídos materiais para demonstrar os dados agregados, como gráficos e figuras. Portanto, a metodologia adotada foi quantitativa por meio da técnica de estatística descritiva (Figueiredo Filho, 2019).

A ausência de dados informados ou divulgados sobre as variáveis analisadas merece destaque, considerando que: 1) a invisibilidade de dados sobre pessoas transgênero e da comunidade LGBT como um todo é um problema histórico; 2) pode haver uma estratégia político-ideológica por trás da resistência à disponibilização dessas informações. Além disso, é possível que ocorram “descuidos” intencionais nas autodeclarações, que podem contribuir para inconsistências nos dados e, por isso, devem ser verificadas pelo órgão responsável. A segunda hipótese, referente à “zona cinza” dos dados sobre identidades de gênero e orientações sexuais neste pleito, será testada por meio do cruzamento dessas variáveis com as siglas partidárias das candidaturas.

Considerando esse cenário de inovação na coleta de informações eleitorais e a necessidade de enfrentar a invisibilidade dos dados sobre pessoas LGBTI+, direciona-se o foco para a “zona cinza” das coletas e divulgação dos dados, a qual demonstra inconsistências e apagamentos que já vem sendo reivindicados (Gênero e Número, 2024). Essa pesquisa está inserida, portanto, nos estudos que observam os dados eleitorais, a partir das inovações institucionais e das dificuldades que permeiam esse debate. Na área de Ciência Política, mais especificamente, visa-se contribuir com reflexões sobre a representação política de grupos socialmente minorizados, as iniquidades e a democracia brasileira.

Pesquisas como esta são importantes para compreender os padrões de exclusão e de inclusão na democracia brasileira, além de evidenciar as ausências históricas dessas informações. Essa ausência reflete, inclusive, viéses da sub-representação política desse grupo (Silva; 2022; Santos, 2016; 2021). Assim, considera-se que a partir de 2024, com a introdução desses dados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), abre-se uma importante oportunidade para análises sobre os desafios, avanços e limitações enfrentadas por esses

³ Ferramenta de planilhas online desenvolvida pela Google, utilizada por permitir a organização, tratamento e análise de dados de forma colaborativa, com recursos de automatização, visualização gráfica e integração com outras plataformas digitais.

grupos nesse âmbito. Além disso, emerge uma pluralização das experiências daqueles considerados como sujeitos políticos (Butler, 2020) nas ações validadas pelo Estado no processo político-eleitoral. Transpondo para a produção de conhecimento o descrito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020, p.1) – para uma agenda política comprometida com perspectivas mais plurais e inclusivas de democracia,

O foco de todos os compromissos que compõem essa agenda política tem como base o direito à vida, à liberdade e à individualidade. E visa contribuir para a prevenção e enfrentamento das violações de direitos que impedem o exercício pleno da cidadania LGBTI+, com foco nas travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans, respeitando a diversidade e a livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero.

A literatura acadêmica demonstra que a sub-representação política de grupos socialmente minorizados está diretamente ligada aos padrões de exclusão institucional e de reprodução de poder (Biroli; Miguel, 2010). No Brasil, as eleições municipais representam papel importante na entrada de atores sociais na política institucional, além deste nível de disputa ser uma ponte de acesso à cargos legislativos, federais e estaduais. Portanto, as implicações desta pesquisa podem ser significativas para políticas públicas e para estratégias de ampliação da pluralidade na representação política brasileira, além da invisibilidade nos dados demonstrar a necessidade e importância de medidas para garantir equidade nas condições, e transparência, de disputas eleitorais.

Parte-se, primeiramente, de algumas compreensões sobre identidades de gênero e orientações sexuais, sobretudo no debate acadêmico que emerge na ciência política contemporânea sobre LGBTI+'s e eleições no Brasil. Em seguida, são analisados e discutidos os dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais sobre os achados.

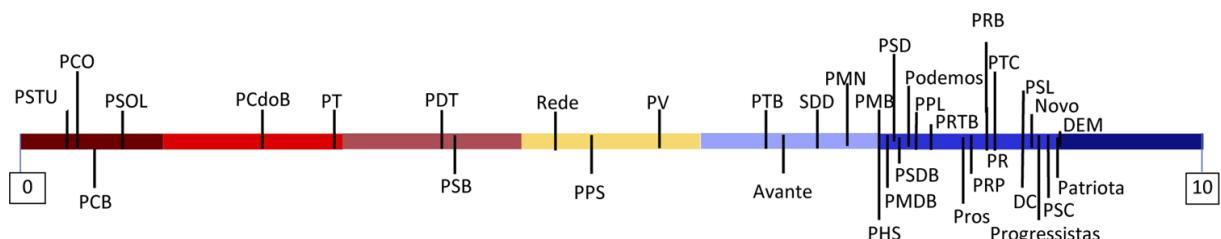
2 METODOLOGIA

Para identificar os padrões de ocultação de dados e de autodeclaração de identidade de gênero e orientação sexual nas candidaturas de Porto Alegre (RS) em 2024 foi adotada na pesquisa uma abordagem predominantemente quantitativa, por meio do uso de estatística descritiva (Figueiredo Filho, 2019). A coleta dos dados foi realizada na sessão de “Estatísticas Eleitorais” do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2025), orientada pelo uso dos filtros: 1) Ano: 2024; 2) Região: Sul; 3) Estado: Rio Grande do Sul; 4) Município: Porto Alegre; 5) Eleições: Municipais de 2024. Em seguida, foram realizados os seguintes cruzamentos para exportação ao Google Sheets: 1º) Dados sobre identidade de gênero; 2º) Dados sobre orientação sexual; 3º) Identidade de gênero e siglas dos partidos políticos; 4º) Orientação sexual e siglas dos

partidos políticos. Foi construído um banco de dados com as informações sobre a identidade de gênero, e a orientação sexual das candidaturas, descritas por partidos políticos. Realizou-se análise descritiva para identificar padrões nas distribuições dos dados agregados, incluindo a frequência de autodeclarações e omissões. Para ilustrar os dados e facilitar a interpretação das disparidades foram construídos gráficos de colunas com os cruzamentos dos dados.

A classificação político-ideológica que orienta esta pesquisa é aquela produzida em Bolognesi *et al.* (2023). Esse artigo apresenta uma classificação, atualizada, dos partidos políticos brasileiros por espectro político-ideológico. Os autores utilizaram um *survey* aplicado a cientistas políticos para mapear a posição dos partidos na escala esquerda-direita, além de realizarem análise de seus objetivos por votos, cargos ou políticas programáticas, conforme observa-se no esquema abaixo:

Figura 1 – Classificação dos partidos políticos brasileiros⁴



Fonte: Bolognesi *et al.* (2023, p. 14)

Esta investigação tem caráter predominantemente descritivo, buscando identificar padrões e tendências a partir de uma análise estatística exploratória dos dados eleitorais recentemente disponibilizados. Embora dialogue com a literatura, a ênfase está na apresentação e na interpretação dos achados empíricos.

Uma possível limitação metodológica é a dependência dos dados de autodeclaração das candidaturas, haja vista que podem estar sujeitas a inconsistências e omissões estratégicas. Assim, está ligada à potencial inconsistência dos dados disponibilizados pelo próprio TSE (Gênero e Número, 2024), por motivos diversos, que podem incluir a própria coleta recente e pioneira destes dados ou questões de ordem ideológica. Apesar desta análise observar especificamente os dados coletados institucionalmente, cabe ressaltar que a ANTRA faz uma longitudinal e qualitativa coleta e divulgação destas informações, através do contato direto e atualização contínua das candidaturas políticas de membros da comunidade

⁴ Para compreensão da classificação, consideraram-se como: extrema esquerda (0-1,5), esquerda (1,51-3), centro-esquerda (3,01-4,49), centro (4,5-5,5), centro-direita (5,51-7), direita (7,01-8,5) e extrema-direita (8,51-10), segundo as médias ideológicas atribuídas aos partidos na pesquisa dos autores (Bolognesi *et al.* 2023).

LGBTI+, principalmente pessoas transgêneras. Nessa comparação há evidentes questões que não são capturadas pela metodologia quantitativa da plataforma do órgão eleitoral brasileiro, além da ausência de informações sobre candidaturas de pessoas intersexo e não-binárias (ANTRA, 2024).

3 DEFINIÇÕES FUNDAMENTAIS

Mulheres transgênero, travestis, homens transgênero, transmasculinidades, transfeminilidades e pessoas não-binárias – fora do binário homem-mulher, masculino-feminino, são algumas das identidades aglutinadas para a reivindicação de demandas sociopolíticas, no grupo de pessoas trans/transgêneros (Goldhammer *et al.*, 2018; Jesus, 2012; Ruiz, 2021; Schulz; Silveira, 2023). Nesta perspectiva, são pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído/imposto ao nascimento (Jesus, 2012). Já aquelas pessoas que se identificam com o gênero normativamente atribuído a elas são denominadas cisgêneros/cis. São termos utilizados para identificar as diversas identidades de gênero (Jesus, 2012).

As pessoas trans fazem parte do grupo social de pessoas denominadas sob o acrônimo LGBTI+ que engloba, além das identidades [dissidentes] de gênero, as orientações sexuais não-normativas – lê-se não-heterossexuais (Oliveira *et al.*, 2010) – as pessoas intersexo e/ou com conformações corporais e expressões de identidades não-hegemônicas (Jesus, 2024). São orientações sexuais gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais e heterossexuais – a orientação hegemônica e compulsória (Butler, 2020). Clarke *et al.* (2010) destacam que mesmo com a existência dessas categorias identitárias, independentemente de quais grupos estão inseridos, alguns indivíduos – e grupos – resistem a utilizar tais nomenclaturas (questão investigada de modo circunstancial neste estudo). Salienta-se que todas essas identificações podem alterar-se no percurso da vida das pessoas, que compõem os chamados ‘grupos sociais’, uma vez que não dependem somente de práticas sexuais ou direções dos afetos, mas também dos contextos psicossociais, relacionais e histórico-culturais (Clarke *et al.*, 2010; Butler, 2020).

Uma questão central para refletir sobre os grupos sexuais e de identidade de gênero diz respeito às noções de cidadania (Carneiro, 2009; Aragusuku *et al.*, 2019). Carneiro (2009) destaca que essa noção está invadida pela heterocisnatividade (Butler, 2020) que dita sobre aqueles que estão representados e/ou que se reconhecem como pertencentes a determinados espaços – como a política – e aqueles que não se veem/não tem o direito de ser vistos, que sequer estão representados. Aqueles a quem é negado qualquer espaço,

considerados despolitizados (Oliveira *et al.*, 2010). Portanto, como descrito por Butler (2020), no domínio da representação os próprios sujeitos políticos são entendidos como procedentes desse processo só abranger quem pode ser reconhecido social e “universalmente” como sujeito. O sujeito da representação (cidadão) é uma questão central para a política, pois a noção está intrinsecamente vinculada aos próprios objetivos de legitimação e de exclusão que estão ocultos e naturalizados nas sociedades ‘modernas’ (Butler, 2020). Em vista disso, uma cidadania ‘pós-moderna’ aplicaria “os valores dos direitos e das responsabilidades a todas as relações humanas, sejam elas no domínio público ou no domínio privado” (Nogueira; Silva, 2001, p. 97 apud Oliveira *et al.*, 2010).

Mais recentemente, Aragusuku *et al.* (2019) argumentam que a cidadania LGBTI+ no Brasil, construída de forma parcial e frágil, ainda permanece subordinada às disputas políticas e ideológicas, o que a torna insuficiente para garantir a proteção institucional e a participação plena desses pessoas na vida pública e nos processos decisórios. São questões que, além de destacar as disparidades e disputas político-ideológicas em torno desse grupo, minam a formação de ambição política e restringem as suas percepções de pertencimento político e social (Pereira, 2017).

Phillips (2011; 2012) argumentou que o sujeito da representação política democrática deve ser pensado como um sujeito que pode expressar a sua multiplicidade. Assim como Young (2000) descreveu que as diferenças sociais e culturais são elementos que podem enriquecer o debate democrático, e não obstáculos que devem ser superados. Portanto, a representação descriptiva (Pitkin, 1967), aquela quantificável, é importante pelo que simboliza em termos de inclusão política e cidadania (Phillips, 1995; 2012; 2019), pois permite detectar grupos excluídos da representação e, dessa forma, observar os padrões tradicionais e a lógica de poder vigentes.

Araújo (2005) observou que, no contexto brasileiro, os partidos políticos situados à esquerda do espectro político tendem historicamente a apresentar maior abertura, permeabilidade, à inclusão de setores socialmente marginalizados e identidades não-normativas, em suas estruturas e processos políticos. Essa compreensão é corroborada por Sacchet (2020), que demonstrou como os mecanismos organizacionais dos partidos brasileiros – especialmente aqueles relacionados à distribuição de recursos e oportunidades – influenciam diretamente nas possibilidades de grupos sub-representados acessarem e se consolidarem nas disputas eleitorais, reforçando, portanto, que a inclusão é condicionada por dinâmicas desiguais de poder. Assim, mesmo sendo centrais para as democracias, os partidos

políticos, nas configurações atuais, impõem dificuldades e limitações às suas funções representativas (Welp, 2022).

Santos (2016, p. 181) testou e reafirmou essa correlação, a partir da identificação de “certa coerência ideológica dos partidos políticos (ao menos na arena político-eleitoral)”. O autor observou na análise de dados que os direitos sexuais ocupam um papel importante nas diferenciações político-ideológicas entre os partidos no país, e que a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais são relevantes para compreender os posicionamentos e os projetos políticos defendidos por aqueles que atuam na política institucional (Santos, 2016).

Segundo destacado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2020, apud, Freitas; Oliveira, 2021) a ausência histórica ou a falta de informações das sobre identidades de gênero e sexuais representa uma dificuldade importante, visto que nem os partidos ou mesmo o TSE buscaram essas informações para seus cadastros, promovendo um apagamento de suas candidaturas até o ano de 2024 – quando foram coletados esses dados pela primeira vez, demonstrando uma deslocamento de sentido , ainda que breve, referente à essa questão, sobretudo para romper com a zona cinza de informações sobre esses grupos (Gênero e Número, 2024).

No Brasil, segundo os dados que foram disponibilizados pelo TSE (2025), a população trans representou 969 candidaturas em 2024, enquanto os demais membros da população LGBTI+ somaram 2.458. Foram eleitas 49 candidaturas autodeclaradas transgênero⁵ e 185 pessoas não heterossexuais (LGB+). Como é possível notar também nessas informações, a sub-representação política desses grupos minorizados configura-se como um dado histórico sobre a limitada presença de grupos sociais minorizados na atuação político-institucional (Matos, 2011). A sub-representação na política é um indicativo de que os espaços de poder nas democracias ainda estão circunscritos a indivíduos com características e perfis específicos (Biroli; Miguel, 2010). Nesse sentido, quando um grupo está sub-representado, outro está, inevitavelmente, obtendo mais do que deveria (Young, 2001). Assim, as diferenças são desejáveis na política, em vez da fixação de identidades.

São diversos os fatores que podem levar a não emergência, ou presença limitada, de determinados grupos socialmente marginalizados na política-institucional, de ordem social, cultural ou institucional, que impactam na sua representação. Esses obstáculos vão desde o baixo incentivo – ou desincentivo – até a violência política que pode afastá-los desse espaço

⁵ Nos dados da ANTRA (2024a) constam por volta de 600 candidaturas trans e 28 eleitos.

e/ou limitar sua participação quando logram adentrá-los (Gonçalves *et al.*, 2024; Matos, 2021). Conforme discutido em Milano (2024) – ainda que sobre identidades femininas – que demonstrou, a incidência de uma violência política não só de gênero, mas interseccionada a outros eixos de opressão vinculados a raça, classe, identidades de gênero, orientações sexuais e capacidades⁶. Como descreveu Miguel (2022), a relação entre a democracia e a igualdade é complexa, uma vez que não há como premissa um mundo social igualitário. Compreende-se, portanto, que o regime que se quer democrático vive permeado de eixos de desigualdades que se entrecruzam nas relações sociais de poder, evidenciando o contraste do discurso fundador da democracia – como o poder de um “povo” – e o mundo social no qual ela se estabeleceu.

Para combater a sub-representação política de grupos socialmente marginalizados, primeiro é necessário identificar esses grupos e compreender a sua participação, ou não, nos processos políticos-institucionais, na tomada de decisões, do país. É preciso nomear esses grupos e olhar para o seu quantitativo como uma possibilidade de questionar e gerar mudanças no padrão de poder vigente (Phillips, 2012) nas democracias contemporâneas. Faz-se coro ao que defendeu Miguel (2022) sobre não ser possível conceber uma democracia unitária que elimine as diferenças sociais e que alcance um consenso absoluto sobre o bem comum. Pelo contrário, a democracia deve assegurar a expressão e a representação da pluralidade social, pois compreende-se que a emergência de grupos sociais minorizados às esferas de poder – considerando a capacidade de pressão e argumentação envolvida (Miguel, 2022) – é um requisito fundamental para transformações estruturais substantivas (Phillips, 1999).

A coleta, iniciada em 2024 no Brasil, acerca de dados sobre a identidade de gênero e a orientação sexual nas fichas de candidaturas constitui o que Bianchi (2017) e também Freidenberg e Muñoz-Pogossian (2019) chamaram de mecanismos democráticos de inovação. Esses mecanismos têm sido fundamentais para reduzir as disparidades de gênero, por exemplo, em termos de igualdade formal, sobretudo na América Latina. Essas autoras trabalham majoritariamente com gênero, mas, assim como as mulheres cis e trans, bem como os grupos minorizados étnicos e raciais, a população LGBTI+ está vulnerabilizadas, precarizada e sub-representada. Assim, entende-se que os mecanismos institucionais de

⁶ Consultar também Matos (2011) para os obstáculos à representação inclusiva, Milano (2024) para as manifestações da violência política contra – identidades femininas– LGBT's, Sanhueza-Parra (2024) e Gonçalves *et al.* (2024) mais especificamente sobre a interseccionalidade da violência contra lideranças e/ou candidaturas políticas.

inovação democráticos são iniciativas institucionais (vinculadas às regras formais) ou não (vinculados majoritariamente a parcerias entre sociedade civil) que tem como objetivo o enfrentamento e reparação da sub-representação política nas democracias (Freidenberg; Muñoz-Pogossian, 2019).

Os mecanismos institucionais consistem em regras e dispositivos formais implementados por instituições estatais com o objetivo de ampliar a participação e a representação política de grupos historicamente sub-representados (Freidenberg; Muñoz-Pogossian, 2019), como as mulheres, grupos étnico-raciais e pessoas LGBTI+. Inicialmente aplicados somente à promoção da igualdade de gênero, esses mecanismos vêm sendo, lenta e progressivamente, adaptados para incorporar outras dimensões da diversidade política, como as identidades de gênero, orientações sexuais, raça/cor e os diferentes pertencimentos étnicos – categorias recentemente incorporadas aos dados eleitorais brasileiros pelo TSE. Um exemplo de inovação institucional na América Latina é o caso da Argentina, que, além da sua pioneira Lei de Cotas de 1991, aprovou em 2021 o Decreto nº 721/2020, conhecido como “Cupo Laboral Travesti Trans”, convertido na Lei nº 27.636 de acesso a emprego formal para pessoas trans (denominada “Diana Sacayán-Lohana Berkins”⁷), que reserva 1% das vagas no serviço público nacional para pessoas transgêneras e estabelece incentivos para que os partidos políticos promovam candidaturas de pessoas trans no país. Em uma perspectiva semelhante de inovação democrática institucional, Porto Alegre obteve a aprovação, em 2025, do Projeto de Lei nº 082/2022, que criou a primeira lei de cotas para pessoas trans no serviço público municipal do país, que reserva 1% das vagas em concursos e estágios para candidaturas trans, com fiscalização a partir de comissões de heteroidentificação. Este projeto foi apresentado por Natasha Ferreira (PT), uma das vereadoras trans eleitas em 2024 no município e incluída nesta pesquisa.

Já os mecanismos não-institucionais são iniciativas conduzidas por coletivos, redes e organizações da sociedade civil, voltadas à formação política, mobilização social e promoção da visibilidade pública de grupos marginalizados (Bianchi, 2017), dentre outros aspectos. Um exemplo didático é a atuação da “Red Latinoamericana y del Caribe de Personas Trans” (REDLACTRANS)⁸, que organiza campanhas regionais de capacitação e apoio a candidaturas

⁷ Diana Sacayán e Lohana Berkins foram duas importantes ativistas travestis argentinas que dedicaram suas vidas à luta pelos direitos das pessoas trans e travestis. Diana foi assassinada em 2015, em um crime de transfeminicídio, e foi uma das primeiras a obter um documento com sua identidade de gênero reconhecida na Argentina. Já Lohana, foi pioneira no ativismo travesti na América Latina, fundadora da Associação de Luta pela Identidade Travesti e Transexual (ALITT).

⁸ <https://redlactrans.org/>

trans em países como Uruguai e México, fomentando a presença dessas lideranças nas esferas locais. No Brasil, são exemplos a atuação do Observatório de Violência Política contra a Mulher⁹, formado por uma iniciativa da sociedade civil e de pesquisadoras/es para monitoramento, pesquisa e incidência pública de prevenção e combate à violência política de gênero. Assim como, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹⁰ e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)¹¹ que se dedicam à promoção de direitos, bem-estar e inclusão política e social de pessoas trans no Brasil.

A articulação entre mecanismos institucionais e não-institucionais de inovação democrática tem se mostrado fundamental não apenas para (re)definir as regras de acesso ao sistema político, mas também para expandir o próprio entendimento da representação democrática. Ao valorizar a diversidade de sujeitos políticos e suas interseccionalidades, essas inovações contribuem para a construção de democracias mais inclusivas. Aqui, as inovações introduzidas pelo TSE na coleta de informações, a partir de 2024, são compreendidas como mecanismos institucionais de inovação democrática que possibilitam a visibilidade de dados sobre a representação de grupos sub-representados.

A reflexão proposta na entrevista concedida pelo Ministro Edson Fachin para Jaqueline Jesus (Fachin; Jesus, 2021) é interessante para destacar o ponto de que essas inovações institucionais não emergem de forma espontânea nas estruturas republicanas, mas resultam de trajetórias de mobilização e pressão dos movimentos sociais LGBTI+, que, no caso da inclusão dos campos de identidade de gênero e orientação sexual no registro de candidaturas, incidiram sobre o Poder Judiciário e a Justiça Eleitoral. Assim, os dados aqui analisados expressam não só um avanço normativo, mas também a materialização de disputas políticas contínuas entre a visibilidade e as estratégias de resistência que persistem. Como descreveu Scott (2005), é parte central da política a tentativa de equilibrar as desigualdades, as “igualdades” e “diferenças”, levando em consideração seus posicionamentos no contexto histórico e social.

Seguindo essas definições, apresenta-se na sessão seguinte os dados coletados, tratados e estratificados, expostos por meio de gráficos. Este estudo de caso, visa iniciar uma agenda de observação dos dados ausentes/ocultos nas fichas de candidaturas, das ausências, partindo das inovações introduzidas nas eleições de 2024.

⁹ <https://beacons.ai/observatoriovpm>

¹⁰ <https://antrabrasil.org/>

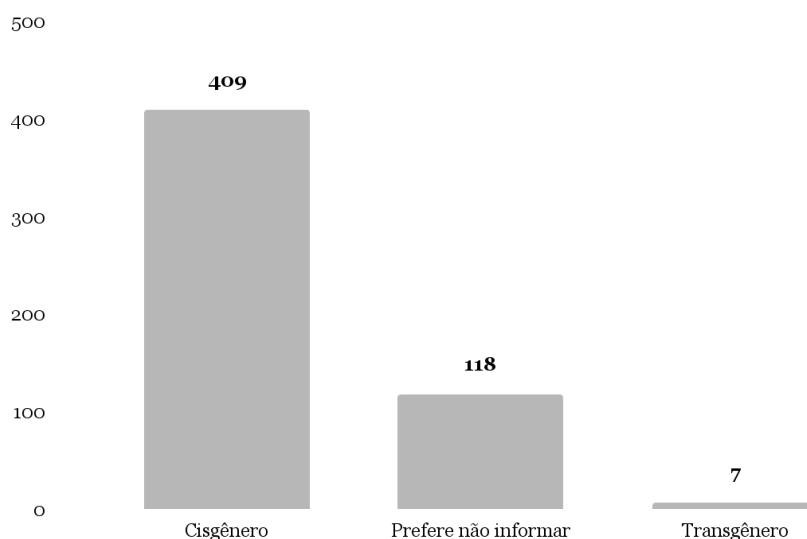
¹¹ <https://www.instagram.com/ibratnacional/>

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS SOBRE PORTO ALEGRE (RS)

Assim como descreveu Santos (2016) as candidaturas LGBTI+ no Brasil contemporâneo permite-nos refletir sobre questões que concernem não só a política social de inclusão/exclusão, mas também à política institucional de maneira mais ampla. Principalmente a partir de 2024, é possível observar, em dados oficiais, tanto o número de candidatos por eleições de forma comparada, quanto o quantitativo de eleitos(as/os) e a sua atuação. Em perspectiva semelhante, também é possível voltar-se para as faltas, ausências, e limitações impostas à esses grupos na política, e, a partir disso, subsidiar políticas institucionais para correção das disparidades. Para responder o problema de pesquisa, esta seção apresenta tanto a composição das candidaturas eleitorais no município de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), quanto os padrões das ausências nesses dados sobre as variáveis analisadas em diferentes partidos políticos.

Segundo os dados coletados na seção de estatísticas eleitorais do TSE (2025) com relação à identidade de gênero, a maioria das candidaturas às eleições porto-alegrenses foram constituídas por pessoas que identificam-se como cisgêneros, destacando-se significativamente aqueles que optaram por não informar a sua identidade de gênero, número que ultrapassou o de candidaturas trans. Como é possível observar no gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Quantitativo por identidade de gênero autodeclarada

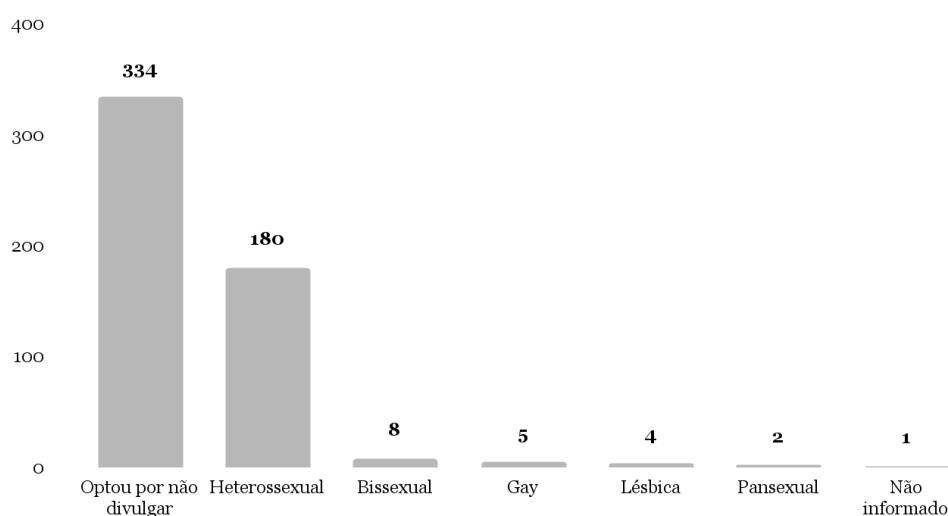


Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

Compreende-se que os dados acima assinalados, com relação à prevalência de candidaturas cisgênero, podem refletir a própria composição da política institucional, haja

vista que esses estão em maior número, evidentemente. Mas, ainda assim, sobressaem-se os dados não informados, que podem gerar uma lacuna nas informações em sua totalidade, mesmo sendo observável a evidente discrepância entre as identidades de gênero nas candidaturas. Esse tipo de dado, sobretudo em uma observação longitudinal, é relevante para compreender a sub-representação e a representação descriptiva (Pitkin, 1967) de grupos, não só LGBTI+ mas também de dados complementares para pesquisas sobre a representação das mulheres, grupos étnico-raciais, PCD's, dentre outros. Neste caso, já na fase de candidaturas é possível notar com facilidade a sub-representação de dissidências de gênero. Isso também é visto com relação às orientações sexuais, com maior destaque ainda para os dados faltantes, vide o gráfico 2.

Gráfico 2 – Quantitativo por orientação sexual autodeclarada



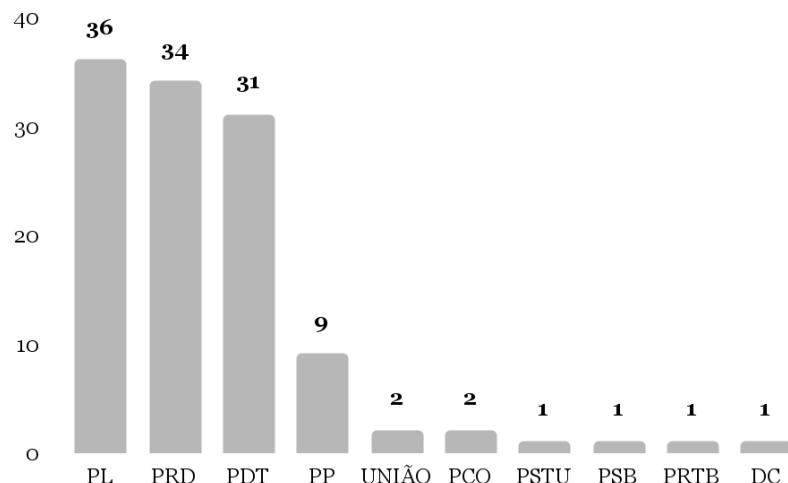
Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

São uma maioria importante de candidaturas que optaram por não informar a sua orientação sexual. Seguido de heterossexuais – observa-se sob a mesma perspectiva de maioria política de grupos cisgêneros, assim como de brancos. Como demonstrado acima (Gráfico 2) aqueles que se autodeclararam como não sendo heterossexuais foram uma minoria significativa, totalizando 19 candidaturas. Assim, apesar da diversidade de orientações sexuais, os números ainda são ínfimos se comparados aos heterossexuais e, sobretudo, àqueles que escolheram não divulgar, os quais constituíram 62,5% dos dados sobre essa variável.

É inevitável o questionamento sobre quais os vínculos institucionais por trás desses padrões de ocultação/negação de informações, e se eles de fato existem. Buscou-se, portanto, constatar a existência, ou não, de um viés ideológico-partidário nesse ponto, o que

foi prevalente. Nesse sentido, foram cruzados os dados sobre aqueles que optaram por não divulgar/não informar suas identidades de gênero com os partidos políticos (Gráfico 3). Esse procedimento também foi feito com relação aos dados não divulgados/não informados sobre orientação sexual (Gráfico 4).

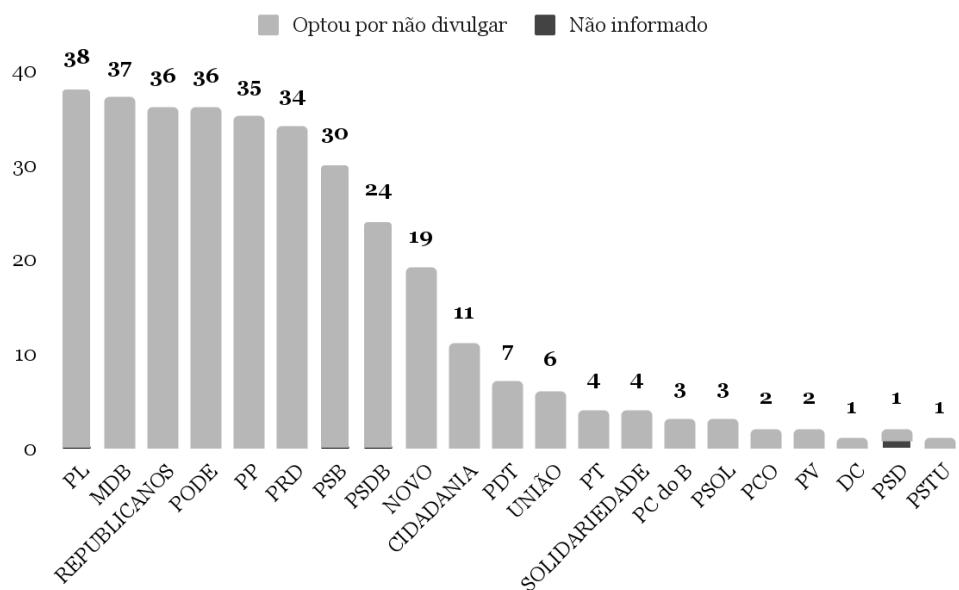
Gráfico 3 – Partidos políticos e quantidade de candidaturas que preferiram não informar a identidade de gênero



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

Como visto acima, as candidaturas que preferiram não informar a sua identidade de gênero foram, respectivamente, advindas dos partidos Partido Liberal (PL), Partido Renovação Democrática (PRD), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Progressista (PP), Partido União, Partido da Causa Operária (PCO), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e Democracia Cristã (DC). Seguindo a classificação ideológico-partidária de Bolognesi *et al.* (2023), 60% dos partidos estão inseridos à direita do espectro político-ideológico e 40% à esquerda dessa linha. Destacaram-se pela quantidade os partidos de direita PL e PRD e de (centro) esquerda PDT.

Gráfico 4 – Partidos políticos e quantidade das candidaturas que optaram por não divulgar ou não informaram orientação sexual



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

Com relação às informações sobre a orientação sexual nas fichas de candidaturas em Porto Alegre, é possível ver uma maior diversidade de partidos políticos com candidaturas que optaram por não divulgar ou não informaram¹². Aqueles partidos com mais de 30 fichas com informações ocultas sobre orientações sexuais foram, respectivamente, o Partido Liberal (PL), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Republicanos, Podemos (PODE), Partido Progressistas (PP), Partido Renovação Democrática (PRD) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). São partidos inseridos majoritariamente à direita, com exceção do PSB, totalizando 61,9% de partidos de direita, 33,3% de esquerda e 4,8% de centro. Há, evidentemente, um padrão ideológico-partidário na opção de não divulgação desse dado, que está orientado à direita do espectro político ideológico, mas com incidência em diversos partidos. Essa coerência entre o viés ideológico-partidário e os padrões de preenchimento em Porto Alegre é reforçada e corrobora a análise realizada por Feitosa (2021), segundo a qual apenas parte das legendas incorporaria formalmente a agenda LGBTI+ em seus documentos internos.

Assim, observa-se um panorama de diversos partidos que, em diferentes graus, tiveram candidaturas que não informaram ou optaram pela não-divulgação dos dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nas eleições municipais de 2024 em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Relacionado somente às identidades de gênero,

¹² Cabe lembrar que a divulgação desta informação é, ainda, opcional.

esses grupos estiveram constituídos por uma maioria de pessoas cisgênero, seguido de uma minoria significativa de pessoas transgênero. Sobre as orientações sexuais, percebe-se uma resistência ainda maior para a divulgação dos dados, porém, prevaleceram pessoas que se identificam como heterossexuais, seguido de poucas candidaturas LGBTI+'s autodeclaradas, conforme resumido na Tabela 1 e no Gráfico 5 a seguir:

Tabela 1 – Identidade de gênero e orientação sexual das candidaturas por partidos políticos, em POA/RS (2024)

Partido	Cis.	Pref não informar	Trans.	Total	Bissex.	Gay	Hetero.	Lésbica	Pansex.	Não inf.	Opt não divulgar	Total
CIDADA.	11			11						11	11	
DC		1		1						1	1	
MDB	37			37						37	37	
NOVO	26			26		7				19	26	
PC do B	4			4		1				3	4	
PCO		2		2						2	2	
PDT	3	31		34		1	25		1	7	34	
PL	1	36	1	38						38	38	
PODE	36			36						36	36	
PP	29	9		38		3				35	38	
PRD		34		34						34	34	
PRTB		1		1			1				1	
PSB	29	1		30						30	30	
PSD	36		1	37		35			1	1	37	
PSDB	25			25		1				24	25	
PSOL	25		2	27	2	1	19	2		3	27	
PSTU	2	1	1	4		1	1		1	1	4	
PT	29		1	30	4		22			4	30	
PV	3			3			1			2	3	
REDE	3			3			3				3	
REPUBLI.	36			36						36	36	
SOLIDAR.	35		1	36			30	2		4	36	
UNIÃO	35	2		37			31			6	37	
UP	4			4	2		2				4	
Total	409	118	7	534	8	5	180	4	2	1	334	534

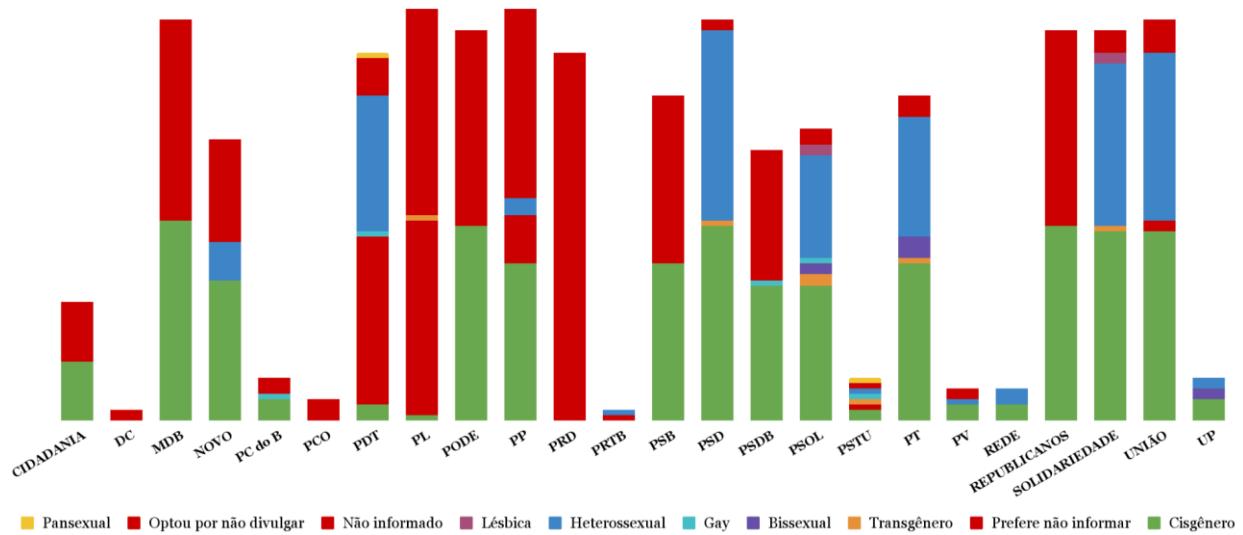
Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

Como consta na Tabela 1, houveram 534¹³ candidaturas na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Desses candidatos, 409 foram identificadas como pessoas cisgênero, ou seja, que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento; e apenas 7 candidaturas autodeclaradas transgênero – pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído e/ou com nenhum gênero, que englobam identidades femininas, masculinas, e pessoas não-binárias (Jesus, 2012). Ainda em comparativo ao total de candidaturas, as pessoas heterossexuais foram a maioria daqueles que identificaram sua orientação sexual nas fichas de candidaturas, seguidos de bissexuais, gays, lésbicas e

¹³ Do total de 534 candidaturas, 526 foram deferidas, 1 indeferida em prazo recursal ou com recurso e 7 renúncias.

pansexuais, que, apesar do baixo número, representam algum nível de diversidade sexual. Abaixo, no gráfico 5 estão dispostos de forma agregada esses dados, considerando as informações sobre as variáveis categorizadas por partidos políticos e segmentadas por cores distintas, descritas na legenda abaixo do gráfico.

Gráfico 5 – Cruzamento dos dados sobre identidade de gênero e orientações sexuais por partidos políticos nas candidaturas de Porto Alegre (RS)



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

Para facilitar a interpretação do gráfico considera-se que aqueles partidos com as colunas mais coloridas são os que possuem uma composição mais diversa e com mais dados disponibilizados por suas candidaturas. Assim, no sentido oposto, aqueles com poucas cores e mais partes vermelhas nas colunas são caracterizados como menos diversos e/ou com mais dados ocultos nas fichas de registros de candidaturas. Logo, esses dados demonstram uma eleição municipal na qual poucos partidos divulgaram de forma concisa os dados e tiveram diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais nas suas candidaturas, sobretudo, como é possível notar, os partidos vinculados à direita do espectro político-ideológico se mostraram, pelo menos no período e recorte espacial analisados, mais resistentes à inclusão dessas categorias.

Como apontou Pitkin (1967) a representação política pode ser analisada sob diferentes dimensões, incluindo a da representação descritiva, referindo-se às semelhanças sociais entre representantes e representados e a sua contagem numérica como grupo a partir disso. A presença de candidaturas LGBTI+ nas eleições municipais de Porto Alegre demonstra um avanço nessa dimensão, por sua entrada e possibilidade de identificação, além disso

evidenciam desafios importantes, como a sub-representação (Santos, 2016; 2021; Silva, 2022) e a invisibilização. Outro ponto diz respeito à própria distribuição das candidaturas LGBTI+'s nos partidos políticos, que estão concentradas majoritariamente naqueles inseridos à esquerda do espectro político. Isso pode indicar tanto um avanço, pela inclusão em algum espectro político-ideológico, como uma barreira dentro do próprio sistema político-partidário.

Corroborando a afirmação sobre a sub-representação de pessoas de identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes na política, nesse caso de Porto Alegre (RS), expõe-se abaixo a relação dessas informações sobre as candidaturas eleitas. A Tabela 2 dispõe, a partir dos partidos, aquelas candidaturas eleitas entre as diferentes identidades de gênero; já a Tabela 3 relaciona os partidos políticos e a orientação sexual das candidaturas eleitas na cidade analisada.

Tabela 2 – Candidaturas eleitas por partidos políticos e identidades de gênero em Porto Alegre (RS)

Partido Político	Prefere não informar			Total
	Cisgênero	Transgênero		
CIDADANIA	1			1
MDB	3			3
NOVO	2			2
PCdoB	2			2
PDT		1		1
PL		4		4
PODE	2			2
PP	3			3
PSD	1			1
PSDB	3			3
PSOL	4	1		5
PT	4	1		5
REPUBLICANOS	3			3
Total	28	5	2	35

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

Como é possível notar, desde as candidaturas, ficando ainda mais evidentes no número daqueles que se elegeram, há uma relevante discrepância entre as identidades de gênero disponíveis, e aqueles/as/us que preferiram não informar, ainda que em maior número que as pessoas transgênero, estiveram entre poucos no final deste pleito. Assim, a composição segue a mesma, em proporção, daquele padrão encontrado nas candidaturas,

uma maioria de pessoas cisgênero (28), seguido daquelas que não informaram (5), e duas pessoas trans eleitas. Dentre as pessoas trans eleitas estão duas identidades femininas que se identificam nas redes sociais como travestis, são pessoas brancas e vinculadas a partidos à esquerda do espectro político-ideológico. Sobre as orientações sexuais das candidaturas eleitas, segue a Tabela 3, abaixo.

Tabela 3 – Candidaturas eleitas por partidos e orientações sexuais em Porto Alegre (RS)

Partido Político	Bissexual	Gay	Heterossexual	Optou por não divulgar	Total
CIDADANIA				1	1
MDB				3	3
NOVO			1	1	2
PCdoB		1		1	2
PDT				1	1
PL				4	4
PODE				2	2
PP			1	2	3
PSD			1		1
PSDB				3	3
PSOL	1		4		5
PT	1		2	2	5
REPUBLICANOS				3	3
Total	2	1	9	23	35

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2025)

Semelhante a identidade de gênero, a composição final do pleito com relação à orientação sexual foi, além de ilustrativa sobre as ausências de dados e a sub-representação de grupos, parecida com a composição das suas candidaturas. Foram eleitas mais candidaturas entre aqueles que optaram por não divulgar, seguido dos heterossexuais, bissexuais e uma pessoa gay, não sendo eleita nenhuma candidatura entre aquelas que se identificaram como lésbicas, pansexuais ou também entre quem não informou a sua orientação sexual. Esses padrões dialogam com a constatação de Feitosa (2021) sobre a desigual inserção dessa discussão nos estatutos partidários brasileiros.

Resumindo em porcentagem o panorama final das eleições municipais de 2024 em Porto Alegre, a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2025), constatou-se, em primeiro turno, 69% de eleitos do gênero masculino, para 31% do feminino, majoritariamente de 35 à 39 anos, 94,3% pessoas brancas e 5,7% de pretos, 80% de pessoas cisgênero, para 14% que preferiram não informar e 6% transgênero, 75% pessoas heterossexuais, 34% não quiseram divulgar, 16% de pessoas bissexuais eleitas, e 8,3% de gays. No 2º turno foram eleitas uma pessoa branca e uma parda, cisgêneros, uma pessoa do gênero masculino (prefeitura) e outra do gênero feminino (vice-prefeitura), ambos optaram por não

divulgar suas orientações sexuais. Não foram eleitas pessoas quilombolas ou pertencentes à etnias indígenas no município.

Assim, a partir da análise dos dados referentes à capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, revela-se um cenário marcado tanto por inovações relevantes nas fichas de candidaturas, quanto por dinâmicas políticas de ocultação dessas informações – ainda que se trate de elementos em processo de emergência – além da evidente sub-representação de grupos socialmente minorizados e historicamente excluídos dos processos político-decisórios. As estratégias de ocultação observadas podem ser interpretadas, ainda que parcialmente e de forma circunstancial, como indícios de ações que possuem vieses político-partidários, pré-orientadas ou não¹⁴. Nesse contexto, destaca-se a relevância de aprofundar e expandir este tipo de investigação para compreender como essas dinâmicas internas se articulam, simultaneamente, em processos de inovação e de silenciamento de dados e sujeitos políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De natureza majoritariamente descritiva, este artigo buscou demonstrar alguns dos padrões encontrados na divulgação dos dados inovadores sobre identidade de gênero e orientação sexual introduzidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2024, a partir da Resolução nº 23.729/2024 (Brasil, 2024). De acordo com essa nova norma, a identidade de gênero passou a ser um campo obrigatório no preenchimento dos Requerimentos de Registro de Candidaturas e a orientação sexual um dado facultativo. São informações relevantes tanto para as políticas públicas, quanto para as instituições e, consecutivamente, para os estudos sobre representação política, eleições e grupos marginalizados na política. Questionar a divulgação dessas informações, assim como evidenciá-las, é parte importante do processo democrático e, também, intelectual.

Os padrões observados com relação às identidades de gênero nas candidaturas porto-alegrenses foram: 1) uma maioria de candidaturas cisgênero – possivelmente refletindo a própria configuração social e política do município; 2) número relevante de dados não informados, sobretudo por candidaturas vinculadas aos partidos inseridos à direita do espectro político-ideológico, como o PL e o PRD. Visto que declarar a orientação sexual é facultativo, observou-se um número ainda maior de informações não-divulgáveis. Dentre

¹⁴ Considerando que possam haver dificuldades das candidaturas com as classificações disponíveis, é interessante ressaltar, que os custos para acessar as informações necessárias para ações de autodeclaração devem ser minimizados pelas organizações que mediam os processos políticos eleitorais, ou seja, as instituições do Estado e as organizações partidárias.

aqueles que informaram a sua orientação sexual, os heterossexuais prevaleceram – supõe-se que isso também seja reflexo da composição sociopolítica do município. Nesses dados, porém, houve maior diversidade de partidos políticos, da esquerda à direita do espectro ideológico-partidário descrito por Bolognesi e colaboradores (2023), mas prevalecendo uma maioria significativa de partidos vinculados à direita, como o PL.

A coerência entre o viés ideológico-partidário e os padrões de preenchimento observados em Porto Alegre reforça a análise de Feitosa (2021). O autor demonstrou que apenas parte das legendas incorpora formalmente a agenda LGBTI+ em seus estatutos, concentradas sobretudo em partidos de esquerda. Os resultados desta pesquisa evidenciam que tal assimetria normativa é refletida também na prática eleitoral: partidos de esquerda apresentaram maior adesão às inovações introduzidas pelo TSE em 2024, enquanto os de direita tenderam a ocultar ou não disponibilizar os dados de identidade de gênero e orientação sexual.

Quando se observou, ainda que de forma breve, os dados sobre as candidaturas eleitas no município, a sub-representação tornou-se ainda mais evidente. Foram eleitos majoritariamente candidatos cisgênero, do gênero masculino, brancos, heterossexuais, além do número ainda maior entre os que não divulgaram ou não informaram esses dados. Confirma-se o que descreveu Santos (2016) quando traçou os desafios para as candidaturas LGBTI+, como as garantias de viabilidade eleitoral, e, sobretudo, a superação da posição subalterna imposta a esse grupo no campo político. Destacou que “os dados das candidaturas LGBT demonstraram que elas ocupam uma posição marginal no campo político brasileiro” (Santos, 2016, p. 92).

Dessa forma, observou-se que nas eleições municipais de 2024 em Porto Alegre houve um padrão significativo de ocultações das novas categorias referentes à identidade de gênero e orientação sexual, recentemente incorporadas aos registros de candidaturas no país. Ainda que os dados indiquem uma relação inicial entre os alinhamentos partidários e os padrões de não-divulgação dos dados, trata-se de um estudo exploratório, fator que, limita conclusões sobre as motivações destas omissões, mesmo que se suponha estarem vinculadas a fatores associados à autoproteção, ao desconhecimento, à não-identificação com as categorias disponíveis, ou mesmo a fatores político-ideológicos. Esse último, no entanto, revelou indícios concretos de associação com algumas legendas específicas, conforme disposto nos dados analisados.

Assim, o cenário que emerge é marcado por avanços institucionais importantes, mas também, por estratégias e comportamentos que limitam esse movimento de inovação

democrática e que impactam a visibilidade e a produção científica sobre candidaturas e representação política LGBTI+ no Brasil. Diante disso, ressalta-se a importância de aprofundar o entendimento sobre essas dinâmicas políticas em diferentes contextos, nacionais e subnacionais, além da necessidade de apreensão teórica e prática da relevância dessas experiências para uma democracia mais plural.

REFERÊNCIAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Agenda de compromissos com a população trans que devem ser assumidos publicamente pelas diversas candidaturas – aliados e LGBTI+ nas eleições 2020**. Rio de Janeiro: ANTRA, 21 set. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/09/agenda-trans-para-compromisso-nas-eleicoes-2020-antra.pdf>

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Eleições 2024**. Rio de Janeiro: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2024/>

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Candidaturas trans eleitas se destacam na vereança em 2024**. Rio de Janeiro: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2024/10/07/trans-eleitas-2024/>

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, s.v., n. 24, p. 193-215, 2005.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo; LARA, Maria Fernanda Aguilar; FRACCAROLI, Yuri; MARTINS, Alexandre Nogueira. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v.2, n. 4, p. 5-33, 2019.

BIANCHI, Matias. Introducción: Recuperar la política. In: BIANCHI, M. (Org.). **Recuperar la política: agendas de innovación política en América Latina**. Buenos Aires: Asuntos del Sur: Democracia en Red, p. 17-45, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 653-679, 2010.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, p. 1-29, 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.729, de 27 de fevereiro de 2024**. Dispõe sobre procedimentos relativos ao processo eleitoral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2024/resolucao-no-23-729-de-27-de-fevereiro-de-2024>. Acesso em: 18 mar. 2025.

CARNEIRO, Nuno Santos. *Homossexualidades: uma psicologia entre ser, pertencer e participar*. Porto: LivPsic, 2009.

CLARKE, Victoria; ELLIS, Sonja J; PEEL, Elizabeth; RIGGS, Damien W. **Lesbian, gay, bisexual, trans and queer psychology: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FACHIN, Luiz Edson; JESUS, Jaqueline Gomes. Participação política da população LGBTI+ e Poder Judiciário: Entrevista com o Ministro Luiz Edson Fachin. **Rev. Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 4, 2021.

FEITOSA, Cleyton. Diversidade Sexual e Partidos Políticos: uma análise da temática LGBTI+ nos estatutos partidários brasileiros. **Rev. Feminismos**, v. 9, n. 2, 2021.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. **Métodos quantitativos em ciência política**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2019.

FREIDENBERG, Flavia; MUÑOZ-POGOSSIAN, Betilde. Democratic innovation mechanisms and women's political participation in Latin America and the Caribbean. **Encyclopedia of educational innovation: section on political innovation**, p. 1-9, 2019.

FREITAS, Sarah Roriz; OLIVEIRA, André Macedo. Candidaturas trans no Brasil e o papel do Tribunal Superior Eleitoral. **RDP - Revista de Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 98, p. 370-388, 2021.

GÊNERO E NÚMERO. Brasil pioneiro na coleta de dados sobre pessoas LGBT+ na política. **Gênero e Número**, 2024. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/brasil-pioneiro-dados-lgbt-politica/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

GOLDHAMMER, Hilary; MALINA, Sula; KEUROGHLIAN, Alex S. Communicating with patients who have nonbinary gender identities. **The Annals of Family Medicine**, v. 16, n. 6, p. 559-562, 2018.

GONÇALVES, Alice; VELUDO, Carolina; PASSONI, Chiara Mori; BATISTA, Clara; CASTELO, Luiza; AMPARO, Thiago de Souza; RAMOS, Luciana de Oliveira; MARIN, Juliana Fabron Marin; DUTRA, Nathalia Carvalho; SILVA, Emerson Luã Ferreira da. **Candidaturas trans e travestis: obstáculos e violências na política brasileira**. FGV/SP: Nota Técnica. 2021.

MATOS, Marlise; GONÇALVES, Viviane; MONTEIRO, Ester. A violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional (VPCM): Minas Gerais como locus teórico e prático sobre a compreensão do fenômeno. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 23, n. 01, p. 16-39, 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, p. 42, 2012.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. **Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá**, v. 1, p. 22-54, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-140, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

MILANO, Danielly Jardim. As manifestações da violência política de gênero no Brasil: uma análise dos casos representados pelo GT-VPG de 2021 a 2023. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

OLIVEIRA, João Manuel; PEREIRA, Miguel; COSTA, Carlos Gonçalves; NOGUEIRA, Conceição. Pessoas LGBT - identidades e discriminação. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J.M. (Org.). **In: Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de género, 2010, p. 149-209.

PEREIRA, Cleyton Ferreira. Barreiras à ambição e à representação política da população LGBT no Brasil. **Revista Ártemis**, v. 24, n. 1, p. 120-131, 2017.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Los Angeles: University of California Press, 1967.

PHILLIPS, Anne. **The politics of presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PHILLIPS, Anne. **Which equalities matter?**. Cambridge: Polity Press, 1999.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 339-363, 2011.

PHILLIPS, Anne. Representation and inclusion. **Politics & Gender**, v. 8, n. 4, p. 512-518, 2012.

RUIZ, Melissa Salinas. Subvertendo as fronteiras de gênero: gênero não binários. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021.

SACCHEZ, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; ALMEIDA, C.; HOLANDA, C.B; OLIVEIRA, V. (Org.). **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. São Paulo: Editora Unicamp, 2020, p. 71-108.

SANHUEZA-PARRA, Matias. Aproximaciones discursivas de la violencia contra las mujeres trans en política: el caso de la campaña a constituyentes de Emilia Schneider y Constanza Valdés en Twitter. **Autoctonía**, Santiago, v. 8, p. 224-259, 2024.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea: Revista de sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 1, 2016a.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, s.v., n. 23, 2016b.

SILVA, Lucas Bittencourt. Diversidade sexual e de gênero à luz do direito constitucional e eleitoral: a possibilidade jurídica e a necessidade política de cotas eleitorais para pessoas LGBTI+ no Brasil. **Revista CEPEJ**, n. 24, v. 24, p. 178-203, 2022.

SCHULZ, Rosangela; SILVEIRA, Miguel. A invisibilidade dos corpos trans: uma análise do campo político e das candidaturas trans nas eleições municipais brasileiras de 2020. **Revista Gênero**, v. 24, n. 1, p. 108-123, 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas Eleitorais**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=3722305681859>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WELP, Yanina. Sin partidos la democracia no funciona; con estos tampoco. **Revista Nueva Sociedad**, n. 298, 2022.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa. In: SOUZA, J. (org.). **Democracia Hoje**. Brasília: UNB, 2001.

“NEGRA LIBERTA DA SENZALA IDEOLÓGICA”: RAÇA, MÍDIAS SOCIAIS E POLÍTICA

Suzanne Siqueira Mendonça¹

Resumo: As mídias digitais têm sido mobilizadas como parte de um processo de engajamento político-eleitoral e de popularização de uma ideologia que se apresenta em risco (Cesarino, 2022). O fenômeno, que marcou a política em 2018, intensifica-se em meio a uma onda na extrema-direita e a um modelo reacionário que inflama pânico moral e conservadorismo. Este artigo busca refletir sobre a discussão racial nas mídias sociais de uma candidata a vereadora durante a campanha eleitoral de 2024. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por meio da Análise de Discurso (AD), a partir da observação do Instagram pessoal e político da atual suplente de vereadora Vanessa da Silva Oliveira (PL/RJ), que se autodenomina “Negona do Bolsonaro” e “Mulher 01 do Bolsonaro no Rio de Janeiro”, com foco na análise das formações discursivas em suas publicações. O levantamento bibliográfico possibilitou uma análise que elucida como as formações discursivas da candidata mobilizam pautas raciais através de suas publicações nas redes sociais, que contribuem para um viés de confirmação de direita que se contrapõe os movimentos negros progressistas.

Palavras-chave: Mídias digitais; Eleições; Análise discursiva; Raça; Direita.

“BLACK WOMAN FREED FROM THE IDEOLOGICAL SLAVE QUARTERS”: RACE, SOCIAL MEDIA, AND POLITICS

Abstract: Digital media has been mobilized as part of a process of political-electoral engagement and the popularization of an ideology that appears to be at risk (Cesarino, 2022). This phenomenon, which marked politics in 2018, is intensifying amid a surge in the far right and a reactionary model that fuels moral panic and conservatism. This article seeks to reflect on the racial discussion on the social media of a city council candidate during the 2024 election campaign. The research adopted a qualitative approach, using Discourse Analysis (DA), based on the observation of the personal and political Instagram accounts of current alternate councilwoman Vanessa da Silva Oliveira (PL/RJ), who calls herself "Bolsonaro's Black Woman" and "Bolsonaro's Woman 01 in Rio de Janeiro." The focus was on analyzing the discursive formations in her posts. The bibliographic survey enabled an analysis that elucidates how the candidate's discursive formations mobilize racial agendas through her social media posts, which

¹ Mestranda em Sociologia e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: suzannesm@id.uff.br

contribute to a right-wing confirmation bias that opposes progressive Black movements.

Keywords: Digital media; Elections; Discursive analysis; Race; Right.

1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas eleições presidenciais, observou-se um protagonismo das mídias sociais e de eleitores comuns, que compartilham mensagens e opiniões deslegitimando especialistas, frequentemente identificados como manipuladores. O movimento, associado à chamada onda conservadora, fomenta um retrocesso político, como no caso dos direitos reprodutivos e do aumento da repressão, e tem sido mobilizado por alguns como um “populismo reacionário” (Lynch; Cassimiro, 2022), definido como “um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade” (p. 15).

Esse *modus operandi* mobiliza a imagem de um corpo coletivo singular, com vontade única. A chamada “nova direita”, que é exponenciada em um campo de oposição aos avanços progressistas, pode ser compreendida em dois níveis: um presente na sociedade civil e outro na sociedade política (Chaves, 2024). Na sociedade civil, os componentes estão mobilizando questões relativas à educação e sexualidade; já no âmbito político, destacam-se projetos de lei como o PL 1904/2024, que trata da criminalização do aborto após a 22^a semana de gestação, e o PL 456/2023, que visa facilitar a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas.

Em relação ao levantamento bibliográfico realizado para as reflexões aqui, estabeleço um diálogo com as definições de populismo reacionário (Lynch; Cassimiro, 2022), entendendo esse conceito como uma possibilidade de compreender o movimento da direita e sua performance política. Considero também a pesquisa de Becker (2008) sobre a sociologia do desvio, onde aborda a noção de regras sociais que definem infrações e podem cunhar o termo *outsider* para o membro de um grupo que as infringe. Esse poder de determinar regras para os membros da sociedade seria uma questão de poder político e econômico.

Busco, assim, elaborar uma reflexão sobre a argumentação de desvio direcionada por Vanessa da Silva Oliveira à comunidade militante negra. Apoio-me ainda na contribuição de Letícia Cesarino (2022) sobre mídias digitais, algoritmização e política, destacando que “o estudo do populismo digital não é, portanto, um fim em si, mas um lastro comparativo que nos ajuda a mapear padrões de ressonância gerais ligados à atual infraestrutura de mídia (p. 148)”. Como explica a autora, esse populismo digital se

constrói tanto pelas publicações favoráveis quanto pelas dos chamados “inimigos”, aqui identificados sociologicamente como *outsiders*.

No levantamento concomitante aos estudos raciais, mobilizo Collins (2016) que conceitua *outsider within* para demonstrar a realidade de muitas mulheres afro-americanas diante de seu ponto de vista em relação à família e à sociedade. Ela nunca seria totalmente parte, mas conseguiria transitar naquele espaço muitas vezes como se fosse invisível e, por isso, estaria em um estado de não existência. Nesse sentido, poderíamos pensar que Vanessa se sente uma *outsider within*, quando, ao se contrapor ao campo progressista, diz não ocupar a posição esperada pelos movimentos de esquerda para uma mulher negra criada na periferia. Assim, ela reclama esse local de não pertencimento, utilizando-se da pauta racial e de sua vivência como mulher negra para, porém, legitimar seu discurso de direita.

Sendo assim, neste artigo, pretendo analisar o entrelaçamento do campo digital com o avanço da direita sobre a sociedade civil e política. Para refletir e analisar o tema proposto, o foco recaiu sobre a suplente de vereadora Vanessa de Oliveira, também conhecida como “Negona do Bolsonaro” e “Mulher 01 do Bolsonaro no Rio de Janeiro”, que possui 169 mil seguidores no Instagram e foi citada pela Polícia Federal por publicar mensagens de Jair Messias Bolsonaro no contexto de proibição determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).²

O artigo será dividido em duas seções. Primeiramente, será abordado de forma sistemática o uso das mídias sociais na pesquisa, considerando a forma como são pensadas e utilizadas, e em seguida analisaremos um vídeo publicado por Vanessa em agosto de 2025, selecionado devido ao contexto de sua popularização em consequência da notificação da Polícia Federal. Num um segundo momento, será analisado outro vídeo publicado durante a campanha eleitoral de Vanessa de Oliveira (PL/RJ), pretendendo observar a performance e as formações discursivas presentes em sua publicação, especialmente no que se refere ao debate racial instaurado após a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) de que ela não poderia manter o nome “Negona do Bolsonaro” nas urnas.

² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/08/21/saiba-quem-e-a-negona-do-bolsonaro-citada-pela-pf-como-uma-das-pessoas-utilizadas-pelo-ex-presidente-para-burlar-cautelares.ghtml> Acesso em: 26 de ago. de 2025

2 METODOLOGIA

Realizado a partir de uma perspectiva qualitativa, a performance da suplente de vereadora é observada mediante a seleção de publicações em seu Instagram, separadas em contextos específicos: primeiro, publicações realizadas após ela ser citada pela Polícia Federal em 2025, como anteriormente mencionado; e segundo, durante a eleição municipal de 2024. A escolha desses dois momentos ocorreu em razão do aumento de popularização de seu nome, além de envolverem questões relativas a órgãos públicos. Os vídeos seguiram o mesmo critério, dando prioridade àqueles em que ela se posiciona para falar sobre o momento específico.

Por meio das formações discursivas, conceituadas por Foucault(1969), busca-se observar quais temáticas atravessam e fundamentam suas alegações, analisando suas falas. Foucault ressalta que o discurso faz parte de uma prática social, situada em um contexto historicamente marcado, fato importante para a formulação de sentido dos discursos. Dessa forma, é possível analisar o agenciamento discursivo que garante a coerência do discurso, considerando que este não produziria sozinho os mesmos efeitos se não fosse acompanhado de valores que o preenchessem de significados (Do Rosário, 2007).

Seguindo a formulação de “ideologia + história + linguagem”:

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680-681).

O trabalho irá investigar o contexto, buscando pistas para o sentido atribuído. A formação discursiva é tratada aqui como um bloco aberto, que está em contato com um espaço interdiscursivo, no qual o lugar ideológico do sujeito é demarcado.

3 Mídias sociais e política

Vanessa Oliveira, autointitulada “Negona do Bolsonaro”, faz parte do corpo de suplentes de vereadora no estado do Rio de Janeiro, tendo obtido 10.416 votos em sua primeira tentativa eleitoral. Foi a terceira mais votada entre os suplentes do Partido

Liberal, sendo a única mulher preta entre os 10 primeiros colocados gerais, entre estes, apenas um homem negro foi eleito vereador, Rafael Satiê (PL/RJ), de Niterói, com 13.582 votos, atualmente presidente estadual do partido no Rio e presidente da Comissão de Combate ao Racismo. Nascida em 27/10/1981, Vanessa foi criada no estado do Rio de Janeiro. Em sua biografia no perfil do Instagram, escreveu: “A mulher 01 do Bolsonaro no Rio de Janeiro. NEGRA LIBERTA DA SENZALA IDEOLÓGICA!”. Ela divulga notícias sobre o Rio de Janeiro, atuações políticas da direita e da esquerda, e compartilha publicações de vídeos e fotos do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Durante a eleição municipal de 2024, ela utilizou as redes sociais como meio de comunicação. Não apenas Vanessa, mas também os candidatos de ambos os espectros políticos investiram na divulgação digital como forma de ampliar seu alcance eleitoreiro. Em agosto de 2024, Vanessa possuía 98,8 mil seguidores e 4.308 publicações; em fevereiro de 2025, tinha 111 mil seguidores e 4.816 publicações. Passados seis meses, seu perfil já contava com 147 mil seguidores e 5.487 publicações. Em um ano, ela apresentou um crescimento de 48.200 seguidores, com média mensal estimada de acréscimo de 3,37% em seu alcance.³

O uso das redes sociais auxiliou em um processo de transformação da esfera pública, Cesarino (2022) mobiliza que a tecnopolítica é fomentado por

[...] um processo profundamente contraditório, que só pode ser apreendido de forma dialética. Produto do ímpeto democratizante das sociedades modernas, essas (anti)estruturas emergentes fazem proliferar contradições que retornam para ameaçar o próprio modelo de democracia liberal vigente que, assim como a ciência moderna, supõe a possibilidade de um mundo comum minimamente compartilhado pelo conjunto dos indivíduos numa mesma sociedade. (Cesarino, 2022, p. 91-92)

Esse modelo, que fomenta a antiestrutura, não é observado como um campo de agências, elemento basilar do fenômeno digital. As mídias digitais propagam a sensação de liberdade, em que o usuário busca suas próprias informações e publica o que desejar; porém, essa sensação é ilusória, considerando a atuação dos algoritmos e o efeito bolha em plataformas como Instagram, YouTube e X (antigo Twitter). Essa relação entre o digital e a sociedade se manifesta de forma que Castells (2023, p. 82) demonstra: “a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a”. Assim, os algoritmos participam de

³ Durante a revisão do artigo, o perfil dela acumulou mais 22 mil seguidores, totalizando 169 mil seguidores em sua conta no dia 15/09/2025.

um sistema que acompanha nossos dados, como cookies, online, e entrega conteúdos com maior probabilidade de aprovação pelo usuário.

O grande número de publicações nos perfis, como o da Vanessa, também reforça um debate sobre o “colapso da diferenciação entre público e privado que fundamentava a norma da esfera pública liberal, levando a uma bifurcação do tipo antagonística (amigo versus inimigo), onde o público passa a ser englobado pelo privado” (Cesarino, 2022, p. 114). Nesse contexto, os agentes políticos publicam constantemente imagens e vídeos, misturando conteúdos pessoais e profissionais. Ainda segundo a autora, em uma democracia representativa funcional, a questão amizade versus inimigo não seria comum; entretanto, ela já é incorporada nos hábitos civis. Ao desequilibrar esse modelo, a confiança não é questionada apenas em relação aos sujeitos, mas também às instituições. Uma das hipóteses centrais de Cesarino é que “muitos usuários o estão encontrando em públicos conspiratórios e politicamente radicalizados, entre os quais podem voltar a ter confiança: no ‘plano’, no líder, nos demais membros do grupo” (2022, p. 125).

3.1 “Vocês não têm orgulho, porra, da negralhada?”

Nesta subseção, citarei trechos selecionados da transcrição do vídeo publicado em 22 de agosto de 2025. No vídeo, Vanessa estava vestida com uma blusa nas cores do Brasil e com uma imagem centralizada de Jair Bolsonaro, afirmindo seu orgulho, sua negritude e sua amizade com o ex-presidente. Esse vídeo surgiu durante as investigações por descumprimento de medidas cautelares impostas a Jair Bolsonaro (PL), que, desde 18 de julho de 2025, não poderia utilizar redes sociais nem solicitar a terceiros que divulgassesem qualquer tipo de mensagem ou informação. Sob investigação da Polícia Federal, no dia 20 de agosto, foram encontrados dois pedidos de postagens feitos por ele: um direcionado a Capitão Alden (PL/BA) e outro a Vanessa da Silva Oliveira. Alexandre de Moraes utilizou o vídeo como prova desse descumprimento⁴.

Negona do Bolsonaro, com muito orgulho, é essa daqui. Bom, eu estou vendo, aí, pela grande mídia o seguinte questionamento: “Quem é a Negona do Bolsonaro? Influenciadora, citada pela Polícia Federal no indiciamento do presidente Jair Messias Bolsonaro”. Primeiro, lave a boca! Lavem a boca

⁴ Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/quem-e-negona-do-bolsonaro-citada-policia-federal-indiciamento-ex-presidente-nprp/?srsltid=AfmBOoq7I9NDcP_FrvApZtIc_dEQkJvD8d8xrM-Kz30XojUSjq9Rq9dp Acesso em 27 de ago. de 2025

porque vocês não me conhecem, lavem a boca imundos. Aqui não tem influenciadora, não, aqui tem amiga leal, aliada de Jair Messias Bolsonaro. [...] A esquerda está polvorosa, "Quem é essa Negona do Bolsonaro?" É essa daqui, com muito orgulho, essa negona que vocês quiseram acorrentar, quiseram colocar na senzala, não conseguiram. Essa negona aqui, ó, livre, liberta de grilhões, de correntes. Uma negona livre, oriunda, sim, de favela. Amiga e a mulher número 1 mesmo do Jair Messias Bolsonaro no Rio de Janeiro. Está incomodando tanto, hein, ele conversar comigo? Vocês queriam que eu conversasse com quem? Com o condenado de vocês, Luiz Inácio Lula da Silva? Não, para mim é motivo de orgulho conversar com o meu amigo Jair Messias Bolsonaro, orgulho. Vocês estão revoltados hein, "quem é essa tal negona?" estão revoltados. (Vídeo do Instagram, 2025)

Buscando contextualizar quem seria, Vanessa salienta sua posição perante Jair Bolsonaro, não apenas como uma política que o segue, mas como uma amiga leal. Assim, como em todas as suas mobilizações, Bolsonaro é colocado como líder e possuidor de sua lealdade. Uma das características do populismo é identificada como um perigo iminente, carregado de ameaças atreladas a valores identitários, permitindo, em consequência, medidas excepcionais. Além disso, com a formação de um líder carismático que representa esse corpo homogêneo (Lynch; Cassimiro, 2022), o populismo de direita buscaria a permanência de um passado que possuía ordem e segurança.

A esquerda, muito citada pela suplente no vídeo, se apresenta como um grupo que busca deslegitimar e usar seu nome para questionamentos. Neste trecho, Vanessa mobiliza a temática que percorre grande parte de seu vídeo de mais de oito minutos: o racismo. Ela se identifica como uma "negra livre, liberta", dizendo-se contrapor à tentativa da esquerda de inseri-la em uma "senzala", por ela ser de direita. Esse discurso busca formalizar que a esquerda progressista apropriou-se da pauta da cor como algo próprio. Podemos pensar que ela entende seus opositores como *outsiders*, na medida em que são pessoas negras, mas que incorporam outros sentidos e comportamentos (Becker, 2008). Em 2022, ela compartilha em seu Instagram alternativo o seguinte convite:

Figura 1 – SUMMIT MCB



Fonte: Imagem do Instagram⁵

O Summit Minha Cor, dirigido na época pelo deputado federal Hélio Lopes (PL/RJ) tinha como título “O Brasil não é um país racista”, e contava com apresentações como “Vitimismo e Racismo Negro”, a ser ministrada por Sérgio Camargo (PL/SP) e “A importância da família real na abolição da escravatura” por Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP).⁶ O evento acabou sendo cancelado. Vanessa apresentaria o tema “O Racismo Estrutural” e dividiria espaço com outros nomes da direita: Magno Malta, com “Vencendo os Obstáculos da Vida Independente da Cor”; Wesley Ross, “O Brasil não é

⁵ Disponível em:

https://www.instagram.com/p/Cf4V9vuLR_2/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA== Acesso em: 14 de setembro de 2025

⁶ Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/conservadores-organizam-evento-que-nega-racismo-no-brasil-servicais-da-branquitude-diz-douglas-belchior,45323de26bd8d3d3eb9ddd5e8f5e8dba9selazpt.html> Acesso em: 14 de setembro de 2025.

um país racista”; Paulo Sérgio Rangel, “O sucesso não tem cor”, Suéllen Rosim, “Cultura e Racismo não tem cor” e Alexandre Santana, “Existe uma dívida histórica do Brasil com os Negros?”.⁷

Além de eventos, organizações como o Movimento Negro de Direita⁸ ganham espaço, com abordagens como “Pretos não são obrigados a gostar de ‘macumba’; candomblé e umbanda não são religiões do negro”⁹ e o coletivo “Pretos e Conservadores”¹⁰, que afirma representar a presença preta na direita, defendendo Deus, Pátria, Família e Liberdade, slogan de Jair Bolsonaro, e que produz publicações que buscam ressignificar a luta por direitos da comunidade negra.

A formação discursiva da “Negona do Bolsonaro” passa por um interdiscurso alimentado por movimentos conservadores como esses. Em uma das publicações analisadas do segundo perfil citado, foi encontrada uma publicação em 4 de julho de 2025, com 20 imagens contendo textos e fotos sobre a história dos movimentos negros brasileiros e o debate racial.¹¹ Na imagem 14, traz-se a informação de que, em 2001, o Movimento Negro conquistou reivindicações como a Lei de Cotas Raciais, a Lei 10.639/03 e o feriado de Zumbi, mas, na página seguinte, revela-se que tais conquistas teriam gerado implicações “ruins”:

Aumento do número de militantes nas instituições públicas justificados pela necessidade de reeducação da população e combate ao racismo. A ampliação do número de universidades públicas pelo governo Lula viabilizou concursos com baixa transparência e objetivou a intensificação de tomada total das instituições pela esquerda identitária. Tudo isso mexeu com o mercado editorial e com o financiamento das agências de fomento como CAPES e CNPQ nas universidades.¹²

A publicação reitera o sentimento conspiratório e salienta que a esquerda e os chamados “globalistas” assumiram o movimento negro, atuando na educação e nas políticas públicas, “comprando o silêncio e coagindo vozes discordantes e discentes”, afirmando que corrompem e fabricam lideranças para lucrar com um discurso “racialista”. Ao final da publicação, é divulgado o livro Abrindo a caixa preta: Os

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/15/evento-bolsonarista-sobre-inexistencia-do-racismo-e-criticado-e-suspenso.htm> Acesso em: 14 de set. de 2025

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentonegrodedireita/> Acesso em: 27 de ago. de 2025

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DJb4HYfgFSJ/> Acesso em: 27 de ago. de 2025

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/pretoseconservadores/> Acesso em: 27 de ago. de 2025

¹¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DLrqJyQOTWf/?img_index=9 Acesso em: 27 de ago. de 2025

¹² Card “Diga não aos Agiotas Raciais”.

movimentos negros e o globalismo, escrito por Fernando Santos de Jesus, doutor em Educação, apelidado de “Fernando Senzala”.

Dando prosseguimento à análise do vídeo de Vanessa da Silva Oliveira, ela reafirma a legitimidade de seu nome, reiterando possuir autorização de Bolsonaro para seu uso, e traz à tona a decisão do Tribunal Regional Eleitoral que a impediu de usar o nome “Negona do Bolsonaro” nas urnas, período a ser investigado na próxima seção.

Alegou ser racismo, eu não vi nenhum preto sair em minha defesa. Nenhum preto de esquerda, principalmente, de esquerda sair em minha defesa. Vocês não tem orgulho, porra, da negralhada? Vocês não tem orgulho? Quando uma nega, se chama Negona vocês não saíram em minha defesa. Mas uma negra liberta não importa para vocês, uma negra que defende “Deus, Pátria, Família e Liberdade” não importa para vocês. Uma negra que é contra o aborto, que é contra as drogas, não importa para vocês. Uma negra que não faz o L, não importa para vocês. Ninguém da esquerda me defendeu, eu sou negona, quiserem me silenciar e eu fui até o fim. E eu fiz 10.416 votos e eu conquistei 10.416 amigos cariocas que confiaram em mim, no qual sou muito grata. (Vídeo do Instagram, 2025)

Este momento com o TRE-RJ será discutido na próxima sessão, mas é importante demarcar a noção de exclusão que ela evidencia. Considerando o movimento negro e a esquerda como grupos que dominam a temática racial, ela questiona por que, como mulher negra, não poderia se orgulhar do termo “Negona”, afirmando ser uma negra liberta, contrária ao aborto e às drogas, pautas que identifica como pertencentes à esquerda, por tratarem de direitos reprodutivos e da descriminalização da maconha. Assim, ela se posiciona como alguém à margem, uma verdadeira *outsider*.

Na noção de processo de se tornar um *outsider*, Collins (2016) questiona como poderia ser descoberto se o indivíduo é um *insider* ou um *outsider* disfarçado; uma das formas de identificar isso é compreendendo o comportamento e os valores da pessoa, “decifrar a gramática não escrita da conduta e as nuances do idioma cultural” (Merton, 1975, p. 15). Vanessa se insere como *insider*, oposto ao termo *outsider* referente aos grupos negros progressistas, no grupo que compartilha seus valores e opiniões, no caso, o Movimento Negro conservador:

O processo é análogo à imersão em uma cultura estrangeira a fim de aprender os seus costumes e a sua linguagem (Merton, 1972; Schutz, 1944). Um indivíduo se torna um *insider* ao traduzir uma teoria ou visão de mundo em sua própria linguagem, até que um dia o indivíduo se converte ao pensar e agir de acordo com aquela visão de mundo. (Collins, 2016, p. 19).

Assim, Vanessa Oliveira parece alterar sua argumentação: embora não negue a existência do racismo, pode-se compreender que, em sua posição ideológica, ela assume um status de outsider within, mobilizando de forma distinta a luta e a expansão de direitos que, segundo a oposição ideológica, seriam esperados de uma pessoa negra.

Pierre Bourdieu (2013) destaca que é necessário atentar para o fato de que as classificações estão fundadas em “uma categorização que não se reduz à classificação coletiva obtida a partir do somatório das classificações individuais: a ‘ordem social’ não se forma a partir das ordens individuais” (p. 109). Assim, a capacidade de apropriação simbólica é afetada pela objetividade que orienta as representações, esta é:

o produto de um sistema de esquemas de percepção e de apreciação (habitus) que é ele mesmo o produto incorporado de uma condição definida por uma posição determinada quanto à distribuição de propriedades materiais (objetividade 1) e do capital simbólico (objetividade 2) e que leva em conta não somente as representações (que obedecem às mesmas leis) que os outros têm dessa mesma posição e cuja agregação define o capital simbólico (comumente designado como prestígio, autoridade, etc.), mas também a posição nas distribuições retraduzidas simbolicamente no estilo de vida. (Bourdieu, 2013, p. 111)

Mesmo que Bourdieu não afirme que essas diferenças existem apenas porque se deseja que existam, ele destaca que, quando aceitas e legitimadas, essas distinções “funcionam por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção” (Bourdieu, 2013, p. 111), o grupo conservador, a partir de suas formas de percepção, também reconhece estilos que correspondem às condições de pertencimento.

4 Eleição Municipal em 2024

Figura 2 – “Saiu a decisão final! [...]



Fonte: Print do Vídeo no Instagram

No dia 17 de setembro de 2024, próximo ao final do período eleitoral, Vanessa disponibilizou um vídeo¹³ em resposta à decisão do TRE, usando uma peruca loira e um vestido longo, no qual afirma que não poderia ser negra sendo de direita e que se sente injustiçada:

Negona? Eu fui impedida, estou sendo impedida de ser negra no Rio de Janeiro, como vocês bem acompanharam todo o meu dilema durante essa semana. Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro proibiram o uso do meu nome “Negona do Bolsonaro”, nome que eu já uso desde 2012. Eu estou perdendo o meu direito de ser uma negra, livre, com opinião e por não negar o melhor presidente do país, por ser leal ao meu amigo Jair Messias Bolsonaro, ao qual eu jamais negarei, jamais negarei o meu presidente e o meu amigo. Permanecerei fiel até o fim, mesmo esse bando de desembargadores brancos, brancos, proibindo, achando e determinando que eu não posso ser negra. Então, pela lógica, eles também não podem ser brancos. Se eu fosse uma loira, uma loira lulista ou uma negra lulista, eu não estaria sofrendo essa perseguição. Talvez assim [passando a mão no cabelo loiro] os desembargadores estejam imaginando, querendo que eu fosse. Se eu estivesse tomando hormônio para virar homem, se eu fosse um homem querendo virar mulher, cheia de pelos pelo corpo ou cortando alguma parte íntima minha, eu teria respeito. Se eu quisesse mudar meu nome da certidão de nascimento, também teria respeito. Se eu quisesse me sentir uma cadela, um cavalo ou seja lá o que for, eu teria respeito. Mas eu não posso me sentir negra, algo que está na minha certidão de nascimento, algo que vocês estão vendo e eu não preciso comprovar, eu não preciso me auto afirmar de que eu sou negra. (Vídeo do Instagram, 2024)

Jurandir Freire Costa (2021 [1982]), psiquiatra e psicanalista, em prefácio, aponta que, mesmo o negro identificando, na história, a posição do branco perante o

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DACOaUJSk0b/> Acesso em: 30 de ago. de 2025

colonialismo, a escravidão e o imperialismo, este transcende permanecendo sempre branco (p. 28), carregando a definição do que é considerado, por si, verdadeiro e único. É possível notar essa percepção no discurso de Vanessa aqui apresentado: ela mobiliza, com sua peruca loira, a ideia de que, se essa fosse sua imagem, a realidade de seu processo seria distinta. Ela não se enquadra na lógica do racismo que exigiria desejar ser aquela mulher: loira, branca e contida.

Esse apontamento da atual suplente de vereadora pode ser discutido sob o viés da violência da discriminação direcionada ao seu corpo negro, já que, como a própria aponta posteriormente, os desembargadores da decisão eram homens brancos. Contudo, como o psicanalista ilumina, a violência racial também atua em outra frente: a psique da dor do negro. Assim, o negro consciente dessa dor, do racismo e dessa violência reage a essa “ferida”, que o afasta da identidade de sujeito (p. 35). Justamente esse bloqueio pode, inclusive, gerar uma luta contra seu próprio corpo negro, mas esse não é o caso de Vanessa; ela não se nega, mas avança, “contenta-se em renegar o estereótipo do comportamento negro, copiando e assumindo um estereótipo de comportamento que pensa ser propriedade exclusiva do branco, e em cuja supremacia acredita” (Costa, 2021 [1982], p. 37). De forma diferente do abordado anteriormente, a regra de higiene moral e cultural não a afasta, mas a direciona a outro tipo de negro: não um “negro de alma branca”, mas um negro que não se submete à agenda moralista progressista e que renega as pautas raciais.

Esta aberração jurídica que está acontecendo... Se isso não é racismo, o que é? Não tem outro nome: desembargadores brancos determinando que eu não sou negra. A justificativa foi que... Sabe o que foi, patriotas? Foi que o “Negona” estimula, sabe o quê? A vulgaridade e o preconceito. Agora, a vulgaridade foi incluída na decisão dos desembargadores, alegando que eu não posso ser Negona. Negona estimula a vulgaridade e o preconceito racial, ou seja, estou cometendo o autoracismo, estou cometendo vulgaridade. Isso é um ultraje, é um atentado à minha identidade, ao nome que eu escolhi e não foi para disputar a eleição. É o nome que significa pertencimento. Eu pertenço, eu sou amiga leal e fiel a Jair Messias Bolsonaro. É um sentimento de pertencimento, de lealdade, e é isso: um símbolo maior, o patriotismo, que significa o exemplo de dignidade na política. É com esse nome que eu queria disputar minha eleição, mas, infelizmente, uma negra liberta, uma negra bolsonarista, está sendo censurada no Rio de Janeiro por não poder disputar as eleições. (Vídeo do Instagram, 2024)

Nesse trecho, ela identifica a situação como racista e aborda a justificativa atribuída à resolução do processo: vulgaridade e preconceito. Analisando sob a perspectiva da vivência da mulata em Gonzalez (2020), a mulher negra que sente o

racismo de um lugar muito específico e particular apresenta, entre suas facetas, a naturalização que a coloca em posições como faxineira e, também, prostituta e vulgar. A noção de que a palavra “Negona” atribui uma conotação sexual, nunca antes usada pela suplente, exemplifica que aquela mulata, que só é vista no rito carnavalesco, como narrado por Lélia, ainda se mantém atualizada “com toda sua força simbólica” (p. 71).

Então, assim como Lélia discorre sobre a definição da palavra mucama e de sua posição na sociedade, enquanto doméstica contemporânea, evidencia a consequência do olhar embranquecido sobre o cotidiano da mulher negra. É importante salientar a crítica realizada por Gonzalez ao trecho do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que Caio Prado Jr. mobiliza o ato sexual da mulher negra como: “escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual (...)” (Prado Jr., 1976, p. 342). Diferentemente do amor entre brancos, a mulher negra é identificada como instrumento de satisfação, o que, segundo Gonzalez, “nega o estatuto de sujeito humano” (Gonzalez, 2020, p. 75).

É por aí que a gente entende por que dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada “Nega do cabelo duro” que mostra direitinho por que eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme pra clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato de a gente ser preta. (Gonzalez, 2020, p. 76)

Vanessa defende que a decisão, além de racista, afeta diretamente a identidade por ela escolhida politicamente. É importante destacar que aqueles que a estariam censurando não são apenas brancos, mas também negros ainda presos a uma “senzala ideológica”, como abordado em outro vídeo já analisado, no qual ela afirma ser livre por ser leal e fiel ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Buscando fomentar uma “verdade compartilhada por seus pares” (Costa, 2021 [1982], p. 40), ela insere sua identidade como algo a ser reconhecido e validado pelo outro, representado por Bolsonaro e mobiliza para seu contexto uma ideologia que convém “propiciar a manutenção de uma sociedade racista” (Martins, 2021).

Então, eu aceito momentaneamente essa derrota judicial, mas eu caí atirando, eu lutei com todas as minhas forças. Uma negra bolsonarista está sendo censurada por não poder ser livre. Se a escravidão fosse hoje, esse bando de brancos certamente me colocaria no tronco, porque não aceitariam uma negra livre, uma negra próspera, uma negra que quer voar. Mas não pense que vocês me derrotaram. Não pensem jamais que vocês me derrotaram. Eu vou seguir adiante. Maior que Deus, ninguém. E Deus, sim, opera milagres, e eu conto com Deus e com vocês, patriotas do Rio de Janeiro. É com vocês agora essa responsabilidade, agora é com vocês. Não existe, por enquanto, Negona do Bolsonaro. Agora é Vanessa da Silva Oliveira. O nome que vai aparecer na urna, patriotas, é este nome aqui: Vanessa da Silva Oliveira. Prestem bem atenção nesse recado aqui que eu estou dando: eu jamais deixarei de ser a Negona de vocês e do meu presidente. [...] (Vídeo do Instagram, 2024)

Encerrando o vídeo, Vanessa chora intensamente após afirmar que não deixará de ser a “Negona do Bolsonaro”. Uma das formações discursivas utilizadas de forma mais branda, mas ainda presente, é a do conservadorismo cristão. Publicamente católica, ela emprega a fé como uma retórica de esperança em algo que será resolvido por alguém maior, não atingido por planos terrenos. Cristãos, principalmente católicos e evangélicos, têm sido o principal campo de ganho de votos e fidelidade desse populismo reacionário, que se vincula a uma identidade em comum.

Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente do Brasil e condenado a 27 anos e 3 meses de prisão por trama golpista¹⁴, já demonstrou simpatia pelo regime civil-militar de 1964, defende valores partilhados por cristãos, como a defesa de uma “família conservadora”, posição oposta à agenda de direitos humanos, e um projeto de segurança pública que defende o porte de arma civil. Como Lyra (2021) apresenta acerca do discurso da extrema direita, trata-se de um “ideário regressivo e autoritário, a utilização de *fake news* (...)" (p. 86), um dos *modus operandi* dessa onda conservadora. Como um “falso outsider” (p. 87), o cientista político reitera que essa posição permitiu que Bolsonaro assumisse a esperança dos calvinistas (que acreditam na importância dos humanos para mudar a vida), de que Deus agiria por meio dele (p. 90).

A retórica da perda, cunhado por Vital da Cunha (2020), destaca o uso do prefixo “re” nos discursos políticos da eleição de 2018. A socióloga, ao analisar o discurso de Jair Messias Bolsonaro na posse, cita o trecho: “restaurar e reerguer nossa pátria [...]” (p. 134), no qual se evidencia a importância atribuída ao entendimento de mudança e ao retorno ao antigo.

¹⁴ Disponível: <https://apublica.org/2025/09/retrospectiva-jair-bolsonaro-completa-de-candidato-a-condenado/> Acesso em: 14 de set. 2025

A retórica da perda é uma narrativa fundada, portanto, em uma insegurança moral diante de mudanças sociais empiricamente identificadas que buscam reconhecimento. Diante dessas mudanças que visam ao estabelecimento de outra normatividade ou a desconstrução de padrões de normalidade que negavam legitimidade a grupos de estilos de vida variados, a retórica da perda propõe o “resgate” de uma sensação de segurança (supostamente ou não) partilhada socialmente. (Vital da Cunha, 2020, p. 135)

O status religioso pode ser definido pela performance no grupo. Seguindo a análise de Goffman (1959), o autor identifica que, moldando o comportamento para um público, é possível definir uma visão sobre o que se espera do novo integrante daquela comunidade. As pessoas investem em atributos que julgam serem reconhecidos como pertencentes ao espaço em que buscam um relacionamento social. Assim, o político precisa manter suas características, uma vez estabelecidas, para preservar o contrato social que foi firmado.

5 Considerações Finais

Em um período marcado pelo uso das mídias sociais para engajamento político e social, o campo privado se aproxima cada vez mais do público, onde o ator político consegue usar as mídias como uma forma de publicar informações sem o uso de opiniões de especialistas e também contando com o algoritmo, que não é neutro, para inflamar um viés de confirmação que por meio de engajamento alcançam um público que já espera e acredita na informação publicada.

Este trabalho buscou refletir sobre o racismo e o uso do debate racial mobilizado por uma candidata a vereadora no Rio de Janeiro, Vanessa de Oliveira (PL/RJ), na qual se posiciona à direita e defende pautas morais e conservadoras. Por meio de uma análise qualitativa de dois vídeos publicados em seu Instagram, foi elaborado uma reflexão sobre seus discursos e temáticas que perpassam eles, como o movimento negro de direita e outros coletivos, além de uma formação discursiva conservadora cristã que direciona uma verdade absoluta para os *insiders* ao grupo cristão de direita.

O estudo contribuiu para o campo digital e performance, com foco em como por meio da Lélia Gonzalez podemos observar como a oposição ao nome “Negona do Bolsonaro”, além de ter um jogo político envolvido, que não foi o foco aqui e deve ser investigado em futuras pesquisas, permeia uma noção de vulgaridade que é atribuída a mulheres negras desde o período da escravidão no país. E, pensando a partir de Patricia Hill Collins, como Vanessa se identifica como *outsider within* quando afirma ser negra,

mas abandonada pelos negros progressistas quando é vítima do crime de racismo, buscando elaborar para seus seguidores uma “hipocrisia” que estaria presente em um discurso da esquerda que se pensa moral e justo, apesar de a mesma já ter sido convidada em evento que afirma não existir racismo no país.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 105-115, 2013.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: Economia, Sociedade e Cultura. (Vol 1): A Sociedade em Rede. 25º Edição, revista e ampliada, – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: a verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 304p
- CHAVES, Marco Túlio Damas. O Brasil Delegado: Pandemia, Bolsonarismo, Federalismo e Democracia. **ZIZ - Revista Discente de Ciência Política**, [S. I.], v. 3, n. 2, p. e002, 2024.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- COSTA, Jurandir Freire. Prefácio: Da cor ao corpo: a violência do racismo [1982]. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** – 1º ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- DO ROSARIO GREGOLIN, Maria. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 4, p. 11-25, 2007.
- ESPIRITO SANTO, Claudinei. Negros na extrema direita, faz sentido?: Um olhar sob Fanon na busca de compreender as relações de raça e movimento político dos últimos anos. **Ponto-e-Vírgula**, v. 1, n. 35, 2024.
- EVENTO bolsonarista sobre inexistência do racismo é criticado e suspenso. UOL, São Paulo, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/15/evento-bolsonarista-sobre-inexistencia-do-racismo-e-criticado-e-suspenso.htm>. Acesso em: 14 set. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

GALISI, Juliano. **Quem é a 'Negona do Bolsonaro'**, citada pela PF em indiciamento do ex-presidente. Estadão, São Paulo, 21/08/2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/quem-e-negona-do-bolsonaro-citada-policia-federal-indi-nprp/?srltid=AfmBOoq7I9NDcP_FrvApZtIc_dEQkJvD8d8xrM-Kz_30XojUSjq9Rq9dp Acesso em: 27 ago. 2025.

GODOY, Yago. **Saiba quem é a 'Negona do Bolsonaro'**, citada pela PF como uma das pessoas utilizadas pelo ex-presidente para burlar cautelares. O Globo, Rio de Janeiro, 21/08/2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/08/21/saiba-quem-e-a-negona-do-bolsonaro-citada-pela-pf-como-uma-das-pessoas-utilizadas-pelo-ex-presidente-para-burlar-cautelares.ghtml> Acesso em: 26 ago. 2025.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

LYRA, Rubens Pinto. **Bolsonarismo**: ideologia, psicologia, política e temas afins. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2021.

MARTINS, Elisamar. **O Opressor e seus cúmplices**: uma análise de discursos racistas de influenciadores digitais negros. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.

MERTON, Robert. Insiders and outsiders: a chapter in the sociology of knowledge. **American Journal of Sociology**, n. 78, p. 9-47, 1972.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SANTANA, Elias. **Conservadores organizam evento que nega racismo no Brasil**: "serviços da branquitude", diz Douglas Belchior. Terra, São Paulo, 14/07/2022. Acesso em: <https://www.terra.com.br/nos/conservadores-organizam-evento-que-nega-racismo-no-brasil-servicos-da-branquitude-diz-douglas-belchior,45323de26bd8d3d3eb9ddd5e8f5e8dba9selazpt.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

VEIGA, Edilson; DOMENICI, Thiago. **De candidato a condenado**: Os detalhes incômodos da trajetória de Jair Bolsonaro. Agenda Pública, São Paulo, 11/09/2025.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural. Antropologías desde América Latina y del Caribe**, [S. l.], n. 6, 2021.

ENTRE O GOLPE E A BALA: VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA POLÍTICA NOS CASOS DILMA E MARIELLE E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NAS ELEIÇÕES DO RIO DE JANEIRO – RJ

Ariane Cristina Machado¹

Maria Eduarda Tencati da Costa²

Resumo: A sub-representação feminina na política tem sido um tema central na Ciência Política, com ênfase crescente na análise interseccional de gênero, raça e classe (Davis, 1983; Crenshaw, s.d.; Biroli e Miguel, 2015). No Brasil, os episódios do impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016, e do assassinato de Marielle Franco (PSOL), em 2018, evidenciam a violência política contra mulheres como um dos principais obstáculos à participação política feminina (Krook e Sanín, 2016; Matos, 2022). Este artigo analisa a participação de mulheres de esquerda nas eleições municipais e gerais na cidade do Rio de Janeiro entre 2002 e 2024, observando os reflexos desses episódios. A partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral, cruzamos as variáveis gênero, raça e filiação partidária. Observa-se uma retração nas candidaturas femininas em 2016, seguida por um crescimento expressivo em 2020, especialmente entre mulheres negras com perfil semelhante ao de Marielle. Embora não se estabeleça uma relação causal direta, os dados sugerem que episódios de violência política podem operar tanto como formas de silenciamento quanto como catalisadores de resistência. Os resultados indicam que, mesmo diante de estruturas exclucentes, a atuação de mulheres negras na política institucional reconfigura os sentidos da democracia e aponta para novos horizontes de representação.

Palavras-chave: Violência Política Contra Mulheres; Eleições; Interseccionalidade; Mulheres Negras; Rio de Janeiro.

BETWEEN THE COUP AND THE BULLET: VIOLENCE AGAINST WOMEN IN POLITICS IN THE CASES OF DILMA AND MARIELLE AND THE PARTICIPATION OF WOMEN IN THE ELECTIONS OF RIO DE JANEIRO – RJ

Abstract: The underrepresentation of women in politics has been a central issue in Political Science, especially through intersectional analyses of gender, race, and class (Davis, 1983; Crenshaw, n.d.; Biroli & Miguel, 2015). In Brazil, two key episodes highlight this dynamic: the impeachment of President Dilma Rousseff (PT) in 2016 and the assassination of Councilwoman Marielle Franco (PSOL) in 2018. These events exemplify political violence against women as a major obstacle to female political

¹Mestranda em Ciência Política e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: machadoariane@estudante.ufscar.br

² Mestranda em Ciência Política e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: mariatencati@estudante.ufscar.br

participation (Krook & Sanín, 2016; Matos, 2022). This article analyzes the participation of left-wing women in municipal and general elections in the city of Rio de Janeiro between 2002 and 2024, observing the effects of these episodes. Using data from the Brazilian Electoral Court, we cross-analyze gender, race, and party affiliation. A decline in female candidacies is noted in 2016, followed by a significant rise in 2020, particularly among Black women with profiles similar to Marielle's. Although the study does not claim a direct causal relationship, the findings suggest that political violence can function both as a silencing mechanism and as a catalyst for resistance. The results show that, despite persistent exclusionary structures, Black women's institutional political participation reconfigures the meanings of democracy and opens new pathways for inclusive representation.

Keywords: Political Violence Against Women; Elections; Intersectionality; Black Women; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A sub-representação de mulheres na política tem sido uma questão central nos debates da Ciência Política, que procura identificar explicações para as desigualdades na ocupação de cargos eletivos. No Brasil, eventos recentes como o assassinato de Marielle Franco (PSOL), em 2018, e o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, trouxeram à tona a violência contra as mulheres na política (Krook e Sanin, 2018; Matos, 2020) como um dos principais obstáculos à participação política feminina. Quando observada a interseccionalidade de gênero e raça, essa lacuna se torna ainda mais evidente, pois mulheres racializadas enfrentam múltiplos níveis de discriminação (Davis, 1983).

Conforme destacam Krook e Sanín (2018), a violência contra as mulheres na política (VAWIP) funciona como um mecanismo específico de exclusão, cuja centralidade reside no fato de que as mulheres são alvos justamente por sua condição de gênero, independentemente do conteúdo político de sua atuação. Embora este estudo não busque estabelecer inferências causais, é importante considerar, como argumentam Krook e Sanín (2018), que a violência política, especialmente a violência contra mulheres na política, possui uma dimensão comunicativa que faz com que seus efeitos extrapolam as vítimas diretas e reverberem de modo difuso no campo político e social. Essa violência reforça a mensagem de que as mulheres, enquanto grupo social, não devem ocupar espaços políticos. Neste sentido, busca-se compreender se houve alguma tendência de aumento ou diminuição na participação eleitoral feminina após o episódio de maior repercussão nacional na história recente da violência contra as mulheres na política: o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL). Além disso, incorpora-se à análise o contexto do golpe institucional de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, que representa um episódio emblemático de violência contra mulheres na política no Brasil, especialmente por sua dimensão simbólica que reforça o paradigma excluente com relação à participação de mulheres da política.

Para isso, este trabalho propõe observar a participação política de mulheres alinhadas à esquerda na cidade do Rio de Janeiro, considerando tanto eleições municipais quanto gerais, entre 2002 e 2024. Além disso, a partir do olhar interseccional, será possível observar a relação que gênero e racialidade estabelecem

na ocupação da esfera pública. Ao iluminar a interseção entre gênero, raça e ideologia partidária, a análise busca imaginar o mundo social (Simmons e Smith, 2023) em que políticas públicas e iniciativas partidárias promovam um ambiente político seguro e, consequentemente, mais democrático para a participação de mulheres.

Este estudo exploratório pode contribuir para o entendimento sobre as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres na política brasileira e os fatores que podem estimular ou desestimular sua participação. Ele tem uma evidente limitação de escopo, tendo em vista que a compreensão plena sobre o fenômeno demandaria a associação de métodos quantitativos e qualitativos. Na tentativa de sanar a lacuna qualitativa, recorreu-se a fontes secundárias³, como matérias de jornais renomados com candidatas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresenta a discussão teórica sobre sub-representação feminina, interseccionalidade e violência política contra as mulheres. Em seguida, são detalhados os métodos e técnicas utilizados na análise comparativa. A quarta seção discute os resultados da análise, e, finalmente, as considerações finais apontam os principais achados e suas implicações para o campo dos estudos de Gênero e Participação Política.

2 Sub-representação feminina, interseccionalidade e violência política contra as mulheres

Ao adotar gênero como recorte, este estudo se dispõe a observar como ele se relaciona com as demais variáveis que podem impactar ou serem impactadas por ele. Os estudos sobre mulheres e política (Pateman, 1988; Sacchet, 2011; Biroli, 2018, Braga, Dalcin e Boni, 2021; Thomé e Gatto; 2024) apontam a dualidade público-privada com chave para compreender como as relações de gênero são capazes de refletir na esfera pública as desigualdades reproduzidas na esfera privada. A divisão sexual do trabalho, conforme argumenta Pateman (2013), reflete-se tanto na organização da produção, no âmbito do trabalho, quanto no exercício da cidadania. Esse elemento estrutural é central para a dicotomia histórica entre o espaço público, associado à representação e participação política, e o espaço privado, tradicionalmente ligado ao

³ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356144_236403.html. Acesso em 09/01/2025

cuidado e ao trabalho não remunerado.

A sub-representação de mulheres nos espaços de poder institucional é um fenômeno recorrente nas democracias ocidentais, refletindo desigualdades históricas entre os gêneros. Conforme afirma Biroli (2018), a política institucional foi estruturada a partir da exclusão das mulheres e da naturalização de papéis sociais que as restringem à esfera doméstica. Essa exclusão não se limita à dimensão numérica, mas se manifesta também nas condições de acesso, permanência e voz nos espaços decisórios. No Brasil, a participação das mulheres na política ainda é marcada por dificuldades de entrada e de permanência, mesmo com a vigência de mecanismos como cotas de gênero. A literatura feminista tem demonstrado como a política institucional permanece fortemente marcada por uma cultura masculina, que impõe às mulheres, especialmente as negras e periféricas, obstáculos simbólicos e materiais que dificultam sua atuação (Biroli, 2018; Matos, 2022).

A violência contra mulheres na política não é um fenômeno novo no Brasil, mas tem se intensificado nos últimos anos, afetando não apenas as mulheres eleitas ou candidatas, mas também aquelas que ocupam posições de liderança em partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, ou que atuam como ativistas, defensoras dos direitos humanos, jornalistas e influenciadoras digitais. Dados compilados por instituições como o Observatório da Violência Política e Eleitoral da UNIRIO (OVPE), Instituto Marielle Franco e Terra de Direitos revelam que os episódios de violência contra mulheres na política têm se tornado mais frequentes, especialmente durante anos eleitorais (Lauris & Hashizume, 2020; Santos & Guerra, 2022). De acordo com o Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres (2024), essa violência manifesta-se de diversas formas e atinge especialmente mulheres que enfrentam múltiplas interseções de opressão, como identidade de gênero, raça, etnia, religião e classe social. A violência contra mulheres na política, portanto, não apenas as agride fisicamente, mas também as marginaliza e silencia, dificultando seu acesso aos espaços de poder e decisão, comprometendo a própria democracia.

Nesse sentido, a violência contra mulheres na política aparece como disciplinador feminino, transmitindo a mensagem de que a política não é um lugar seguro à participação. Krook e Sanín (2016) identificam três tipos principais de manifestações, conforme previsto na legislação boliviana, pioneira na temática:

violência física, sexual e psicológica. Essas formas de violência transcendem o âmbito eleitoral, afetando a participação das mulheres em diversas esferas da política, como nos movimentos sociais, e até mesmo se reproduzem no âmbito privado (Krook e Sanin, 2016). Da mesma forma, a Cartilha sobre Violência Política contra as Mulheres, elaborada pelo NEPEM-UFMG (Matos; Costa; Gonçalves, 2024), caracteriza essa violência como uma manifestação de opressão que limita a plena inclusão das mulheres na vida pública, fragilizando, em última instância, os pilares da democracia.

A compreensão das desigualdades políticas demanda uma abordagem interseccional. Crenshaw (2002) cunhou o termo interseccionalidade para explicar como a opressão de gênero se articula com outras formas de opressão, como o racismo e o classismo. No contexto político, essa articulação implica que mulheres negras, indígenas, trans e pobres enfrentam desafios específicos e agravados para acessar e disputar cargos eletivos. No Brasil, autoras como Carla Akotirene (2019) e Flávia Rios (2021) têm ressaltado como o racismo estrutura a exclusão política, especialmente em contextos urbanos marcados pela violência do Estado. Segundo Matos (2022), o conceito de interseccionalidade é central para compreender as dinâmicas da violência política, pois permite visibilizar a forma como múltiplas opressões operam simultaneamente contra determinadas candidatas e lideranças. A emergência de figuras políticas como Marielle Franco, com forte identificação interseccional, desestabiliza os padrões normativos da política institucional brasileira, tornando essas mulheres alvos preferenciais de violências simbólicas e materiais.

Como apontam Biroli e Miguel (2015, p. 29), “qualquer análise que tenha a ambição de estabelecer relações entre os limites das democracias contemporâneas e as desigualdades sociais precisa incorporar como problema as hierarquias que se constituem na convergência entre os eixos”. Nesse sentido, investigar como a violência política contra as mulheres se relaciona com “cor/raça” oferece ferramentas valiosas para entender as dinâmicas que sustentam a sub-representação feminina na política. Nossa hipótese é de que iniciativas como a Agenda Marielle Franco tenham contribuído para o fortalecimento da identidade de mulheres com perfis semelhantes ao de Marielle Franco.

3 Dilma e Marielle: um desafio comparativo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a influência dos casos de violência política contra Dilma Rousseff e Marielle Franco na participação de mulheres nas eleições gerais e municipais realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, pretende-se analisar os dados relacionados às candidaturas e resultados eleitorais disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), buscando identificar tendências capazes de validar ou refutar a afirmação de que a violência política passa a mensagem de que a política não é um espaço seguro para mulheres (Krook e Sanin, 2018). Este capítulo detalha as estratégias metodológicas empregadas, apresentando os fundamentos que orientaram a coleta, o tratamento e a análise dos dados, além de justificar a seleção do caso estudado e as ferramentas interpretativas utilizadas.

A escolha do recorte temporal entre 2002 e 2024 tem como base a lógica comparativa de observar duas eleições anteriores e duas posteriores aos eventos que elegeram ambas as figuras políticas analisadas. No caso das eleições gerais, relacionadas ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, foram consideradas as disputas de 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022. Já para as eleições municipais, relacionadas ao assassinato da vereadora Marielle Franco, foram analisados os pleitos de 2008, 2012, 2016, 2020 e 2024. Essa delimitação permite observar possíveis variações na participação de mulheres de esquerda, especialmente aquelas com perfis interseccionais, antes e depois dos eventos, sem a pretensão de estabelecer relações de causalidade direta. Trata-se de um exercício exploratório que busca identificar padrões e hipóteses interpretativas sobre os efeitos da violência contra as mulheres na política na dinâmica eleitoral.

Partindo da ideia de iteração (Simmons e Smith, 2023), que consiste na atualização constante das suposições anteriores, conceitos e reconfigurações do desenho de pesquisa, esta pesquisa se iniciou com um desenho bastante diferente do atual, buscando observar apenas o impacto da repercussão do assassinato de Marielle Franco na participação de mulheres nas eleições municipais do Rio de Janeiro. No entanto, após a coleta de dados, observou-se uma queda considerável na participação de mulheres de esquerda nas eleições de 2016⁴, o que chamou a atenção para outros

⁴ Gráfico 1 (abaixo, na seção Análise dos Dados)

possíveis fatores que pudessem ter contribuído para o fenômeno.

O golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, foi amplamente estudado (Weber, 2023; Biroli, 2016) como um episódio misógino através do qual se manifestaram diversos tipos de violência política contra as mulheres. Sendo assim, este trabalho considera que não é possível observar o fenômeno da violência política contra as mulheres na história recente da democracia brasileira, sem considerar esses dois casos: Dilma e Marielle.

É importante destacar as diferenças, tanto no que se refere ao cargo, quanto em relação ao perfil das políticas, uma branca, da classe média alta, com longa trajetória política, do maior partido da esquerda brasileira; a outra, negra, cria da favela da Maré, recém-eleita para seu primeiro mandato como vereadora, de um partido pequeno como o PSOL. Uma foi retirada do cargo por meio de um golpe e a outra, assassinada. Ambos são casos recentes de repercussão nacional em que mulheres de esquerda, politicamente comprometidas com a defesa dos direitos das minorias, e legitimamente eleitas, foram forçadas a abandonar seus cargos.

A partir de uma perspectiva de comparação pluralista (Simmons e Smith, 2023), neste estudo, os casos não são tratados como uma unidade de análise estática, mas como construções dinâmicas, continuamente exercendo influência e sendo influenciados pelo contexto. Essa perspectiva é fundamentada na proposta de Joe Soss (2021), que sugere que casos sejam vistos não como substantivos fixos, mas como verbos. Uma observação por essa lente é capaz de favorecer o processo ativo de criação e recriação das unidades de análise pelos pesquisadores. Essa abordagem reconhece a importância de diversificar os métodos de comparação perspectivista, não apenas explicando o mundo social, mas também buscando imaginar novas possibilidades para ele.

No processo de análise, adotou-se o conceito de tradução metodológica (Simmons e Smith, 2023), que reconhece que ideias e processos podem ser compreendidos em diferentes contextos, mas nem sempre de forma linear ou uniforme, exigindo atenção às adaptações. No caso, serão comparados dois casos de violência política contra a mulher de esferas e dimensões distintas, aparentemente não comparáveis como unidades fixas e independentes, mas que, pelo contrário, têm significados semelhantes para o campo da esquerda e podem relacionar-se. Essa

abordagem busca evitar interpretações reducionistas ou universalizantes, privilegiando um olhar que respeita a complexidade das realidades estudadas. Seguindo a perspectiva de Simmons e Smith (2023),

"Na ciência política, deve haver espaço tanto para projetos de pesquisa que enfatizam a identificação causal clara quanto para projetos onde esses tipos de vínculos precisos são impossíveis de discernir. (...) se, em nossa ênfase na identificação causal como o padrão de ouro, esses se tornam os únicos tipos de programas de pesquisa que autorizamos, perdemos a oportunidade de fazer as contribuições conceituais cruciais que vêm com os designs de pesquisa mais flexíveis." (SIMMONS E SMITH, 2023, tradução livre)

Compreende-se que os casos destacados são ideográficos (Lijphart, 1971), ou seja, são casos intrinsecamente relevantes, por seu valor histórico (ou por sua importância pessoal para o pesquisador). Casos ideográficos não buscam generalizações, mas podem contribuir para leituras mais amplas sobre o fenômeno. A escolha foi observar apenas os dados sobre a cidade do Rio de Janeiro, que já foi capital do país e hoje é um dos principais centros políticos do Brasil, também é um dos locais com grande presença de milícias organizadas, fator fundamental para a compreensão dos fenômenos políticos, como o próprio assassinato de Marielle Franco. Nesse sentido, não haveria outra localidade brasileira com características semelhantes. Optou-se, então, por observar dois casos em uma mesma região, como parâmetro de comparação.

A análise foi realizada a partir de dados documentais e estatísticos sobre candidaturas no Rio de Janeiro, com foco em variáveis ideológicas (partido) e identitárias (cor/raça e gênero) ao longo dos anos. As variáveis foram selecionadas com base em um desenho de pesquisa que privilegiou, entre outros fatores, o perfil das candidatas, especialmente aquelas que se assemelham ao de Marielle Franco e Dilma Rousseff e o contexto político que envolveu cada pleito.⁵ Outro fator determinante para a escolha da cidade do Rio de Janeiro foi a abordagem da questão de cor/raça sob a perspectiva da sensibilidade etnográfica (Simmons e Smith, 2023), que valoriza os significados atribuídos pelos próprios agentes envolvidos. Nesse contexto, a experiência de ser uma mulher negra na política pode assumir significados e implicações distintas no Nordeste ou no Sul, em relação à vivência desse mesmo papel em uma capital do Sudeste, como o Rio de Janeiro.

⁵ A variável "orientação sexual", inicialmente presente no projeto, foi excluída da análise por falta de dados disponíveis no TSE.

Outra das dimensões de análise são os partidos políticos. O Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais (2001) é um relatório que analisa como a violência política contra as mulheres atinge as parlamentares brasileiras. Na pesquisa, o resultado que se destaca e se relaciona com a hipótese deste trabalho diz respeito à motivação dos ataques, que parece ser principalmente ideológica.

“(...) o que se observa é que, embora a direita sofra muito mais ataques que a esquerda, a proporção entre o número de ataques e as menções nominais às parlamentares de esquerda (14,6%) é maior do que a de parlamentares de direita (6,9%)” (Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais, 2001)

A análise seguiu a estratégia de cruzamento da variável gênero com a filiação partidária, delimitando o grupo de estudo às candidaturas femininas vinculadas a partidos de esquerda. Essa delimitação justifica-se pela associação desse perfil à trajetória da vereadora Marielle Franco, cuja execução tornou-se um marco do fenômeno da violência política. Para a classificação ideológica dos partidos políticos, adotaram-se os parâmetros estabelecidos por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2021). Os autores desenvolveram uma escala a partir de um *survey* aplicado a 579 cientistas políticos em todo o Brasil, resultando em uma categorização que posiciona os partidos em cinco espectros ideológicos: extrema-esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema-direita. A escala atribuída varia de 0, representando a extrema-esquerda, a 10, correspondente à extrema-direita.

Esse processo reflexivo, aliado à análise dos eventos, demonstra que o campo da violência política contra as mulheres é rico em complexidade e oferece oportunidades para abordagens metodológicas inovadoras. A escolha de métodos flexíveis e adaptáveis, como a iteração, reflete não apenas os limites enfrentados pela pesquisa, mas também sua potencialidade em abrir caminhos para estudos futuros mais aprofundados e abrangentes.

4 Germinando sementes: a reação das mulheres à violência política

Os dados coletados pela pesquisa evidenciam variações no número de candidaturas femininas ao longo dos ciclos eleitorais analisados, tanto em eleições municipais quanto gerais. Nas disputas de 2008 e 2012, observa-se um crescimento no número de mulheres candidatas nos partidos selecionados. O PDT registrou um

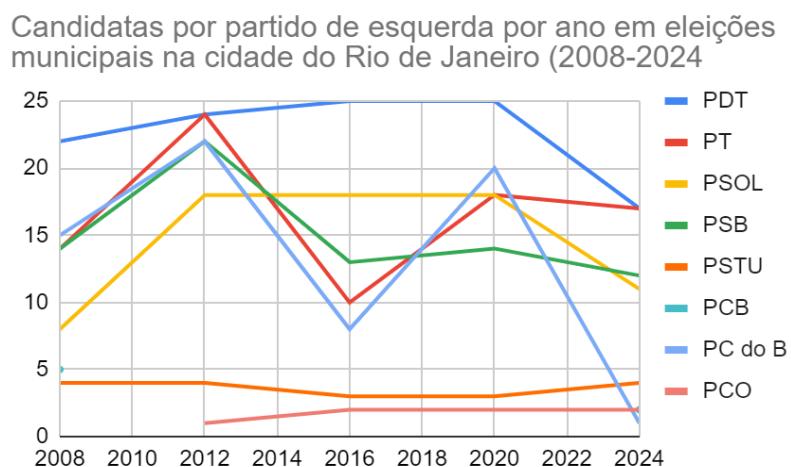
aumento de 22 para 24 candidaturas, o PT de 14 para 24, o PSOL de 7 para 18, o PSB de 14 para 22, enquanto o PSTU manteve 4 candidaturas em ambas as eleições. O PCdoB apresentou um crescimento de 15 para 22 candidaturas, ao passo que o PCB, que havia registrado 5 candidaturas em 2008, não apresentou nenhuma em 2012. O PCO, por sua vez, teve apenas uma candidatura feminina em 2012.

Em 2016, ano em que Marielle Franco disputou as eleições, observa-se uma queda significativa no número de candidaturas femininas. Esse movimento é seguido por um crescimento em 2020 e, posteriormente, por nova retração em 2024. A análise desses dados sugere que a redução observada em 2016 coincide com o *impeachment* de Dilma Rousseff, um evento marcado por expressiva violência política contra a então presidenta.

4.1 Eleições municipais

No gráfico "Candidatas por partido de esquerda por ano em eleições municipais na cidade do Rio de Janeiro (2008-2024)", é possível identificar quatro tendências principais.

Gráfico 1 – Candidatas por partido de Esquerda Por ano em eleições municipais



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Primeiro, observa-se que o PDT foi o partido com o maior número de candidatas ao longo de quase todo o período analisado. Vale destacar, ainda, que o partido tem

suas raízes no Rio de Janeiro e surgiu como um resgate do antigo PTB, legado de Getúlio Vargas e de João Goulart. No entanto, poucos dias após a Justiça Eleitoral conceder a sigla ao grupo, decidiu-se pela utilização de outra. Sob a liderança de Leonel Brizola, o PDT se apresentou com um forte apelo social e se consolidou como uma legenda voltada para a defesa da igualdade e dos direitos da classe trabalhadora. Nos anos analisados, o PDT se destacou como o partido de esquerda com maior participação de mulheres em suas listas, tanto em pleitos municipais quanto em disputas federais e estaduais. Essa liderança se manteve até 2020, quando o partido apresentou uma queda significativa em 2024, acompanhando a retração de quase todas as outras siglas. Neste mesmo ano, o PDT igualou-se ao PT no número de candidatas.

Segundo, entre 2008 e 2012, houve um crescimento expressivo no número de candidatas na maioria dos partidos. Essa tendência, entretanto, foi interrompida em 2016, quando ocorreu uma queda generalizada, com exceção do PDT, do PSOL de Marielle Franco e dos partidos menores (PCB, PCO e PSTU), que mantiveram estáveis suas candidaturas.

Terceiro, os partidos PT, PSB e PCdoB apresentam trajetórias semelhantes no início do gráfico, o que pode indicar afinidades na forma como essas legendas respondem a determinados contextos políticos. A partir de 2016, observa-se uma redução no número de candidaturas femininas nesses partidos, em um momento que se dá em um contexto posterior ao impeachment de Dilma Rousseff e ao reordenamento das forças políticas no campo institucional. Embora essa sobreposição temporal seja relevante para a análise, é importante reforçar que não é objetivo deste artigo estabelecer inferências causais entre tais eventos e as oscilações observadas nas candidaturas. A abordagem adotada é descritiva e busca levantar hipóteses interpretativas a partir da observação de padrões recorrentes. Nesse cenário, chama atenção o comportamento do PSOL, que, apesar de compartilhar alinhamento ideológico com essas legendas, foi o único a manter estável o número de candidaturas femininas no período analisado.

A análise territorial dos votos do PSOL na cidade do Rio de Janeiro, especialmente a partir das eleições de 2016, revela um dado relevante: embora as candidaturas de mulheres negras do partido estejam fortemente vinculadas a agendas populares, seus votos se concentram, muitas vezes, em regiões da zona sul da cidade,

tradicionalmente associadas a setores de classe média e elite progressista. Segundo Silva (2022), o PSOL tem se consolidado como uma das forças de esquerda mais influentes no município, superando o Partido dos Trabalhadores em cadeiras na Câmara desde 2016. Um dos fatores centrais para esse crescimento é a atuação de núcleos territoriais organizados, responsáveis por articular campanhas, formação política e diálogo com diversos setores sociais. Nesse contexto, a figura de Marielle Franco adquiriu papel simbólico e estratégico dentro do partido, sendo mobilizada em campanhas posteriores como referência de resistência, especialmente por meio da narrativa das “sementes de Marielle”. Ainda que a identificação dos eleitores com essas candidaturas nem sempre decorra de vivências compartilhadas de classe ou território, a escolha por mulheres negras, periféricas e de esquerda por eleitores da zona sul aponta para a complexidade das alianças políticas e afetivas que se formam no espaço eleitoral da cidade.

Quarto, entre 2020 e 2024, ocorreu uma queda coletiva no número de candidatas de esquerda. Alguns partidos, como o PT, apresentaram uma redução menos expressiva, enquanto outros, como o PCdoB, passaram de 20 candidatas em 2020 para apenas uma em 2024. Esse declínio pode ser explicado pela aprovação da lei das federações partidárias, que alterou as estratégias eleitorais de partidos menores. Com a federação, a tática eleitoral se aproximou das condições anteriores a 2017, quando foram implementadas a cláusula de barreira e o fim das coligações. Em vez de montar nominatas completas, passou a ser mais vantajoso concentrar esforços em poucas candidaturas. Essa mudança ilustra como as reformas no sistema eleitoral afetam diretamente as estratégias partidárias e o perfil das candidaturas.

Partidos de esquerda com menor representação, como PCB e PSTU, enfrentam dificuldades acentuadas após as mudanças legais de financiamento e regras eleitorais. A escassez de recursos impacta diretamente a participação feminina, como apontam estudos feministas que relacionam condições materiais à presença das mulheres na política (Biroli, 2018; Matos, 2020). A informalidade das campanhas, ausência de estrutura partidária e ausência de incentivos institucionais impõem barreiras que se tornam ainda mais complexas quando somadas às desigualdades raciais e de classe.

No gráfico "Eleitas por partido de esquerda nas eleições municipais do Rio de Janeiro (2008-2024)", é possível identificar quatro tendências significativas:

Gráfico 2 – Eleitas por partido de esquerda nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2008 e 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Primeiro, a partir de 2016, observa-se um crescimento na representação feminina de partidos de esquerda, ainda que essa representação permaneça limitada. Na última eleição, cinco mulheres foram eleitas, compondo um total de 51 vereadores. Essa tendência reflete um avanço modesto, mas relevante, considerando o histórico de baixa presença feminina nesse espaço.

Segundo a eleição de 2012 marca um ponto crítico na trajetória da representatividade feminina de esquerda, com nenhuma mulher eleita naquele pleito. Por outro lado, a eleição municipal de 2012 foi uma eleição importante para a esquerda, com destaque para o candidato do PSOL, Marcelo Freixo, que encabeçou uma campanha de grande repercussão no meio artístico, tendo como vice o músico Marcelo Yuka. O partido ampliou de 1 para 4 cadeiras na Câmara, mas nenhuma mulher foi eleita.

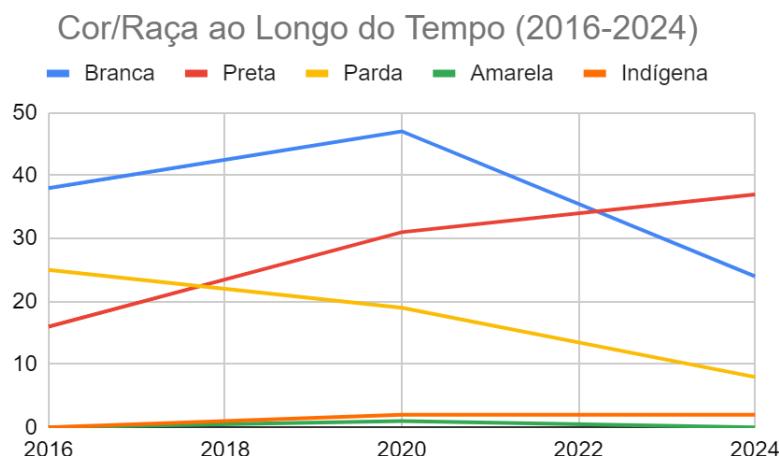
Terceiro, o PDT é um partido que se destaca pela presença de candidaturas femininas no Rio de Janeiro. No entanto, dentro do recorte temporal observado, com

exceção da eleição de 2008, quando elegeu uma vereadora, o partido não conseguiu retomar sua representatividade feminina na Câmara Municipal nas eleições seguintes, após 2012.

Por fim, a partir de 2016, outros partidos de esquerda começam a ampliar a bancada feminina de esquerda. O PSOL, o PT e o PSB se destacam nesse contexto, elegendo, em 2024, 2 vereadoras pelo PT, 2 pelo PSOL e uma pelo PSB. Entre as eleitas do PSOL está Mônica Benício, viúva de Marielle Franco, cuja atuação política reivindica o legado de Marielle.

Além disso, também cruzamos os dados disponíveis sobre racialidade com o número de candidatas e obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 3 – Cor/Raça ao longo do tempo (2016-2024)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

O gráfico revela um crescimento expressivo das candidaturas de mulheres pretas a partir de 2020, ano marcado pela intensificação da crise política, pela eleição de Jair Bolsonaro, pela pandemia de COVID-19 e pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido dois anos antes. Ainda que não seja possível afirmar uma relação causal direta entre esses eventos e o aumento da participação de mulheres negras, os dados indicam uma inflexão relevante. Conforme apontado por Krook e Sanín (2016), a

violência contra mulheres na política possui uma dimensão comunicativa, cujos efeitos extrapolam as vítimas diretas e reverberam simbolicamente no campo político e social. Nesse sentido, o crescimento observado pode ser interpretado como parte de um movimento mais amplo de enfrentamento e resposta política à exclusão, especialmente entre candidaturas com perfis identitários e ideológicos semelhantes ao de Marielle.

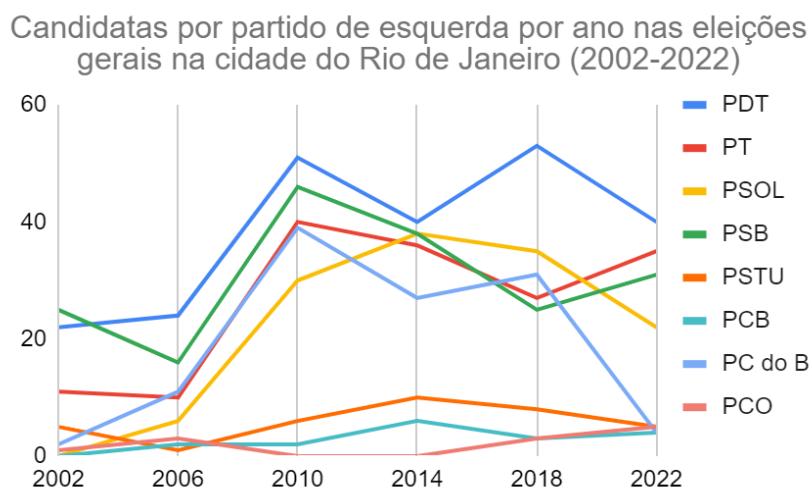
Para uma análise mais aprofundada das motivações e sentidos atribuídos por essas candidatas, seria necessário recorrer a métodos qualitativos, como entrevistas em profundidade, o que excede o escopo do presente estudo. Como alternativa, foram mobilizadas fontes secundárias, como entrevistas publicadas pela imprensa, que evidenciam a apropriação política da expressão “Marielle virou semente”. Um exemplo emblemático é a Agenda Marielle Franco⁶, iniciativa promovida pelo Instituto Marielle Franco em diferentes ciclos eleitorais, voltada a cadastrar e fortalecer candidaturas comprometidas com as pautas defendidas pela vereadora.

4.2 Eleições gerais

No gráfico "Candidatas por partido de esquerda por ano nas eleições gerais na cidade do Rio de Janeiro (2002-2022)", observa-se um crescimento significativo no número de candidaturas femininas entre as eleições de 2006 e 2010. Em 2010, ano em que Dilma Rousseff foi eleita como a primeira presidente do Brasil, há um boom de candidaturas de mulheres. Embora os dados disponíveis não permitam afirmar que Dilma tenha influenciado diretamente o aumento dessas candidaturas, nota-se que a linha das candidaturas femininas acompanha o período de maior aprovação de Dilma, como também seu declínio.

⁶ Agenda Marielle Franco é uma iniciativa coletiva organizada pelo Instituto Marielle Franco, construída em parceria com mais de 200 organizações sociais. A Agenda orienta e apoia candidaturas comprometidas com políticas antirracistas, feministas, LGBTQIAPN+, periféricas e populares, oferecendo diretrizes e um mapa de práticas políticas inspiradas no legado de Marielle, destinadas especialmente a mandatos municipais em todo o país. Disponível em <https://www.agendamarielle.com/>. Acesso em 06/08/2025.

Gráfico 4 – Candidatas por partido de esquerda por ano nas eleições gerais na cidade do Rio de Janeiro



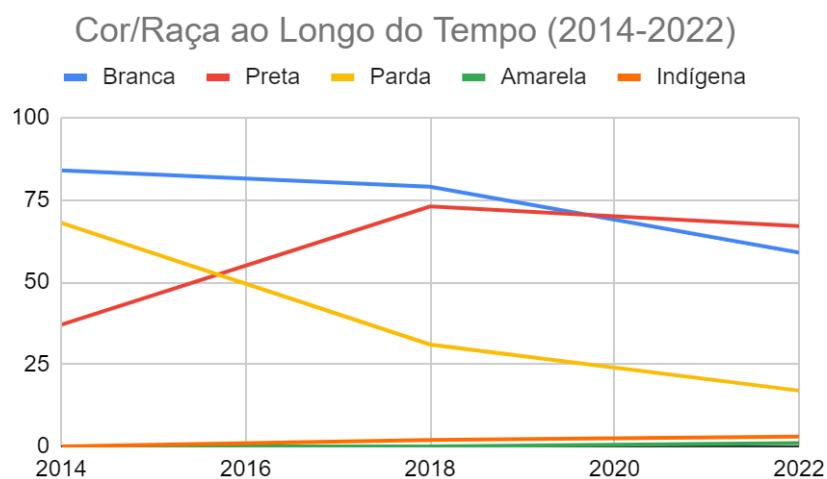
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Em 2018, após o impeachment de Dilma, apenas o PDT, que historicamente se destaca, e modestamente o PCdoB, mantém trajetória ascendentes no número de candidaturas femininas. Os demais partidos (com exceção dos menores PCB, PCO e PSTU) sofrem uma queda considerável no número de candidaturas no período pós-impeachment. O PT e o PSB apresentaram uma retomada de crescimento em seguida, mas o PSOL continuou em declínio em relação ao número de candidaturas femininas.

Apesar disso, o partido elegeu 2 mulheres negras como deputadas estaduais nas últimas eleições, Dani Monteiro e Renata Souza, que haviam sido, respectivamente, assessora e chefe de gabinete no mandato de Marielle Franco. Para a Câmara dos Deputados elegeu e reelegeu Talíria Petrone, que já havia sido eleita vereadora também em 2016, mas pela cidade de Niterói. As 3 defendem agendas semelhantes às de Marielle e tem um perfil também semelhante. Nesse sentido, é possível observar que, apesar de uma redução quantitativa, qualitativamente, as candidaturas de mulheres negras no PSOL se destacaram nas últimas eleições. Importante lembrar também de Mônica Francisco, que também foi assessora de Marielle Franco e se elegeu deputada estadual pelo PT em 2018.

O gráfico de Cor/Raça entre as eleições gerais de 2014 e 2022, para as quais o TSE disponibilizou dados raciais, apresenta uma tendência semelhante ao gráfico de Cor/Raça das eleições municipais de 2016 a 2024. Nota-se um crescimento expressivo na participação de mulheres negras na eleição de 2018, com quase o dobro de candidatas em relação ao pleito anterior. Na eleição seguinte, em 2024, há uma leve queda, mas os índices de participação permanecem elevados, consolidando as mulheres negras como o grupo étnico mais representado.

Gráfico 5 – Cor/Raça ao longo do tempo (2014-2022)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Outro ponto relevante é a redução no número de candidatas pardas. Considerando que, segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), pretos e pardos formam a população negra no Brasil, essa mudança pode refletir uma maior autoidentificação de mulheres que anteriormente se declararam pardas, agora como pretas.

A análise apresentada revela um panorama complexo da participação política de mulheres de esquerda na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando como eventos recentes e transformações no sistema eleitoral se entrelaçam com as dinâmicas de candidaturas ao longo do tempo. Observa-se que, após episódios marcantes de violência contra as mulheres na política, como o impeachment de Dilma Rousseff e o

assassinato de Marielle Franco, houve um aumento na presença de mulheres, especialmente mulheres negras, na disputa por cargos eletivos. Embora não se possa afirmar uma relação causal direta entre esses acontecimentos e o crescimento das candidaturas, esse movimento pode ser interpretado como uma forma de resistência e reorganização diante da exclusão histórica dos espaços de poder. A recorrência de candidaturas com perfis semelhantes ao de Marielle sugere não apenas a força simbólica de sua trajetória, mas também o surgimento de novas lideranças que desafiam os padrões normativos da política institucional.

Por outro lado, as limitações estruturais, como a falta de institucionalização partidária e as mudanças no sistema eleitoral, continuam restringindo o acesso das mulheres aos espaços de poder, evidenciando que o aumento no número de candidaturas nem sempre se traduz em maior representatividade. Assim, os dados reforçam a necessidade de abordagens qualitativas para compreender as motivações e os desafios enfrentados por essas candidatas, além de políticas públicas e estratégias partidárias que promovam a inclusão efetiva de mulheres na política, garantindo que a diversidade se traduza em impacto real na tomada de decisões.

5 Considerações Finais

Este estudo analisou a participação política de mulheres de esquerda nas eleições gerais e municipais no Rio de Janeiro, considerando dois eventos marcantes de violência contra as mulheres na política. O primeiro foi o assassinato da vereadora recém-eleita Marielle Franco, que se tornou um símbolo de resistência contra a violência política. O segundo foi o impeachment de Dilma Rousseff, identificado durante a coleta de dados como um possível fator associado à queda no número de candidaturas femininas nas eleições municipais de 2016.

Para enriquecer a análise, os dados coletados no TSE foram organizados em tabelas e gráficos que facilitaram a identificação de padrões e tendências. Além disso, mobilizamos a literatura sobre violência política contra as mulheres e adotamos técnicas de comparação pluralista para definir a abordagem metodológica mais adequada. Embora os eventos analisados não indiquem uma relação direta de causa e efeito, os resultados evidenciam a complexidade das interações entre violência política, gênero e participação eleitoral, reforçando a importância de estudos futuros que aprofundem

essa temática por meio da combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

Concluímos que, mesmo diante de contextos adversos e barreiras estruturais de exclusão, as mulheres têm ampliado a ocupação de espaços políticos, reescrevendo narrativas. Seu protagonismo desafia estruturas historicamente excluidentes, demonstrando que o gênero, além de um marcador de vulnerabilidade, é também um campo de resistência e reinvenção. Os achados deste estudo não encerram o debate, mas são também sementes que podem germinar pesquisas mais amplas e profundadas, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre violência política contra as mulheres e a luta por uma democracia real.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Editora Leitura, 2020.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013.
- BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 557-589, 2016.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexism, misoginia e violência política. In: **O golpe na perspectiva de gênero**, v. 1, n. 1, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero, política e as desigualdades no Brasil: Desafios para a democracia e a representação das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, p. e20210164, 2022.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 33-43, 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; DALCIN, Cinthia Carvalho; BONI, Mariana Caires. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina: desempenho nas eleições municipais de 2020. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 11, n. 26, p. 198-226, 2021.
- BRASIL. **Lei 12.288/10**. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Editora X, 1983.
- GATTO, Malu; THOMÉ, Débora. **Candidatas: os primeiros passos das mulheres na política no Brasil**. Ed.01. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.
- FGV, COMUNICAÇÃO RIO. **Candidatas a prefeitura receberam mais ataques e menos apoio em comentários do YouTube**. Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/estudos/violencia-politica-de-genero-online-mulheres-de-esquerda-candidatas-prefeitura-receberam>. Acesso em: 09/01/2025.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.
- HILL-COLLINS, Patricia. **Intersectionality as critical social theory**. Durham, NC: Duke University Press, 2019.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KROOK, Mona Lena; RESTREPO SANÍN, Juliana. Violence against women in politics. A defense of the concept. **Política y gobierno**, v. 23, n. 2, p. 459-490, 2016.
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Building democratic institutions: party systems in Latin America**. Stanford (CA), Stanford UNiversity Press, 1995.
- MATOS, Marlise. **Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia**. In: BIROLI, F. [et al.] (Orgs.) **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- PAIVA, Denise; TAROUCO, Gabriela da Silva. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, v. 17, p. 426-451, 2011.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. 1. ed. São Paulo: Editora Z, 1988.
- PDT-RJ. **História Fundação**, 1979. Disponível em: <https://pdt-rj.org.br/index.php/o-pdt/historia/> Acesso em: 10/01/2025.
- PEDUZZI, Pedro. Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-par-a-maioria-feminina-e-branca>>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- ROSSI, Marina. “Quando dizem que Marielle virou semente, é muito real” **El País**, Recife, 12 de out. de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356144_236403.html. Acesso em 5 de jan. de 2025.
- SABBATINI, Letícia; CHAGAS, Viktor; MIGUEL, Vinicius Machado; PEREIRA, Gabriela Rezende; DRAY, Sabrina. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas**

digitais. Niterói: coLAB/UFF, 2023.

SACCHET, Tereza; REZENDE, Daniela. Apresentação do Dossiê: Partidos Políticos, Gênero e Raça: Estudos e Debates sobre Estruturas Internas, Eleições e Representação Política. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, p. 1-12, 2022.

SILVA, Laila Borges da. **O Partido Socialismo e Liberdade no Rio de Janeiro/RJ: um olhar investigativo sobre as dinâmicas do partido nas eleições municipais de 2016 e 2020.** 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 139-190, 2006.

TSE 2025. **Sítio do Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em:<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas> Acesso em: 24/01/2025.

WEBER, Maria Helena. **Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidente Dilma.** Curitiba: CPOP/NUCOP, 2023.

ZUCCO, Cesar; TORCAL, Mariano. Estabilidad sin raíces: La institucionalización del sistema de partidos brasileño. In: **Sistemas de partidos en América Latina. Causas y consecuencias de su equilibrio inestable**, p. 78-107, 2015.

A JUDICIALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: A DELIBERAÇÃO POLÍTICA NA JUSTIÇA ELEITORAL E OS LIMITES ENTRE LEGALIDADE E POLÍTICA

Vitor Luis Mattos Teodoro¹

Vitoria Dias Miguel Rocha Silva²

Resumo: Este artigo examina a crescente judicialização das eleições no Brasil, com uma análise especial das eleições municipais, evidenciando-se como a Justiça Eleitoral tem sido mobilizada como ferramenta de disputa política, afastando-se de seu papel fundamental de assegurar a legalidade e a integridade do processo eleitoral. O estudo do caso da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC) nº 0600165-41.2024.6.26.0190 ilustra como instrumentos jurídicos podem ser estrategicamente empregados para criar incertezas, deslegitimar adversários e comprometer o princípio da igualdade entre os candidatos. Com base na teoria da democracia deliberativa de Habermas e em uma abordagem interpretativa do Direito Eleitoral, argumenta-se que a legitimidade democrática não decorre apenas do rigor técnico-formal, mas também da promoção da deliberação pública e da responsabilidade democrática. Os resultados sugerem que a racionalidade deliberativa pode servir como referencial normativo para mitigar o uso indevido da judicialização como estratégia política, reforçando a confiança nas instituições e assegurando o direito do eleitor a uma escolha livre e informada.

Palavras-chave: Judicialização da Política; Justiça Eleitoral; Eleições Municipais; Democracia Deliberativa; Estratégia Política; Legalidade.

THE JUDICIALIZATION OF MUNICIPAL ELECTIONS: POLITICAL DELIBERATION IN ELECTORAL JUSTICE AND THE LIMITS BETWEEN LEGALITY AND POLITICS

Abstract: This article analyses the growing judicialization of municipal elections in Brazil, highlighting how Electoral Justice has been increasingly mobilized as a tool for political disputes, moving away from its fundamental role of ensuring legality and the integrity of the electoral process. The case study of the Action for Challenging the Registration of Candidacy (AIRC) nº 0600165-41.2024.6.26.0190 illustrates how legal instruments can be strategically employed to create uncertainty, delegitimize opponents, and undermine the principle of equality among candidates. Based on Habermas's theory of deliberative democracy and an interpretative approach to Electoral Law, it is argued that democratic legitimacy arises not only from technical and formal rigor but also from the promotion of public deliberation and civic responsibility.

¹ Graduado em Direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: mattosteodoro@adv.oabsp.org.br

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: vitoriadasmiguel@gmail.com

The findings suggest that deliberative rationality can serve as a normative framework to mitigate the misuse of judicialization as a political strategy, strengthening institutional trust and ensuring the voter's right to make a free and informed choice.

Keywords: Judicialization of Politics; Electoral Justice; Municipal Elections; Deliberative Democracy; Political Strategy; Legality.

1 INTRODUÇÃO

O direito eleitoral compreende um conjunto de normas essenciais para a concretização do princípio constitucional mais relevante do Brasil: a democracia. A legislação que disciplina as eleições no país visa regulamentar os pleitos, assegurar o sufrágio universal em conformidade com a Constituição e garantir a lisura de todos os aspectos eleitorais. Para tanto, a justiça eleitoral estabeleceu uma estrutura judicial que, além de funções administrativas como o registro de partidos e o julgamento de prestações de contas, também verifica a aptidão dos candidatos para as eleições. Nesse último aspecto, observa-se que o Poder Judiciário enfrenta dificuldades para distinguir o que constitui uma estratégia oposicionista do que realmente configura transgressão à norma eleitoral.

Dessa forma, a análise da deliberação política na Justiça Eleitoral e os limites entre legalidade e política têm como intenção analisar a crescente interferência do Poder Judiciário nos processos eleitorais, principalmente no que tange o recorte municipal. A ideia é entender como a atuação da Justiça Eleitoral molda a deliberação política e, consequentemente, os contornos da própria democracia local. A tese postulada é que a judicialização, embora vise garantir a legalidade e a lisura do pleito, gera uma complexa tensão entre o que é estritamente legal e o que pertence à esfera da manipulação política, muitas vezes transpondo os limites entre essas duas dimensões.

Para elucidar essa dinâmica, faz-se imperativo definir o que consiste na judicialização das eleições. Entende-se por judicialização o fenômeno de deslocamento de questões predominantemente políticas para a alçada do Poder Judiciário (Streck, 2011, p. 201). Já a deliberação política refere-se ao processo de tomada de decisões coletivas, característico do ambiente eleitoral e partidário. A Justiça Eleitoral, enquanto protagonista desse cenário, é o tribunal especializado responsável pela organização e fiscalização das eleições, bem como pelo julgamento de litígios decorrentes do processo eleitoral. O contexto em que essa discussão se insere é o das eleições municipais brasileiras, conhecidas pela sua intensidade e pela proximidade entre eleitores e eleitos, o que amplifica os impactos da intervenção judicial. Assim, o estudo da judicialização

nesse nível se mostra relevante para compreender a evolução das práticas políticas e jurídicas no país.

Dessa forma, explicita-se que a problemática da judicialização das eleições municipais no Brasil consiste no fato de que a Justiça Eleitoral é acionada não apenas como guardiã da legalidade, mas, por vezes, como instrumento de disputa política. Este artigo busca compreender de que forma a atuação da Justiça Eleitoral redefine os limites entre legalidade e deliberação política, analisando criticamente os efeitos da judicialização sobre a democracia deliberativa.

A presente pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando duas estratégias principais sendo a revisão bibliográfica direcionada: com foco em obras de referência sobre judicialização da política como as de Lênio Streck e Maria Tonelli; já no que tange à tese de democracia deliberativa, utiliza-se Habermas; e no deslinde do entendimento da judicialização como estratégia de oposição utilizam-se autores como Taylor e Ros. Os autores foram selecionados pela relevância acadêmica e pelo diálogo com o tema. E a discussão do caso sobre a AIRC nº 0600165-41.2024.6.26.0190, julgado pela 190ª Zona Eleitoral de Aparecida/SP, é utilizada para evidenciar de forma concreta a utilização estratégica da judicialização em âmbito municipal. O estudo de caso foi examinado à luz do referencial teórico, confrontando os elementos práticos do processo com a literatura especializada, permitindo extrair implicações teóricas e críticas para o papel da Justiça Eleitoral.

Com o estudo de caso, busca-se demonstrar como a judicialização das eleições municipais não se restringe ao controle de legalidade, mas, em muitos casos, representa uma estratégia de desestabilização política por parte de atores que buscam deslegitimar adversários, como será evidenciado no caso concreto. Além disso, demonstra-se que a utilização de instrumentos jurídicos, como a Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (AIRC), com a finalidade de protelar ou criar incerteza. Destaca-se também que a omissão ou morosidade da Justiça Eleitoral, ao permitir que tais ações protelatórias prossigam, acaba por se tornar um fator de instabilidade que prejudica a integridade do processo eleitoral, mesmo em casos nos quais o mérito jurídico da impugnação é inexistente.

A justificativa para a escolha deste tema reside na sua relevância para a compreensão da dinâmica política contemporânea brasileira, especialmente em um

contexto de crescente litigiosidade eleitoral e de acentuada presença do Poder Judiciário em esferas tradicionalmente políticas. O estudo contribui para o debate sobre os desafios da atualização da Justiça eleitoral e a busca por um equilíbrio entre a garantia da legalidade e a preservação do espaço para a deliberação política.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em quatro seções principais. A primeira discute a judicialização da política, desde seu caráter estrutural até sua instrumentalização estratégica por atores políticos. A segunda examina a teoria da deliberação política e a atuação da Justiça Eleitoral como ente estratégico. Na terceira seção, apresenta-se a discussão do caso da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC), destacando seu uso como estratégia de desestabilização eleitoral. A quarta seção aborda a Justiça Eleitoral como arena política deliberativa, refletindo sobre seus limites institucionais e democráticos. Por fim, são apresentadas as considerações conclusivas e as referências bibliográficas.

2 A judicialização da política: entre a necessidade e a estratégia

A judicialização da política é um fenômeno que se intensificou no Brasil a partir da década de 1990, alcançando, nas últimas eleições, o âmbito municipal com uma força antes restrita à esfera federal. Sua manifestação nas eleições locais levanta questões críticas sobre a interação entre direito e política, sobretudo quando o Poder Judiciário passa a ser mobilizado para resolver disputas que deveriam ser apenas existentes no pleito eleitoral.

É importante invocar Lênio Streck para conceituar o instituto da judicialização. Compreende-se que a judicialização da política não é, por si só, um mal, é natural e legítima quando se trata do controle da legalidade das ações estatais. Contudo, adquire contornos preocupantes quando se transforma em substituição da política pelo Direito, com juízes ocupando espaços deixados por uma política fragilizada. Nas palavras do autor:

A judicialização da política pode significar o uso (e abuso) do Poder Judiciário como instância para resolver questões que deveriam ser resolvidas no plano político. Em uma democracia, os juízes não são eleitos para tomar decisões no lugar dos representantes do povo. (Streck, 2017.)

Embora Streck alerte para os riscos da substituição da política pelo Judiciário, parte da doutrina defende que a judicialização é necessária para conter abusos e assegurar direitos fundamentais. Porém, o que fica evidenciado nessa análise é que a judicialização

de forma exagerada compromete o sistema democrático, uma vez que desloca a retórica política para o campo judicial. Não se justifica a legitimidade jurídica em um formalismo vazio, mas sim na capacidade de justificar democraticamente a atuação jurisdicional.

Esse deslocamento não apenas compromete a separação dos poderes, como tenciona a legitimidade das decisões judiciais, que passam a interferir diretamente na dinâmica democrática e nos processos de representação. A judicialização, neste contexto, não se dá apenas como consequência, mas também como instrumento de ação política, o que exige maior atenção sobre como se dá deliberação jurídica em cenários altamente politizados.

Como analisa Tonelli (2016), a judicialização é menos uma questão jurídica e mais um reflexo das condições políticas das democracias constitucionais. O que demonstra que quando a justiça eleitoral é acionada para decidir sobre registros de candidatura, alianças partidárias e campanhas, desloca-se o centro decisório da soberania popular para o foro judicial, que se demonstra necessária na solução de diversas lides, mas também é utilizada de forma arbitrária para se tornar foco de retórica de oposição política. Isso não apenas altera a dinâmica institucional, como também submete o processo eleitoral à lógica argumentativa e técnica do direito, que pode ser instrumentalizada para fins de disputa retórica.

A intensificação da busca por soluções judiciais, em detrimento das lacunas do Poder Legislativo, manifesta-se num cenário de ineficiência e limitações dos poderes tradicionais. Tal fenômeno ocorre quando a incapacidade do legislador em produzir normas significativas, frequentemente decorrem de sua competência restrita e da predominância do Executivo, impulsiona uma crescente utilização do Judiciário para a resolução de conflitos políticos. Neste contexto, o controle de constitucionalidade, por exemplo, é estrategicamente empregado por atores políticos como ferramenta para anular leis e consolidar o poder decisório, especialmente em disputas com legislaturas de maioria oposicionista (Kaminski, 2013). Desse modo, a justiça passa a ser não apenas um mecanismo de controle da legalidade, mas um palco para a disputa e um meio para a resolução de questões que falham em ser concretizadas por meios tradicionais.

Oscar Vilhena Vieira (2018), em *A batalha dos poderes*, denomina esse processo de *supremocracia*, ou seja, a expansão do papel das cortes constitucionais e da justiça como instância de definição dos rumos políticos do país. Essa expansão, em vez de se

restringir a grandes temas nacionais, passou a permear o cotidiano da vida pública local, muitas vezes promovendo um desequilíbrio entre a autonomia dos representantes eleitos e o controle judicial de suas prerrogativas. Vieira (2018, p. 159) afirma: “a coordenação política parece ter sido substituída por uma constante e recíproca retaliação institucional”.

Quando aplicada ao contexto municipal, essa tensão entre legalidade e representação é ainda mais sensível, visto que candidatos com baixa estrutura partidária ou com trajetória política independente passam a ser alvos preferenciais de estratégias judiciais de deslegitimização, muitas vezes travestidas de moralidade pública ou zelo legal. Isso fragiliza o princípio da igualdade de condições entre os concorrentes ao pleito, uma vez que a judicialização é mais facilmente utilizada como estratégia de oposição, e pequenos municípios acabam tendo um Judiciário fortemente envolvido na política. Dessa forma, utiliza-se como oposicionismo a judicialização de demandas, na prerrogativa de tentar fragilizar a popularidade de determinado candidato.

Maria Luiza Quaresma Tonelli (2016, p. 13-15) alerta que essa dinâmica está relacionada à desconfiança generalizada na política e à transferência da legitimidade para o Judiciário, o que, paradoxalmente, compromete a própria democracia. Nas palavras da autora: “a democracia não se reduz ao Estado de Direito, e o fortalecimento do poder judicial às custas da soberania popular configura um deslocamento preocupante das bases democráticas” (Tonelli, 2016, p. 14). Essa situação exige atenção do judiciário, principalmente em período eleitoral, com a tentativa de dirimir esses acionamentos arbitrários da justiça.

Assim, ao invés de garantir direitos, o Judiciário pode acabar reproduzindo conflitos políticos sob a roupagem de neutralidade jurídica. Esse mecanismo é explorado por atores locais como estratégia discursiva para excluir adversários da disputa, gerando efeitos eleitorais imediatos, mesmo em casos sem mérito jurídico. Isso reforça a necessidade de distinguir a atuação técnica da atuação política da justiça eleitoral e de estabelecer critérios rigorosos para o uso do processo judicial em matéria eleitoral.

Dessa forma, é evidenciado que o acionamento judicial sem intenção de fatidicamente resolver um litígio, ou uma transgressão à legislação, revela que a expectativa de vitória nem sempre é o objetivo primordial, visto que o interesse é captar

a atenção pública e gerar visibilidade na mídia, transformando reveses jurídicas em triunfos políticos e insegurança popular.

Os autores Matthew M. Taylor e Luciano da Ros (2008, p. 829) argumentam que a judicialização é um “resultado contingente da estratégia política”. Essa abordagem afasta a ideia de que a judicialização é apenas um reflexo da fragilidade dos demais poderes, propondo que ela seja também uma tática calculada por atores políticos em busca de vantagens. O uso dos tribunais se diferencia a depender da posição do ator no cenário político, constata-se que partidos fora do poder frequentemente utilizam a via judicial para contestar políticas majoritárias e angariar atenção pública, mesmo quando as chances de vitória são mínimas. Para a oposição, a judicialização serve como um “veto point”, uma forma de retardar ou desmerecer políticas governamentais, ou simplesmente de declarar sua oposição, sem a necessidade de uma vitória judicial efetiva (Taylor; Ros, 2008, p. 827).

Com base nesse cenário, evidencia-se a urgência de se repensar os limites e as condições de legitimidade da atuação do Poder Judiciário nas eleições municipais. A judicialização, embora necessária em contextos de garantia de direitos e de contenção de abusos, não pode ser convertida em instrumento de manipulação eleitoral ou retórica de deslegitimação de adversários. Quando utilizada de forma arbitrária, compromete a imparcialidade institucional, desvirtua o debate público e enfraquece os pilares da democracia representativa. É imprescindível que a Justiça Eleitoral atue com parcimônia, observando o princípio da intervenção mínima e assegurando que suas decisões não substituam a vontade soberana do eleitorado, mas a preservem em sua integralidade.

3 Teoria da deliberação política e a Justiça Eleitoral como ente estratégico

A discussão sobre o papel deliberativo do Poder Judiciário, especialmente em matéria eleitoral, encontra fundamento na teoria da deliberação política proposta por Jürgen Habermas. Essa teoria, amplamente reconhecida por sua profundidade normativa e aplicabilidade institucional, defende que a legitimidade nas democracias modernas não deriva unicamente da representação formal, mas da possibilidade de participação pública racional, livre e acessível nos processos decisórios. Em *Uma nova mudança estrutural da esfera pública* (2022), Habermas sustenta que o uso da razão

pública promove a transparência, amplia a legitimidade das decisões e fortalece a confiança nas instituições. No contexto das eleições municipais, o uso da racionalidade comunicativa na esfera pública atua como antídoto contra decisões autoritárias ou tentativas de se utilizar arbitrariamente o judiciário, pois obriga os atores institucionais a se submeterem a padrões discursivos universais de argumentação e justificação.

Habermas (2022, p. 36) afirma que, em uma democracia, é necessário que os processos decisórios estejam “fundamentados em discursos racionais que envolvam todos os afetados pelas decisões”. No contexto da justiça eleitoral, isso implica que as decisões judiciais não podem se basear apenas em excesso de formalidade ou moralismos subjetivos, mas devem ser justificadas à luz de argumentos publicamente comprehensíveis, transparentes e coerentes com os princípios democráticos.

A demora nas decisões sobre ações de impugnação de candidaturas, especialmente quando empregada como tática de manipulação política, acarreta não só a sobrecarga do sistema judiciário com atraso de demandas idôneas consoantes a um pleito justo, mas também promove uma violação direta do princípio democrático da soberania popular. Este princípio, ancorado no art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Ao instaurar incerteza no eleitorado quanto à validade do voto, provoca-se uma ruptura na legítima cadeia de representação. Isso se agrava pela distância do conhecimento popular em relação ao processo eleitoral, em que a possibilidade de invocação estratégica da esfera judicial não é de domínio comum.

Nesse ponto, a morosidade da decisão judicial em matéria eleitoral se torna especialmente problemática. Quando uma impugnação é ajuizada às vésperas da eleição, e o julgamento é postergado para depois do pleito, o que se estabelece é uma lacuna decisória que deixa o eleitor em uma posição de incerteza radical. Isso compromete, na lógica habermasiana, a qualidade do processo deliberativo, pois suprime a possibilidade de escolha informada e racional, pilares centrais da democracia deliberativa. O eleitor, diante da dúvida quanto à validade da candidatura, é levado a votar sem a segurança de que sua escolha será efetiva, o que mina a integridade da escolha democrática.

Posto isso, mesmo que a demanda judicial seja posteriormente julgada improcedente, o dano já terá sido consumado: o eleitor foi exposto a um cenário de

insegurança e suspeição, e o candidato atingido pela acusação ficou impossibilitado de realizar sua campanha em condições equânimes. Esse vácuo decisório transforma a justiça eleitoral em um vetor de assimetria, que compromete a paridade de armas entre os competidores e prejudica a integridade do voto como expressão racional da vontade popular.

Entretanto, apenas a celeridade do tribunal eleitoral para julgar não se demonstraria suficiente, visto que é evidente que os formalismos exagerados do próprio abrem espaço para que a judicialização seja utilizada como estratégia política. É evidente que o acionamento do Poder Judiciário serve como uma ferramenta para criar uma atmosfera de dúvida, com a clara intenção de promover interesses pessoais ou como uma tática de oposição. Essa estratégia é frequentemente empregada para atrasar, impedir, desmerecer ou contestar determinadas leis ou decisões, transformando o processo judicial em um palco para disputas políticas (Taylor; Ros, 2008). A proliferação de ações e recursos, muitas vezes com argumentos meramente protelatórios, desvia o foco do mérito das questões e concentra-se na busca por vantagens eleitorais.

De acordo com a tese de Ferraz (2017), a Justiça Eleitoral brasileira não se alinha à teoria da deliberação política porque suas estruturas estão desatualizadas e não conseguem acompanhar a dinâmica da sociedade moderna. O autor sustenta que o Direito Eleitoral está preso a modelos de democracia do século XX, que focam na representação formal e em um processo eleitoral rigidamente delimitado no tempo. Essa visão limitada ignora que, na era digital, a deliberação política e a formação do eleitorado ocorrem de forma contínua e em múltiplos espaços, como as redes sociais. Dessa forma, a Justiça Eleitoral, com sua atuação restrita e formal, não consegue lidar de maneira eficaz com as estratégias políticas que se desenvolvem fora do período oficial da campanha, enfraquecendo o ideal de um processo eleitoral transparente e verdadeiramente deliberativo.

Outro ponto crucial é que a Justiça Eleitoral, ao tentar suprir as lacunas normativas, acaba por agir como um “substituto do Legislativo”, o que, ironicamente, pode minar a própria deliberação. Evidencia-se que essa postura, em vez de abordar as falhas estruturais do sistema político, tem foco na redução de fraudes pontuais, o que causa instabilidade e insegurança jurídica. Em consonância com a judicialização

excessiva do pleito, com ações protelatórias, esta se torna uma ferramenta estratégica que desvia o foco do mérito das ações e cria um clima de suspeição. Ao se deixar ser usada para esses fins, a Justiça Eleitoral falha em seu papel de garantir um ambiente de debate equitativo e, consequentemente, compromete a integridade do voto como uma expressão genuína da vontade popular, distanciando-se fundamentalmente dos princípios da democracia deliberativa (Ferraz, 2017).

Nessa análise, entende-se que a democracia moderna exige mais do que a mera representação formal, ela se baseia na participação pública, racional e livre no processo decisório. Essa atualização entra em conflito com as deficiências do sistema eleitoral brasileiro que, conforme nota-se, está desatualizado e excessivamente ligado a modelos democráticos obsoletos. A morosidade da Justiça Eleitoral em ações de impugnação de candidaturas, e a possibilidade legal de impugnar candidaturas apenas como estratégia política exemplifica seu afastamento do ideal deliberativo. A própria morosidade, e a invocação transgressora da justiça, como dito, invocada como estratégia de manipulação política, gera um vácuo decisório que expõe o eleitor a uma incerteza radical. Essa falta de clareza compromete a qualidade do processo deliberativo, impedindo a escolha informada e racional.

Portanto, se a deliberação democrática deve ser o fundamento da legitimidade política, a Justiça Eleitoral não pode atuar de forma inadequada e silenciosa diante de manobras protelatórias e prejudiciais ao pleito eleitoral. Ao contrário, deve-se à justiça assumir papel ativo na defesa da integridade informacional do processo eleitoral, assegurando que sua atuação fortaleça e não fragilize o espaço público de decisão e julgamento, conforme exigido por uma democracia comprometida com a razão pública e a soberania popular.

4 Estudo de Caso do Processo de Registro de Candidatura nº 0600165-41.2024.6.26.0190: o uso da AIRC como estratégia de desestabilização política

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na obra *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*, de Robert K. Yin (2001), que define o estudo de caso como uma investigação empírica voltada a examinar fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Seguindo essa perspectiva, a análise do objeto foi conduzida integrando um entendimento empírico do contexto eleitoral, de forma a permitir uma compreensão ampla e aprofundada da situação investigada. Dessa maneira, o estudo buscou responder às questões centrais por meio de uma abordagem exploratória e descritiva, preservando as características holísticas e significativas dos eventos analisados, conforme orienta Yin em sua obra metodológica.

Esta aplicação fica demonstrada pela análise das decisões jurídicas, as nomenclaturas dadas nos sistemas de divulgação da situação jurídica dos candidatos ao pleito eleitoral e a utilização de estratégias baseadas em teses estabelecidas na doutrina e que demonstram fenômenos atuais no contexto eleitoral brasileiro como forma de estratégia política.

Dessa forma, cumpre conceituar inicialmente a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC), que é prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 64/1990: é o instrumento destinado a permitir que partidos políticos, coligações, candidatos ou o Ministério Público Eleitoral impugnem o pedido de registro de candidatura quando presentes causas de inelegibilidade ou ausência de condições de elegibilidade. Trata-se de ação de rito especial, com prazos exígues e natureza urgente, visando assegurar a lisura do processo eleitoral.

No caso em análise, retrata-se um registro de candidatura de um vereador de Aparecida/SP, que teve sua candidatura impugnada por meio da interposição de uma AIRC, com fundamentação em um processo cível, em que o vereador, ora impugnado, havia figurado como polo ativo e, diante da improcedência dos pedidos, foi condenado a pagamento de custas processuais. A alegação da vereadora impugnante era de que o Município figurava como polo passivo e, dessa forma, o vereador deveria ter seu registro indeferido.

Apesar da inconsistência jurídica na fundamentação, procede-se à análise da AIRC proposta, detalhando os pontos da decisão, jurisprudências pertinentes, a base legal da discussão e a duração do processo, desde o registro da candidatura até o trânsito em julgado e a subsequente alteração da situação jurídica do candidato no sistema DivulgaCand. Adicionalmente, examina-se a sistemática do DivulgaCand, sua relevância no contexto eleitoral e a utilização do status jurídico do candidato como estratégia política, evidenciando a prática de *Sham Litigation* no âmbito do pleito.

No referido caso, o pedido de registro de candidatura do Requerente vinha instruído com documentação exigida pela Resolução TSE nº 23.609/2019 e foi regularmente protocolado. Contudo, a impugnante apresentou petição de impugnação baseado na alegação de que o candidato estaria inelegível em virtude de condenação por crime contra a administração pública.

A impugnante invocou ação de natureza cível ajuizada pelo pretenso candidato em face do Município para invocar sua inelegibilidade para o pleito eleitoral. Tratava-se de ação na qual o candidato, autor da ação, ingressou indevidamente em prédio de uma autarquia municipal, iniciando a transmissão de um vídeo ao vivo em uma rede social, sem autorização. Um membro da Guarda Municipal, diante da recusa do autor em interromper a gravação e sair do recinto, providenciou seu encaminhamento à Delegacia de Polícia. Após estes fatos, o vereador, ao se sentir constrangido, ajuizou uma ação de danos morais contra o Guarda Municipal, bem como ao Município como ente responsável pelo funcionário. Porém, no deslinde do processo que originou a impugnação, o magistrado considerou a inexistência de prova de qualquer ato abusivo ou de excesso injustificado que pudesse ser atribuído ao guarda civil, e o juiz compreendeu que ele agiu no estrito cumprimento de seu dever e, portanto, sem motivo para condenação por danos morais.

A sentença do processo cível declarou improcedente o pedido autoral, condenando-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios por não apresentar provas suficientes que demonstrassem o nexo causal do ato do agente público e o seu constrangimento. Este imbróglio judicial, mais tarde, foi utilizado como impugnação da candidatura do vereador, polo ativo do processo cível. Essa retórica foi utilizada processualmente sob a alegação de que o autor teria uma condenação em face da Administração Pública.

Diante disso, no âmbito eleitoral ora discutido, a ora impugnante invocou o processo supracitado, já transitado em julgado sob a alegação de que, devido à condenação de natureza cível em face do requerente, e visto um dos polos ser a Administração Pública, este estaria em situação de inelegibilidade, previsto no art. 1º, inciso I, alínea “e”, 1, da Lei Complementar no 64/90, a lei de inelegibilidade:

Art. 1º São inelegíveis:
I - para qualquer cargo:

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

Ao analisar o texto legal, percebe-se que o legislador atribui inelegibilidade aos crimes contra a administração pública, ou seja, condenação na esfera criminal que insurja à mácula da administração. O que ocorreu, conforme apurado nos autos, foi a sucumbência na esfera cível diante da improcedência de seus pedidos e a condenação em pagamento de honorários advocatícios e custas processuais.

A parte requerente, diante da impugnação do registro de sua candidatura, requereu a improcedência dos pedidos e a condenação da parte impugnante por litigância de má-fé, argumentando exatamente a temeridade da ação, com base no Artigo 80 do Código de Processo Civil.

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato controverso;
- II - alterar a verdade dos fatos;
- III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
- IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
- V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
- VI - provocar incidente manifestamente infundado;
- VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Portanto, a sentença proferida pelo juízo eleitoral em relação à impugnação acolheu o registro de candidatura do requerente e a parte impugnante foi condenada por litigância de má-fé. A condenação da impugnante pela litigância de má-fé demonstra exatamente o que se busca evidenciar nesse artigo, que ao utilizar o Poder Judiciário para conseguir objetivo ilegal, e como no caso concreto, proceder de modo temerário e infundado, denota-se como utilização estratégica da via judicial, buscando apenas prejudicar o oponente e criar uma retórica contra o candidato opositor.

Para colaborar com a análise aqui realizada, traz-se parte da sentença e o entendimento do magistrado:

No caso em tela, a impugnante deduziu pretensão contra texto expresso de lei, uma vez que invocou improcedência em ação de natureza cível ajuizada pelo pretendente candidato contra o Município para configurar inelegibilidade, quando a lei exige, de forma inequívoca, **condenação criminal** para fins de incidência em causa de inelegibilidade. Assim, a impugnação foi realizada de modo temerário e ajuizada de forma manifestamente infundada, uma vez que a alegação de impedimento se baseou numa ação cível, na qual o candidato saiu derrotado. (grifo nosso)

A impugnante recorreu da decisão, cujo recurso foi julgado não provido, reafirmando não incidir causas de inelegibilidade, visto que, conforme o magistrado, é expressamente previsto em lei que a inelegibilidade decorre de condenação criminal, e a condenação mencionada pela impugnante refere-se a uma ação cível promovida pelo candidato. Ainda, considerou o recurso protelatório e manteve a condenação pela litigância de má-fé.

Além disso, entende-se que esse assunto é amplamente discutido pela jurisprudência, o que demonstra a consonância da decisão do magistrado com jurisprudência majoritária. Pode-se observar, em mais uma decisão, que uma ação proposta sem provas mínimas ou base legal que corroborem sua tese, é infundada e temerária:

RECURSO. ELEIÇÕES 2020. IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA. IMPROCEDENTE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AÇÃO IMPUGNATÓRIA TEMERÁRIA E INFUNDADA. MULTA. DEFERIDO O REGISTRO. DESPROVIMENTO.

1. Irresignação contra decisão de piso que, ao considerar improcedente a impugnação apresentada pelo partido, pois realizada sem qualquer suporte fático, aplicou multa por litigância de má-fé à grei, e, ao fim, deferiu o registro do candidato impugnado.

2. O art. 9º, caput, da Lei n. 9.504/97 dispõe que o candidato deve comprovar a oportuna filiação pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses antes do pleito. Como definido em precedentes jurisprudenciais, a demonstração da filiação partidária deve ser realizada por meio do sistema Filia e, ausente tal anotação, servirão de prova do vínculo partidário apenas aqueles documentos que não tenham sido produzidos de forma unilateral.

3. Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura formulada com base em notícias sobre a filiação extemporânea do impugnado, sem carrear aos autos provas mínimas a corroborar sua tese, ônus que era do impugnante e do qual não se desincumbiu, vindo a protocolar ação temerária e infundada

4. Manutenção da sentença e do valor definido para a multa, decorrente de condenação por litigância de má-fé, pois adequado diante do grande volume de processos alusivos ao pleito que têm de ser processados e julgados em curto de espaço de tempo.

5. Desprovimento. Mantido o deferimento do registro de candidatura. (Recurso Eleitoral 0600428-70.2020.6.21.0055 - Riozinho - Rio Grande do Sul)

Esse resultado ilustra o argumento central desta pesquisa: mesmo quando improcedentes, ações temerárias podem afetar a igualdade eleitoral, confirmado a hipótese de que a judicialização estratégica compromete a deliberação democrática.

Diante deste caso notório, observa-se uma consequência direta para a eleição, decorrente da propositura de ações consideradas protelatórias e sem fundamento. Esta consequência se manifesta no status do registro de candidatura do requerente no

DivulgaCand, o sistema do Tribunal Superior Eleitoral que informa publicamente a situação dos candidatos à população.

O DivulgaCand é um sistema eletrônico desenvolvido e mantido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o objetivo de garantir transparência e publicidade aos atos do processo eleitoral, em conformidade com os princípios constitucionais da publicidade e da moralidade administrativa previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Trata-se de uma ferramenta que disponibiliza, em tempo real, informações detalhadas sobre candidaturas, prestações de contas eleitorais e situação jurídica dos candidatos, permitindo o acompanhamento por eleitores, partidos políticos, Ministério Público e demais órgãos de controle.

Uma das funcionalidades centrais do sistema é a exibição do status jurídico de cada candidatura, que reflete a etapa em que o pedido de registro se encontra e eventuais decisões judiciais proferidas. Inicialmente, quando o pedido de registro é protocolado, a candidatura aparece com o status de “Aguardando julgamento”, indicando que ainda não houve decisão judicial sobre sua regularidade. Após análise pela Justiça Eleitoral, caso sejam atendidos todos os requisitos legais, o status passa a “Deferido”, evidenciando que o candidato está regular e apto a concorrer no pleito.

Quando são identificadas irregularidades formais ou jurídicas, o juiz eleitoral pode indeferir o pedido, situação em que o status é exibido como “Indeferido”, significando que a candidatura não foi aceita pela Justiça Eleitoral. Esse status pode ser acompanhado de complementações, como “Deferido com recurso”, quando existe recurso pendente de apreciação em instâncias superiores, demonstrando que a decisão ainda não é definitiva. Esses status são dinâmicos e atualizados automaticamente conforme novas decisões são proferidas.

A problemática se dá exatamente nas estratégias políticas com a utilização do sistema com o objetivo de gerar prejuízo político ao adversário por meio de ações judiciais protelatórias. Isso porque a Ação de Impugnação do Registro de Candidatura gera ao Requerente o status “Deferido com Recurso” no sistema de divulgação até a finalização do julgamento da ação proposta. Este status, no contexto eleitoral, gera insegurança à idoneidade do candidato. Esta insegurança é utilizada por adversários políticos, que atribuem aos seus opositores uma imagem de inidoneidade em um

contexto nacional, no qual se implicam aos políticos as demandas judiciais como algo pejorativo, que representariam desonestidade ao mesmo.

E quanto mais perdura o status jurídico do candidato como “Deferido com Recurso”, maior é o prejuízo político causado ao candidato, que se agrava quando ocasionado por ações judiciais infundadas e temerárias. Esta problemática, muitas vezes oculta, vem sendo utilizada no contexto eleitoral atual e merece total atenção.

Analisamos esta problemática à luz do conceito de “*Sham Litigation*”, cuja figura nasceu nos Estados Unidos, nos anos 60, e se aplica sobretudo em casos em que se extrapola o direito de petição com o objetivo de prejudicar um adversário

Este conceito se atribui a Hovenkamp (2015), o qual *sham litigation* seria um peticionamento ao Estado, como um subterfúgio para prejudicar um concorrente. Trata-se de uma exceção ao direito de petição consagrado em diversas jurisdições ocidentais, na qual o abuso desta garantia constitucional faz parte de uma estratégia maior com o intuito de causar prejuízo não pelo resultado adverso de um litígio, mas por meio do processo em si.

Fica claro o prejuízo causado ao candidato no caso discutido, visto que, ao analisarmos cronologicamente, a situação do candidato só foi alterada no sistema do DivulgaCand apenas dois dias antes do pleito eleitoral.

O registro da candidatura ocorreu na data de 09 de agosto de 2024, a AIRC foi proposta na data de 21 de agosto e a publicação do acórdão se deu apenas em 30 de setembro de 2024, mais de um mês após o registro da candidatura, com alteração do status apenas em 04 de outubro, somente dois dias antes do pleito eleitoral. Ou seja, o candidato concorreu durante praticamente todo o período de campanha eleitoral com sua situação jurídica no sistema eleitoral alterado, por uma ação que, ao final, foi considerada temerária, infundada e protelatória. O maior prejuízo foi exatamente a alteração do status em seu desfavor.

Segundo José Jairo Gomes (Gomes, 2020), o processo eleitoral é voltado à produção de um ambiente propício à manifestação legítima da soberania popular, mediante eleições periódicas, livres e igualitárias. Assim, o uso indevido da AIRC compromete a normalidade e a legitimidade do pleito, especialmente ao explorar os efeitos políticos do status de “deferido com recurso”, que tende a desinformar o eleitorado e enfraquecer a posição do candidato impugnado.

Nota-se, no caso trazido à análise, que uma ação considerada temerária e infundada não é incomum no contexto eleitoral, e a elas costuma-se julgar procedente a litigância de má-fé. Ainda, tal ação perdurou por tempo suficiente para manter o requerente com seu status jurídico alterado até o fim do julgamento, o que expõe uma possível lacuna legislativa que abre margem para *sham litigation* e um conflito político causado pela utilização do poder judiciário como via de batalha eleitoral.

Esse resultado ilustra o argumento central desta pesquisa: mesmo quando ações impugnativas são improcedentes, elas podem afetar a igualdade eleitoral, confirmando a hipótese de que a judicialização estratégica compromete a deliberação democrática.

5 A Justiça Eleitoral como arena política deliberativa

A Justiça Eleitoral brasileira exerce não apenas uma função jurisdicional, mas também um papel central no espaço público democrático. Como observa Habermas (2022, p.29), a deliberação política pressupõe “procedimentos discursivos racionais e inclusivos”, nos quais a formação da opinião e da vontade coletivas ocorre de modo argumentativo e público. Nesse sentido, a atuação dos órgãos da Justiça Eleitoral se insere em um modelo deliberativo, ainda que mediado pelo direito, pois participa da organização do próprio processo político-eleitoral e da definição dos seus contornos normativos e simbólicos.

Contudo, esse caráter deliberativo é corrompido quando o processo eleitoral é judicializado de forma estratégica, como instrumento de manipulação da competição política. A judicialização da política, como já prudentemente demonstrado, é compreendida como a transferência de decisões e disputas típicas da arena política para o Judiciário, compromete a separação funcional entre legalidade e disputa, convertendo o espaço judicial em um palco de narrativas eleitorais revestidas de juridicidade.

Constata-se diante da análise do caso concreto que a intensificação do uso de ações de impugnação, representações por suposta propaganda irregular, denúncias de inelegibilidade e outros expedientes jurídicos demonstra que o processo eleitoral tem sido permeado por tentativas de exclusão de adversários mediante mecanismos formais, muitas vezes sem respaldo fático ou jurídico consistente.

A judicialização das eleições, ao converter a arena político-eleitoral em espaço de embates judiciais, frequentemente apresenta-se como terreno fértil para estratégias de

natureza protelatória e com finalidades alheias à busca pela lisura do pleito. Neste ínterim, restou demonstrado como evidência da estratégia da judicialização o processo eleitoral nº 0600165-41.2024.6.26.0190, que tramitou na 190ª Zona Eleitoral de Aparecida/SP, que demonstra de maneira emblemática o uso indevido do direito de ação por parte de uma impugnante.

A judicialização da política é um fenômeno complexo que, conforme a análise de Vitor Marchetti e Rafael Cortez (2009), em seu artigo *A judicialização da competição política: o TSE e as coligações eleitorais*, transcende a mera intervenção judicial no resultado final de um processo político. De fato, a influência do judiciário pode ser sentida muito antes, no momento crucial da definição das próprias regras do jogo. É nesse estágio inicial que as decisões judiciais podem moldar e constranger significativamente as ações dos atores políticos nas disputas que se seguirão (Marchetti; Cortez, 2009).

Essa perspectiva destaca que a judicialização não é apenas um mecanismo de correção ou fiscalização posterior, mas uma força ativa na estruturação do ambiente político. Ao delinear as fronteiras do que é permitido ou proibido, a Justiça Eleitoral, por exemplo, exerce um poder normativo que afeta diretamente a estratégia dos partidos, a formação de coligações, a elegibilidade de candidatos e, em última instância, a própria representatividade do sistema. O estabelecimento de precedentes e a interpretação de leis eleitorais podem, assim, ter um impacto profundo na dinâmica da competição política, indo além da simples aplicação da legalidade e adentrando o campo da deliberação política.

Nesse contexto, o autor Mark Tushnet (2003, p. 535) invoca um conceito necessário para compreender essa dinâmica, é o fenômeno de “jogo duro constitucional (*constitutional hardball*)”, no qual atores políticos e institucionais utilizam suas prerrogativas institucionais de maneira estratégica e desleal, não com vistas à defesa da ordem constitucional, mas como forma de enfraquecer adversários ou manter-se no poder.

Um dos mecanismos mais sensíveis a essa lógica é a Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (AIRC), que tem por finalidade assegurar que apenas candidatos que preencham os requisitos legais e constitucionais concorram ao pleito. O rito é célere: deve ser proposto no prazo de cinco dias contados da publicação do

pedido de registro e permite produção de prova, inclusive oral. A contestação deve ocorrer no prazo de sete dias. O julgamento, embora tecnicamente prioritário, na prática enfrenta obstáculos estruturais e táticos que retardam a conclusão dos processos antes das eleições.

Ocorre que esse instrumento jurídico, essencial à higidez da disputa eleitoral, pode ser desvirtuado e transformado em ferramenta de disputa política assimétrica. A impugnação infundada, ainda que sem elementos mínimos de procedência, obriga o trâmite processual até seu encerramento, sendo possível que, mesmo após decisão de improcedência em primeira instância, o impugnado siga constando no sistema DivulgaCand com o status de “deferido com recurso”.

Essa classificação, embora juridicamente precisa, produz efeitos políticos deletérios. Do ponto de vista normativo, o status “deferido com recurso” indica que o candidato teve o registro deferido, mas a decisão foi objeto de recurso ainda pendente de julgamento. O problema não está em sua validade jurídica, mas nos efeitos simbólicos e comunicacionais gerados. Para o eleitor comum, tal designação sugere incerteza, risco de anulação da candidatura e insegurança sobre a validade dos votos, o que pode levar à retração de apoio popular, boicote político ou perda de alianças. Novamente, pode-se evocar o conceito de *Sham Litigation*, cujo intuito é o de causar prejuízo não pelo resultado adverso de um litígio, mas por meio do processo em si.

Ademais, ao que tudo exposto, é esclarecido pelo autor José Jairo Gomes (2020) que enquanto perdurar o recurso, os votos são contabilizados de forma condicional, podendo ser anulados caso a decisão de deferimento seja reformada. Isso, embora juridicamente determinado, abre margem para o uso estratégico da impugnação como arma eleitoral, não para vencer no mérito, mas para criar um estado artificial de dúvida e fragilização da candidatura adversária. Porém, além de um mecanismo estratégico de atuação do opositor, é também uma forma de invalidar o processo democrático, uma vez que, se o candidato de fato receber a maioria dos votos, terá sua candidatura anulada, e isso condenará a característica majoritária dos votos para o cargo eletivo.

Esse tipo de uso do processo eleitoral gera, segundo Tonelli (2016), um deslocamento da arena política para a jurídica, sem que isso signifique uma purificação ética do debate. Ao contrário, muitas vezes, trata-se de uma politização da justiça sob o pretexto de sua juridicização, o que compromete a imparcialidade institucional da

Justiça Eleitoral e transforma suas decisões em insumos da disputa eleitoral. Essa instrumentalização do Judiciário esvazia seu papel como árbitro legítimo do processo democrático, corroendo a confiança pública nas instituições.

Portanto, o desafio contemporâneo da Justiça Eleitoral é duplo: garantir o controle rigoroso da legalidade dos registros e impedir a captura do processo judicial por estratégias eleitorais desleais. Para isso, torna-se indispensável o enfrentamento da litigância de má-fé, a racionalização dos prazos recursais e a revisão crítica da forma como o sistema DivulgaCand comunica ao público as situações jurídicas pendentes, sobretudo nos casos de recursos protelatórios. Mais do que um órgão técnico, a Justiça Eleitoral deve reafirmar sua posição como arena deliberativa legítima e protetora da integridade democrática, capaz de resistir ao uso abusivo de suas próprias engrenagens.

6 Considerações Finais

A investigação realizada demonstrou que a judicialização das eleições municipais, embora legítima como mecanismo de controle da legalidade, tem sido instrumentalizada como ferramenta de disputa política, especialmente em contextos locais. O caso da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC) nº 0600165-41.2024.6.26.0190 revelou de forma clara o uso abusivo de instrumentos processuais com fins meramente protelatórios, produzindo instabilidade no pleito e comprometendo a igualdade de chances entre os candidatos. Nesse sentido, a utilização estratégica do processo judicial desloca o foco do debate eleitoral do campo democrático para o campo jurídico, afetando diretamente a autonomia dos atores políticos e a capacidade de escolha livre do eleitorado (Streck, 2017).

A análise também evidenciou que a Justiça Eleitoral enfrenta o desafio de se posicionar não apenas como guardiã da legalidade formal, mas como instância comprometida com a legitimidade democrática. A atuação estritamente técnica, quando desprovida de sensibilidade institucional, pode inadvertidamente legitimar o uso da máquina judiciária como recurso de manipulação estratégica, prejudicando a confiança no processo eleitoral (Tonelli, 2016). Nesse ponto, a reflexão sobre a natureza da judicialização evidencia sua ambivalência: pode proteger a lisura do pleito, mas também fragilizá-lo quando utilizada como retórica política.

A pesquisa demonstrou que a atuação da Justiça Eleitoral nas eleições municipais transcende a mera aplicação da legalidade formal. A análise bibliográfica e o estudo de caso evidenciam que a judicialização estratégica pode influenciar a deliberação política e a equidade do processo eleitoral. No entanto, é fundamental que a Justiça Eleitoral equilibre sua função de guardiã da legalidade com a preservação de uma arena democrática de debate e participação

Ao retomar a teoria da democracia deliberativa de Habermas, constata-se que a legitimidade democrática não se esgota na aplicação da norma jurídica, mas se constrói a partir de processos discursivos abertos, inclusivos e racionais. Para o autor, a força do melhor argumento deve prevalecer sobre interesses estratégicos, permitindo que as decisões públicas se fundamentem na deliberação coletiva (Habermas, 1997). Aplicada ao contexto eleitoral, essa perspectiva sugere que a Justiça Eleitoral deve ser concebida como espaço comunicativo, no qual se privilegia a transparência e a igualdade de participação, evitando que ações judiciais sejam manejadas como instrumentos de deslegitimização política.

Por fim, destaca-se que a democracia deliberativa requer a combinação de liberdade plena e autocontenção. De um lado, a liberdade plena garante a participação ampla no processo político, de outro, a autocontenção estabelece limites éticos à atuação dos atores, prevenindo a manipulação dos instrumentos jurídicos em favor de interesses particulares (Ferraz, 2017). Essa lógica permite compreender que a solução para a judicialização como estratégia política não se encontra na supressão do papel da Justiça Eleitoral, mas na internalização de uma cultura política orientada pela responsabilidade cívica e pelo equilíbrio institucional.

Outrossim, é importante destacar a importância de se estudar o impacto das informações divulgadas pelo sistema DivulgaCand, em que a sistemática aplicada gera margem para instrumentalização de estratégias políticas sob a utilização da *Sham Litigation*, com o único objetivo de prejudicar o adversário político.

O DivulgaCand é uma ferramenta essencial para que o cidadão possa se conscientizar acerca de seus candidatos no período de pleito eleitoral, mas é de suma importância que as informações sejam transmitidas de maneira criteriosa, para que não haja uma atribuição de valor ao candidato antes mesmo do julgamento de seu registro de candidatura, sobretudo em situações assemelhadas ao caso apresentado neste

artigo, em que a situação jurídica no sistema perdurou pelo período eleitoral inteiro, sendo amplamente utilizado como estratégia política durante o pleito.

Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento da judicialização das eleições como recurso de manipulação política demanda a incorporação da racionalidade deliberativa de Habermas às práticas jurisdicionais. A Justiça Eleitoral, ao adotar esse paradigma, pode consolidar-se como instância de mediação democrática, assegurando que o processo eleitoral não seja distorcido por interesses estratégicos, mas orientado pela efetiva participação cidadã e pelo respeito à soberania popular. Assim, a deliberação política se revela não apenas como alternativa teórica, mas como caminho necessário para a preservação da integridade democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 maio 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp64.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução TSE nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

FERRAZ, Ricardo de Barros Falcão. **Direito Eleitoral Brasileiro à Luz da Democracia Deliberativa:** uma análise crítica em perspectiva hermenêutica. 2017. 206 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 20. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa.** Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HOVENKAMP, Herbert J. **Federal antitrust policy: the law of competition and its practice.** 5. ed. [S.I.]: [S.n.], 2015.

KAMINSKI, Jessika Torres. **Judicial review, instituições políticas e processo decisório: o STF e o controle concentrado de constitucionalidade como poder de veto no processo legislativo estadual.** 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

RAMOS, Luciana de Oliveira. **O controle de constitucionalidade por omissão no Supremo Tribunal Federal:** análise dos casos de omissão legislativa nos vinte e um anos da Constituição. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STRECK, Lênio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

STRECK, Lênio Luiz. **Verdades e mentiras: ética e democracia no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2017.

STRECK, Lênio Luiz. **Verdade e Consenso.** Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAYLOR, Matthew M.; ROS, Luciano da. Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 825-864, 2008.

TONELLI, Maria Luiza Quaresma. **Judicialização da política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. (Coleção O que saber)

TUSHNET, Mark. Constitutional Hardball. **The John Marshall Law Review**, v. 37, p. 523-553, 2003

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes: crise e reforma do Poder Judiciário.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.